



CENTRO UNIVERSITÁRIO UNIVATES
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO *STRICTO SENSU*
MESTRADO EM AMBIENTE E DESENVOLVIMENTO

**O TRABALHO ESCRAVO E SUAS IMPLICAÇÕES NA PAISAGEM
URBANA E RURAL DE TAQUARI, ESTRELA E SANTO AMARO/RS -
FINAL DO SÉCULO XIX**

Karen Daniela Pires

Lajeado/RS, dezembro de 2016

Karen Daniela Pires

**O TRABALHO ESCRAVO E SUAS IMPLICAÇÕES NA PAISAGEM
URBANA E RURAL DE TAQUARI, ESTRELA E SANTO AMARO/RS -
FINAL DO SÉCULO XIX**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Ambiente e Desenvolvimento, do Centro Universitário UNIVATES, como exigência parcial para obtenção do grau de Mestre em Ambiente e Desenvolvimento.

Orientadora: Prof^ª. Dr^ª. Neli Teresinha Galarce Machado

Coorientadora: Prof^ª. Dr^ª Magna Lima Magalhães

Lajeado/RS, dezembro de 2016

Karen Daniela Pires

**O TRABALHO ESCRAVO E SUAS IMPLICAÇÕES NA PAISAGEM
URBANA E RURAL DE TAQUARI, ESTRELA E SANTO AMARO/RS -
FINAL DO SÉCULO XIX**

A Banca examinadora abaixo aprova a dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Ambiente e Desenvolvimento, do Centro Universitário UNIVATES, como parte da exigência para a obtenção do grau de Mestre em Ambiente e Desenvolvimento:

Prof^a. Dr^a. Neli Teresinha Galarce Machado (orientadora) - UNIVATES - RS

Prof^a. Dr^a. Magna Lima Magalhães (coorientadora) - FEEVALE - RS

Prof. Dr. Carlos Cândido da Silva Cyrne - UNIVATES - RS

Prof. Dr. Mateus Dalmáz - UNIVATES - RS

Prof. Dr. Cristiano Luis Christillino - UEPB - PB

AGRADECIMENTOS

Uma pesquisa não se concretiza sem o auxílio dos colegas, orientadores, professores, amigos, familiares, instituições e colaboradores de forma geral. Assim, agradeço ao grupo de pesquisadores do Setor de Arqueologia da UNIVATES, em especial à Fernanda e à Vanessa, pela ajuda nas intermináveis tabelas, ao Kreutz, pela elaboração dos mapas e pela parceria no decorrer destes dois anos, à Fernanda Schneider, por aguentar meus anseios tão de perto. Da mesma forma, sou grata ao Jean, Alex, Paula, Sidney, Lauren, Patrícia, Marina, Bernardo, Patrick, João Pedro e ao Sérgio.

Aos professores do Programa de Pós-Graduação em Ambiente e Desenvolvimento, por todo o conhecimento repassado nas aulas. Aos colegas que compartilhei as disciplinas, aprendi muito com a área de formação de cada um, com os debates, saídas a campo e também com os cafés e cucas compartilhados. Não tem como esquecer a gentileza da Andrea em nos trazer as deliciosas cucas de Estrela.

À Maribel, pela compreensão, incentivo e amizade de sempre.

À minha querida família (mãe, Karine e Jorge) pelo carinho e apoio incondicional. Agradeço também à minha irmã Camila por dividir os dias comigo e acompanhar todos os percalços e alegrias do viver.

Ao Mateus, pelas importantes contribuições ainda no pré-projeto do que viria a ser esta dissertação e pelo apoio recebido ao longo desta trajetória.

À Magna, por aceitar ser minha coorientadora e por todas as preciosas orientações, agradeço muito a dedicação, o cuidado e o interesse pela pesquisa. Mesmo longe, sempre esteve presente na construção do texto, que não seria o mesmo sem o seu auxílio.

Agradeço à minha orientadora Neli, que acreditou nesse tema tão desafiador, demonstrando entusiasmo, propondo e dialogando a respeito dos dados que foram surgindo no decorrer do percurso, assim como sua compreensão e apoio.

À Ana, pelos esclarecimentos e dedicação junto à Secretaria do PPGAD.

À Capes, pela concessão da bolsa de estudos, que viabilizou a realização da pesquisa.

RESUMO

Passado mais de cento e cinquenta anos da abolição da escravatura no Brasil, cientistas trazem à tona novos documentos e interpretações acerca desse processo tão nocivo às historicidades de uma nação. Por muitos anos, a historiografia regional no Vale do Taquari, porção central do Rio Grande do Sul, ocultou e rechaçou aspectos da identidade de um grupo social. Essa invisibilidade resulta em uma lacuna histórica danosa. Neste sentido, inserem-se os municípios de Taquari/RS, Estrela/RS e Santo Amaro/RS, onde o trabalho escravizado se fez presente no século XIX. O recorte temporal desta pesquisa corresponde aos anos de 1857 a 1890. Com isso, objetiva-se analisar o processo abolicionista e o pós-emancipacionista a fim de compreender as relações do trabalho escravizado, a ocupação e manejo de novos espaços pelo negro liberto nos municípios de Taquari, Estrela e Santo Amaro. A metodologia segue uma abordagem quali-quantitativa, de pesquisa documental e de análise de conteúdo, de acordo com Sampieri et al. (2013) e Bardin (2011). Como resultados, constatou-se os registros de cartas de alforrias, as atividades desempenhadas por alguns escravizados, a comercialização da mão de obra, as designações de cor e origem e as publicações do jornal O Taquaryense relacionadas ao abolicionismo e ao pós-emancipação. Percebeu-se com isso a existência da escravidão nos municípios analisados, bem como o posicionamento do periódico perante às questões abolicionistas, as condições de aquisição da liberdade, as alforrias condicionais e as incondicionais, as relações de trabalho e as possibilidades de ocupação de novos espaços pelos libertos depois da promulgação da Lei Áurea. Concluiu-se que a pesquisa contribuiu principalmente para que se conhecesse e nomeasse os escravizados, permitindo assim a visibilidade destes sujeitos sociais.

Palavras-chave: Escravidão. Liberdade. Trabalho. Paisagem. Vale do Taquari.

ABSTRACT

More than a hundred and fifty years after the slavery abolition in Brazil, scientists bring to light new documents and interpretations about this process so harmful to the historicities of a nation. For many years, regional historiography in the Taquari Valley, central portion of Rio Grande do Sul, concealed and rejected aspects of the identity of a social group. This invisibility results in a damaging historical gap. In this sense, we include the municipalities of Taquari/RS, Estrela/RS and Santo Amaro/RS, where the enslaved work was present in the 19th century. The temporal cut of this research corresponds to the years from 1857 to 1890. The purpose of this study is to analyze the abolitionist process and the post-emancipationist process in order to understand the relations of enslaved labor, occupation and management of new spaces by the freed black people in the municipalities of Taquari, Estrela and Santo Amaro. The methodology follows a qualitative and quantitative approach, of documentary research and content analysis, according to Sampieri et al. (2013) and Bardin (2011). As results, we have the records of letters of manumission, the activities carried out by some of the enslaved, the commercialization of labor, the color and origin designations, and the publications of the newspaper O Taquaryense related to abolitionism and post-emancipation. The existence of slavery was noticed in the municipalities analyzed, as well as the position of the newspaper in the face of the abolitionist issues, the conditions for acquiring liberty, conditional and unconditional manumission, labor relations and possibilities of occupation of new spaces by freed man after the promulgation of the Golden Law. It was concluded that the research contributed mainly to the knowledge and naming of the enslaved, thus allowing the visibility of these social subjects.

Keywords: Slavery. Freedom. Work. Landscape. Vale do Taquari.

LISTA DE FIGURAS

Figura 1 - Município de Taquari em 1849.....	23
Figura 2 - Localização geográfica de Taquari e Santo Amaro	25
Figura 3 - Plano urbanístico de São José de Taquari de 1767	28
Figura 4 - Município de Santo Amaro em 1881	33
Figura 5 - Plano urbanístico de Santo Amaro no século XVIII	37
Figura 6 - Município de Estrela em 1876	44
Figura 7 - Sedes da Fazenda Estrela.....	50
Figura 8 - Fazenda da Estrela	50
Figura 9 - Vó Brazelina Alves e seu neto Miro da Silva.....	54
Figura 10 - Fazendas de Antônio José de Moraes	138
Figura 11 - Possíveis localizações de fazendas	139
Figura 12 - Provável Comunidade Quilombola em Santo Amaro	159
Figura 13 - Comunidade Quilombola São Roque em Arroio do Meio	160
Figura 14 - Possíveis Comunidades Quilombolas no Vale do Taquari.....	161
Figura 15 - Prováveis Comunidades Quilombolas de Bom Retiro do Sul e Fazenda Vilanova	162
Figura 16 - Prováveis Comunidades Quilombolas	163

LISTA DE GRÁFICOS

Gráfico 1 - Cartas de liberdade de Taquari.....	90
Gráfico 2 - Cartas de liberdade de Santo Amaro.....	103
Gráfico 3 - Cartas de liberdade de Estrela.....	108

LISTA DE QUADROS

Quadro 1 - Publicações do jornal O Taquaryense de 1887	85
Quadro 2 - Publicações do jornal O Taquaryense de 1888	86
Quadro 3 - Compra e venda de escravizados em Taquari	111
Quadro 4 - Compra e venda de escravizados em Santo Amaro	125
Quadro 5 - Compra e venda de escravizados em Estrela	129
Quadro 6 - Atividades dos escravizados de Taquari	129
Quadro 7 - Designações de cor em Taquari	132
Quadro 8 - Designações de origem em Taquari	132
Quadro 9 - Designações de cor em Santo Amaro.....	134
Quadro 10 - Designações de origem em Santo Amaro	134
Quadro 11 - Designações de cor em Estrela.....	135
Quadro 12 - Faixas de Tamanho de Posse.....	136
Quadro 13 - Notícias do Taquaryense de 1889	142
Quadro 14 - Publicações do jornal O Taquaryense de 1890	152

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

APERS - Arquivo Público do Estado do Rio Grande do Sul

CAPES - Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior

CD-ROM - *Compact Disc Read-Only Memory*

DGE - Diretoria Geral de Estatística

F - Feminino

IBGE - Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística

M - Masculino

PPGAD - Programa de Pós-Graduação em Ambiente e Desenvolvimento

UNIVATES - Centro Universitário Univates

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	12
1 TAQUARI, ESTRELA E SANTO AMARO: A NECESSIDADE DE POVOAR	22
1.1 A fundação de Taquari e a abrangência de seu território no século XIX	22
1.2 Santo Amaro: plano estratégico e localização geográfica	32
1.3 Estrela e seu contexto histórico.....	44
2 REFLEXÕES TEÓRICAS – AMPLIANDO A DISCUSSÃO	57
2.1 O sistema escravista no Brasil: uma abordagem historiográfica	57
2.2 O trabalho escravizado no Rio Grande do Sul.....	61
2.3 A Abolição da escravidão e seus desdobramentos	65
2.4 Escravismo e a crítica ambiental de José Augusto Pádua	71
2.5 Uso de jornais como fonte de pesquisa para a história	75
2.6 Jornais: história e abolicionismo	77
3 O PROCESSO ABOLICIONISTA E AS RELAÇÕES DE TRABALHO EM TAQUARI, ESTRELA E SANTO AMARO.....	82
3.1 Jornal O Taquaryense: história e processo abolicionista.....	82
3.2 Liberdade.....	87
3.3 Relações de trabalho	110
4 O PÓS-EMANCIPAÇÃO E AS IMPLICAÇÕES NA PAISAGEM RURAL E URBANA DE TAQUARI, ESTRELA E SANTO AMARO	141
4.1 Publicações do Taquaryense de 1889 a 1890	141
4.2 Os libertos e a paisagem social.....	154
5 CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	164
REFERÊNCIAS	170

INTRODUÇÃO

A história do Brasil é marcada pelo sistema escravista africano que ultrapassou séculos, sendo possível perceber ainda hoje os vestígios deste processo histórico. Ao mencionar a escravidão se pensa nas palavras de Castro Alves¹, que em seu poema “O Navio Negreiro” descreve a situação terrível dos africanos que eram separados de seus lugares de origem e levados para além-mar em condições assustadoras. O poeta fala no tinir de ferros, no estalar de açoites, nos inúmeros homens negros que causavam pavor ao dançar, na multidão presa e faminta que cambaleava. Palavras que buscam representar as viagens nos porões abarrotados dos navios negreiros, em que homens e mulheres eram transportados para um destino forçado e totalmente desconhecido.

Sobre a realidade dos escravizados, após a chegada em território brasileiro, muito já se sabe com as pesquisas desenvolvidas e que estão em andamento. No entanto, ainda em várias regiões deste país é preciso contar esta história e mostrar a importância de um grupo que lutou e resistiu ao cotidiano que lhe foi imposto. Que buscou espaços de autonomia, através de negociações e conflitos com seus senhores, meios para minimizar um pouco do sofrimento proporcionado pelo escravismo. Entre os lugares, onde se notou a necessidade de pesquisar o uso da mão de obra escravizada foram os municípios de Taquari, Estrela e a atual Vila de Santo Amaro do Sul. Mais especificamente, os dois primeiros se localizam no Vale do Taquari/RS, e Santo Amaro no Vale do Rio Pardo/RS.

¹ Castro Alves (1847-1871) foi um poeta brasileiro que expressou em suas poesias os problemas sociais de seu tempo. Denunciou a crueldade da escravidão, dando ao romantismo um sentido social e revolucionário. Disponível em: https://www.ebiografia.com/castro_alves/. Acesso em: 26 ago. 2016.

Primeiramente é preciso compreender que estes locais se tornaram estratégicos em detrimento da vila militar de Rio Pardo/RS, no contexto da Capitania de São Pedro do Rio Grande do Sul. As fundações das povoações de Taquari e da Freguesia de Santo Amaro na década de 1760 foram planejadas e aplicadas por uma política do Governador da Capitania do Rio de Janeiro, Gomes Freire de Andrade. Christillino (2004) explica que, no ano de 1750, sesmarias já estavam sendo concedidas na região ao Capitão Francisco Xavier de Azambuja, Pedro Lopes Soares e Antônio Brito Leme no Vale do Taquari. A busca por caminhos alternativos para atingir Rio Pardo fez com que as tropas orientais utilizassem áreas menos protegidas, no caso, a parte serrana do que hoje é o Vale do Taquari.

O conhecimento sobre a existência da escravidão no Rio Grande do Sul ainda pode causar estranheza, pois, por muito tempo, enfatizou-se o uso do trabalho escravizado apenas nas charqueadas, nas lavouras de café do sudeste ou na produção de açúcar no nordeste. Porém, novas investigações têm demonstrado que a mão de obra escravizada foi utilizada em vários municípios do Estado², mas em um número reduzido ao se comparar com o tamanho de posse dos charqueadores ou com outras regiões do país. Na região do Vale do Taquari, identifica-se um desconhecimento a respeito da utilização do trabalhador escravizado, algo que precisa ser demonstrado e debatido, tanto no espaço acadêmico quanto na comunidade.

Deste modo, esta dissertação é um estudo sobre o trabalho escravo e as suas implicações na paisagem urbana e rural dos municípios de Taquari, Estrela e Santo Amaro. O recorte temporal compreendeu aos anos de 1857 a 1890, tendo como divisão o período anterior à abolição da escravatura e o pós-emancipação. Salientando-se também que se obteve as fontes documentais referentes aos anos citados. A escolha do espaço de tempo entre 1857 a 1888 deu-se pelo contexto histórico³ que envolveu a elaboração de leis que influenciaram no processo escravista da época. A opção pelo tema se relaciona com a necessidade de trazer ao debate a existência da escravidão e as consequências sociais que na atualidade são vivenciadas pelos descendentes dos escravizados.

² Em sua pesquisa Perussatto (2010) investiga as experiências de cativo, parentesco, emancipação e liberdade por trabalhadores escravizados nas últimas décadas da escravidão, entre 1860 a 1888, no município de Rio Pardo. Além disso, Scherer (2008) buscou em seu trabalho as liberdades no município de Rio Grande durante o século XIX, enfatizando os principais grupos que alcançaram as cartas de liberdade, nomeadamente homens e mulheres.

³ Na década de 1850, tem-se a aprovação da Lei Eusébio de Queirós proibindo o tráfico de escravos para o Brasil. Outra lei de forte impacto no cenário escravista foi a Lei do Ventre Livre, do ano de 1871, que entre seus artigos declarava livre os filhos das mulheres escravas que nascessem a partir da data de sua promulgação. Ainda dentro do recorte do trabalho temos a Lei dos Sexagenários de 1885 que concedeu liberdade aos escravos com sessenta anos ou mais e a Lei Áurea em 1888 que extinguiu a escravidão. Têm-se, no ano de 1889 a transição do sistema imperial para o republicano no Brasil com mudanças no cenário político, econômico e social.

A delimitação espacial da pesquisa foi feita com base no contexto histórico de Taquari, Estrela e Santo Amaro, sendo que Taquari, em específico, foi o município que deu origem a todos que hoje compõem o chamado Vale do Taquari, conhecido como o município-mãe. Como também pelo uso da mão de obra escravizada de forma muito expressiva e que necessitou e ainda necessita de debate, pois muitos elementos deste processo podem ser relacionados com as problemáticas atuais dos grupos afrodescendentes. A partir disso, fala-se no questionamento norteador da pesquisa: quais foram as repercussões sociais e ambientais em relação à esfera do trabalho durante o processo abolicionista nos municípios de Taquari, Estrela e Santo Amaro e como os negros libertos se inseriram em novos espaços? Buscou-se por respostas a partir da análise dos dados das fontes documentais, juntamente com respaldos dos fundamentos teóricos.

A hipótese elaborada remeteu-se para os dois momentos aqui tratados, ou seja, o processo abolicionista e o pós-emancipacionista, que apresentaram implicações diferentes nas paisagens. Durante o processo abolicionista, infere-se que o escravizado esteve presente em maior contingente na área rural, em função de dados oferecidos nas fontes documentais e bibliográficas. No pós-emancipação, acredita-se na continuidade das relações de trabalho entre o liberto e seu ex-senhor, em função da duração dos contratos de serviços, do acesso a lavouras próprias e de possíveis movimentações entre o espaço rural e o urbano.

Perante os assuntos apresentados o objetivo geral desta pesquisa é analisar o processo abolicionista e o pós-emancipacionista a fim de compreender as relações do trabalho escravizado, a ocupação e o manejo de novos espaços pelo negro liberto nos municípios de Taquari, Estrela e Santo Amaro. Em outras palavras, procurou-se conhecer as atividades desempenhadas pelos escravizados, os tipos de liberdades adquiridas e o que elas significaram de fato no cotidiano dos libertos, os espaços ocupados em que desenvolveram seus trabalhos, como também as permanências ou mudanças após a promulgação da Lei Áurea em 1888.

A pesquisa se justifica, pela necessidade de uma investigação aprofundada a respeito do uso do trabalho escravizado, na atual região do Vale do Taquari e pela importância histórica de Taquari, Estrela e Santo Amaro, sendo os primeiros povoados que com o transcorrer do tempo, deram origem a outros municípios. Existem algumas produções que mencionam a temática escravista nos três municípios analisados, como: Faria (1981), Hessel (1983), Eifler (1992), Schierholt (1992; 2002; 2010), Ahlert e Gedoz (2001), Christillino (2004; 2008), Relly, Machado e Schneider (2008), Franz (2009), Kreutz et al. (2011), Moreira

e Cardoso (2012; 2013), Farias (2012) e Gregory (2015). Porém, ainda não são suficientes ao se considerar o tamanho do uso da mão de obra escravizada e toda a sua complexidade, tanto localmente quanto nacionalmente.

É importante destacar que esta pesquisa foi possível pela variada documentação existente sobre o processo escravista em Taquari, Estrela e Santo Amaro. Começando pelas notícias do jornal O Taquaryense, que demonstraram muitos elementos para a discussão da escravidão, possibilitando conhecer alguns acontecimentos dos municípios antes destacados e que fizeram uso do trabalho escravizado, como estes estavam se envolvendo com o movimento abolicionista. Já os documentos de compra e venda de escravos, cartas de liberdade, inventários e processos-crime possibilitaram o conhecimento de uma série de dados inéditos que, até então, não tinham sido explorados e colocados em debate. Cada um oferecendo detalhes de extrema importância para a percepção da quantidade e da duração do trabalho escravizado nos espaços delimitados. Salientando a importância destes documentos estarem digitalizados e disponíveis para o acesso, caso contrário, dificultaria a obtenção destas informações.

Ao mencionar a utilização e a contribuição da documentação histórica para a pesquisa, Karnal e Tatsch (2015) salientam que o documento é a base para a análise histórica, pois destruídos todos os documentos sobre um determinado período, nada poderia ser dito por um historiador. Ao não se ter nenhum vestígio arqueológico de uma civilização, nenhum texto e nenhuma referência por meio de outros povos, seria como uma civilização inexistente para o profissional da História. Ao se discutir sobre o que é considerado um documento histórico, na verdade se estabelece qual a memória que deve ser preservada.

Entre os documentos utilizados neste texto estão os inventários que informam os nomes de proprietários de Taquari, Estrela e Santo Amaro que deixaram seus escravos como herança. Segundo Furtado (2015), os inventários descrevem o patrimônio de um indivíduo e por isso são de natureza predominantemente econômica, sendo valiosos testemunhos da cultura material de uma sociedade. Para o estudo da escravidão, os inventários se revelam instrumentos preciosos, pois o grupo escravista do falecido é nomeado, listado e avaliado entre os bens semoventes. Também registram preços, condições de saúde, origem e, por vezes, ofícios, oferecendo boas informações sobre o conjunto de cativos do falecido.

Grinberg (2015) escreve que para trabalhar com qualquer documentação é necessário saber ao certo do que ela trata, como se constitui, quais são as regras próprias. Nos processos criminais, é fundamental ter em conta o que é considerado crime em diferentes sociedades e como se dá, em diferentes contextos e temporalidades, o andamento de uma investigação criminal, no âmbito do Poder Judiciário. Perante isso, salienta-se que na pesquisa consta dados de processos-crime, porém, não se enfatizou os crimes ocorridos, pois se utilizou somente as informações referentes à denominação das profissões dos escravizados envolvidos.

O ponto de partida para a investigação do tema escravidão foi a leitura de notícias veiculadas pelo jornal O Taquaryense, do município de Taquari, nos anos de 1887 e 1888. Nestas páginas, leu-se sobre a concessão de cartas de liberdade, destacando os nomes dos proprietários e de seus escravizados, a situação do processo abolicionista em outros lugares, bem como demais aspectos relacionados ao abolicionismo. Além destes dois anos, avançou-se para os anos de 1889 e 1890, em que se procurou por notícias que fizessem alusão à situação dos libertos após a abolição, levando em conta o envolvimento e o discurso apresentado pelo semanário nas publicações do período pré-abolição (1887-1888). Considerando-se também o momento histórico do país, a transição do Império e a instauração da República em 1889 e todos os seus desdobramentos políticos, econômicos e sociais.

Em relação aos procedimentos metodológicos, fez-se uso de uma abordagem quali-quantitativa de acordo com Sampieri et al. (2013), para quem os métodos mistos representam um conjunto de processos sistemáticos e críticos de pesquisa e implicam a coleta e a análise de dados quantitativos e qualitativos, assim como sua integração e discussão conjunta para realizar inferências como produto de toda a informação coletada e conseguir um maior entendimento do fenômeno em estudo.

No que diz respeito aos objetivos, a pesquisa foi descritiva, pois estudos descritivos buscam especificar as propriedades, as características e os perfis de pessoas, grupos, comunidades, processos, objetos ou qualquer outro fenômeno que se submeta a uma análise. Para a realização da coleta de dados, utilizou-se a pesquisa documental e de análise de conteúdo e o tratamento dos resultados. Para isso, seguiu-se as recomendações de Bardin (2011). Na continuidade, tem-se um detalhamento da exploração de cada documento e como as informações foram classificadas.

Uma vez selecionadas as fontes documentais, iniciou-se um processo de categorização de cada documento para classificar os seus conteúdos. Antes de detalhar os procedimentos elaborados, cabe mencionar a origem e a forma como se acessou os documentos. Começando pelas edições do jornal O Taquaryense, estas foram acessadas em CD-ROM disponibilizado pela biblioteca do Centro Universitário UNIVATES. Tal material é resultado de um convênio entre a instituição e o periódico, em que foram realizados o levantamento, a recuperação e registro em microfilmagem das edições existentes. Em relação aos documentos cartas de liberdade, compra e venda de escravos, inventários e processos-crime, estes se encontram no livro intitulado Documentos da Escravidão do Rio Grande do Sul, organizado pelo Arquivo Público do Estado (APERS) e estão disponibilizados virtualmente. As informações que compõem a coleção do arquivo foram retiradas dos livros de acervo dos tabelionatos de cada município oferecendo, assim, um vasto conteúdo para o pesquisador.

Na sequência, explica-se como ocorreu a procura, a escolha e a classificação das notícias do jornal O Taquaryense, edições de 1887, 1888, 1889 e 1890, bem como a maneira como foram organizadas. Optou-se pelos seguintes passos: a) leitura das quatro páginas semanais do periódico; b) busca e seleção de notícias relacionadas ao trabalho escravo em Taquari, Estrela e Santo Amaro; c) classificação dos assuntos encontrados envolvendo o tema escravidão; d) contagem do número de notícias em relação aos assuntos sobre a escravidão; e) elaboração de quadros para cada ano, com quatro colunas, com a divisão de assuntos, quantidades, locais e as respectivas datas das edições do semanário. Com base nos quadros elaborados, debateu-se os assuntos pertinentes ao processo escravista, em especial dos anos de 1887 e 1888, as cartas de liberdade concedidas, a formação de comissões abolicionistas, os contratos de locação de serviços, os serviços de criados, a promulgação da Lei Áurea, associações de libertos, trabalho livre, salários, impostos e trabalho agrícola.

Em relação aos documentos da escravidão, ou seja, as cartas de liberdade, compra e venda de escravos, inventários e processos-crime, os procedimentos foram mais demorados e de uma gama de dados volumosa. Iniciou-se com uma leitura de cada documento para conhecer o que cada um oferecia em termos de informações sobre a escravidão em Taquari, Estrela e Santo Amaro. Depois disso, construiu-se quadros para cada documento. O primeiro a ser feito foi o das cartas de liberdade, dividido em nome do escravizado, idade, nome dos proprietários, município, local da matrícula, trabalho, identificação do documento e ano. O segundo contemplou o documento de compra e venda, com uma separação baseada em nome do escravizado, idade, profissão, data da venda, valor, nome do vendedor e comprador,

município e observações relacionadas aos escravizados. O terceiro é composto com itens dos inventários, dispostos da seguinte forma: nomes dos inventariados, nomes dos escravizados, observações, profissões, valores, anos e município. O quarto quadro enfocou o conteúdo dos processos-crime, em que se distribuiu como réu, vítima, cor, idade, naturalidade, profissão, crime, ano, local e donos.

A partir do quadro maior, buscou-se informações para a elaboração de quadros menores que demonstrassem os dados de maneira mais específica e que pudessem ser inseridos no texto para a análise. Procedeu-se, em um primeiro momento, com as cartas de liberdade. Foram montados três quadros (Taquari, Estrela e Santo Amaro) contendo: a) os anos de 1857 a 1888; b) a busca por todas as cartas condicionais e incondicionais referentes a cada município; c) contagem das cartas por ano; d) soma total de cada tipo de carta. A partir do levantamento destes quadros, foram criados gráficos para melhor representar as concessões das alforrias, observando-se as diferenças de um município para outro, sendo, no total, três gráficos apresentados no texto.

Sobre os dados de compra e venda, estes foram organizados também com base no levantamento geral. Fez-se, então, uma divisão em cinco colunas, com os itens ano, sexo, idade, valor e o total: a) construção de um quadro para cada município; b) contagem por ano da quantidade de indivíduos masculinos e femininos, com as respectivas idades e valores; c) soma por ano dos escravizados; d) ao final de cada quadro foi colocada a soma total. Os quadros foram inseridos no texto para a análise de questões envolvendo valores e idades, diferenças de compra e venda entre os anos e quantidades apresentadas por cada município. Destaca-se que o documento digitalizado oferece o nome do escravo, a situação civil, cor, idade, o dia da compra e venda e o respectivo valor, a identificação do vendedor e do comprador; e, caso tivessem acompanhantes, estes também são mencionados. Ressalta-se que o documento na íntegra está no Arquivo Público do Rio Grande do Sul. Na presente pesquisa se fez uso apenas dos dados digitalizados e disponibilizados via *internet*.

Das informações dos inventários dos proprietários que deixaram seus escravizados como herança, retirou-se os seguintes elementos: a) os nomes dos inventariados e dos escravizados; b) observações descritas sob as designações de crioulo, pardo, preto, africano, Nação, Moçambique, além das profissões contidas. A contribuição interessante deste documento foi a descrição da quantia e dos nomes dos escravizados deixados pelos inventariados. Tais nomes foram de fundamental importância para a elaboração de um

segundo quadro, a qual enfatizou a faixa de posse dos proprietários de Taquari, Estrela e Santo Amaro. Juntamente com os dados oferecidos pelo quadro de inventários, contou-se em que outros documentos apareciam os nomes dos proprietários, ou seja, em cartas de alforria, compra e venda e processos-crime.

No momento, optou-se por extrair dos processos-crime as profissões dos escravizados, pois se observou que a maioria dos sujeitos envolvidos e citados nos processos tinha profissões. Com isso, partiu-se para a elaboração de um gráfico que demonstrasse as porcentagens referentes às atividades desenvolvidas, no entanto, estão digitalizados apenas os processos referentes a Taquari. Entre os serviços, o doméstico, de campo, agricultor, cavaleiro, marinho, roceiro e lavrador. Nesta fonte documental, tem-se a referência ao ano de 1833, em dois casos, e aos anos de 1851, 1852, 1855, sendo uma faixa temporal anterior à delimitação apontada pelos outros documentos apontados nesta pesquisa.

Além dos quadros elaborados já explicados a partir do levantamento geral dos dados, também foi representada, em gráfico sobre os municípios de Taquari e Estrela, uma amostra da quantidade dos termos preto, pardo, mulato, africanos, entre outros que os documentos apontaram. Além disso, realizou-se uma contagem para se obter uma faixa de tamanho de posse em que se estipulou quantidades de escravizados que os proprietários possuíam, conforme o gênero.

A pesquisa está organizada em quatro capítulos. O primeiro, intitulado “Taquari, Estrela e Santo Amaro: a necessidade de povoar”, descreve o contexto histórico dos três municípios enfatizando aspectos como o surgimento, os primeiros povoadores, a ocupação, a localização geográfica e as suas influências, as atividades econômicas desenvolvidas no transcorrer do século XIX, as emancipações políticas, o uso da mão de obra escravizada, a distribuição de terras e os proprietários de fazendas. Tal descrição contribuiu para a parte inicial da análise do trabalho escravizado nos três municípios em questão.

O segundo capítulo, intitulado “Reflexões Teóricas – Ampliando a Discussão”, apresenta um panorama nacional e regional do sistema escravista, explicando as causas da vinda dos escravizados africanos para o Brasil, as características do processo escravista no Rio Grande do Sul, as leis abolicionistas e seus impactos nos aspectos econômicos e sociais. As ideias críticas de José Augusto Pádua em relação ao modo como a escravidão prejudicava

o ambiente, o respaldo teórico para o uso dos jornais como fonte documental para o historiador e os periódicos que noticiaram e apoiaram o fim da escravidão.

O terceiro capítulo aborda “O processo abolicionista e as relações de trabalho em Taquari, Estrela e Santo Amaro”, em que se analisou os dados obtidos nas fontes documentais, ou seja, em cartas de liberdade, compra e venda de escravos, inventários, processos-crime e notícias do jornal O Taquaryense. Em específico sobre o periódico se evidenciou as publicações dos anos de 1887 e 1888. Buscou-se debater e contextualizar os dados apurados a partir de duas unidades de análise, entre elas, liberdade e relações de trabalho.

O quarto e último capítulo ressalta “O pós-emancipação e as implicações na paisagem rural e urbana de Taquari, Estrela e Santo Amaro”, trazendo as notícias do jornal O Taquaryense relativas aos anos de 1889 e 1890, em que se identificou publicações que demonstrassem de alguma forma a situação de ex-escravizados nos três municípios em debate pela pesquisa. Juntamente com as informações veiculadas, utilizou-se de elementos teóricos para problematizar os elementos evidenciados nas notícias, como também, as mudanças no cenário político do país.

Em relação à investigação realizada, esta inseriu-se na linha de pesquisa Espaço e Problemas Socioambientais, uma das linhas de pesquisa do Programa de Pós-Graduação em Ambiente e Desenvolvimento, do Centro Universitário UNIVATES. Analisou-se o uso do trabalho escravizado no contexto do século XIX em Taquari, Estrela e Santo Amaro, relacionando-o ao processo de ocupação portuguesa às margens do Rio Taquari, ao surgimento dos povoados, ao planejamento urbano, às organizações econômicas, políticas e sociais a partir da implantação das fazendas, lavouras, comércio, pecuária e extração da erva-mate. Assim como as emancipações que foram ocorrendo com o transcorrer do tempo, proporcionando novas configurações territoriais.

No âmbito dos problemas socioambientais, buscou-se problematizar o processo abolicionista nos três municípios analisados, em específico, o pós-emancipação e a inserção ou não dos libertos na sociedade local. Baseou-se em dados das fontes documentais que forneceram algumas informações em relação aos caminhos tomados pelos ex-escravizados, os lugares que já ocupavam antes da promulgação da Lei Áurea, em 1888, e os novos espaços que passaram a ocupar. No entanto, percebeu-se que ainda se faz necessário um

aprofundamento maior sobre as problemáticas surgidas com o fim da escravidão em Taquari, Estrela e Santo Amaro.

1 TAQUARI, ESTRELA E SANTO AMARO: A NECESSIDADE DE POVOAR

A história dos municípios de Taquari, Estrela e Santo Amaro é aqui descrita como uma maneira de se conhecer e debater sobre o surgimento destes povoados, entender os motivos que desencadearam a ocupação às margens do Rio Taquari e Jacuí, o planejamento estratégico, as disputas pelas demarcações dos limites territoriais entre Espanha e Portugal, as emancipações a partir de Taquari, bem como a composição social que cada município foi formando com o transcorrer do tempo. E, na medida em que os autores apontaram o uso da mão de obra escravizada em tais locais, buscou-se descrevê-la a fim de apresentar o que já existe escrito a respeito do trabalho escravocrata no período do século XIX.

1.1 A fundação de Taquari e a abrangência de seu território no século XIX

Entre os municípios analisados por esta pesquisa está Taquari, criado em 4 de agosto de 1849, desmembrando-se de Triunfo/RS (FIGURA 1). Na época, seu território correspondia a uma grande área, envolvendo os atuais municípios de Lajeado/RS, Venâncio Aires/RS, parte de Guaporé/RS, Santa Cruz/RS (colônia de Monte Alverne), Estrela/RS e a atual Vila de Santo Amaro do Sul/RS. A configuração territorial de Taquari começou a se modificar no ano de 1866, com a transferência da Colônia Monte Alverne, da Freguesia de Santo Amaro, para a Freguesia de Santa Cruz, em Rio Pardo/RS. Depois disso, ocorreu a emancipação de Estrela, em 1876, e, cinco anos mais tarde, foi a vez de Santo Amaro, que se emancipou em 1881 (FARIA, 1981).

A nova freguesia de São José de Taquari, construída em 13 de maio de 1765, ficou subordinada à Vara do Senhor Bom Jesus do Triunfo e assim permaneceu até ser elevada à paróquia autônoma e à categoria de matriz. Quando foi criada, apenas outras seis freguesias existiam na Capitania do Rio Grande de São Pedro, entre elas, São Pedro do Rio Grande (1736), Nossa Senhora da Conceição de Viamão (1747), Senhor Bom Jesus do Triunfo (1754), Santo Ângelo do Rio Pardo (1762), Santo Antônio da Patrulha (1763) e Nossa Senhora da Conceição do Estreito (1765). O primeiro pároco designado pelo governador José Custódio de Sá e Faria para a Freguesia de Taquari chamava-se Manoel da Costa Mata (COSTA E SILVA, 1972).

As doações de sesmarias em Taquari tiveram início em 1754. Entre os indivíduos contemplados estavam o Capitão Francisco Corrêa Sarafana, o Tenente Francisco da Silva e Luiz Vicente Pacheco de Miranda. Segundo Farias (2012), estes dois últimos eram portugueses e se casaram com filhas de Jerônimo de Ornellas Menezes de Vasconcellos. Neste sentido, Rhoden (2006) acrescenta que as sesmarias foram concedidas em áreas que eram controladas militarmente pelos portugueses para evitar atritos com os espanhóis. O objetivo era espalhar propriedades portuguesas pelo território para, ao mesmo tempo, estas pessoas produzirem e cuidarem da criação do gado e ajudarem na vigilância contra possíveis ataques.

Em relação ao Tenente Francisco da Silva, Costa e Silva (1972) salienta que foi o primeiro povoador da área taquariense e morador que se fixou ao Passo do Rio Tebiquari. Algo que pode ser visto nas concessões de suas sesmarias e documentos no Arquivo Nacional, demonstrando que o Tenente estava de posse dos campos, onde se arrancharam os casais enviados, em 1760. Conforme as informações dos documentos descritos pelo autor, o estancieiro Francisco da Silva era morador de Viamão, porém, a porção de terra que lhe foi outorgada consistia em um rincão que teria duas léguas de terra em quadra, limitando-se ao sul com um rio chamado Taquari.

Compartilhando dos mesmos aspectos de Costa e Silva (1972), Farias (2012) escreve que é possível presumir que um dos moradores mais antigos de Taquari tenha sido o Tenente Francisco da Silva, segundo informações de suas terras próximas ao passo do rio Taquari, onde foram instaladas as sete famílias açorianas por ordem do Governador José Marcelino de Figueiredo. Um pouco mais adiante, em tal localização, estava o Morro da Carapuça, local em que se encontrava a fazenda de Luís Vicente Pacheco de Miranda.

As duas povoações foram estabelecidas em locais estratégicos. Conforme Christillino (2004), Taquari foi construída na margem esquerda do rio Taquari a uma distância de dezoito quilômetros da foz deste, no rio Jacuí (FIGURA 2). A então freguesia de São José de Taquari tinha sua vila estabelecida numa pequena elevação junto à margem do rio com o acesso somente pela via fluvial, pois, aos fundos, localizavam-se as montanhas e os pântanos que os separavam da freguesia de Triunfo. Na vila de Taquari, fundou-se um quartel que permitia o controle da navegação sobre o rio, em função dos conflitos entre castelhanos e portugueses.

Figura 2 - Localização geográfica de Taquari e Santo Amaro



Fonte: Elaborado pela autora a partir de Google Earth (2016).

A respeito da importância econômica do rio Taquari, Costa e Silva (1972) expõe que quando se lutava no solo do Rio Grande do Sul pela demarcação dos limites meridionais das terras do Brasil, o valor estratégico do velho Tebiquari era reconhecido e proclamado pelas autoridades portuguesas que o consideravam de grande importância, também para a defesa dos domínios lusitanos nesta parte da América. Além disso, o autor destaca que no ano de 1949, nove companhias importantes exploravam a navegação ao longo de seu curso, utilizando cento e dez barcos com capacidade de quatro mil e quinhentas toneladas. As

companhias eram Navegação Capital, Navegação Guaíba Ltda, Bruno Born, Navegação Lajeado, Costi S.A, Navegação Esmeralda, Navegação Progresso, Patriota e Navegação Arnt Ltda.

Para Ferri (1991), a mais importante empresa que comprava e vendia terras aos colonizadores era a firma Batista Filho & Cia, formada pelos sócios Antônio Fialho de Vargas, seus dois irmãos, Joaquim Pereira e Manoel, além de João Batista Soares da Silveira e Souza. Esta foi fundada em 1853 e era administrada por Antônio Fialho de Vargas. No entanto, a sociedade se desfez, mas os familiares de Fialho de Vargas continuaram comprando e vendendo terras nos municípios de Estrela, Lajeado, Arroio do Meio, Encantado, Roca Sales, Muçum e Dois Lajeados.

Outro fator que se insere no processo histórico de Taquari é o seu traçado urbano, em relação a isso, Menezes (2013) aborda que no momento em que a Coroa portuguesa decidiu adotar o sistema de capitanias hereditárias no Brasil, o planejamento urbano já se mostrava como uma prática consolidada não somente na Metrópole, como também nas feitorias e cidades orientais. Pode-se afirmar também que o estabelecimento do regime das Capitanias, estimulando a fixação de europeus nas novas terras, visava alcançar não apenas a sua ocupação, mas também a urbanização, como a solução mais eficaz de colonização e garantia de posse.

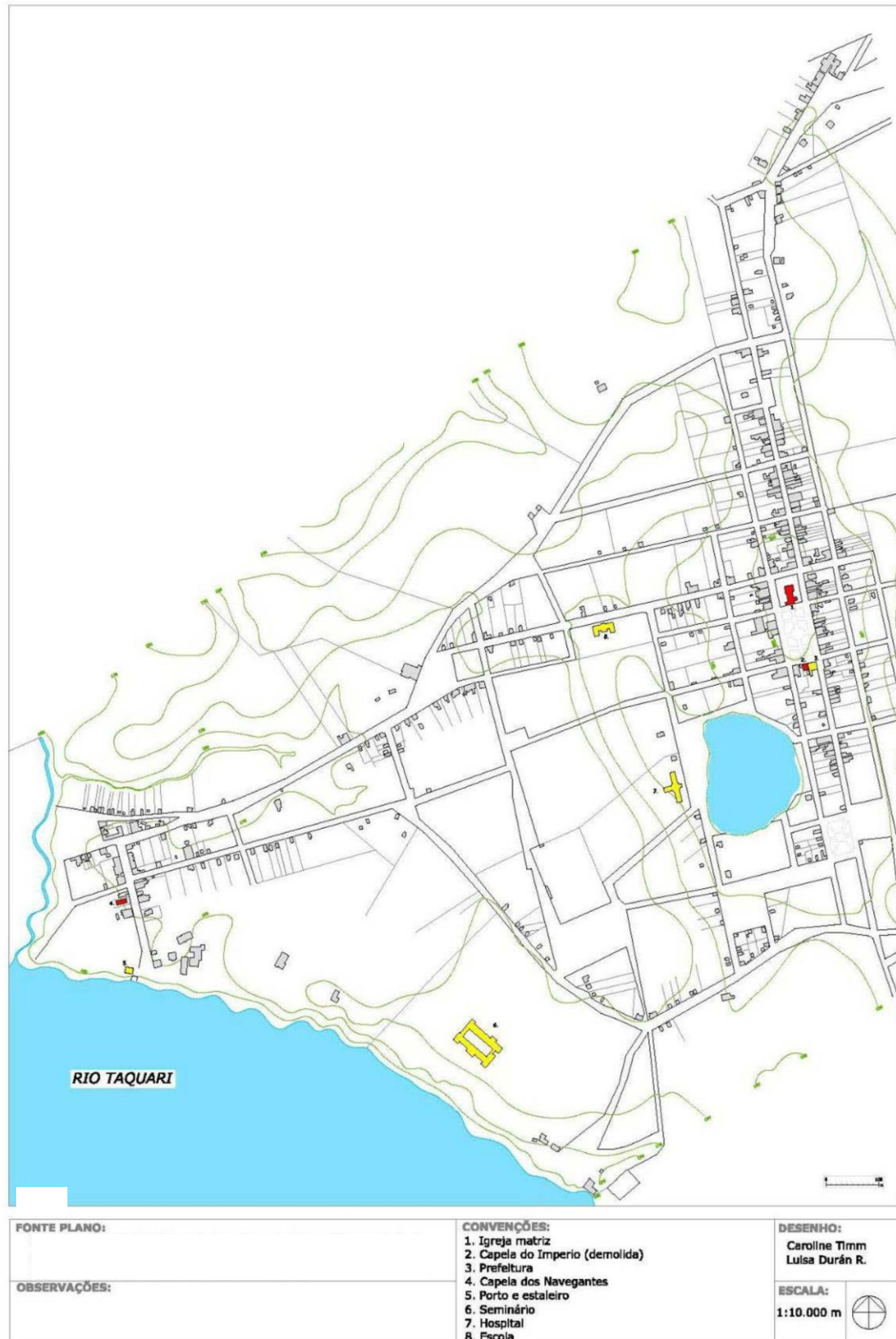
Os procedimentos adotados pelo governo português, nos últimos anos do século XVII e na primeira metade do século XVIII, para a fundação de vilas e cidades no Brasil, foram consolidados no Período Pombalino. Salienta Menezes (2013) que a administração pombalina promoveu a criação de uma grande rede de vilas, com isso, buscava implantar um sistema que permitisse o controle da vida colonial. A ação urbanizadora setecentista deve ser entendida no contexto político da delimitação das fronteiras entre Portugal e Espanha, no Novo Mundo. Desta forma, fundar vilas e cidades destinava-se a demonstrar a soberania sobre um território e de defendê-lo.

A partir do exposto, percebe-se que as vilas e cidades que foram surgindo na mesma época ou anterior a Taquari e Santo Amaro faziam parte da política portuguesa no território colonizado, em outras palavras, queria-se garantir o seu domínio construindo de forma planejada os espaços urbanos. Tudo isso contribui para o entendimento da constituição das vilas que se analisa nesta pesquisa, como também para o debate sobre a exploração da mão de

obra escravizada, considerando-se que a problematização levantada no texto envolve justamente o espaço rural e urbano no processo abolicionista, em que se busca perceber em quais destes espaços os escravizados se fizeram presentes.

Taquari, através de seu planejamento estratégico, faz parte da história do urbanismo colonial. Neste sentido, Rocca (2009) ressalta que o município é o único assentamento sulino do qual se conhece o projeto urbano inicial, sendo que a planta original datada do ano de 1767 se encontra no Arquivo Histórico do Rio de Janeiro (FIGURA 3). Este documento, com o caráter de modelo, ilustra a espacialidade que o governo português planejava para os povoados de açorianos, como também os princípios do chamado urbanismo pombalino, divulgado no meio acadêmico na segunda metade do século XVIII.

Figura 3 - Plano urbanístico de São José de Taquari de 1767



Fonte: Rocca (2009).

Ainda sobre as origens do povoado de Taquari, Silva (1972) salienta que a povoação se instalou vinte três anos depois que o Brigadeiro José da Silva Pais tinha lançado as bases da cidade de Rio Grande/RS, com a fundação do Presídio Jesus-Maria-José. E em relação à distribuição de terras, sabe-se que os açores receberam as doações na década de 1760, para assim garantirem a ocupação portuguesa sobre o Rio Jacuí. Juntamente com as Vilas de Triunfo e Rio Pardo, estes estabelecimentos faziam parte do plano estratégico do governo português.

De acordo com Rocca (2009), o assentamento na margem esquerda do Rio Taquari estava na altura da embocadura do arroio Tingueté em um barranco que impedia a ocupação ao longo da orla. Com uma topografia em dois níveis, um planalto e uma ribeira, separou-se o assentamento em dois setores com uma distância de dois quilômetros, ou seja, a cidade baixa e a cidade alta. Na parte alta, há uma lagoa que até o início do século XX foi lugar das lavadeiras. Também foi instalado um forte de terra batida em 1768, porém, desta construção, não restou nenhum vestígio. O mesmo autor explica que a cidade baixa, a portuária, formou-se a partir de 1767, sendo independente da cidade alta. Ambas se complementavam e, com o desenvolvimento urbano, formaram uma única rede.

O projeto da cidade alta tinha duas praças e uma ordem geométrica em que todos os elementos tinham relações matemáticas entre si. Supõe a legenda da planta que o primeiro assentamento ocorreu na cidade baixa. Rhoden (2006) escreve que a presença das duas praças, uma quase ao lado da outra, em um traçado urbano previamente desenhado, acontecia pela segunda vez no Brasil. O primeiro caso foi o de São José do Macapá, no ano de 1758. Depois de São José do Tebiquari, apareceram os casos de Mazagão, no Pará, e várias aldeias indígenas na Bahia que foram elevadas à vila.

Entre outros aspectos, o plano arquitetônico definia que todas as ruas teriam a mesma largura, estrutura predial e a forma de ocupação do lote. O modelo incluía unidades residenciais em fileira, uma sequência da janela-porta-janela equivalendo a uma unidade, e o telhado a quatro águas, com cumeeira paralela à rua, desta maneira juntando em uma edificação, quatro unidades por quadra. Rocca (2009) ressalta que Taquari é um aglomerado açoriano, sendo que os primeiros povoadores foram casais das ilhas dos açores. Também evidencia que o parâmetro urbanístico com a cidade baixa e seu arranjo linear, perpendicular ao rio sem a formação de quarteirões, é semelhante às formas utilizadas nas freguesias

açorianas de Portugal. A cidade alta não segue este padrão, pois representa um urbanismo erudito do século XVIII com adaptações ao local.

Ao começar a guerra dos farrapos (1835 a 1845), Costa e Silva (1972) descreve que Taquari vivenciou as lanças farroupilhas dentro da própria sede da freguesia. Aos arredores e na zona compreendida entre os arroios “Pinheiros” e “Moinho”, o Governo Imperial e os republicanos rio-grandenses mobilizaram os maiores efetivos de guerra que, durante os dez anos, estiveram face a face. No morro da Fortaleza, serro nas divisas de Triunfo e Montenegro, em 1840, juntaram-se as forças de Bento Gonçalves, que tinha saído do sítio de Porto Alegre e passado o Caí, e as do General Antônio de Souza Neto, que vinha da campanha atravessando o Taquari.

A principal atividade econômica do recém emancipado município de Taquari em meados da década de 1850, segundo Christillino (2004), era a produção de tábuas de pinho, realizada em catorze engenhos de serrar movidos à água. No entanto, estavam em decadência pela drástica diminuição das madeiras utilizadas nas serrarias. A segunda atividade mais importante era a extração da erva-mate, que também apresentava problemas, pois suas árvores estavam sendo destruídas pela exploração inadequada, situação que levaria a uma estagnação e queda de tal prática.

O Município de Taquari, que abrangia o Vale do Rio de mesmo nome, era navegável em boa parte do seu leito e, próximo a Porto Alegre, possuía um dos terrenos mais férteis da Província. De acordo com Christillino (2006), a agricultura em larga escala se encontrava em plena decadência no Vale, mesmo usufruindo de uma localização favorável. Esta região abrigava uma elite falida e possuidora de grandes extensões de terras que poderiam ser comercializadas aos imigrantes - algo que acabou acontecendo. Essa era, praticamente, a única alternativa econômica para estes grandes proprietários, entre eles, estavam as famílias Azambuja e Ribeiro.

Christillino (2006) explica que a Família Ribeiro e Azambuja utilizaram estratégias de construções familiares para assegurar a estabilidade econômica e política de sua parentela. A Família Azambuja foi constituída de soldados de patente e estancieiros, no século XVIII. O Capitão Francisco Xavier Azambuja recebeu uma sesmaria de terras em 1754, no futuro Distrito de Santo Amaro, e seus descendentes, além de receberem várias concessões de terras, firmaram-se em torno de sólidas alianças matrimoniais.

Na continuidade, Christillino (2006) frisa que o Ten. Cel. João Xavier de Azambuja se casou com Laura Centeno de Azambuja, oriunda de uma família tradicional da Campanha. Por meio de alianças matrimoniais, eles herdaram grande parte dos bens de Bento Gonçalves da Silva. Os filhos deste casal tiveram bons casamentos, e uma de suas netas, Maria Altina, casou-se com o seu primo, o Dr. Rodrigo de Azambuja Villanova. Este garantiu bons contatos junto à administração provincial para os Azambuja, pois, além de ter sido um burocrata e deputado de prestígio, fora também presidente da Província entre os anos de 1887 a 1888.

No que diz respeito ao território de Taquari, Faria (1981) escreve que em sua maior parte era de imensas coxilhas. Nos seus limites com os municípios de Estrela e Montenegro, dispunha da Serra Geral com montes cobertos de bosques. Com área de mata, bastante colonizada e povoada por descendentes de alemães, constituindo-se em uma pequena parte do primeiro distrito, boa parte do segundo e todo o terceiro. A segunda zona era de campo, também regularmente povoada por nacionais e subdividida em pequenos estabelecimentos agrícola pastoris.

Depois de se mencionar alguns elementos relacionados ao surgimento de Taquari, é necessário chamar a atenção para situações envolvendo o sistema escravista no município. Moreira e Cardoso (2013) escrevem sobre os escravizados do comerciante Manoel Alves dos Reis Louzada que assassinaram o seu capataz. Tem-se que no ano seguinte à morte do Louzada, uma desordem ocorreu em suas fazendas nas margens do rio Taquari - naquela época, já pertencentes ao seu herdeiro, o cirurgião-mor Antônio José de Moraes. Os depoimentos dos escravos presos e o cruzamento com documentos eclesiásticos evidenciam uma comunidade de senzala madura, além disso, o movimento feito pelos escravos buscava negociar a manutenção de direitos costumeiros negociados entre escravos e proprietários.

Em outro artigo, Moreira e Cardoso (2012) enfatizam o ocorrido em 1863. As autoridades da província de São Pedro do Rio Grande do Sul recearam que uma insurreição escrava estivesse sendo organizada às margens do rio Taquari, local próximo da capital e caracterizado pela instalação de fazendas de agricultura e pecuária, extração de madeira, entre outros. Sabendo disso, a polícia se dirigiu até a Fazenda da Conceição, pertencente ao cirurgião-mor Antônio José de Moraes, e prendeu os escravizados, porém, rapidamente ficou esclarecido que se tratava de uma desordem e não exatamente de uma sublevação. Através das informações prestadas pelos escravos, tratava-se de um local, onde uma comunidade negra de senzala vinha se constituindo há muito tempo e queria manter os seus direitos costumeiros.

A partir do exposto, notou-se a relevância do processo histórico do município de Taquari, que surge em detrimento do plano português de povoamento e de sua estratégia de defesa dos inimigos espanhóis. Em um segundo momento no texto, retoma-se Taquari no contexto do uso do trabalho escravizado africano, e, com isso, os elementos descritos são importantes para a análise dos dados documentais. Na sequência, apresentam-se informações de Santo Amaro, que, da mesma forma que Taquari, possui uma história atrelada aos acontecimentos de um cenário de disputas por território.

1.2 Santo Amaro: plano estratégico e localização geográfica

O surgimento de Santo Amaro se assemelha em alguns pontos ao de Taquari: no que diz respeito à origem de seu povoado, à localização próxima do rio, à ocupação, ao plano estratégico e, ao mesmo tempo, à acomodação dos casais açorianos que estavam sem um destino na Capitania de São Pedro do Rio Grande do Sul. No transcorrer do texto, percebe-se a importância histórica de Santo Amaro, que, hoje, denomina-se Vila de Santo Amaro do Sul. Observa-se que os vestígios de um passado estão presentes nas calçadas, casas, ruas, nas conversas com os moradores, no colorido das pinturas, na Igreja.

A respeito da fundação do povoado, Mallmann (2011) explica que foram as designações políticas que justificaram e provocaram a ocupação portuguesa de Santo Amaro, que, nos dias atuais, pertence ao município de General Câmara/RS, localizado no Vale do Rio Pardo/RS (FIGURA 4). Próxima às margens do rio Jacuí, Santo Amaro surgiu no contexto das disputas territoriais entre os reinos de Portugal e Espanha. A Vila, ao longo do tempo, recebeu diferentes denominações, entre elas, Forqueta de Santo Amaro, Forte de Santo Amaro, Porto de Santo Amaro, Santo Amaro e Amarópolis.

a ocupação da Colônia de Sacramento, em 1762, e a “invasão espanhola”, na vila do Rio Grande, em 1763 (KÜHN, 2011).

Kühn (2011) ainda explica que os espanhóis, liderados pelo general Pedro de Cevallos, tomaram os fortes de São Miguel e Santa Tereza, terminando por ocupar a capital do Continente, a vila de Rio Grande. Diante disso, o governador fugiu às pressas para Viamão. Tal situação provocou saques e desordens, no entanto, a principal consequência foi a transferência da capital para Viamão. Com isso, quase 80% da população saiu e se instalou, em sua maioria, nos campos e nos núcleos populacionais ao longo do rio Jacuí, como Santo Amaro e Rio Pardo. Apenas alguns foram para a vila de Laguna e para a ilha de Santa Catarina.

Tais fatos relacionam-se com a chegada dos açorianos ao Rio Grande de São Pedro, momento em que as autoridades estavam envolvidas com a demarcação do Tratado de Madri, com a Guerra Guaranítica e com a invasão espanhola. Diante deste cenário turbulento, os contingentes de açorianos que chegavam pelo porto da vila de Rio Grande, entre 1751 a 1765, não foram acomodados como deveria. Desta maneira, a vida cotidiana destes grupos foi constituída de arranchamentos nos diversos locais para os quais eram levados pelas autoridades coloniais, auxiliando a erguer povoações e vilarejos, improvisando roças de subsistência e aproveitando os recursos da natureza (GRAEBIN, 2006).

Os conflitos nos Sete Povos das Missões (1754 a 1756) e mais precisamente o seu agravamento, fizeram com que o governador do Rio de Janeiro, Gomes Freire de Andrada, encarregado pela Coroa Portuguesa de chefiar o lado português, organizasse uma linha de fortificações e comunicações ao longo do Jacuí. Segundo Graebin (2006), fez-se um posto para abastecimento das tropas em Santo Amaro e a construção de uma tranqueira (pequena fortificação) no passo do Jacuí, sob a invocação de Jesus-Maria-José e o forte de São Gonçalo, no canal, onde a lagoa Mirim vaza na lagoa dos Patos.

A povoação foi fundada a uma distância de catorze quilômetros do Rio Jacuí e a dezoito do Rio Taquari. Christillino (2004) enfatiza que sua elevação estratégica oferecia uma vista privilegiada sobre a região, permitindo o seu controle. O número de casais açorianos fixados nesta povoação era menor do que aqueles assentados na freguesia de Taquari, em detrimento da doação de terras a chefes militares, por exemplo, ao Capitão Francisco Xavier de Azambuja. Neste contexto, estava também a necessidade de defesa da Vila de Rio Pardo, o

que propiciou a rápida apropriação e colonização das terras do Baixo Taquari, na segunda metade do século XVIII.

Fazendo parte dos mecanismos de defesa do povoado, um fortim foi erguido em Santo Amaro. Mallmann (2011) expõe que serviria de apoio ao forte de Rio Pardo, cumprindo com uma função muito importante, considerando que era um ponto navegável durante o ano inteiro. Em outras palavras, as embarcações maiores não conseguiriam chegar até o forte de Rio Pardo durante o período em que a vazão de água era menor e atracavam, com isso, no fortim da Forqueta (atual Santo Amaro).

Dias e Soares (2007) salientam que o fortim tem importância para a história de Santo Amaro, pois seria ao seu redor que as primeiras habitações teriam sido construídas. Algumas sondagens foram feitas no possível local, onde se encontraria o fortim, além das escavações no interior da Igreja. Nesta, realizou-se também visitas guiadas, oficinas e palestras sobre educação patrimonial. O material encontrado se constituiu de crânios, fêmures, vértebras e dentes, que revelaram informações acerca das doenças e hábitos alimentares dos indivíduos encontrados.

Mallmann (2011) explica que é difícil estabelecer uma datação precisa e definitiva sobre a ocupação de Santo Amaro, pois existem discussões e informações desencontradas. A historiografia tradicional afirmava que a ocupação ocorreu no mesmo momento que a de Rio Grande, ou seja, em 1737. Tal data tem grande probabilidade de estar equivocada, sendo que a preocupação da Coroa Portuguesa, neste período, era a defesa da barra do Rio Grande e não a ampliação das suas fronteiras no Brasil meridional.

O nome de Santo Amaro também levanta algumas hipóteses, em especial, nos moradores da comunidade. Estes afirmam que foram os açorianos que trouxeram das Ilhas dos Açores a devoção ao santo que batiza a localidade. Como também é muito provável que a denominação se refira ao santo que é ovacionado no mês de janeiro, período em que os portugueses tomaram posse da região. A data mais precisa e antiga de Santo Amaro é a criação oficial da freguesia, em 18 de janeiro de 1753 (MALLMANN, 2011).

Alguns casais açorianos já ocupavam a região da atual vila de Santo Amaro, em 1752, de acordo com o documento de solicitação de sesmarias. Tais ilhéus foram trazidos até a região para iniciar a ocupação portuguesa nos Sete Povos das Missões, mas em função dos conflitos com os indígenas guarani, essa intenção inicial precisou ser modificada. Assim, os

açores se estabeleceram na localidade e auxiliaram os militares na construção do fortim (MALLMANN, 2011).

Rocca (2009) menciona que Santo Amaro fazia parte do plano urbanístico global de uma rede de povoados ao longo da bacia do rio Jacuí, que era a rota de penetração para o oeste (FIGURA 5). Ressalta que era posto militar e escala entre Porto Alegre e Rio Pardo, demonstrando sua importância no cenário do século XVIII, enquanto atendia às demandas militares, mas depois disso viria a perder importância. Tal situação não permitiu que se desenvolvesse economicamente.

Figura 5 - Plano urbanístico de Santo Amaro no século XVIII



Fonte: Rocca (2009).

Os portugueses, até o início do século XVIII, não tinham adotado um modelo preestabelecido de traçado urbano, não havia uma legislação específica sobre o tema, como nas fundações hispano-americanas. Rhoden (2006) comenta que somente em meados do século XVIII começou a ser desenvolvida uma quantidade de traçados urbanos, em que se evidenciou um procedimento uniforme, sobre o qual já existe algum consenso entre pesquisadores portugueses e brasileiros sobre a adoção de uma atividade planejadora regular no mundo colonial luso.

Entre o início da repartição de terras, em 1752, e a demarcação do assentamento, em 1774, passaram-se vinte e dois anos. Rocca (2009) ressalta que o trabalho do engenheiro teria sido um plano de ordenamento, delimitando a praça e o local da igreja como origem da malha. Isso se fundamenta na hipótese das casas da área baixa, além de serem as mais antigas, terem sido implantadas fora do alinhamento, em lotes não homogêneos em contraste com a regularidade dos lotes da praça. A topografia delimitou duas áreas, sendo a alta correspondente à praça, e a baixa relacionada às atividades portuárias.

Rhoden (2006) explica que em 1771 foram demarcados os primeiros lotes que seriam entregues aos casais açorianos. Em 1773, o povoado foi elevado a freguesia e um ano depois, em 1774, tem-se a demarcação do núcleo. No traçado original apresenta uma grande praça, hoje, cortada por uma rua. Nas laterais da praça, havia casas geminadas muito parecidas com as desenhadas para a povoação de São José do Tebiquari. Na parte mais baixa da povoação ficava o porto que, no passado, foi muito movimentado.

Rocca (2009) salienta que a igreja é datada de 1787, está posicionada como edifício isolado num lado da praça e com uma fachada contendo um artifício, para aparentar ter duas torres. Sua construção ocorreu em 19 de setembro de 1774, de acordo com instruções repassadas ao capitão-engenheiro. Os remanescentes da Capela do Império se localizam no quarteirão, ao norte da Igreja. Mesmo descaracterizada pela construção do Salão Comunal, ainda conserva a configuração da planta e resquícios da fachada de três portas.

As casas térreas eram de três tipos, entre elas, a individual, com ambos os afastamentos laterais; a geminada, com um afastamento; e a contígua, que ocupava toda a frente do lote. Havia acesso separado para os fundos que facilitava o uso do quintal, como horta, ou para a criação de animais domésticos. Em alguns casos, a inclinação do terreno

permitiu a formação de um porão, à maneira das casas assobradas das ilhas dos açores. Algumas casas estão fora do marco da praça, e os sobrados eram a exceção (ROCCA, 2009).

Além de mencionar os aspectos sobre o planejamento do espaço urbano de Santo Amaro, ressalta-se na sequência os principais cultivos do município, as possibilidades de produção nas terras e matas, o uso dos recursos naturais, o comércio dos produtos em âmbito local e também com Porto Alegre, as transformações ocasionadas com as práticas das plantações e as alterações na flora pelos açorianos. Tudo isso é importante para se debater a inserção da mão de obra escravizada que estava extremamente relacionada com o que foi salientado.

No que diz respeito aos aspectos econômicos, ao longo do século XIX, cultivava-se o trigo e a produção do charque. Quando Santo Amaro se transformou em município, em 04 de maio de 1881, a economia se baseava na produção agropecuária (minifúndios cultivados com mão de obra familiar), no comércio local, na pesca e, principalmente, na produção de farinha e tabaco. Também havia a ferrovia, que foi muito importante para a vila por ter sido utilizada no escoamento da produção agrícola (MALLMANN, 2011).

Christillino (2004) também destaca a produção de trigo, dizendo que as terras de campo facilitavam o uso do arado e, com isso, o cultivo de lavouras maiores. A fertilidade do solo era recomposta pelo consorciamento do plantio de trigo com a pecuária. Além do plantio do trigo, a extração da erva-mate era praticada nas regiões serranas e em Santo Amaro, com destaque na economia local. A mão de obra era realizada especialmente por lavradores nacionais que viviam migrando entre as localidades, existindo também um grande número de refugiados.

Sobre a atividade extrativista da erva-mate, Eckert (2011) ressalta que mesmo utilizando baixa tecnologia, pois quase toda a operação desenvolvia-se em meio à mata, usando-se instrumentos rudimentares em todo o processo, a extração fica numa divisa tênue entre devastação e sustentabilidade ambiental. Se por um lado fez uso de poucos recursos, por outro, consumiu-se uma quantidade significativa de recursos naturais, pois um trabalhador ágil podia colher cem arrobas entre vinte cinco a trinta dias, além de ter o acompanhamento direto do fogo em todo o processo.

Os ervais como locais de refúgio também são mencionados por Eckert (2011) quando faz menção aos indivíduos Emiliano Corrêa e Lourenço. Apurados em fontes documentais,

estes cometeram crimes e se dirigiram para terras de ervais. Outros personagens também utilizaram a serra como esconderijo em função de recrutamento militar, cujo alistamento, em algumas situações, era feito de forma violenta, especialmente, sobre a população pobre. O ofício de dezembro de 1866, da Guarda Nacional, descreve que professores e alunos maiores de dezoito anos, da vila de Taquari, fugiram para o mato, evitando a Guarda.

Gerhardt (2014) descreve o ambiente do Vale do Taquari como sendo de condições favoráveis para a agricultura, pois se tratava de uma planície e de terras férteis, porém, eram vulneráveis às grandes enchentes do rio, como a que aconteceu em 1878. A comunicação com a capital do estado e o escoamento da produção colonial excedente eram feitos por meio da navegação. Falará também dos lavradores nacionais que viviam nessa região como agricultores e coletores de erva-mate e que antes da chegada dos colonos foram expropriados e expulsos para lugares mais distantes.

O uso do arado se tornou um tema recorrente até o final do século XIX, simbolizando a promoção de uma agricultura mais intensiva e enraizada. De acordo com Pádua (2004), baseado em Navarro (1799), nas terras recentemente abertas, em razão da presença de grossas raízes no solo, não poderia ser utilizado o arado. No entanto, as terras de exploração mais antiga poderiam ser recuperadas por meio de seu uso. Os benefícios do arado se estenderiam também ao campo social, pois pouparia o trabalho dos negros escravos. Sendo que um só trabalhador podia lavrar tanta terra como vinte trabalhadores com o uso de enxadas. Isso permitiria que fazendas que utilizassem quinhentos escravos para a atividade passassem a utilizar quarenta.

Correa e Bublitz (2006) enfatizam as anotações do viajante Saint-Hilaire, que traz a ausência de povoamento fixo nas regiões que mais tarde abrigariam colonos alemães e italianos, entre outros, permaneciam “incivilizadas”, constituídas de mata fechada e habitadas, principalmente, por indígenas nômades e cheias de animais selvagens. Os relatos do viajante mencionam que as margens dos rios Jacuí e Uruguai continuavam, em grande parte, despovoadas, ressaltando que a mata ciliar desses rios era abundante. No entanto, o viajante pensava que tais locais deveriam ser ocupados por homens trabalhadores.

A introdução da primeira lavoura especializada, ou seja, a triticultura, deu-se pelos açorianos. Segundo Correa e Bublitz (2006), com o povoamento açoriano às margens dos rios é possível deduzir um desmatamento parcial da mata ciliar em determinados locais. Além

disso, houve a inserção de hortaliças e frutas de origem europeia e africana, mas para cultivar o solo foi preciso recuar as matas e, com isso, surgem as alterações na flora e na fauna destes ecossistemas.

Visto isso, percebeu-se as principais atividades desenvolvidas em Santo Amaro, o que colaborou para a análise do trabalho escravizado identificado nas fontes documentais. Na sequência, explora-se outros elementos voltados para questões políticas e religiosas, sendo a religiosidade algo muito presente no cotidiano dos moradores que possui também vinculação com os indivíduos escravizados que se envolviam nos festejos religiosos.

Mallmann (2011) salienta que a transferência da sede administrativa de Santo Amaro, ordenada de forma autoritária por Getúlio Vargas, em 19 de novembro de 1938, provocou a queda econômica do local, que sente até os dias de hoje tais consequências. A antiga localidade se tornou, então, o atual município de General Câmara, depois da inauguração do Arsenal de Guerra. Desta maneira, Santo Amaro passa a ser o 2º Distrito do novo município, ou seja, de General Câmara. O que também chama a atenção é que, em 2 de março de 1938, o município de Santo Amaro foi elevado à categoria de cidade.

Outro destaque a ser feito na história de Santo Amaro é a sua religiosidade. De acordo com Von Mühlen (2011), a devoção, a crença e a religiosidade são elementos que estão presentes na cultura e nas tradições do catolicismo português até a atualidade e se relacionam ao processo de ocupação e construção da Vila. Vincula-se a isso as Irmandades, que tinham a função de ser um elo entre a Igreja Católica e a comunidade, como também de auxílio aos açorianos perante as dificuldades iniciais. O autor complementa que a Irmandade de Santo Amaro pode ter surgido no ano de 1777, vinte e cinco anos depois da construção do povoado. Para Rosa (2011), a Irmandade do Santíssimo Sacramento e Santo Amaro foi fundada em 1814, e a entidade é responsável pela festividade ao longo dos anos.

Relacionado ao contexto religioso em evidência, Mallmann (2011) acrescenta que as manifestações religiosas de caráter católico eram momentos em que a população em geral, especialmente os negros escravizados, podiam amenizar o sofrimento da distância de sua cultura nativa e esquecer por um curto período a rotina escravista. Na programação de devoção a Santo Amaro, o santo padroeiro da Vila, foram incorporados elementos da cultura africana, como danças, musicalidade e vestimentas típicas. Uma maneira, segundo o autor, de integração racial e socioeconômica com a comunidade branca.

Mallmann (2011) menciona que boa parte do que se sabe a respeito da realidade negra em Santo Amaro é baseada nas memórias de descendentes de escravos, que ainda vivem na localidade, e nos relatos da população mais idosa, que lembra do período em que existia uma marcante diferença racial no local. Poucos negros colaboraram com a construção do fortim, mas no início da década de 1770, já existiam dados que demonstram a utilização da mão de obra negra na região. De acordo com relatos locais, esta população escrava, na virada do século XIX para o XX, fundou uma comunidade de negros, na entrada atual da vila, próximo do cemitério. Além disso, relatos da comunidade falam em um núcleo populacional quilombola, entre Santo Amaro e General Câmara.

A segregação racial permaneceu por muito tempo em Santo Amaro, não existindo apenas nos limites bem definidos entre a aldeia dos negros e os bairros dos brancos. Nos eventos importantes da atual vila a distinção era evidenciada. Segundo Mallmann (2011), moradores contam sobre a existência de um salão de bailes, onde os espaços para pessoas de etnias distintas eram separados. De acordo com relatos, no ano de 1950, havia a separação entre o salão dos brancos e dos negros. Destacava-se a opulência do espaço dos negros (salão), com arranjos bem mais bonitos que o dos brancos. O processo de mudança, que aos poucos foi acabando com a segregação, parece ter iniciado em 1976. A segregação racial não ocorria nas procissões, missas e novenas nos dias de devoção ao Santo Amaro, momentos em que os negros buscavam o reconhecimento de sua liberdade.

Outra fonte interessante a respeito da existência escrava em Santo Amaro é o depoimento de Moraes (2008), neta de escravos vindos da África, que nasceu e cresceu na chamada Aldeia dos Negros. Relata que neste local havia uma capela na qual seu avô era o capelão, onde eram realizadas as festas de Santana, Santa Luzia e de Nossa Senhora do Rosário. Existiam também um bar e um salão de baile. Descreve as casas da aldeia como sendo constituídas de pau a pique, untadas de barro e com telhados de palha Santa Fé. Todas estavam próximas e no chão e o seu interior era de “chão batido”. O trabalho cotidiano de seu avô era o da roça, e ainda tinha o compromisso de cuidar, limpar e carpir o cemitério. Salienta que, na praia de Santo Amaro, brincava-se em suas margens e num trecho de pedras sua avó lavava roupa e, em certas ocasiões, levava uma panela para fazer galinhada.

Em relação às possibilidades de investigação nos registros de casamento, Heinen (2008) enfatiza que estes remetem para a formação da população de Santo Amaro. Constituída de indígenas, pardos, crioulos e africanos escravos, assim como habitantes da Ilha

de Santa Catarina, dos Açores, do Bispado de São Paulo ou Rio Grande, dos domínios portugueses e espanhóis na América e na Europa. Pode-se pensar na mobilidade destes indivíduos se deslocando por um imenso território e se casando em Santo Amaro. Entre os motivos estavam o trabalho como militares em uma área de conflitos de fronteira, sendo que, neste contexto, tais militares se estabeleciam com suas famílias que trariam seus escravos e teriam contato com os indígenas. Estes, por sua vez, estariam convivendo com pessoas da região Platina e de lugares de colonização portuguesa.

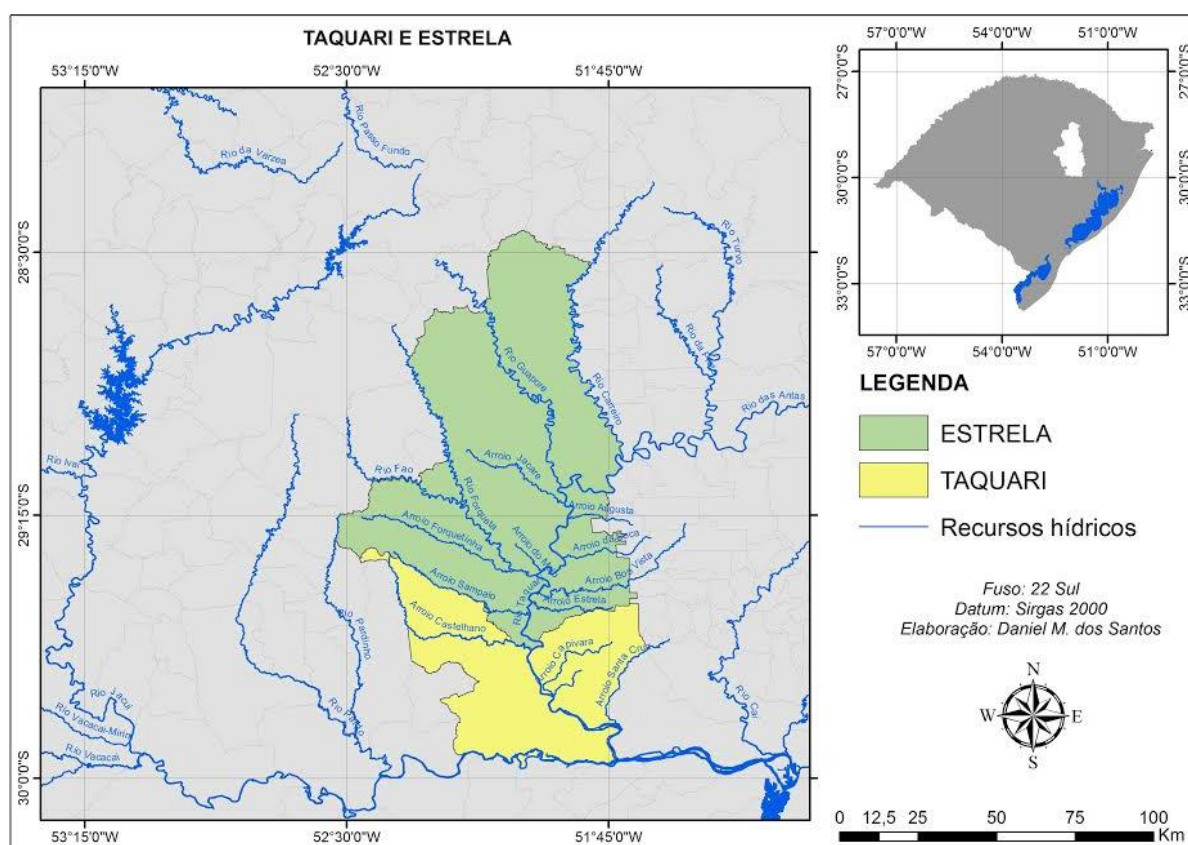
Heinen (2008) apresenta que entre a população escrava presente nos registros de casamento do período de 1775 a 1850, encontram-se alguns escravos nascidos na África e outros no Brasil. Foram classificados os casamentos de homens e mulheres escravos, em alguns deles, os lugares de origem e designações. Em relação aos homens, o autor traz oito de origem Benguella ou Banguella, dois da Guiné, dois da Angola, um do Congo, dois da Costa, um da Costa de Leste, um sendo pardo, dois pretos, um crioulo, um nascido na Freguesia de Triunfo e cinco sem definição. No que diz respeito às mulheres, existem três de Benguela, duas da Guiné, duas da Angola, um do Congo, três da Costa, duas da Costa de Leste, duas de Rebolo, uma crioula, duas crioulas do Rio de Janeiro, uma crioula da Freguesia de Santo Amaro, uma da Freguesia de Triunfo e seis sem definição. Nas classificações feitas, nota-se vinte e seis casamentos de escravos, um de pardos forros, um de pretos forros, um de pardo forro com escrava, um pardo liberto com parda forra, um pardo forro com índia e um de mulatos.

Ao descrever alguns aspectos do histórico de Santo Amaro, é possível perceber o contexto em que surge, a inserção dos primeiros moradores, a utilização do trabalho escravizado e seus vestígios na atualidade, as questões culturais e religiosas, as evidências de um passado economicamente mais favorável em contraste com uma realidade não tão próspera no sentido econômico. Tais fatores são importantes para o entendimento dos dados apurados nos documentos sobre os anos em que Santo Amaro fez uso da mão de obra africana.

1.3 Estrela e seu contexto histórico

A busca pelos traços históricos do atual município de Estrela demonstrou os seus desdobramentos políticos, econômicos e sociais, considerando-se em meio a isso o uso do trabalho escravizado. Estrela se emancipou de Taquari em 20 de maio de 1876. A Figura 6 representa a extensão territorial após a emancipação, no entanto, a instalação do município aconteceu somente em 21 de fevereiro de 1882. O começo do povoamento deu-se no ano de 1856, e em 31 de março de 1938, Estrela foi decretada cidade. No transcorrer dos anos, recebeu as denominações de Colônia de Estrela e Santo Antônio de Estrela.

Figura 6 - Município de Estrela em 1876



Fonte: Santos (2016).

Primeiramente, salienta-se o contexto envolvendo os jesuítas espanhóis que possivelmente estiveram no território de Estrela na primeira metade do século XVII. Segundo

Hessel⁴ (1983), no ano de 1636, os bandeirantes de Antônio Raposo Tavares em uma expedição de cento e cinquenta paulistas e mil e quinhentos tupis semicivilizados, comunicando-se no idioma português, permaneceram por várias semanas no local. Os portugueses tinham como interesse a captura de indígenas em detrimento das missões dos jesuítas espanhóis, no Vale do Rio Pardo. Percebe-se, com isso, que o território do que seria o município de Estrela tinha sido visto por sujeitos de locais distantes.

Os destinos de Estrela e a formação da primeira vila e município do Alto Taquari foram influenciados por um fato no Uruguai, no ano de 1825. De acordo com Hessel (1983), nesse ano, as forças platinas de Fructuoso Rivera derrotaram as forças brasileiras, também matando o comandante José Luís Mena Barreto, nascido em Rio Pardo, em 1796. Este coronel se casou em 1818 com Ana Emília de Sampaio, uma portuguesa da vila de Chaves. O casal teve três filhos, entre eles, Maria Camila, João Sabino e Antônio Vítor de Sampaio Mena Barreto, o futuro fundador de Estrela.

Com o passar do tempo, Ana Emília contraiu matrimônio pela segunda vez com o coronel Vitorino José Ribeiro, que possuía destaque no cenário da província da época, passando a ser proprietário de muitas terras no Alto Taquari, em especial, em Estrela. As posses estavam entre os arroios do Ouro e Boa Vista. Em função da união com Ana Emília, estabeleceu parentesco com os seus três enteados, formando uma cooperação. Neste sentido, Vitorino atraiu os colonos de etnia germânica com Antônio Vítor, um dos filhos de sua esposa, dando início ao povoado da futura vila. Destaca-se que, em 1830, Vitorino e sua mulher permutaram um imóvel pela fazenda da Estrela, em Porto Alegre, pertencente a José Inácio Teixeira Júnior e sua mulher, herdeiros de João Inácio Teixeira (HESSEL, 1983).

Hessel (1983) explica que, em 1831, a região envolvendo Estrela passou a pertencer ao novo município de Triunfo/RS, em função de um decreto da Regência Trina Permanente. Justamente no ano de 1831 se inicia, no Brasil, o período regencial em que se teve a abdicação de D. Pedro I e a maioria de seu filho, D. Pedro II. Permaneceu sob a jurisdição de Triunfo por quase dezoito anos, e esta situação somente se modificou com a criação do município de Taquari, em 4 de agosto de 1849. Com isso, todo o Alto Taquari se tornou parte integrante de uma vasta área, onde os limites se aproximavam de Cruz Alta/RS, Santo Antônio da Patrulha/RS, Triunfo e Rio Pardo/RS.

⁴ Lothar Francisco Hessel é citado mais de uma vez neste trabalho, pois é um dos poucos escritores que menciona a história do município de Estrela.

Ao investigar os desenlaces do processo histórico de Estrela, faz-se necessário trazer a importância das fazendas, logo, fala-se em meados de 1850. Localizavam-se às margens do rio Taquari, que, segundo Hessel (1983), era um verdadeiro rio-estrada. Os fazendeiros donos das terras queriam ser os primeiros a conseguir o estabelecimento de uma capela. Então, Antônio Vítor de Sampaio Menna Barreto se dirigiu ao bispado de São Pedro do Rio Grande do Sul, em 1870, conseguindo a licença que permitia a edificação de uma capela com a invocação de Santo Antônio no lugar denominado Estrela, na freguesia do Taquari.

A respeito da freguesia de Santo Antônio da Estrela, Hessel (1983) salienta que esta foi criada em 2 de abril de 1873, e, a partir disso, Estrela começa a encaminhar uma independência parcial de Taquari. A freguesia católica crescia rapidamente e, a pedido dos habitantes da margem direita do rio Taquari, deu-se a separação da freguesia de Santo Amaro, em 1874. Com a emancipação de Taquari em 1876, Estrela manteve as divisas que tinha como freguesia, porém, abrangeu os atuais territórios de Lajeado, Arroio do Meio, Encantado e municípios derivados.

Antônio Vítor de Sampaio Menna Barreto, como foi mencionado anteriormente, é o fundador do núcleo urbano de Estrela, em razão de ter iniciado a colonização da sede de Santo Antônio da Estrela e, principalmente, por ter lançado o fundamento do núcleo urbano, elaborando o primeiro "plano diretor". De acordo com Schierholt⁵ (2002), ele destinou uma área de terrenos para a capela, ao lado de seu sobrado, assim como para a escola, do outro lado da igreja, e toda a área para a praça. Pouco depois, percebeu que era necessário um terreno para a casa paroquial dos padres, então, fez o possível para que fosse estabelecida tal moradia junto à praça.

Schierholt (2002) se refere à rapidez com que o núcleo urbano da colônia de Estrela se desenvolveu a partir do projeto de instalação de um povoado junto à sede da fazenda, de Antônio Vitor de Sampaio Mena Barreto. Destacando que as linhas coloniais de Novo Paraíso, pelo lado de cima, e a linha de Arroio do Ouro, pelo lado de baixo, valorizaram os lotes coloniais de entremeio, e, mais ainda, os lotes urbanos do núcleo, onde estavam reservados terrenos para igreja, escola, praça e cemitério. Mena Barreto contatou as forças

⁵ José Alfredo Schierholt é mencionado por ser um dos memorialistas que escreve a respeito do histórico de Estrela. Considerou-se os dados que apresenta sobre a mão de obra escravizada com o objetivo de debatê-los na medida do possível com o levantamento feito nas fontes documentais.

políticas, junto ao governo provincial, para que a colônia de Estrela se desmembrasse da paróquia de São José de Taquari e que fosse elevada à categoria de Freguesia.

Hessel (1983) comenta que existiam grandes proprietários de terras no município que utilizavam a mão de obra escrava. Falará na concessão de uma sesmaria para João Inácio Teixeira, com três mil e novecentas braças de frente por légua e meia de fundo, na margem esquerda do rio Taquari. Os irmãos fundaram uma sociedade empresarial que permaneceu por mais de trinta anos, porém, esta se desfez, e é neste momento que surge o nome Estrela, em 1824. Na partilha de bens, João ficou com “a Fazenda da Estrela com os seus pertences do tráfico”, além de cento e doze escravos adultos e vinte e quatro de menor idade.

Conforme Farias (2012), os irmãos dividiram as sesmarias em fazendas para obter um maior aproveitamento econômico. Estes contrataram muitos peões para retirar a madeira de lei e a erva-mate, sendo que tais produtos foram os primeiros a serem extraídos no Vale do Taquari e levados de balsa para Porto Alegre. Schierholt (2002) destaca, ainda, que os irmãos estabeleceram em suas fazendas uma sede para a moradia de seus administradores, feitores, capitães-do-mato e peões, além da rústica senzala para alojar os escravos. Cultivavam-se frutas, hortaliças e cereais, que ajudavam na subsistência dos trabalhadores, além do milho para a alimentação de aves, suínos, gado vacum e cavalos.

Ao observar que entre os primeiros produtos que foram extraídos do Vale do Taquari esteve a madeira, logo, remete-se às palavras de Rego (2011), que salienta a atividade de extração de madeira como sendo exercida desde o período da América Portuguesa Colonial. Além da extração do pau-brasil, atividade que remonta aos primeiros tempos de ocupação das terras além-mar do Império Ultramarino, o corte de árvores para o aproveitamento dos paus se tornou essencial para o surgimento e a sobrevivência de núcleos de povoamento, a fruição dos transportes e a implementação do projeto colonial.

Além disso, em outubro de 1827, recaíram sobre os juizes de paz as atribuições de fiscalização da atividade nas matas e florestas públicas e a extração de madeiras reservadas nas terras dos particulares. A prática de conceder a particulares o direito de extração de madeiras em terrenos públicos vigorou até 1850, quando, em setembro daquele ano, surge a Lei de Terras. A partir disso, o legislador revogou tal privilégio, considerando-o como o principal responsável pela destruição das florestas públicas, quer seja pela intensidade na extração, quer seja pelo contrabando na retirada e na exportação das toras (REGO, 2011).

Worster (2003), por sua vez, traz que a história ambiental nasceu de uma forte preocupação moral, objetivando aprofundar a compreensão de como os humanos têm sido afetados pelo seu ambiente natural com o passar do tempo e levando em conta a situação global atual. Como a ação humana afetou o ambiente e quais foram as consequências, a história ambiental lida com o papel e o lugar da natureza na vida humana e estuda todas as interações que as sociedades do passado tiveram com o mundo não humano.

Em relação ao manejo das florestas, Bublitz (2006) escreve que no final do século XIX, muitos dos descendentes dos antigos colonos já estabelecidos no Rio Grande do Sul deixaram suas famílias e partiram em busca de novas terras por colonizar. Assim, a frente colonizadora seguiu em direção às florestas ainda não desbravadas do Norte da Província, onde passaram a ser constituídas novas colônias. A autora enfatiza que se reuniram em núcleos colonos de diferentes nacionalidades, assim como imigrantes recém-chegados da Europa. Nesse processo, densas florestas entremeadas por áreas de campo e caracterizadas por uma enorme biodiversidade deram lugar a um cenário colonial não apenas multiétnico, mas devastador do ponto de vista ecológico.

Sobre o fazer história ambiental, Worster (1991) expõe que os povos de países industrializados parecem especialmente capazes de destruir a terra em ampla escala e numa velocidade alarmante, através do desenvolvimento imobiliário, da mineração e do desmatamento, para, em seguida, dar meia-volta e aprovar leis que protegem o desconhecido. Com isso, o autor faz uma crítica ao ritmo desenvolvimentista que explora os recursos naturais em escala gigantesca e as leis elaboradas não modificam este cenário, preocupando-se com assuntos secundários.

Retornando ao contexto histórico de Estrela, Gregory (2015) enfatiza que em um período de sessenta e dois anos, a fazenda da Estrella teve três proprietários, ou seja, João Inácio Teixeira, Vitorino José Ribeiro e Antônio Vítor de Sampaio Mena Barreto. Os primeiros foram os irmãos vindos da região de Laguna, os descendentes de açorianos João Ignácio Teixeira e José Ignácio Teixeira, que receberam a propriedade por sesmarias, no ano de 1794.

Schierholt (2002) salienta que no mesmo período, no outro lado do Taquari, os irmãos Teixeira também fixaram a sede da Fazenda dos Conventos com seus pertences, no entanto, não se encontrou nenhum vestígio de sobrado ou construção de alvenaria. Se tivessem

construído "sobrados" de alvenaria, nas duas fazendas mais distantes de sua sociedade imobiliária, teriam que investir, antes, em alguma olaria para a fabricação de tijolos e telhas, mesmo que os oleiros fossem escravos. O autor complementa dizendo que não foram encontrados nos locais rastros de pedreiras de arenito. Nota-se a menção ao trabalho escravizado e, caso tenha ocorrido na fazenda citada, um dos ofícios seria o de oleiro.

Christillino (2004) comenta sobre uma correspondência da Câmara Municipal de Taquari, de 1852, que informa a localização das terras devolutas nas margens do Rio Taquari, mas sem informar aquelas existentes nos fundos das fazendas estabelecidas em torno deste em seu curso médio, o que limitaria a ação de seus donos em aumentar o tamanho de suas possessões. Nessa, os vereadores sugerem, em vez do estabelecimento de uma colônia em terras devolutas, a compra das Fazendas Conventos e Lajeado ou, então, a Boa Esperança. Neste momento, as primeiras ainda não haviam sido adquiridas pelo comerciante de terras Antônio Fialho de Vargas, e tanto estas quanto a segunda se localizavam ao lado da Fazenda São Gabriel, pertencente à Família Azambuja, cujos integrantes foram uns dos principais vendedores de terras, por meio da criação de colônias particulares de imigração.

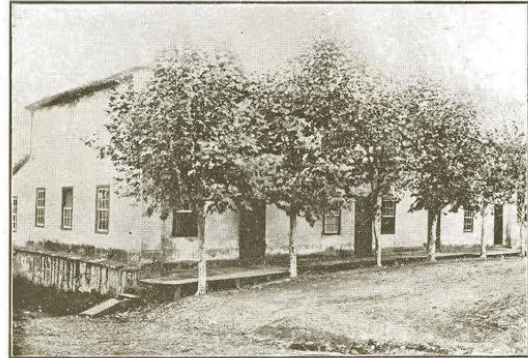
A partir disso, vai se percebendo as imensas terras que as fazendas ocupavam e os movimentos que ocorrem nestes lugares, muitos relacionados com a situação econômica de cada período, das negociações entre as famílias de destaque tanto em Estrela como em Taquari. E, neste meio, fazia-se presente o uso da mão de obra escravizada em escalas diferenciadas, mas de qualquer forma existia a presença do escravo, e isso é algo extremamente importante para também se analisar a conjuntura da região, em especial no século XIX. Além da necessidade de se debater o ocorrido com tais sujeitos no processo abolicionista, no caso de Estrela, alguns comentários a respeito aparecem nos escritos dos historiadores regionais, porém, existe uma lacuna a ser preenchida em relação a isso.

A Fazenda da Estrella durante o seu período de formação contou com duas sedes. Segundo Gregory (2015), as casas, conforme a Figura 7, serviram para abrigar os proprietários e se localizavam, ambas, próximas ao rio Taquari. Possivelmente, esta proximidade com o rio é resultante dos recursos que este oferecia, lembrando que este era o principal meio para se realizar o transporte de mercadorias e também para se locomover até a cidade de Porto Alegre. Na Figura 8 é possível observar a localização da antiga Fazenda da Estrella, hoje, o município de Estrela. O rio não era uma via de fácil navegação, sendo que existiam alguns percursos que dificultavam o trajeto que ligava a propriedade à capital.

Figura 7 – Sedes da Fazenda Estrela



Primeira casa da antiga Fazenda Estrela.



Segundo edifício da antiga Fazenda Estrela, hoje Hotel Ruschel.



Fonte: Álbum do Cinquentenário de Estrela (1926).

Figura 8 - Fazenda da Estrela



Fonte: Elaborado pela autora a partir de Google Earth (2016).

Gregory (2015) ressalta que a partir do ano em que Victorino passou a ser proprietário ocorreram alguns conflitos, entre eles, a Revolução Farroupilha, em 1835. No entanto, muitos conflitos internos já aconteciam, sendo muitos deles relacionados à posse de terras, levando-

se em conta que as propriedades próximas às bacias hidrográficas eram de grande importância. Sendo assim, justificava-se a necessidade de construir uma residência que permitisse reforçar a segurança da família, membros militares e com influência na sociedade.

O auge da Fazenda da Estrella se deu nos últimos anos em que o coronel Victorino José Ribeiro foi proprietário. Este soube aproveitar os recursos oferecidos pela extração da madeira, sendo que depois de 1856 começou a comercializar parte da terra, que passou a ser dividida em lotes para ocupação de imigrantes alemães, surgindo a colônia Estrella. Em seu inventário, Victorino deixou um grande valor a seus herdeiros, resultado dos negócios durante sua vida, destacando-se a fazenda da Estrella, um de seus bens mais avaliados. Ribeiro faleceu em 1863, e o filho mais velho de sua esposa, o Major Antônio Victor de Sampaio Menna Barreto, representou a mãe com posição de inventariante (GREGORY, 2015).

Na continuidade, o mesmo autor (2015) expõe que no inventário de Ribeiro foram listados poucos animais que eram para consumo da família, o que aumenta a hipótese principal de que a extração de madeira era o principal fator econômico da propriedade. No álbum comemorativo do cinquentenário do município de Estrella é mencionado que, durante o período de 1876, a economia local se baseava no cultivo de arroz, batata, feijão, mandioca, milho, fava, fumo e erva-mate.

Em 1861 Antônio Vítor e sua família se transferiram para a Fazenda Estrella e nesse mesmo ano seu padraсто, Vitorino José Ribeiro, requereu a medição de suas terras, seguindo um edital com uma lei recente publicada na imprensa. Através disso, identificou-se os proprietários de terras em torno da Fazenda Estrella, ou seja, o Barão de Guaíba, o coronel Antônio Israel Ribeiro e sua mulher, João Francisco de Moura Magalhães e sua mulher, major João Luís de Abreu e Silva e sua esposa, José Francisco dos Santos e sua mulher, Teresa Emília de Lima, Úrsula Clara de Lima e procurador fiscal José Afonso Pereira. Por parte da fazenda, a menor Francisca, filha de João Leonardo Cardoso, e seu curador, Antônio Geraldo Pereira (HESSEL, 1983).

É possível notar a condição econômica favorável do enteado de Victorino Ribeiro, pois, de acordo com Hessel (1983), em 1860, três anos antes do falecimento de Ribeiro, Antônio Vítor era proprietário do vapor Estrella, o primeiro que recebeu este nome. Com o passar do tempo, mais precisamente em 1875, ocorrerá a fundação da mais importante empresa na região, a Companhia de Navegação Arnt, pertencente à Jacó Arnt, com sede em

Taquari. Esta, por muitas décadas, fez o transporte regular para os portos de outros municípios, geralmente, até Bom Retiro do Sul e em épocas de águas boas, até Lajeado.

Importante enfatizar a composição da primeira Câmara Municipal de Estrela, quando já era emancipada de Taquari. Sabe-se das responsabilidades destes membros para a comunidade, sendo que muitas decisões foram feitas por eles e que resultaram em implantações no cotidiano dos cidadãos. Segundo Hessel (1983), constituiu-se pelos vereadores Henrique Teodoro Rohenkohl, Miguel Ruschel, Jorge Carlos Lohmann, Tristão Gomes da Rosa, Bento Manuel de Azambuja, Patrício Antônio Rodrigues e Luís Paulino de Moraes. Na primeira sessão, Gomes da Rosa foi eleito presidente. Em tal período, não havia prefeitos com isso, sendo que o presidente da Câmara se encarregava pelas providências administrativas.

Em suas investigações, Gregory (2015) destaca que na localidade denominada Glória havia uma casa coberta de taboas, casa de moradia e outro engenho de “serrar taboado”. Em Santa Rita, junto a terras de campos e matos, havia outra residência. Estas residências mencionadas no Inventário, provavelmente, foram as casas que abrigavam os escravos de Victorino. Perante a diversificada vegetação e por estarem localizadas próximas aos engenhos de corte de madeira, tem-se como hipótese principal que a mão de obra escrava foi utilizada na extração de madeira, pois tinha grande valor no momento para a construção das casas dos imigrantes alemães, que iniciam a colonização no território gaúcho em 1824.

As informações sobre Victorino José Ribeiro demonstram que tanto ele como seus familiares integravam parte de uma elite possuidora de terras da Província de São Pedro do Rio Grande do Sul e conquistaram esse prestígio social em decorrência destas patentes militares. Seu genro, o Tenente Coronel Manoel Lopes Teixeira Júnior, casado com Maria José Sampaio Ribeiro Teixeira, por exemplo, foi proprietário da Fazenda Santo Antônio e Fazenda Beija Flor, localizadas em áreas atualmente do município de Taquari (GREGORY, 2015).

Conforme Christillino (2004), a elite da região do Vale do Taquari era composta por uma camada média de “proprietários” de pedreiras e serrarias e por possuidores de grandes áreas de terras, detentores de um patrimônio que estava em rápida valorização e possuidores de um importante capital político familiar. As famílias Louzada, Ribeiro, Oliveira Bello, Mariante e os Azambuja, através de relações de prestígio em toda Província, pelo uso de seus

cargos burocráticos e pelos postos na Guarda Nacional, garantiram concessões e “títulos” de terras. Tal elite tinha prestígio, mas não possuía riquezas, até pelo menos o processo imigratório de 1850.

Schierholt (2002) comenta sobre algumas consequências da decadência das fazendas, enfatizando que nas margens dos rios e arroios permaneceram muitos peões mal pagos, escravos fugidos, desertores do exército, perseguidos, presos políticos, réus condenados, foragidos da lei e criminosos endividados. Aqueles que optaram por ficar nas matas acabaram se mesclando com índios remanescentes e escravos errantes. Dessa mescla, surge o caboclo, sujeito que no transcorrer dos anos se identifica com os serranos e ervateiros - alguns fugiram pelas florestas e serras.

Christillino (2004) explica que no período de 1830 a 1850, as fazendas do Alto Taquari foram praticamente abandonadas pelos seus concessionários ou por seus possuidores. Muitas delas pertenciam aos proprietários das áreas de campo, como o Ten. Cel. João Freitas Leitão, o Ten. Cel. Francisco Patrício Xavier de Azambuja e o Ten. Cel. Mariante. Além disso, a elite local estava com a falta de prestígio social, tinha adquirido status pela proteção de Rio Pardo, momento em que receberam concessões de terras e conseguiram inserir seus filhos no poder central da Capitania de São Pedro e, depois, da Província. As descendências desta elite receberam títulos militares importantes, que asseguravam o prestígio para a preservação do espaço social e para as garantias ao futuro de seus filhos.

A respeito das diferenças sociais entre brancos e negros na sociedade estrelense, Schierholt (2002) escreve que as sociedades dos brancos não admitiam negros como sócios e nem em outros espaços. Não sendo sócios, também não podiam frequentar os bailes. A exemplo dos brancos, os negros tinham o seu salão de festas, chamado o Salão dos Morenos, na esquina da Rua Borges de Medeiros com a Coronel Müssnich, sob responsabilidade de Aristides Viana e Silva, mais conhecido por "Seu Velho Aristides". O Salão tinha duas dependências distintas, entre elas, o salão de festas, onde era servida comida típica e todos podiam entrar. A comida tinha um sabor especial, muito apreciada pelos brancos, mas o "Velho Aristides" não deixava os brancos entrarem para dançar.

Outro aspecto interessante apresentado por Schierholt (2002) são os batismos de crianças negras na igreja matriz de Santo Antônio da Estrela. Por causa da Lei do Ventre Livre (1871), quarenta e três meninas e quarenta e oito meninos foram batizados. O primeiro

ocorreu em 25 de abril de 1874, sendo o batismo de Maria, filha de Rita, escrava de Antônio Geraldo Pereira, cujos padrinhos eram Antônio e Florisbela Soares. Quase treze anos depois, deu-se o último batizado, em 21 de março de 1887, de Maria Antônia, filha de Isabel Maria Joaquina, escrava de Tristão Gomes da Rosa. Das noventa e uma mães dos batizados, catorze eram escravas de Tristão Gomes da Rosa. Além disso, tinha-se as escravas de proprietários de etnia germânica, como Adão Mallmann, Miguel Ruschel, Carolina Koch e Carlos Arnt. A Figura 9 representa a escrava Brazelina Alves, com noventa e cinco anos, no ano de 1945, possivelmente, comprada pela família Ruschel de Estrela, segundo informações do Arquivo Histórico de Lajeado.

Figura 9 - Vó Brazelina Alves e seu neto Miro da Silva



Fonte: Arquivo Histórico de Lajeado (1945).

Segundo Hessel (1983), a família Ruschel chegou a Estrela em 24 de junho de 1872, momento em que o local era uma grande “invernada”, onde o gado de Antônio Vítor pastava, com uma mata que levava a Novo Paraíso, a Arroio do Ouro e a Santa Rita, localidades pertencentes ao vilarejo. Sebastião Ruschel, pai de Miguel Ruschel, comprou a casa mais

antiga do lugar, enquanto o filho adquiriu a casa-grande da fazenda com toda a senzala, depois conhecido como “sobrado dos Ruschel”. No sobrado, Miguel abriu uma casa comercial de grande porte, com hotel e açougue. Tempos depois, numa casa menor da senzala, permitiu a instalação de uma cervejaria, de Pedro Meurer.

Uma das questões que surge na discussão sobre o processo escravista é o destino dos ex-escravizados, algo que necessita ser analisado em Taquari, Estrela e Santo Amaro. Schierholt (2002), no caso de Estrela, argumenta que a maioria dos escravos libertos da vila se estabeleceu em ranchos no bairro Oriental, e, deste, saíam para prestar serviços por empreitada ou realizavam tarefas no centro de Estrela. No meio rural, os escravos tiveram que se fixar nos “cafundós”, ou seja, em lugares longínquos e de difícil acesso. Ressalta que nos portos de Taquari, os negros faziam os serviços pesados de carga e descarga e que tal situação fez com que muitos seguissem os barcos e se fixassem nas proximidades de Porto Alegre.

Ainda enfatizando o bairro Oriental, Hessel (1983) descreve que este, por meio século, foi uma zona modesta, residido por pessoas que não dispunham de grande renda econômica. Além disso, sofria com as inundações e era isolado do centro, no entanto, oferecia um bom segundo porto, que desde cedo foi aproveitado por diversas empresas, e, também, uma estrada quase retilínea que ligava Estrela ao norte do município. De acordo com o autor, o ano de 1911 foi positivo para o Oriental, pois uma ponte foi construída, o que facilitou a ligação do bairro com o centro e teve a sua anexação à área urbana.

Hessel (1983) acrescenta à discussão sobre a existência escrava em Estrela, escrevendo que na primeira metade do século XIX é bem provável que a população negra no Alto Taquari superasse, em número, a população branca. Com a colonização germânica, grande parte deste grupo africano deve ter se ganho a vida em trabalhos nos portos e embarcações, após a Abolição. Outros ficaram em alguns pontos de maior concentração na vila de Estrela, como também nas divisas entre Estrela e Taquari, ao sul de Canabarro, nas localidades de Posses e Arroio do Pau ou entre Estrela e Montenegro.

Informações relevantes foram salientadas anteriormente, tanto em relação à constituição do município de Estrela quanto ao uso do trabalho escravizado. Ambos relacionam-se, o que evidencia a participação do africano na comunidade estrelense e que necessita ser visto e acrescentado em todo o processo. Retoma-se tal discussão no momento da exposição e análise das cartas de liberdade de Estrela, da compra e venda de escravos, das

notícias do Taquaryense, entre outros, no capítulo destinado neste trabalho para os dados das fontes documentais.

2 REFLEXÕES TEÓRICAS – AMPLIANDO A DISCUSSÃO

O debate a respeito do processo escravista no Brasil é enfatizado neste capítulo a partir de seis itens. O primeiro deles salienta a inserção da mão de obra africana no país e a sua expansão até o século XIX, o segundo enfoca a presença negra no Rio Grande do Sul, o terceiro aborda a abolição da escravidão e as suas consequências sociais, o quarto traz a crítica ambiental de José Augusto Pádua sobre as práticas do escravismo, em especial, na agricultura. Os dois últimos itens, por sua vez, mencionam o uso de jornais como fonte de pesquisa para o historiador e também os periódicos que atuaram a favor da causa abolicionista no contexto histórico regional e nacional.

2.1 O sistema escravista no Brasil: uma abordagem historiográfica

Quando se menciona a história dos negros, fala-se na formação da própria nação brasileira. Os primeiros escravos trazidos da África irão chegar ao território brasileiro no século XVI, como objeto de tráfico, passam a ser vistos como uma mercadoria, sendo comprados, vendidos e revendidos entre os senhores. Conforme Maestri (1990) nas últimas décadas do Quinhentos, cativos africanos começaram a ser desembarcados em grandes quantidades nos portos coloniais e o escravismo começou a assumir um caráter crescentemente negro.

A escravização indígena não estava obtendo os resultados esperados pelos colonizadores, pois os indígenas tinham uma cultura diferenciada que não representava a busca de excedentes, ao menos, nos termos do projeto colonial ibérico. Além disso, Mattoso

(1982) escreve que o escravo vai se tornar uma mercadoria bem mais interessante quando os descobridores do Novo Mundo ficam desencantados de encontrar as riquezas fabulosas descritas pelos viajantes que retornavam do Oriente e percebem a necessidade de inventar modalidades novas de exploração das terras também novas.

A transição da mão de obra indígena para a africana ocorreu aos poucos e ao longo de aproximadamente meio século. Quando os senhores de engenho acumulavam recursos financeiros suficientes, compravam alguns cativos africanos. De acordo com Schwartz (2011), a mudança entre a utilização do indígena para o africano dependeu, de certa forma, da longa experiência dos portugueses com a escravidão negra na Península Ibérica, durante a expansão da indústria açucareira no Atlântico, como também, do domínio das técnicas de fabricação do açúcar na Ilha da Madeira, em São Tomé.

Mattoso (1982) salienta que foi a cana-de-açúcar das regiões de Pernambuco, Bahia e Rio de Janeiro que obrigou a importação de escravos nos séculos XVI e XVII, e o ouro gerou um aumento da demanda no século XVIII. No entanto, mesmo por volta da metade do século, quando a exploração aurífera alcança seu auge, 40% dos escravos importados são destinados à agricultura. A autora complementa dizendo que entre 1502 e 1860 mais de nove milhões e meio de africanos foram transportados para as Américas, e o Brasil se destacava como o maior importador de homens pretos. No século XVIII, seis milhões e duzentos mil escravos vieram para as Américas Coloniais. Durante esse período, todas as grandes potências se engajaram no tráfico e, nele, uma a uma, assumiram o papel dominante.

Em meio a essa discussão, é importante conhecer de quais nações da África os escravos eram originários. Mattoso (1982) informará que do Congo e de Angola vieram os *bantus* da África equatorial e central. Eles eram considerados excelentes agricultores. Mesmo assim, a metrópole portuguesa adotou sempre a política de misturar as diferentes etnias africanas para impedir a concentração de negros de uma mesma origem numa só capitania. No século XVIII, o principal fornecedor de escravos para o Brasil foi a Angola, sendo que no período de 1723 e 1771 as importações feitas se destinavam para o Rio de Janeiro.

Reis (2000) expõe que a escravidão brasileira alcançaria seu auge no século XIX, momento em que estava difundida em todo o território nacional, nos diversos setores da economia e em praticamente todas as instituições sociais, inclusive na família. Porém, foram as lavouras de café que mais absorveram o trabalho escravo, em função das tentativas

malsucedidas de utilização do trabalho de colonos imigrantes. Produzido em várias regiões do Brasil, o trabalho escravizado se concentrou no Vale do Paraíba na década de 1830. Posteriormente, expandiu-se em largas áreas do oeste paulista, fazendo dessas regiões o grande celeiro do escravismo.

Florentino (1997) comenta que entre os séculos XVI e XIX, 40%, dos quase dez milhões de africanos vindos da África, desembarcaram em portos brasileiros. O autor acrescenta que, entre 1790 e 1835, as propriedades rurais com mais de cinquenta escravos, a *plantation*, concentravam entre um e dois terços dos escravos. Os desembarques de africanos no Brasil possuíam um padrão geral, ou seja, o movimento dos navios negreiros tendia a atingir o pico nos meses de dezembro e janeiro, diminuindo um pouco entre fevereiro e maio, por causa do inverno no hemisfério sul, retornando ao pico no alto verão. Salienta-se que a escravidão por ser mercantil, e assim se reproduzir por meio de mercado, aumentava todo um vasto e lucrativo comércio, ao contrário da escravidão indígena, em que os lucros comerciais resultantes de seu traslado ficariam na colônia.

Em relação à distribuição terrestre dos africanos, Florentino (1997) explica que no período correspondente à segunda metade da década de 1820 e a posterior, Minas Gerais surgia como polo de absorção de 40% a 60% dos escravos que saíam do Rio de Janeiro. E o último polo de demanda de escravos no século XIX se concentrava no Vale do Paraíba, nas plantações de café. Em determinadas áreas desta zona, a população passou de 292 habitantes, em 1789, para 15.700, em 1840. Castro (1993) complementa dizendo que em 1872, dezesseis anos antes da abolição definitiva do cativeiro, habitavam nas três maiores províncias escravistas do Império 819.798 escravos e 2.890.154 homens e mulheres livres. Destes, 41% eram descendentes de africanos.

Mesmo após a lei que determinava o fim do tráfico de escravos em 1850, o tráfico interno continuava com a expansão do café para leste e oeste. Havia uma rede de intermediários que fazia as revendas de escravos em substituição à antiga empresa negreira. O tráfico interno representou um processo de concentração social da propriedade cativa, sendo que a lógica da venda e compra de escravos seguia uma regra em que pequenos proprietários vendiam para os grandes. Os senhores de engenho do Nordeste, em função da concorrência sulista, teriam se retraído como compradores de trabalhadores escravizados (CASTRO, 1993).

As mudanças provocadas a partir do tráfico interno de escravos faziam com que se criassem novas expectativas sobre as relações senhor-escravo. As possibilidades de trocas de lugares de trabalho e moradia do cativo criavam um reforço das relações familiares no suceder de gerações nascidas sob o cativo e a desestruturação desta rede. O comprometimento de homens livres com a violência escravista foi detectado por Castro (1993) na análise de documentos em que, além dos capitães do mato, lavradores e seus filhos buscavam escravos fugidos na década de 1850. Tratava-se, muitas vezes, do engajamento de homens de municípios sem ligação com o dono do escravo.

As revoltas se tornaram mais frequentes a partir do final do século XVIII, favorecidas pela expansão das áreas destinadas à agricultura comercial e, com isso, ocorreu a intensificação do tráfico escravo. Neste contexto, tem-se os africanos natos que formavam a maioria dos escravizados e que encontravam dificuldades em constituir famílias, tal situação contribuiu para as dificuldades dos senhores em controlar as senzalas. Na Bahia, na primeira metade do século XIX, as revoltas escravas foram promovidas por cativos de origem africana, em específico, os *haussás* e *nagôs* (REIS, 2000).

Para além do fator africano, que depois do tráfico negreiro não teria mais tanta importância, ao longo do século XIX se formava um ambiente favorável à rebeldia escrava em torno dos movimentos pela independência, das revoltas regionais e a circulação de ideologias liberais e abolicionistas. Reis (2000) comenta que a Revolução Francesa estimulou a rebeldia negra no continente americano de forma indireta, ao se considerar que a única revolução escrava bem-sucedida no Novo Mundo deu-se em Saint Domingue, no início da década de 1790. O exemplo do enfrentamento ocorrido no Haiti era comentado pelos africanos no Brasil. Em especial na Bahia, os escravos falavam a respeito do ocorrido nas ilhas Antilhas Francesas.

Alguns elementos da escravidão no Brasil foram apresentados, envolvendo os motivos da vinda do africano escravizado, as regiões que mais utilizaram a mão de obra escravizada, em especial no século XIX, o fim do tráfico negreiro e a continuidade do tráfico interno no país e as revoltas de escravos contra seus proprietários. Na sequência do texto, enfatiza-se como ocorreu o uso do trabalho escravo no Rio Grande do Sul, levando em conta o grande contingente destinado, na época, para a província de São Pedro.

2.2 O trabalho escravizado no Rio Grande do Sul

A participação afrodescendente na composição da sociedade gaúcha muitas vezes tem sido negligenciada pelas narrativas oficiais, no entanto, novas pesquisas apontam para a importância do trabalho escravizado na formação econômica, política e cultural do Rio Grande do Sul. Desta forma, faz-se necessário enfatizar o início da escravidão no Estado, as atividades que demandaram o uso da mão de obra escravizada, as relações entre os senhores e os negros, as novas abordagens historiográficas e as diferentes percepções em torno do trabalhador escravizado.

No decorrer do século XVIII ocorreram as primeiras tentativas de expansão rumo ao sul. Pesavento (1982) comenta que nos anos de 1580 a 1640, durante o domínio espanhol, os holandeses não somente usufruíram do Nordeste brasileiro, como se apoderaram daquelas zonas da África que forneciam mão de obra negra. Com isso, ocasionou a falta de escravos para o restante do Brasil não holandês. Quando termina a dominação espanhola, Portugal tem seu Império Colonial reduzido e então se volta para o Brasil, que era a principal base de sustentação de seu Reino. Neste contexto, os portugueses tinham sofrido perdas no Oriente e na África, em função de concessões feitas a holandeses e ingleses, e, diante disso, queriam lucrar mais com a exploração de sua colônia.

Para Maestri Filho (1984) os processos de ocupação militar, valorização territorial baseada no braço livre e a estruturação da sociedade colonial do século XVIII sobre o esforço do escravo, provocam a confusão da historiografia. Para o mesmo autor, o escravo entrou no Rio Grande do Sul juntamente com os primeiros lusitanos, não esquecendo que em tal período existe a posição geográfica de vizinhos, como Buenos Aires, Colônia de Sacramento e Montevideú, que recebiam com facilidade cargas dos navios negreiros para a distribuição na região, sendo o comércio de escravos no rio da Prata importante até a abolição da escravidão.

No Rio Grande do Sul, o negro esteve presente desde a primeira metade do século XVI, e, como escravo, atuou nas estâncias e, posteriormente, nas charqueadas e áreas urbanas. Segundo Franz (2009), 73% das estâncias rio-grandenses continham entre cento e um e mil reses e possuíam, em média, sete escravos. Parte se dedicava às atividades produtivas e outra aos serviços domésticos. Os proprietários das estâncias que possuíam mais de mil cabeças de gado vacum tinham cerca de vinte escravizados.

A escravidão no Rio Grande do Sul foi negada por muito tempo e depois teve a sua presença relacionada ao surgimento da charqueada, nas unidades de grande produção. Osório (2006) argumenta que a compra de cativos foi feita também por muitas pessoas livres, que foram proprietárias de escravos e, desta maneira, foram comprometidas com a escravidão. Tais indivíduos eram homens forros, ex-escravos que, em sua condição de liberto, adquiriam escravos mediante uma situação econômica favorável. A autora diz ainda que José da Silva Paes, fundador do presídio de Jesus-Maria-José, falava que em Rio Grande, no ano de 1742, todo casal tinha escravos.

A população escravizada nos campos de Viamão, em 1751, chama a atenção, pois a proporção de escravos era semelhante à das zonas mineradoras ou de *plantation*. Enfatiza Osório (2006) que o número de domicílios que tinham escravos era muito alto - 62% com uma média de quatro cativos. Destaca que, neste período, estavam se estabelecendo as primeiras estâncias de criação. Depois da invasão espanhola de 1763, sua população seria reforçada por parte dos habitantes de Rio Grande, que buscavam refúgio. Em 1778, tal população diminuiu para 40,5% do total, mas o número de proprietários de escravos havia aumentado.

No sul do Brasil, a presença do negro escravo já era constatada nas bandeiras de aprisionamento, como a de Repouso Tavares, em 1635. De acordo com Assumpção (1990), foi a partir da fundação do Rio Grande luso-brasileiro e do surgimento das charqueadas, sobretudo das localizações junto ao arroio Pelotas, que a figura do negro escravizado assumiu importância máxima para a história sulina. Entre os anos de 1780 a 1831, foram computados quinhentos e vinte e dois homens escravizados: cento e trinta e sete eram crioulos, duzentos e nove tinham nacionalidade desconhecida e cento e setenta e seis eram africanos.

Bakos (1990) contribui dizendo que o escravo negro começou a ser introduzido no Rio Grande do Sul em finais do século XVIII com o objetivo de atender às necessidades das charqueadas sulinas. Com o transcorrer do tempo, começou-se a utilizar o escravo para as atividades de peonagem e agricultura. Nestes primeiros tempos, o que mais importava era possuir um escravo negro, fisicamente apto para tais atividades. Percebe-se que, durante o século XIX, o elemento negro aparecerá em diversos municípios da Província de São Pedro e desenvolvendo inúmeras tarefas.

Osório (2006), por sua vez, acrescenta que houve a inserção precoce de escravos e em grande quantidade pelos proprietários do Rio Grande do Sul. Um dos casos é o de Antônio Xavier de Azambuja, falecido em 1769, que em sua estância tinha criação de gado vacum, cavalos, de mulas e plantação de trigo. Azambuja possuía treze escravos, sendo quatro deles peões, um crioulo e os outros três de nação *benguela*. Um deles possuía mulher e filhos. Tal exemplo aponta para uma ampla utilização da mão de obra escrava em todos os tipos de atividade, inclusive na pecuária, em 1760, data que ocorria a invasão espanhola; e a única exportação existente era a de couros.

No que diz respeito às unidades produtivas, Osório (2006) falará que os proprietários das estâncias de até mil cabeças tinham, em média, sete escravos. Apenas 5% deles não possuíam nenhum cativo e 16% não eram proprietários das terras sobre as quais cultivavam e criavam animais. Seus patrimônios produtivos estavam distribuídos entre os rebanhos (26%), escravos (30%), equipamentos (3%) e nas terras (41%). Existia uma diferença dos proprietários das grandes estâncias que tinham mais de mil animais vacuns. Estes tinham suas estâncias em terras próprias e possuíam escravos com uma média bem mais alta: vinte e dois cativos por proprietário.

Ao se falar no uso da mão de obra escravizada no Rio Grande do Sul, é necessário enfatizar o que vem sendo pesquisado nas últimas décadas e sua contribuição para novos olhares sobre o trabalho escravizado, em especial, para os sujeitos escravizados e sua luta pela conquista de direito em meio a um sistema que tentava de todas as formas retirar qualquer dignidade humana. Pesquisas demonstram a conquista de espaços de autonomia nas relações entre senhor e escravizado, evidenciando maneiras de resistência, negociações e, também, os conflitos.

Para Moreira (2006) a resistência não envolve somente as manifestações explícitas contrárias aos senhores (quilombos, fugas e insurreições), mas também aquelas discretas e surdas, como qualquer forma de luta contra as imposições desumanas do escravismo, religião, família e alforria. O autor salienta que não havia uma divisão radical entre a negociação diária e os rompimentos entre senhores e cativos. A revolta e a negociação eram estratégias de resistência e sobrevivência colocadas em ação, conforme as possibilidades de êxito ou fracasso verificadas pelos atores sociais em determinados contextos.

Em outros exemplos apontados por Moreira (2006), em relação às negociações feitas pelos escravizados com seus senhores, tem-se o caso da fazenda Conceição, em Taquari, em 1863. Entre a apresentação do ocorrido, destaca-se a descrição da senzala que demonstra as várias negociações que já haviam sido feitas entre proprietário e escravizado. Entre os direitos conquistados, estava o trânsito controlado pelos arredores da propriedade, certo controle da moradia (a chave da senzala) e outras regalias.

Scherer (2008), em seu trabalho a respeito das experiências de busca de liberdade no município de Rio Grande durante o século XIX, resalta o caso de Josefa Maria da Conceição, para assim demonstrar a luta diária dos afrodescendentes contra o estigma da escravidão. Também salienta as estratégias dos africanos de Rio Grande depois de libertos, envolvendo questões sociais, econômicas, parentescos, étnicas, entre outras. Nesta mesma linha, Caratti (2013) expõe sua pesquisa, que traz as trajetórias de Faustina e Anacleto. Diz que são casos individuais, mas ao mesmo tempo coletivos, pois compartilham características comuns, como a fragilidade da vida em liberdade, e assim por diante.

Perante as péssimas condições de vida mencionadas, o escravo encontrava na fuga uma solução. Apesar de todos os perigos e ameaças, o escravo fugia, expõe Maestri Filho (1984). Fazia isso aproveitando um descuido do capataz e a liberdade de movimentos que uma tarefa ou uma profissão lhe facilitava. Fugia quando o mundo dos senhores se desorganizava com uma guerra, uma revolução ou quando o senhor fechava os olhos. Na verdade, o escravo não perdia tempo, fugia sem olhar para trás, muitas vezes, sem saber para onde.

Argumenta Maestri Filho (1984) que a consolidação da produção saladeiril, nos últimos vinte anos do século XVIII, fez com que se estruturasse no sul um modo de produção efetivamente escravista. O escravizado já havia sido empregado na plantação, mas não de forma exclusiva. A charqueada foi próspera, mas viveu em uma crise permanente. O charqueador era homem de posses, expandia os seus negócios, mas sua empresa, a charqueada, nunca alcançou o nível de grande empresa. Pode-se dizer que a charqueada gaúcha vivia, estruturalmente, “inibida”.

Visto isso, observa-se que o trabalho escravocrata foi utilizado no Rio Grande do Sul, em larga escala, principalmente nas charqueadas. No entanto, nota-se a sua presença em diferentes setores, o que demonstra a importância da análise do processo histórico, desde a

chegada à província até as relações internas e as externas com os países de fronteira. Até o momento, buscou-se apresentar informações sobre a escravidão, tanto no cenário nacional quanto no regional, para um melhor entendimento, considerando-se também a utilização da mão de obra escravizada no Vale do Taquari, em especial, no período do século XIX.

2.3 A Abolição da escravidão e seus desdobramentos

A história da abolição no Brasil se diferenciou do restante do mundo, em função do tempo de duração. Nos Estados Unidos, o processo escravocrata também demorou a ser extinto, mas a diferença estava na quantidade de regiões que a escravidão existia. Freitas (1982) comenta que no Brasil, após a independência, a escravidão atingia a totalidade do território, e a metade da população era composta por escravos.

Os discursos abolicionistas irão surgir em meados do século XVIII, no contexto da ilustração europeia, com questionamentos em relação à legitimidade da escravidão, como também em um momento da elaboração da Declaração dos Direitos do Homem e do Cidadão, ao final da Revolução Francesa. Desde então, por diferentes maneiras, desde a emancipação escrava no Haiti, em 1794, até a abolição definitiva da escravidão no Brasil, em 1888, a instituição escravista foi legalmente extinta em praticamente toda a Afro-América (RIOS; MATTOS, 2004).

Durante o Segundo Império, o tema abolição começou a ser discutido, pois existia uma pressão da Inglaterra sobre o Brasil. Os ingleses queriam o cumprimento da lei antitráfico, de 7 de novembro de 1831. No entanto, a situação da escravidão não foi resolvida com a lei, como Lopez (1982) salienta, porque o Império brasileiro optou pela conciliação, ao invés de uma solução definitiva do trabalho escravo. Desta forma, apenas contornou o problema, que não parou de crescer, levando muitos anos para ser totalmente resolvido.

Neste mesmo sentido, Fausto (2000) fala que o não cumprimento da lei, por parte do Brasil, fez com que a Inglaterra apreendesse muitos navios que transportavam escravos, além do Parlamento inglês aprovar um ato chamado “Bill Aberdeen”, em que a marinha inglesa poderia tratar os navios negreiros como navios piratas, com direito a sua apreensão e a julgamento dos envolvidos em tribunais ingleses. No ano de 1850, criou-se a Lei Eusébio de

Queiroz, que aboliu o tráfico negreiro, com o objetivo de beneficiar o latifundiário. Entre os aspectos que se destacam nesta situação, estão o encarecimento dos escravos e as dívidas dos latifundiários para com os traficantes de escravos. Percebe-se que a situação econômica influenciou o rompimento do tráfico, uma vez que aliviava as dívidas dos comerciantes (LOPEZ, 1982).

Castro (1993), comenta que as mudanças provocadas a partir do tráfico interno de escravos faziam com que surgissem novas expectativas sobre as relações senhor-escravo. As possibilidades de trocas de lugares de trabalho e moradia do cativo criavam um reforço das relações familiares no suceder de gerações nascidas sob o cativo e a desestruturação desta rede, enquanto o mercado interno de escravos aumentava.

Segundo Machado (1994), os finais da década de 1860 parecem ter causado um reordenamento a respeito do papel do escravo e do negro na sociedade brasileira. De fato, ao longo dos anos 1870 e 1880 ocorre a identificação do escravo como uma ameaça ao seu proprietário e à família. A autora acrescenta que um ritmo de trabalho próprio ao grupo, a injustiça dos castigos, os direitos à folga semanal, a alimentação e o vestuário, o recebimento de salários pelo trabalho realizado a mais e a manutenção de uma economia independente, na forma das roças e do pequeno comércio, foram, muitas vezes, os argumentos que em seu conjunto justificavam os ataques violentos dos plantéis contra os senhores e seus feitores.

Para Castro (1993), o escravo crioulo, negociado no tráfico interno, vinha com uma bagagem de práticas costumeiras, sancionadas na fazenda ou região em que antes habitara, tendo concepções preestabelecidas de castigo justo ou injusto e ritmo de trabalho. A ilegitimidade do cativo se manifestava através do crime. Alguns elementos influenciavam nas atitudes violentas e até mesmo nas mortes de senhores pelos seus escravos, como a insuficiência de comida, vestuário, maus-tratos e excesso de trabalho.

A generalização do tráfico interno, a troca de experiências de cativo, especialmente no contexto de fazendas novas, onde tudo ainda estava para ser estabelecido, tendiam a levar os escravos a proporem de forma, até então inusitada, um código geral de direitos dos cativos. Entre os direitos dos escravos estavam a proibição da separação de famílias no ano de 1869, o direito ao pecúlio e à compra de alforria, em 1871, e a proibição de açoite, no ano de 1886. Castro (1993) fala no esgotamento do recurso da violência como forma de subordinação do cativo, nos últimos anos da escravidão.

A situação desumana dos negros escravos, para Monteiro (2012) impulsionou a criação das leis abolicionistas, iniciadas do conjunto de manobras sociais empreendidas, entre o período de 1870 a 1888, em favor da libertação dos escravos, tais como a Lei do Ventre Livre, de 1871, e a Lei dos Sexagenários, de 1885. Estas leis proporcionaram algumas mudanças no cenário da servidão negra. Somente com a Lei Áurea de treze de maio de 1888, sancionada pela princesa Isabel, que se extinguirá a abolição no Brasil. Se, em um primeiro momento, a Lei Áurea significou a libertação dos escravos do domínio de seus senhores no momento seguinte, fez com que os escravos fossem vítimas do sistema, uma vez que se encontravam livres, porém, não possuíam estudo, documentos, dinheiro, moradia, emprego, escola e nenhuma outra espécie de assistência social proporcionada pelo Estado.

Na verdade, a Lei Áurea não teve a preocupação com a situação do negro, sobre a forma como sobreviveriam na sociedade, que até então o escravizara. Monteiro (2012) comenta que alguns ex-escravos se dedicaram a pequenas roças de subsistência; outros não quiseram permanecer na atividade agrícola, então, migraram dos campos para os grandes centros à procura de emprego, mas os trabalhos que encontravam eram precários, inaugurando, dessa forma, a mão de obra marginalizada.

Monteiro (2012) continuará falando na falsa promessa de liberdade do negro, dizendo que a lei apenas decretou a liberdade, entretanto, na prática, a situação não favorecia os ex-escravos, para que se sentissem realmente livres. A autora ressalta ainda que a liberdade concedida de direito não se concretizou na prática social. Não se pode falar em liberdade de fato, de igualdade entre as pessoas, tampouco do reconhecimento da dignidade da pessoa humana dos escravos libertos.

Além dos ex-escravos não terem uma estrutura para se manterem na sociedade, não conseguiram se desvencilhar da identidade escrava. Weimer (2007) enfatiza que se o pós-abolição era um campo de novas possibilidades para antigos escravos, colocá-los na condição de “ex” e relacioná-los com o passado era uma maneira de prendê-los a ele. Pode-se considerar que, após obter a liberdade, o escravo não obteve uma identidade nova na sociedade em que estava se inserindo.

A abolição da escravidão no Brasil, para Castro (1993), tem sido considerada muito mais do ponto de vista econômico e político, do que de uma perspectiva social e cultural. Enquanto problema econômico, quase naturalmente, tendeu-se a privilegiar a questão da

substituição do trabalho nas áreas mais prósperas da cafeicultura paulista e a substituição quase absoluta do escravo negro pelo imigrante europeu. Porém, a questão do fim da escravidão envolve muito dos aspectos sociais e culturais, e seus resquícios podem ser observados nos dias atuais. Como a exclusão, o preconceito, a falta de oportunidades, a ocupação dos espaços periféricos na sociedade. E em relação à cultura tem-se as influências na dança, culinária, religião e no vocabulário.

Machado (1994) fala que a questão do aproveitamento do trabalhador livre na grande lavoura esteve no centro dos debates relativos à transição para o trabalho livre, dividindo as opiniões dos fazendeiros que, preocupados em manter a viabilidade da agricultura exportadora, encaravam de maneira pessimista tanto as possibilidades de manter ex-escravos nas propriedades, como de atrair, sem o concurso de leis coercitivas, o trabalhador livre. A autora ainda comenta que a transição para o trabalho livre na grande propriedade, considerando que os proprietários não tinham projetos para utilizar a mão de obra do liberto, desencadeou um mercado de trabalho livre, principalmente nas áreas cafeeiras mais dinâmicas, que aderiram à imigração.

Para Rios e Mattos (2004) o fim da escravidão no Brasil e as reconfigurações sociais no pós-abolição tiveram contornos regionais específicos. A instituição praticamente se “dissolveu” no Nordeste, antes que no centro-sul, algo que provocou um grande deslocamento de escravos das regiões nordestinas com destino, principalmente, ao Sudeste. Assim, o tráfico interno foi responsável por mudanças profundas nas duas regiões. O Vale do rio Paraíba, nas vésperas da abolição, apresentava escravarias assentadas com algumas gerações de escravos já nascidas na região. Neste Vale, a escravidão se manteve até tardiamente, com uma limitada utilização da mão de obra do imigrante europeu.

A abolição da escravidão irá ocorrer a partir do ato legal, assinado pela princesa regente, e, neste contexto, Mattos (2006) discute que, após a lei e durante alguns anos, os ex-senhores continuaram a se organizar politicamente para solicitar indenizações pela perda de sua propriedade em escravos. Quase não se discutiu formas de reparação aos ex-escravos. Somente nos finais da monarquia, a questão da “democracia rural”, com a discussão de projetos que incluíssem algum tipo de acesso à terra aos recém-libertos, foi postulada por setores abolicionistas como um complemento necessário ao fim da escravidão.

Antes da abolição, uma das principais preocupações dos senhores era a possibilidade de os escravos deixarem as fazendas nas quais foram cativos. Conforme Rios e Mattos (2004), as estratégias senhoriais para evitar este abandono estava a de procurar ligá-los a si e às fazendas por laços de gratidão, antecipando-se à abolição e concedendo alforrias em massa. Com isso, queriam provocar a gratidão que, ao entendimento senhorial, os escravos deveriam receber a liberdade de suas mãos, e não do Estado, para percebê-la como uma dádiva senhorial.

Rios e Mattos (2004) comentam sobre a decisão estratégica a ser tomada pelos últimos cativos após a abolição, em relação ao abandono ou à permanência nas fazendas. A recém-adquirida liberdade de movimentação envolvia as possibilidades de conseguir condições de sobrevivência que permitissem realizar outros aspectos tão ou mais importantes que as possibilidades de vida em família, moradia e produção doméstica, maior controle sobre o tempo e ritmos de trabalho e, de modo geral, sobre as condições dos contratos a serem obtidos (de parceria, empreitada ou trabalho a jornada), considerando as dificuldades ao acesso direto ao uso da terra.

Castro (1993) enfatiza que a obtenção de alforrias também gerava continuamente novos livres à procura de laços. A inserção social destes homens na sociedade colonial se fez, entretanto, marcada por uma hierarquização racial, que separava, até mesmo na prática religiosa, pretos, brancos e pardos. A designação de “pardo”, em uso no período colonial e mesmo no século XIX, servia como forma de registrar uma diferenciação social, variável conforme o caso, na condição geral de não-branco. Desta maneira, tornavam-se pardos todo escravo descendente de homem livre (branco) e todo homem nascido livre que trouxesse a ascendência africana.

Por outro lado, escreve Castro (1993), a historiografia já tem assinalado que os significantes “crioulo” e “preto” mostravam-se claramente reservados aos escravos e aos forros recentes. A designação “crioulo” era exclusiva de escravos e forros nascidos no Brasil, e o significante preto, até a primeira metade do século XIX, era referido preferencialmente aos africanos. A designação de “negro” era mais rara e, sem dúvida, guardava um componente racial, quando aparecia nos censos de época, qualificando a população livre.

Desta forma, o qualificativo “pardo” sintetizava, como nenhum outro, a conjunção entre classificação racial e social no mundo escravista. De acordo com Castro (1993),

tornarem-se simplesmente “pardos” os homens livres descendentes de africanos que dependiam de um reconhecimento social de sua condição de livres, construído com base nas relações pessoais e comunitárias que estabeleciam. E, em relação ao trabalhador livre, o maior subgrupo era formado por “lavradores”, entendidos como os que viviam preferencialmente da exploração de lavouras próprias, sejam simples roças de subsistência, em terra alheia, exploradas com trabalho familiar, sejam importantes lavouras escravistas.

Ser “lavrador” significava pelo menos ter uma casa, um cercado e uma roça, ou seja, uma “situação” consensualmente sua, que pelo costume podia alienar e deixar em herança, o que os diferenciava não só dos escravos, mas também do homem móvel e desenraizado. Castro (1993) enfatiza que a capacidade de mover-se se referia a um sentido específico de liberdade, representava liberdade para escolher e estabelecer novos laços de amizade, família ou patronagem, que conferissem ao homem livre um status específico numa dada comunidade. Ser lavrador de roça significava que estes laços preexistiam e, mesmo que negro ou mestiço, jamais seria confundido ou tratado como um escravo.

A mudança da lavoura escravista para um sistema de *plantation* sem escravos, entre 1888 e 1889, ocorreu com pouca, ou sem alguma alteração. Segundo Forman (2009), as relações estruturais no campo brasileiro indicavam que a transição do trabalho escravo para o trabalho livre já estava acontecendo, antes da abolição. Os padrões de trabalho permaneceram quase sempre os mesmos, só que depois de libertos, os negros estavam presos à terra por um sistema de débito e crédito, com recursos limitados e sem ter para onde ir. Após a abolição, o ex-escravo permaneceu parte integrante da economia rural e dos ofícios artesanais urbanos em expansão.

Em relação às relações de trabalho, tem-se a criação de uma lei de locação de serviços, que Lamounier (1986) explica como sendo um texto minucioso que regulamentava os contratos efetivados na agricultura com trabalhadores nacionais, libertos e estrangeiros, nas mais variadas condições dos sistemas de parceria agrícola, pecuária e locação de serviços. Atentando para as garantias necessárias para o cumprimento dos contratos, a nova lei previa com perspicácia as faltas e negligências dos contratantes e dispunha com detalhes do processo e das penalidades competentes. Foi promulgada no ano de 1879, podendo ser considerada como a primeira tentativa de intervenção do governo brasileiro na organização das relações de trabalho livre na agricultura.

2.4 Escravismo e a crítica ambiental de José Augusto Pádua

José Augusto Pádua (2004) irá apresentar uma crítica ambiental relacionada à escravidão negra no Brasil, a partir do pensamento de José Bonifácio, com suas propostas de reforma social, de organização do poder político e da crítica à destruição do ambiente natural. O autor destaca que a questão ambiental, principalmente com o problema do desflorestamento, era o elemento básico e recorrente da produção intelectual de Bonifácio, que considerava a agricultura praticada no país rudimentar e predatória e que prejudicava o solo e destruía as florestas, sendo a escravidão um elemento que contribuía para tal processo.

Ao mencionar as ideias de José Bonifácio torna-se interessante conhecer um pouco de sua trajetória pessoal e intelectual. Pádua (2004) comenta que Bonifácio nasceu no Brasil, em Santos, São Paulo, pertencia a uma família com boas condições financeiras e, aos 20 anos, viajou para a Europa, no ano de 1783, onde realizou a primeira parte de seus estudos, na Universidade de Coimbra. Retornará ao Brasil em 1819, com cinquenta e seis anos, com um vasto conhecimento acadêmico, e a experiência de administrador público, em Portugal. Foi a formação em Portugal e em outros países que influenciou a sua preocupação com a destruição dos recursos naturais.

Em suas viagens pela Europa, Bonifácio conviveu com o processo de construção de teorias sobre a dinâmica da natureza, a qual, décadas mais tarde, desencadearia na ecologia. Tais vivências marcaram profundamente o seu pensamento político. Segundo Pádua (2004), o primeiro texto publicado de José Bonifácio tratou-se da “Memória sobre a pesca da baleia e a extração do seu azeite”, em 1790. Em outro trabalho, “Memória sobre a necessidade e a utilidade do plantio de novos bosques em Portugal”, divulgado em 1815, fala do desperdício das árvores e florestas. Quatro anos antes do retorno ao Brasil, em 1815, estas preocupações ainda se concentravam no contexto europeu, onde Bonifácio percebia que a importância das florestas para os povos originais da Europa ultrapassava o aspecto meramente econômico. Atingia o espaço de identidade cultural.

Mesmo afastado do Brasil e passando boa parte de sua vida na Europa, Bonifácio mantinha contato com pessoas da elite política portuguesa, que acompanhavam suas teses sobre a necessidade de fazer progredir o país para o bem do império lusitano. Pádua (2004) explica algumas percepções do pensador ao retornar ao país, como a viagem nos sertões de São Paulo, a fim de fazer uma pesquisa mineralógica. Com isso, intensificou suas

preocupações sociais e ambientais. Preocupou-se com o estado da agricultura, com a maior parte inculca, e, quando existia alguma atividade agrícola, esta era predatória. Observou algumas poucas regiões em que se praticavam uma agricultura doméstica sadia, com um desenvolvimento autônomo.

Ao perceber a realidade brasileira, José Bonifácio renovava a necessidade de elaborar e implementar um projeto sistemático de reforma para o Brasil. Argumenta Pádua (2004) que depois da Revolução do Porto, em Portugal, em 1820, ocorre um período de participação política nos Reinos Unidos. Sendo que no decorrer do ano de 1821, formaram-se juntas governamentais de caráter semirrevolucionário em diversas províncias do Brasil. O intuito era organizar a participação dos deputados brasileiros nas cortes que se reuniram em Portugal. No início de 1822, havia propósitos de reduzir a autonomia do país, então, Dom Pedro I elege Bonifácio como Ministro do Reino e dos Estrangeiros, o que levaria à emancipação política do Brasil.

Os planos de um projeto nacional se pautavam em duas diretrizes. Conforme Pádua (2004), primeiramente, contemplava a população heterogênea, fragmentada e dispersa em uma sociedade nacional integrada e possuidora de um sentido de unidade. Acreditava-se que, para resolver isso, teriam que existir políticas de emancipação e incorporação dos escravos, assimilação dos índios, promoção da imigração estrangeira e educação popular. Também era necessária uma política geral de proteção dos recursos naturais do Brasil. Esse modelo passava pela superação do modelo agrícola, baseado no latifúndio, na monocultura e na destruição florestal. Deveria ser transformado com uma reforma agrária e a implantação de métodos renovadores que deixassem o ambiente equilibrado.

Interessante destacar que as propostas de Bonifácio iam além da simples melhora nas condições de vida dos escravos africanos. A diminuição das rebeliões não era mais suficiente. Era preciso uma transformação dos negros “de homens imorais e brutos em cidadãos ativos e virtuosos”. A sociedade teria que aceitá-los como “irmãos e compatriotas”, pois a ideia era promover a mistura das etnias para facilitar a estabilidade social. No entanto, tais ideias desagradaram a elite social da época. Pádua (2004) expõe que Bonifácio foi o primeiro pensador brasileiro a estabelecer uma ligação causal entre a destruição da base natural da riqueza do país e o domínio do escravismo.

Schwarcz (1987) irá comentar algo sobre um aspecto citado por Pádua (2004) que se relaciona com as ideias de civilização e de republicanismo que surgiriam no contexto da elite paulista nos momentos finais da escravidão. Neste período, o conceito de civilização assume uma nova importância, sendo que parecia delinear uma linha divisória que permitiria que os homens reconhecessem a si e a “seus pares”. Seriam os princípios evolucionistas e o paternalismo que estavam atuando, tendo o branco como civilizado e portador do saber, e era deste que o negro devia se aproximar para adquirir a cidadania. Desta forma, percebem-se questões voltadas para uma sociedade que estava em transformação e que buscava ser civilizada, obviamente, partindo de um grupo minoritário com prestígio social o modelo do se tornar um sujeito civilizado.

Pádua (2004) salienta que, para Bonifácio, a existência dos numerosos escravos no Brasil era o principal motivo de uma agricultura predatória, e, ainda, a junção do escravismo com o latifúndio resultava no descaso e na agressividade com a terra. As áreas abertas eram exploradas de forma descuidada, sendo que, um tempo depois, abandonavam-se e buscavam-se novas queimadas e novos desmatamentos. Para o pensador brasileiro eram os “braços livres dos pequenos proprietários e jornaleiros” que, ao se fixarem nos limites permanentes de propriedades menores, produzindo por sua própria “necessidade e interesse”, que fariam um melhor aproveitamento da terra cultivada, cuidando das grandes florestas.

A nova agricultura pensada por Bonifácio se assentava nos vales e campos desembaraçados, onde as florestas dos montes seriam protegidas ou usadas com moderação, de acordo com verdadeiras necessidades. Tal agricultura deveria utilizar arados e charruas, como também os melhores conhecimentos científicos da química e da história natural, com a introdução de máquinas e tecnologias que aumentassem a produtividade. Acreditava-se que, com a fertilidade da terra, pudesse se obter colheitas melhores, com maior número de empregos (PÁDUA, 2004). Destacam-se, no pensamento de José Bonifácio, os aspectos ambientais e sociais que estavam interligados.

Nestes objetivos de mudanças no cenário brasileiro, Bonifácio percebia que não seria possível realizá-las com a manutenção do latifúndio escravista. Segundo Pádua (2004), o ideal seria uma economia de pequenos proprietários livres e, para isso, teria que se realizar uma forte reforma agrária. As antigas sesmarias que estivessem improdutivas retornariam às mãos do Estado, ficando apenas meia légua quadrada para o antigo sesmeiro, caso este quisesse cultivá-la. As posses que não estivessem legalizadas poderiam reter apenas a área que já

tivesse cultivada, além de algum outro espaço para expansão do cultivo. Observam-se os detalhes do projeto nacional articulado por Bonifácio, que pensava como funcionaria na prática o cuidado com os recursos naturais e as formas de fazer o país progredir.

Pádua (2004) salienta que as terras não legalizadas ou não cultivadas retornariam ao poder público, e a atitude tomada seria a venda em pequenos lotes. A arrecadação desta venda serviria para financiar a doação de outros lotes para “europeus pobres, índios, mulatos e negros forros”, de forma a promover sua incorporação na sociedade. Dentro do plano estava, também, a demarcação destes terrenos, garantindo que fossem abastecidos de água e que tivessem espaço para um aumento demográfico. A venda ou a distribuição das terras seguiriam algumas regras ambientais. Os beneficiados, por exemplo, seriam obrigados a deixar 1/6 do terreno como florestas e árvores, sejam naturais ou plantadas.

Os projetos de José Bonifácio e suas ideias de construção de um Brasil independente não foram seguidos adiante, em função de políticas posteriores e, em 1823, ele foi forçado a abandonar o ministério. Em novembro do mesmo ano, foi preso e exilado na França, onde permaneceu até 1829. Isso aconteceu porque a elite dos grandes proprietários, que era a base do poder econômico e político, não queria extinguir a escravidão, dividir as propriedades e combater a rotina predatória e lucrativa da monocultura exportadora. Bonifácio era um intelectual que desprezava ostentações de riqueza, títulos de nobreza e artificialismos de etiqueta. Além disso, ele teve desavenças com a elite da monarquia emergente. No entanto, o que mais amedrontava esse grupo era seu projeto, quase revolucionário, de mudança social e ambiental (PÁDUA, 2004).

Pádua (2004) menciona que em 1837, um ano antes da morte de José Bonifácio, surgiram vestígios de suas ideias relacionadas com a escravidão e a destruição ambiental por outros pensadores. Em 1831, foi criada a Sociedade Defensora da Liberdade e Independência Nacional, tendo como fundadores Evaristo Veiga e Odorico Mendes. Estes realizaram um concurso de ensaios sobre a “odiosidade do comércio de escravos”, e, em resposta a isso, um jovem engenheiro, chamado Frederico Burlamaque, escreveu um livro para retomar antigas ideias de Bonifácio a respeito do escravismo como atraso econômico e social do país, incluindo o plano ambiental.

2.5 Uso de jornais como fonte de pesquisa para a história

Nas páginas de um jornal, notícias das mais variadas, aquelas que evidenciam o comportamento social, as dinâmicas de determinado processo histórico, envolvendo aspectos econômicos, culturais e políticos que vão compondo a história, no dia a dia. Uma fonte que pode fornecer “pistas”, temas, assuntos para o historiador, que, partindo de uma leitura cuidadosa, atenta, procurando nas entrelinhas, poderá descortinar nas matérias uma história pouco visível ou totalmente invisível. Além de levar a outras fontes, como as fontes documentais, que são uma forma comprovadora de momentos históricos de um povo, de uma comunidade, do passado e do presente.

Elmir (1995) comenta que ao ler jornais e, com isso, falará em A Federação, A Gazeta, A Gazetinha, Jornal do Comércio e Última Hora, a qualidade desta leitura é diferente, porque a leitura deve ser meticulosa, deve ser demorada, exaustiva, e, muitas vezes, complexa. Complementa dizendo que um pesquisador não pode “passar os olhos” sobre o jornal, isso somente como primeiro passo para detectar, dentro do universo dos seus interesses, onde está o texto que merece a sua leitura intensiva. O mencionado pelo autor remete, de certa maneira, para o levantamento e a leitura das matérias do Taquaryense. Em um primeiro momento, todas as notícias foram lidas com atenção, até encontrar e selecionar aquelas que enfatizaram a questão da abolição da escravidão, o tema de interesse na pesquisa.

Ao lermos as matérias de um jornal, temos que ser capazes de distinguir entre aquilo que é significativo para a compreensão do nosso objeto e aquilo que é fortuito, casual, que consta nas páginas do periódico, mas que não representa algo a se investir. Elmir (1995) escreve que uma interpretação correta, pertinente do exposto no jornal, exige a regularidade, a constância da ideia encontrada, e isso, o pesquisador perceberá na medida em que possa ter acesso a uma série de discursos, que é a condição do estabelecimento da regularidade. Caso isso não aconteça, talvez seja necessário o descarte das matérias. A explicação do autor se relaciona com a regularidade das notícias do Taquaryense, no que diz respeito ao fim da escravidão, um tema muito recorrente e detectado nas leituras realizadas.

Para Elmir (1995), o historiador quase sempre se encontra numa fronteira muito pouco precisa entre a “interpretação sã” e a “interpretação paranoica” ou “superinterpretação”. A posição mais confortável, quase sempre, é a de enxergar no texto o sintoma, o exemplo, a representação ou a ilustração da ideia que se quer provar. Um enunciado tomado isoladamente

pode, ao ser interpretado, deixar escapar a real abrangência do seu significado, pode-se pecar por superestimar ou por subestimar a matéria de nossa análise. Com isso, se percebe os cuidados que o pesquisador necessita ter no momento da leitura das matérias e na escolha de um tema. Precisa ver as possibilidades de relacionar esse com outras fontes, para não deixar de lado significados importantes.

Segundo Pereira (2006), os jornais são considerados documentos para os pesquisadores do campo das ciências humanas por ser um relevante material de pesquisa, na medida em que fornece um conjunto de informações que possibilitam novas interpretações a respeito de temas tradicionais. O jornalismo periódico faz circular ideias e sistemas de valores referentes a uma formação social, constituindo um espaço público de representação simbólica. Com isso, cria-se um circuito de interatividade em meio às forças sociais que compõem a experiência histórico-social dos sujeitos. Pode-se aproximar o dito sobre a formação social, com a temática escravista exposta nas páginas do Taquaryense, em que o jornal critica tal prática, fazendo chegar até o leitor suas ideias.

A imprensa como fonte de informação histórica necessita de muitas mediações e de muitos documentos. O pesquisador precisa fazer uma leitura intensiva para, assim, perceber o que é significativo e o que não é. A imprensa não pode ser fonte exclusiva para qualquer pesquisa histórica. É imprescindível a pesquisa bibliográfica, tanto de trabalhos de pesquisa como de textos teóricos, para situar o objeto de nossa pesquisa num quadro maior de estudos sobre o nosso assunto (ELMIR, 1995). O exposto se aproxima muito com a pesquisa aqui proposta, pois envolve exatamente a informação do jornal, juntamente com a busca de documentos, referenciais teóricos e bibliográficos.

Elmir (1995) expõe ainda que o grande desafio que nos é colocado por esta fonte, o jornal, é o de ter a humildade de querer aprender a ler fazendo outras perguntas, pesquisando em outras disciplinas do conhecimento, buscando não mais o que está escondido ou subsumido nas linhas de seus textos, mas a leitura meticulosa do que é visível. Através disso, nota-se que um assunto recorrente em um jornal precisa ser analisado cuidadosamente, com bastante atenção, entendendo a complexidade daquilo que aparentemente pode estar esclarecido na perspectiva do pesquisador. A relação com outras fontes é algo fundamental para ter outros elementos explicativos, através dos questionamentos feitos.

Zicman (1985) comenta a respeito do método da análise de conteúdo, que consiste num conjunto de técnicas e instrumentos metodológicos capazes de efetuar a exploração objetiva de dados informacionais ou “discursos”, fazendo aparecer no conteúdo das diversas categorias de documentos escritos, artigos de imprensa, entrevistas, questionários, documentos históricos, textos literários, entre outros, alguns elementos particulares que possibilitam a elaboração de certo tipo de caracterização. Além disso, o autor fala na análise temática que se concentra na apreciação do conteúdo dos discursos e que se desenvolve a partir de temas ou itens de significação relativos a um determinado objeto de estudo. Estes são examinados em termos de sua presença e frequência de aparecimento nos textos analisados. O mencionado aproxima-se com a pesquisa que se propõe, pois identificou-se o discurso abolicionista do Taquaryense.

Schwarcz (1987) escreve que, ao se ler um artigo de jornal, é possível apreender dimensões diversas, diferentes imagens que possibilitam perceber a condição e a situação negra. Coloca que a intenção é antes registrar e interpretar a própria diversidade de concepções, reconstituindo não a condição negra em si, mas antes, os modos como os brancos falavam sobre o negro e o representavam num momento de mudanças e transformação nos atributos que formalmente definiam esses elementos. No caso do periódico evidenciado nesta pesquisa, percebe-se uma concepção do escravo como um ser humano que não deveria estar sendo escravizado e deveria ser libertado o quanto antes e uma crítica à condição de submissão demonstrada no discurso abolicionista.

2.6 Jornais: história e abolicionismo

Segundo Rudiger (2003), será com Dom João VI, rei de Portugal, que o primeiro jornal irá surgir no Brasil, em 1808, quando se criou a Imprensa Régia e a Gazeta do Rio de Janeiro. O Estado era quem patrocinava direta e indiretamente os periódicos, o que faz pensar sobre as informações que eram reproduzidas, provavelmente, aquilo que agradava ao governo e com um forte apelo político, além de ser para um pequeno grupo de pessoas que sabiam ler. O mesmo autor fala do surgimento da imprensa no Rio Grande do Sul, salientando que os primeiros periódicos se voltavam para um jornalismo político, característico do contexto do século XIX.

Na primeira metade do século XIX, no Rio de Janeiro, Barbosa (2007) escreve que circulavam alguns pasquins criticando a escravidão, os preconceitos raciais e o tráfico negreiro. Esses pequenos jornais atingem os grupos urbanos insatisfeitos com o governo, principalmente durante o período da Regência. É importante mencionar que neste momento não existia um movimento organizado antiescravista. Antes da década de 1880, os antiescravistas não têm acesso aos jornais de maior prestígio, já que estes adotam uma posição cautelosa em relação à emancipação, em função da dependência dos anunciantes, muito deles senhores de escravos. Será com a crise do escravismo e o aumento dos grupos sociais urbanos, contrários ao cativeiro, que se dará a ampliação do espaço nos periódicos para as ideias abolicionistas.

Barbosa (2007) comenta, também, que na década de 1870 ocorre uma mudança radical, com a ampliação dos debates e polêmicas em torno da questão republicana e abolicionista. Nesta década, deu-se a fundação do Partido Republicano e o início de discussões em torno dessa ideia no país. Já em 1880, o momento era para os grandes debates, em que a política ganhava as ruas por meio das agitações populares. A autora menciona sobre o município do Rio de Janeiro e seu cenário de cidade, em que a imprensa constrói um jornalismo de viés opinativo, e, em meio a isso, instaura-se a imprensa abolicionista.

Ao falar a respeito de periódicos favoráveis à causa abolicionista, Barbosa (2007) destaca alguns jornais que se colocavam contra a escravidão, entre eles A Gazeta de Notícias, fundada em 1875, A Gazeta da Tarde e Cidade do Rio, ambos criados por José do Patrocínio. As notícias desses jornais contribuíam para disseminar ideias antiescravistas nos diversos segmentos da população, através de suas leituras e manifestações públicas, atraindo também os analfabetos. Os abolicionistas tinham consciência de que estavam inseridos num processo histórico que teria repercussões no futuro do país e utilizavam as folhas dos jornais para lutar contra o trabalho compulsório.

No Rio Grande do Sul, Rudiger (2003) frisa que O Diário de Porto Alegre foi criado em 1827, em um momento que a sociedade gaúcha havia atingido um bom nível de desenvolvimento econômico, político e social. Com isso, surgiam condições de civilização, ou seja, um público letrado, que no transcorrer do tempo acompanhou o surgimento de outros jornais, mais precisamente, trinta e dois jornais depois do Diário. Eram somente políticos, ou seja, tinham textos com forte cunho doutrinário, com matérias opinativas sobre questões públicas, comentários ideológicos e polêmicas com os adversários de publicidade.

O chamado jornalismo partidário gaúcho esteve ligado ao processo pelo qual a classe política transformou a imprensa em agente orgânico da vida partidária. Após a Revolução Farroupilha, não foram poucos os tipógrafos que conquistaram cargos políticos, de modo que logo a propriedade de um jornal se tornou meio de ascensão política, ao ponto de partidos montarem suas próprias empresas e lançarem periódicos, assumindo todas as responsabilidades. De qualquer modo, o jornalismo ganhou, com a forma político-partidária, um conceito, tornando-se meio de formação doutrinária da opinião pública, cujos termos e medida dependeram de cada partido (RUDIGER, 2003).

Nas primeiras décadas do século XX, o Rio Grande do Sul, de acordo com Rudiger (2003), se desenvolvia favorecendo, com isso, o desenvolvimento da imprensa. Os periódicos, aos poucos, foram perdendo o caráter artesanal e adquirindo a tecnologia da máquina a vapor, melhorando a qualidade gráfica. Outro fator que influenciou foi a melhoria nos serviços de correio e nas estradas, que permitiram uma distribuição maior e mais eficiente dos jornais. No entanto, as dificuldades continuavam, pois os leitores eram limitados, o custo de manutenção das publicações era relativamente alto e os recursos provenientes da publicação de anúncios eram pequenos. Os pequenos anúncios de negócios de escravos, remédios milagrosos, prestação de serviços e vendas de ocasião não representavam grandes lucros.

Neste cenário que está sendo descrito, em que os jornais se denominavam conservadores ou liberais, o Partido Republicano lançou O Diário Popular, A Fronteira e O Dever. No entanto, a folha que chamou a atenção na imprensa republicana e no jornalismo político-partidário do Rio Grande do Sul foi a Federação, lançada em 1884 com um papel significativo na articulação do movimento republicano da Província. E, fazendo uma relação com o jornal O Taquaryense, em estudo, observa-se que em mais de uma matéria, a Federação foi referenciada com palavras elogiáveis pelo semanário de Taquari, demonstrando, com isso, simpatia aos ideais republicanos.

Destaca Rudiger (2003) que, para Júlio de Castilhos, o jornalismo não era uma força passiva, mesmo que estivesse partidariamente engajada, mas um fator ativo de modelagem pública da própria opinião. Tais concepções rapidamente se generalizaram na imprensa da época e o jornal desempenhou um papel significativo no processo de abolição da escravidão e depois na chamada “Questão Militar”. Já no período da República Velha, o jornal se tornou porta-voz oficial do governo do Partido Republicano. Percebe-se o envolvimento com a causa

abolicionista, novamente algo em comum com O Taquaryense. A abolição era, para ambos, um assunto de fundamental importância e defendido em seus discursos.

Para se observar como os jornais estavam muito atrelados à política no século XIX, Rudiger (2003) salienta que nas campanhas eleitorais existiam jornais somente para fazer a circulação das ideias de cada partidário. Após as eleições, eles desapareciam. Quando o partido ganhava as eleições municipais, mantinha-se o jornal em circulação, e, nesse meio, a violência e a perseguição eram praticadas, sendo que vinte folhas foram forçadas a fechar suas portas, antes da Revolução Federalista. Para garantir o silêncio do adversário político, providenciava-se a perseguição policial aos jornalistas e a destruição das oficinas, onde se publicavam os jornais. Exemplos disso foram as folhas federalistas O Canabarro e O Maragato.

Schwarcz (1987) escreve sobre o aspecto visual dos jornais do século XIX. Havia duas folhas, de formato grande e de difícil manuseio, e o conteúdo era composto de artigos e anúncios. Não existiam ilustrações como nos jornais atuais. Além disso, a primeira página era a mais organizada, com atas, leis, discursos e folhetins românticos. Tais elementos se relacionam com O Taquaryense no que diz respeito aos trechos de discursos publicados em algumas edições, principalmente aqueles feitos pelos abolicionistas da época. Outro detalhe são os anúncios, normalmente dispostos na última página, aspecto que remete para outra questão, também evidenciada pelo periódico, que era a sua imparcialidade, em função da existência de anunciantes.

A Revolução de 1923 e o regime imposto em 1937 atingiram violentamente a imprensa, conforme Rudiger (2003), acabando oficialmente com os partidos e decretando o fechamento de diversos jornais, entre eles A Federação, O Estado do Rio Grande, O Libertador, O Diário Liberal e o Echo do Sul. O último grande jornal político-partidário no Rio Grande do Sul foi O Estado do Rio Grande (1929-1961), órgão do Partido Libertador que sucedeu ao Partido Federalista. O jornalismo político-partidário sentiu profundamente essa mudança, entrando em crise e, tempo depois, terminaria desaparecendo, na época do Estado Novo.

Rudiger (2003) expõe que o surgimento do jornalismo noticioso gaúcho ocorreu na mesma época da formação do jornalismo político-partidário, na segunda metade do século XIX. O novo jornalismo literário e noticioso ao contrário do anterior, preocupado com as

questões políticas, buscava difundir notícias e discutir assuntos da atualidade sem compromisso doutrinário. O autor cita alguns jornais com as novas visões: O Jornal do Comércio (1865-1912), que se tornou o maior jornal do Estado na época da Revolução Federalista, O Mercantil (1874-1898) e o Correio Mercantil (1875-1915) de Pelotas, que substituiu o Jornal do Comércio. Alguns destes citados aparecem em notícias do periódico O Taquaryense, o qual fazia referência aos seus escritos em prol da abolição.

Apesar do desenvolvimento noticioso do jornalismo literário, o conceito jornalístico permaneceu sendo essencialmente político até a década de 1930. Mas Rudiger (2003) comenta que o jornalismo rio-grandense estava em plena transição para uma nova fase de estruturação, sem uma política partidária, vencida pela racionalidade mercantil, em que nem haveria mais espaço privilegiado para o exercício literário, substituído progressivamente pela publicidade noticiosa, consolidando transformações cujas raízes se confundem com a história do Correio do Povo. O Correio e o Diário definiram, assim, um novo regime jornalístico, cuja chave do fortalecimento foi a organização empresarial.

A partir das ideias expostas, é possível perceber o envolvimento de periódicos na questão abolicionista, tanto na publicação de notícias envolvendo situações de liberdade, como no envolvimento direto, aderindo à causa. Também chama atenção o desenvolvimento do chamado jornalismo partidário, em que partidos políticos financiavam jornais e, com isso, têm-se as influências no conteúdo que era impresso de forma tendenciosa. Os aspectos relacionados ao debate da imprensa escrita e do abolicionismo são importantes quando se analisa as publicações do jornal O Taquaryense, pois algumas notícias que foram destacadas neste texto podem ser debatidas no âmbito da imparcialidade ou parcialidade.

Os seis itens selecionados para este capítulo, contribuíram para a análise dos motivos da vinda dos escravizados africanos para as Américas, as leis abolicionistas e as suas influências para o fim do sistema escravista, as demandas em diferentes regiões do Brasil pela mão de obra negra, as problemáticas sociais oriundas da abolição da escravatura em 1888. Outro aspecto citado, foram as ideias de José Augusto Pádua em relação ao escravismo e os projetos de José Bonifácio para implantar novas técnicas na agricultura. Além disso, viu-se a relevância e a contribuição dos jornais para as pesquisas dos historiadores, como também o surgimento de periódicos partidários no Rio Grande do Sul e o posicionamento de alguns que defenderam a causa abolicionista.

3 O PROCESSO ABOLICIONISTA E AS RELAÇÕES DE TRABALHO EM TAQUARI, ESTRELA E SANTO AMARO

Neste capítulo, apresenta-se os dados levantados nas fontes documentais, ou seja, nas cartas de liberdade, compra e venda de escravos, inventários, processos-crime e notícias do jornal O Taquaryense. Delimitou-se duas unidades de análise para debater os dados dos documentos, sendo a primeira intitulada liberdade, envolvendo as informações descritas nas alforrias e nas notícias do jornal, relativas aos anos de 1887 e 1888. A segunda unidade se denomina relações de trabalho, em que se aborda a comercialização dos escravizados a partir do documento de compra e venda, as atividades desempenhadas, as designações de cor e origem, e, as faixas de tamanho de posse pelos proprietários da mão de obra africana.

3.1 Jornal O Taquaryense: história e processo abolicionista

Notícias relacionadas ao processo abolicionista se encontram nas páginas de um antigo jornal ainda em circulação no Rio Grande do Sul. O Taquaryense, com sua sede no município de Taquari, possibilita ao pesquisador ler sobre cartas de liberdade concedidas aos escravizados do próprio município e de outros. Como também perceber os elogios do semanário perante os senhores que concediam tais alforrias, ler trechos de discursos favoráveis à abolição da escravatura, identificar nomes de integrantes das comissões abolicionistas de Taquari, Estrela e Santo Amaro e notar que mais de uma vez a promulgação da Lei Áurea foi noticiada.

A leitura das páginas da primeira edição do jornal, de 31 de julho de 1887, trouxe alguns elementos do posicionamento do periódico perante as questões políticas, enfatizando sua imparcialidade⁶, sendo contra também a injustiça e a opressão. Seus propósitos enquanto um veículo de comunicação era ser defensor dos interesses do povo⁷ e receber auxílio deste para cumprir com o seu papel. No transcorrer do texto, buscou-se trazer notícias que evidenciassem a posição do semanário sobre a escravidão em Taquari, Estrela e Santo Amaro e, na medida do possível, evidenciar os elementos citados.

Fundado por Albertino Saraiva, em 31 de julho de 1887, o jornal era confeccionado pelo próprio dono, que escrevia e fazia a composição das páginas com o uso de tipos móveis. A família lhe ajudava na confecção. A primeira edição foi distribuída pelo próprio Saraiva, que antes de fundar O Taquaryense, havia administrado outros dois jornais, A Restauração (1886) e A Gazeta de Taquary (1886). A impressão do jornal, nos dois primeiros anos, ocorria num prelo manual na oficina gráfica de Tristão de Azevedo Vianna, por isso, seu nome consta no cabeçalho das primeiras edições como proprietário do periódico.

Como parte importante da história da imprensa no Rio Grande do Sul, existindo há cento e vinte oito anos, o único da América Latina que faz uso de tipos móveis para a sua impressão, O Taquaryense é o segundo jornal mais antigo do Estado, sendo o primeiro A Gazeta do Alegrete, que circula desde 1882. Em pesquisa realizada por Precht e Antunes (2011), nota-se o entusiasmo das autoras ao acompanhar a montagem do texto, em que letra por letra é alinhada dando formato aos textos que depois são impressos “como um bolo recém-saído do forno”. A família Saraiva sempre se empenhou em manter o jornal circulando, conforme comentários da neta do fundador, Flávia Saraiva Dias, que hoje coordena o jornal, com oitenta e dois anos.

Albertino Saraiva era quem escrevia as notícias do jornal, informação esta que remete para o conteúdo das notícias veiculadas, pois nas publicações lidas referentes aos anos de 1887 e 1888 é possível identificar um discurso favorável à abolição da escravidão. E para complementar, na primeira página de cada edição, constava abaixo da identificação do jornal a denominação “Periódico Imparcial”, o que também pode ser discutido levando em conta o

⁶ “Com este único fito, o Taquaryense será completamente alheio às luctas activas da política: vista como a utilíssima sciencia de governar os povos, mal comprehendida como é muitas vezes, em vez de agrupar os cidadãos todos em torno de uma ideia commun – o interesse da pátria” (O TAQUARYENSE, 1887, p. 01).

⁷ “Propomo-nos a defender os interesses deste povo, de quem esperamos poderoso auxilio para podermos vencer essa estrada escabrosa para a imprensa mais do que para outra qualquer empresa, se chama – o tempo” (O TAQUARYENSE, 1887, p. 01).

posicionamento de apoio ao fim da escravidão no Brasil. Desta forma, a imparcialidade do periódico pode ser questionada.

Neste contexto, Rudiger (2003) salienta que a questão servil se tornou viva na Província de São Pedro, nos primeiros anos da década de 1880, e que a campanha abolicionista começou com as críticas à própria cobertura do sistema escravista dada pelos grandes jornais da época. Outros jornais, a exemplo do Taquaryense, se envolveram na luta pelo fim da escravidão, como A Gazeta de Alegrete, A Gazeta Pedritense e diversos outros. Além disso, liberais que fundaram clubes de emancipação, levantando fundos e movendo campanhas de alforria, através de suas colunas.

A impressão do jornal nos dois primeiros anos, após a sua fundação, ocorria num prelo manual. A máquina foi substituída no ano de 1910, pela rotativa Marinoni, fabricada em Paris, impressora que é usada até hoje. De acordo com Precht (2011), a rotativa imprime cerca de dezoito exemplares por minuto e em pouco mais de vinte e cinco minutos, os jornais ficam prontos para os quatrocentos e sessenta assinantes, nas manhãs de sábados. Se comparado com a década de 1970, houve uma grande diminuição de assinaturas, pois o jornal tinha mais de dois mil assinantes. Um fator determinante para isso é a existência de mais dois jornais na cidade: O Açoriano, fundado em 1978, e O Fato Novo. Ambos utilizam recursos tecnológicos que contribuem para que sejam mais consumidos do que O Taquaryense.

Albertino Saraiva faleceu em 1928, então, seu filho Mário Saraiva foi quem assumiu a direção do jornal. Precht (2011) escreve que a partir de 1947 o semanário passou a ser dirigido por Plínio Saraiva, João Carlos Bizarro Teixeira, Nardy de Farias Alvim e Pery Saraiva. Entre os anos de 1959 e 1962, houve uma paralisação na publicação por uma deficiência visual do diretor Mário Saraiva. Neste período, ocorreu a construção do prédio onde atualmente funcionam as instalações do periódico. Anos mais tarde, Plínio Saraiva assumiu a direção, tendo como hábito encadernar os exemplares de dois em dois anos, atitude que fez com que O Taquaryense tenha a única coleção completa de jornais do Rio Grande do Sul.

O periódico O Taquaryense, como órgão de imprensa, apresentava no período analisado, ou seja, os anos de 1887 a 1890, um conteúdo predominantemente político, com espaços para anúncios publicitários, e se autodefinia como um “periódico imparcial”. De acordo com Bourdieu (1997), o campo jornalístico de um modo geral é um órgão de imprensa

em particular obtêm autonomia como produtores culturais na medida em que conseguem se afastar de dois campos em torno dos quais estiveram bastante atrelados na sua origem: o político e o literário.

Com as características observadas no Taquaryense e na definição de campo jornalístico, percebe-se que o jornal tinha elementos modernos, pois não dependia de um partido político para se manter, sendo que havia assinaturas e publicidade. Para Bourdieu (1997), mais que o campo político e o campo econômico, e muito mais que o campo científico, artístico ou literário ou mesmo jurídico, o campo jornalístico está permanentemente sujeito à prova dos vereditos do mercado. Ou seja, depende da aceitação e consumo da comunidade.

Na sequência, apresenta-se os Quadros 1 e 2, que foram elaborados a partir das leituras das notícias referentes aos anos de 1887 e 1888. Neles é possível perceber os variados assuntos que remeteram para o processo abolicionista neste período que antecedia a abolição oficial da escravidão no país. No transcorrer do texto deste capítulo, as notícias foram relacionadas e debatidas com a unidade de análise liberdade, pois em sua maioria as publicações se voltaram para a questão da libertação dos escravizados.

Quadro 1 - Publicações do jornal O Taquaryense de 1887

Assuntos	Número de notícias	Locais	Datas
Cartas de liberdade	4	Santo Amaro e Taquari	30/08/1887 - 05/09/1887 10/09/1887 - 15/09/1887
Ações de liberdade	1	Santo Amaro	30/08/1887
Discursos, cartas e sermões	5	Taquari e Estrela	10/10/1887 - 15/10/1887 05/11/1887 - 25/12/1887
Comissões abolicionistas	6	Taquari, Santo Amaro, Estrela, São João do Montenegro	25/10/1887 - 30/10/1887 05/11/1887 - 10/11/1887 20/12/1887
Jornal Diário de Notícias	1	Pará	30/11/1887
Locação de serviços	1	Taquari	10/10/1887
	Total: 18 notícias		

Fonte: Elaborado pela autora (2016).

Quadro 2 - Publicações do jornal O Taquaryense de 1888

Assuntos	Número de notícias	Locais	Datas
Liberdades incondicionais e condicionais	6	Taquari, Santo Amaro	05/01/1888 - 12/01/1888 15/01/1888 - 25/01/1888 20/03/1888 - 15/05/1888
Referência aos jornais de São Paulo, Diário Popular, Mercantil, Comércio	5	São Paulo, Rio de Janeiro, Porto Alegre, Ceará, Santos, Maceió	05/01/1888 - 04/02/1888 10/05/1888 - 20/05/1888
Comissão Abolicionista	1	Taquari	12/01/1888
Taxa sobre escravos	1	Taquari	25/01/1888
Contratos de locação de serviços	6	Taquari	25/02/1888 - 15/03/1888 20/03/1888 - 05/04/1888 10/05/1888 - 20/05/1888
Imposto sobre escravo	2	São Paulo	25/03/1888
Fuga de escravo	1	Santo Amaro	25/03/1888
Carta, discursos, boletim e telegramas	5	São Paulo	25/04/1888 - 15/05/1888 - 15/05/1888 20/05/1888 - 25/05/1888 30/05/1888
Serviço de criados	7	Taquari	05/05/1888 - 15/06/1888 - 30/06/1888 - 10/07/1888 - 20/07/1888 - 05/08/1888 - 20/09/1888
Lei Áurea	16	Rio de Janeiro, Taquari	15/05/1888 - 20/05/1888 - 25/05/1888 - 30/05/1888 - 05/06/1888 - 05/06/1888 - 05/06/1888 - 10/06/1888 - 10/06/1888 - 15/06/1888 - 25/10/1888
Salário de ex-escravos	1	Brasil	30/05/1888
Causa abolicionista	1	Rio de Janeiro	05/06/1888
Trabalho livre	1	Brasil	10/06/1888
Greve de libertos	1	Rio de Janeiro	05/08/1888
Associação de libertos	3	Taquari, Rio de Janeiro	30/08/1888 - 10/09/1888 - 20/09/1888
	Total: 57 notícias		

Fonte: Elaborado pela autora (2016).

3.2 Liberdade

Primeiramente, as cartas de liberdade concedidas nos municípios de Taquari, Santo Amaro e Estrela, registradas no catálogo dos documentos da escravidão⁸, foram contabilizadas em um total de quatrocentas e dezessete, entre os anos de 1857 a 1887. No entanto, as cartas foram registradas em apenas dezessete anos dos trinta e dois disponibilizados, salientando que o recorte temporal segue os dados catalogados pelo Arquivo Público do Estado (APERS). Observou-se que em cada município a obtenção de alforrias ocorreu em anos diferentes e com quantidades variadas. As cartas apuradas foram classificadas em condicionais e incondicionais. As primeiras se referiam à continuidade da prestação de serviços por parte do trabalhador escravizado ao seu proprietário ou aos seus sucessores legítimos. Já as incondicionais, eram as cartas plenas, ou seja, aquelas em que o trabalhador não necessitava servir por mais tempo ao seu senhor.

Em relação à carta de alforria, Almeida (2006) explica que esta era o ato jurídico pelo qual o senhor transferia para o escravo a posse e o título de propriedade que tinha sobre ele, com isso, percebe-se a importância desse documento como prova de liberdade. Para ser reconhecida, a alforria devia ser oficializada, ou seja, o senhor ou seu procurador se dirigia ao cartório e ditava os termos da carta ao escrivão, podendo também entregar uma cópia para que ele a registrasse no seu livro de notas do tabelião. O documento era datado e assinado por testemunhas e pelo tabelião, sendo que o senhor pagava os selos legitimando o ato. Em alguns casos bem raros, o escravizado solicitava o registro de sua carta.

Para Lamounier (1986), a Lei do Ventre Livre em 1871 iniciou uma nova era no modo de organização das relações de trabalho no Brasil. Pela primeira vez, o governo se viu comprometido com uma medida de intervenção direta nas relações de senhores e escravos, com o objetivo de substituir aos poucos o trabalho escravo pelo livre. Além disso, a autora menciona a Lei de 1878, que por sua vez, regulamentava os contratos efetivados especificamente na agricultura com trabalhadores nacionais, libertos e estrangeiros, nas distintas condições do sistema de parceria agrícola e pecuária.

⁸ O levantamento das cartas de liberdade ocorreu em função da existência do catálogo seletivo de cartas de liberdade elaborado pelo APERS. RIO GRANDE DO SUL, 2006.

Três leis são citadas por Mendonça (2012) no contexto escravista, sendo a primeira, instituída em 1830; a segunda em 1837; e a terceira em 1879. Todas tinham como objetivo os contratos de locação de serviços. Em específico, a de 1830 regulava os contratos com trabalhadores estrangeiros. A autora salienta que houve conflitos e que, em algumas circunstâncias, tais conflitos provocaram processos judiciais por descumprimento de contratos. Sobre as relações de trabalho escravo, estas comportavam ajustes, acertos, compromissos, baseados, sobretudo, em combinações pessoais e pautados em valores considerados moralmente aceitáveis.

Ariza (2012), explica que a Lei de 1830 se referia aos trabalhadores nacionais, compreendidos ao longo do século XIX como a grande camada de trabalhadores libertos, livres pobres e os estrangeiros. Tal lei era bastante vaga, sendo que não deliberava sobre as condições de trabalho a serem usufruídas pelos trabalhadores, além do estabelecimento vertical dos contratos de trabalho que estava centralizado nas mãos do locatário. O mesmo autor menciona a Lei de 1837, que fazia referência direta a mecanismos de controle e coerção do trabalho, em especial, do trabalhador livre. Salienta que as duas leis formalizaram as práticas de contratação de serviços, tentando descentralizar o controle do empregador, mas por outro lado reforçavam a lógica senhorial que regulava essas e todas as demais relações de trabalho na sociedade escravista.

Em meio ao debate sobre a concessão de cartas de liberdade condicionais e incondicionais, o jornal *O Taquaryense*, expõe a sua opinião crítica sobre as cartas com condição. Segundo o periódico, isso retardava a escravidão. Na notícia a seguir, tem-se a situação de um proprietário de Taquari que assinou a liberdade plena à sua escravizada, Luzia, parda, com vinte anos. Perante a atitude, o jornal, de certa forma, elogia Faustino José de Oliveira pela sua atitude. Eis que:

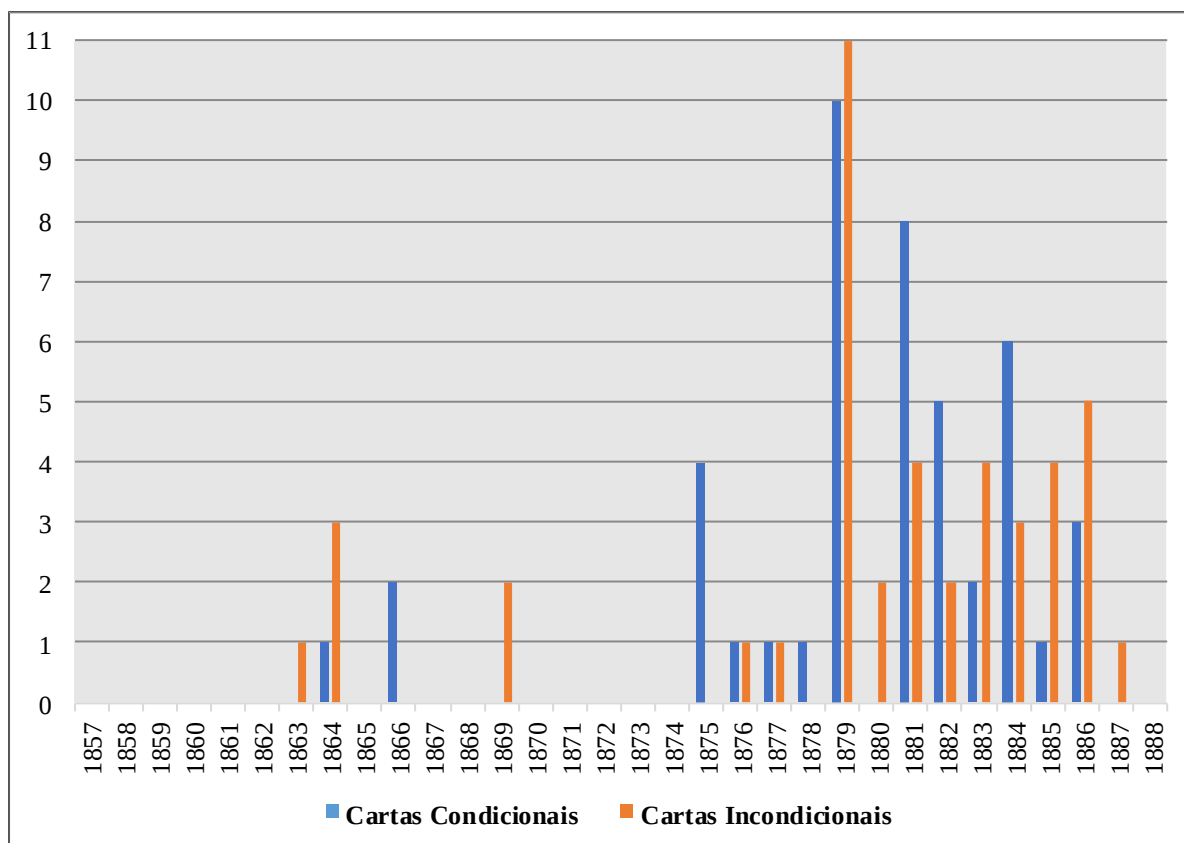
O sr. Faustino José de Oliveira concedeu, no dia 30 do passado, liberdade plena à sua escrava Luzia, parda, de 27 annos de idade. Actos destes (liberdade plena, bem entendido) muito depõem em favor de quem os pratica. Não concordamos com as liberdades condicionaes, que são um prolongamento da escravidão, e, portanto, a taboa a que se agarram os escravagistas. Apezar de lento, o movimento abolicionista vai se operando em Taquary, e temos registrado serão um estímulo áquelles que ainda tem o absurdo direito de propriedade sobre creaturas humanas (*O TAQUARYENSE*, 1888, p.2).

Entre os aspectos evidenciados pela notícia está a menção ao movimento abolicionista que se fazia presente em Taquari. Mesmo que de forma lenta, para o semanário, deveria ser

um estímulo, um exemplo para aqueles senhores que ainda utilizavam a mão de obra escravizada. Percebe-se, que a publicação ocorreu no ano de 1888, no entanto, o processo de abolição era visto com demora, algo que na situação posta não poderia estar se desenrolando assim, levando em consideração as leis abolicionistas existentes antes da Lei Áurea, propriamente dita.

Neste sentido, Perussatto (2009) menciona que é preciso entender a Lei de 1871 como um processo inserido no campo das relações, disputas e definições sociais. De acordo com autora, dois aspectos importantes necessitam de atenção: o primeiro é que a lei organizou o encaminhamento emancipacionista, garantindo aos senhores a indenização; e o segundo regulamentou demandas e lutas inseridas no cotidiano dos cativos, o que significou uma conquista escrava e implicou restrições na autoridade senhorial. Tal ideia está voltada para o protagonismo do escravizado em sua conquista da liberdade.

Ao se realizar o levantamento das cartas de liberdade de Taquari, obteve-se o registro dos anos de 1863 até 1887 que está representado no (GRÁFICO 1). Pode-se observar que existem intervalos em que não ocorreram distribuições de cartas de alforria, algo que foi analisado no transcorrer do texto como sendo dados importantes no contexto do processo escravista. Outro aspecto refere-se às tipologias das alforrias, em que se verificou quarenta e cinco condicionais e quarenta e quatro incondicionais, com a diferença apenas de uma carta entre as duas classificações. Soma-se, então, para Taquari a quantidade de oitenta e nove cartas de liberdade registradas em Tabelionato.

Gráfico 1 - Cartas de liberdade de Taquari

Fonte: Elaborado pela autora, a partir de Scherer e Rocha (2006).

Inicia-se com as alforrias registradas na década de 1860, entre elas, seis cartas incondicionais e três cartas condicionais que representam em sua maioria uma liberdade plena, sem a prestação de serviço. Com isso, buscou-se por alguns elementos do cenário deste período para a discussão destas distribuições. Antes disso, encontrou-se um dado relevante no Censos do Rio Grande do Sul⁹, em que se constata que no ano de 1858, Taquari possuía uma população de 4.528 livres, 160 libertos e 1.646 escravos. O Gráfico 1 não apresenta nenhuma carta de liberdade para o ano de 1858, porém, a informação do Censo traz 160 libertos, o que representa que tais escravizados obtiveram suas alforrias antes desta data e, até mesmo, antes de 1857, ano que também consta, mas sem obtenção de alforria.

Em meio a esta análise, é necessário considerar a Lei de 1850, do fim do tráfico negro, pois os anos apontados no Gráfico 1 se referem ao momento posterior ao da proibição. Segundo Araújo (2009), em função do fim do tráfico transatlântico ocorre a

⁹ Elaborado pela Fundação de Economia e Estatística da Província de São Pedro a Estado do Rio Grande do Sul-Censos do RS 1303-1950.

elevação do preço dos escravos e se tem uma crise na pecuária sulina. Diante disso, os escravizados teriam sido vendidos para outras regiões do Império, onde a economia se encontrava em expansão. A década de 1860, portanto, seria um período de crise na economia nas charqueadas do sul, o que explica a diminuição da população cativa na província.

Segundo os Censos do Rio Grande do Sul, nos anos de 1862 e 1863, o município de Taquari cultivava farinha de mandioca, milho, feijão, favas, ervilhas, batatas, arroz, trigo, centeio e lentilhas. Ao visualizar os dados do Gráfico 1, observa-se a distribuição de apenas uma carta incondicional no ano de 1863 e de nenhuma no ano de 1862. Considerando os cultivos mencionados, supõe-se que parte dos escravizados poderia estar desenvolvendo tais atividades no espaço rural do município.

Christillino (2004) salienta que o Vale do Taquari se constituía em uma região secundária perante as áreas campeiras das regiões do planalto, das missões, da depressão central e da campanha, as chamadas terras nobres da Província, pois apenas uma pequena parte destas era constituída de áreas de campo. Ainda ressalta que o Vale abrigou uma importante elite militar, descendente das famílias que compunham uma verdadeira aristocracia sul-rio-grandense. Esta, por sua vez, queria construir um patrimônio fundiário propiciado pelo Estado, que mesmo que não estivesse sendo explorado estaria se valorizando, algo que se concretizou posteriormente com a comercialização de terras para os imigrantes europeus.

No que se refere à década de 1870, nota-se que os primeiros anos não apresentaram cartas de alforria, somente a faixa temporal de 1875 a 1879, em que foram registradas dezessete alforrias condicionais e treze incondicionais. Percebe-se, que o ano de 1879 foi o que propiciou mais cartas condicionais, desta forma, tem-se a continuidade da prestação de serviços por parte dos escravizados. Neste sentido, menciona-se a lei Sinimbu de 1879, que, de acordo com Ariza (2012), regulamentou a contratação de serviços de trabalhadores nacionais e estrangeiros na agricultura, colocando sanções à organização de resistências e oposições pelos trabalhadores. Tal lei foi criada em um cenário de preocupação com o provimento de mão de obra e do aumento de rebeliões e greves de trabalhadores.

As cartas condicionais do ano de 1879 podem ser relacionadas com a lei Sinimbu, pois provavelmente foram feitos contratos de serviços entre os escravizados e seus senhores. Mesmo recebendo a alforria, continuaram em seus espaços de trabalho, acredita-se que no

meio rural em maior proporção, considerando que a lei citada abrangia os contratos na agricultura. O que o Gráfico 1 apresenta em relação ao ano de 1879, pode ser justificado pela implantação da lei do mesmo ano.

A respeito do ano de 1875, destaca-se a carta de alforria de Melitão, pardo, com trinta anos, alforriado por Mariana Francisca da Silva, com a condição de acompanhar-lhe enquanto fosse viva e tratar-lhe com desvelo e interesse que até então tinha manifestado. O conteúdo da carta ressalta a amizade que a proprietária cultivava pelo escravizado, em função dos bons serviços prestados. Este foi recebido de herança dos falecidos pais da senhora e, além de Melitão, Francisca possuía Sofia, com trinta e seis anos, e suas filhas Domingas e Leocádia, alforriadas em 20 de março de 1875. Através da carta, é possível notar, entre outras coisas, a prestação de serviço até o falecimento da proprietária e, com isso, a liberdade de fato poderá ter demorado anos para Melitão.

Segundo Araújo (2009), o período entre 1874 e 1884, com base nos dados do Relatório do Ministério da Agricultura de 1884, o Rio Grande de São Pedro teria perdido 14.302 escravos (o que corresponde aproximadamente a um terço de todas as transferências inter-regionais ocorridas no Império do Brasil neste período). O autor comenta que nenhum estudo específico foi feito para saber quantos proprietários estavam vendendo seus escravos e nem que regiões perderam mais cativos ou que estavam investindo na compra no mesmo período.

O estudo demográfico salientado por Araújo (2011), com base nos relatórios da Diretoria Geral de Estatística (DGE)¹⁰, traz os dados da “matrícula especial” de escravos e o movimento da população escrava da década de 1870 em diante. A partir disso, observa-se que a província de São Pedro teria uma população total de 434.813 habitantes, dos quais 67.791 eram escravizados (15,6% da população). Em uma das tabelas elaboradas pelo mesmo autor, estão listas de matrículas de escravos por municípios correspondentes aos anos de 1872 e 1873, na Província. O município de Taquari aparece neste período com 1.460 homens e 1.202 mulheres, com o total de 2.662 escravos.

¹⁰ Segundo os Documentos Históricos (2011, p. 197) “[...] órgão criado pelo governo imperial brasileiro em 1870 com vistas à organização das estatísticas no país. Entre as suas atribuições estavam a realização do censo populacional, concebido como sua atividade prioritária e de execução urgente, as estatísticas do registro civil, além da produção e organização de estatísticas em várias áreas de interesse da nação, tais como população, território, instrução, produção agrícola, industrial etc. Este órgão foi o antecessor do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE)”.

Os anos da década de 1880, conforme o Gráfico 1, demonstram o registro de vinte e cinco cartas incondicionais e vinte e cinco condicionais, no período de 1880 a 1887. Tal década corresponde à assinatura da Lei Áurea, mas se observa com o levantamento que metade das alforrias dos anos citados é condicional, logo, não foi proporcionada uma liberdade total dos escravizados em Taquari. E, ao analisar a descrição das cartas condicionais, percebe-se o prolongamento da escravidão com base nas cláusulas da lei de 1871 que regulamentava a quantia de anos a ser prestados, bem como o acompanhamento pelo escravizado até o falecimento dos senhores.

O escravizado Justino, pertencente aos proprietários Jerônimo Francisco de Vargas e Hipólita Maria dos Santos, teve que servir até a morte dos senhores, sendo a carta registrada em 27 de fevereiro de 1881. O conteúdo da alforria sugere que se questione a liberdade proposta pela Lei Áurea, considerando-se que no caso exposto o escravizado poderá ter trabalhado além da data de 13 de maio, pela condição que foi lhe imposta na alforria. Tal carta não informa a idade dos proprietários e nem mesmo do escravizado, caso informasse, seria possível deduzir um período de tempo, mas mesmo assim a prestação do serviço provavelmente avançou a data da abolição.

Krob (2015) chama a atenção para o ano de 1884, no contexto abolicionista da década de 1880, em que o Rio Grande do Sul se proclamava livre da escravidão, pois teriam sido libertados, até aquela data, praticamente todos os escravos da província. A autora concorda que o número de registros de alforrias naquele ano cresceu significativamente e menciona que em Porto Alegre foram alforriados 994 homens e mulheres, tendo sido 82,6% dessas alforrias registradas nos meses de agosto e setembro, auge da campanha abolicionista. Ao se observar o mesmo ano de 1884 em Taquari, verifica-se que foram distribuídas seis cartas condicionais e três incondicionais registradas oficialmente, e o ano de 1884 não consta como sendo o ano que mais alforriou em comparação com os demais.

Entre as cartas condicionais do ano de 1884, está a de Manoel, que teve sua liberdade condicionada em 06 de setembro de 1884 por Francisca Arouch Azambuja Cidade. A carta apresentava a condição do escravizado prestar seus serviços à Francisca, sua família, herdeiros ou sucessores, por um período de cinco anos. E, no caso de fuga ou qualquer outro meio considerado enganoso, o tempo seria contado novamente da data em que começou a prestar novamente seus serviços. Wenceslau, outro escravizado de Francisca, obteve sua

alforria no mesmo dia que Manoel e ficou acertado que trabalharia por mais sete anos, no caso de fuga, o tempo seria contado novamente.

Na leitura das publicações do jornal O Taquaryense, apurou-se uma notícia relativa à obrigação de serviços por parte dos escravizados, em que fica claro o tempo a mais de serviços que tais trabalhadores deveriam prestar aos seus proprietários. Ressaltando-se que tais alforrias foram distribuídas em 1888. Também há a identificação dos nomes dos senhores que registraram as liberdades no município de Taquari. Segue a notícia:

Temos o prazer de registrar mais as seguintes liberdades: Dia 7. O sr. Sabino Garcia de Azevedo concedeu liberdade com a obrigação de serviços por 3 annos, à sua escrava Joaquina, de 35 annos de idade. Dia 11. Os srs. José Antero de Siqueira, Theophilo Siqueira e Augusto Siqueira concederam liberdade plena ao escravo Adão, de 40 annos de idade. Dia 12. O sr. Antonio Joaquim de Siqueira Junior passou contracto por 3 annos, aos seus escravos Amaro, Felisbina e Victoria. O sr. Joaquim Bento de Moraes também concedeu liberdade, com a obrigação de serviços por 4 annos, à sua escrava Balbina. O sr. Antonio José da Costa passou contracto, também por 4 annos, aos seus escravos Camillo e Manuel. O sr. Hortencio R. Da Silva, por 4 annos, ao seu escravo Felisberto, de 18 annos de idade. D. Ignes Candida de Vargas, por 3 annos, ao seu escravo Antonio. Muito bem (O TAQUARYENSE, 1888, p.02).

Outra carta condicionada referente ao de 1884 foi a de Miguel, preto, pertencente a Isidro José Teixeira. A carta salientou a condição do escravizado continuar a prestar seus serviços pelo prazo de seis anos, ficando sujeito às disposições contidas no § 5^o¹¹ do art. 4^o da Lei de 28 de setembro de 1871 e art. 63¹² e 83¹³ do Regulamento de 13 de novembro de 1872. Nota-se, que as condições estavam amparadas em artigos de lei e que Miguel necessitava cumprir as cláusulas para que conseguisse a sua liberdade plena.

¹¹ “§ 5^o A alforria com a clausula de serviços durante certo tempo não ficará annullada pela falta de implemento da mesma clausula, mas o liberto será compellido a cumpril-a por meio de trabalho nos estabelecimentos publicos ou por contractos de serviços a particulares”. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/LIM/LIM2040.htm>. Acesso em: 11 de out.2016.

¹² “Art. 63. A alforria com a clausula de serviços durante certo tempo não ficará annullada pela falta de implemento da mesma clausula. Em geral, os libertos com a clausula de prestação de serviços durante certo tempo, e os que adquirirem a sua alforria mediante indemnização com futuros serviços, são obrigados a taes serviços, sob pena de serem compellidos a prestal-os nos estabelecimentos publicos, ou por contracto a particulares (Lei - art 4^o § 5^o), mediante intervenção do juiz de orphãos”. Disponível em: <<http://www2.camara.leg.br/legin/fed/decret/1824-1899/decreto-5135-13-novembro-1872-551577-publicacaooriginal-68112-pe.html>>. Acesso em: 11 de out. 2016.

¹³ “Art. 83. No caso de infracção do contracto de prestação de serviços, a fôrma do processo é a da lei de 11 de Outubro de 1837; e o juiz competente é o de orphãos nas comarcas geraes, e o de direito nas comarcas especiaes, onde não houver juiz privativo de orphãos. Paragrapho unico. Havendo perigo de fuga, ou no caso de fuga, pôde ser ordenada a prisão do liberto contractado, como medida preventiva, não podendo, porém, exceder de trinta dias”. Disponível em: < <http://www2.camara.leg.br/legin/fed/decret/1824-1899/decreto-5135-13-novembro-1872-551577-publicacaooriginal-68112-pe.html>>. Acesso em: 11 de out. 2016.

Segundo Perussatto (2009), o Clube Abolicionista de Porto Alegre estendeu sua propaganda por toda a Província, incentivando a participação de todos na promoção de libertações em massa sob regime de prestação de serviços. No dia 7 de setembro de 1884, data de festejos cívicos na Capital da Província, tinha-se efetivado a redenção dos escravos. A partir disso, outros municípios começaram a fazer o mesmo, permitindo que logo se divulgasse a abolição antecipada na Província.

Em uma das notícias veiculadas pelo jornal *O Taquaryense*, está parte de um discurso pronunciado pelo orador da “Lyra Taquaryense” que mencionava algumas palavras de José Bonifácio. Com isso, percebe-se a propaganda para o fim da escravidão e a ênfase à dignidade e humanidade, aspectos que foram simplesmente ignorados pelo sistema escravista. Algo que pode ser lido abaixo:

A questão da libertação dos infelizes escravizados é uma questão a que nenhum bom patriota pode negar seu apoio; é uma questão de humanidade, de honra, de civilização, de dignidade nacional, de verdadeiro patriotismo. José Bonifácio de Andrada e Silva, um dos patriarchas de nossa independência, dizia com os melhores publicistas: “A sociedade civil tem por base primeira a justiça e por fim principal a felicidade dos homens, mas, perguntava elle, que justiça tem um homem para roubar a liberdade de outro homem, e, que é peor, dos filhos desse homem, e dos filhos desses filhos? (O TAQUARYENSE, 1887, p.01).

O escravizado Honório trabalhava para João Pereira da Silva Bilhar, sendo alforriado em 29 de dezembro de 1881. Na carta, estava que depois da morte de João Pereira, Honório servisse a sua mulher, se viva fosse, pelo tempo de três anos. Outra vez, o caso de liberdade com um tempo estipulado de trabalho para depois da morte do dono. Salientando-se que não se sabe em que momento ocorreu o falecimento de Bilhar e de sua mulher. Com isso, Honório poderá ter trabalhado por muito tempo ainda. Além de Honório, Silva Bilhar concedeu liberdade condicionada para mais seis escravizados.

Antônio, de cinquenta e dois anos, recebeu sua alforria em 27 de março de 1886 com a condição de servir até a morte Januária Maria de Borba. Observa-se na carta a menção aos bons serviços prestados por Antônio à Januária. Com a prestação de serviços relativa ao tempo de vida do proprietário chama a atenção o ano de 1886, dois anos antes da promulgação da Lei Áurea, o que indica uma continuidade do trabalho.

Constança Maria Jacinta, viúva de Francisco José da Rocha, registrou a alforria de Leopoldina, parda, com quarenta e seis anos, em 20 de setembro de 1864. A carta tinha a

condição de Leopoldina servir até a morte da senhora. Percebe-se que o registro ocorreu em 1864. Segundo o Gráfico 1, neste ano foi registrada apenas uma carta condicional que seria então a de Leopoldina. E, comparando-se com o ano de 1888, a alforria foi distribuída vinte e quatro anos antes do fim do sistema escravista. Também analisando o contexto histórico do ano de 1864, faz-se necessário ressaltar a Guerra do Paraguai, que ocorreu justamente nos anos apontados no Gráfico 1.

A Guerra contra o Paraguai foi o maior conflito da história da América do Sul que aconteceu entre 1865 a 1870. Pinto (2006) explica que este conflito dizimou quase dois terços da população paraguaia, tendo iniciado em 10 de novembro de 1864, quando Solano López fechou o acesso do Império do Brasil no rio Paraguai. Ao relacionar o período da guerra com as alforrias, observa-se que em 1864 houve uma alforria condicional, conforme descrita no parágrafo anterior e mais três incondicionais. Em 1866, verificou-se que duas cartas mencionaram a questão militar, como a do escravizado Adriano, crioulo com vinte e oito anos, pertencente à Clarinda Maria dos Anjos e seu filho, Júlio Machado de Sousa. Adriano foi entregue para as Armas (Guarda Nacional) designado a marchar com o contingente que sairia de Taquari, substituindo o filho de Clarinda, que com isso, ficou isento do serviço militar.

Em uma situação semelhante estava Felisberto. O escravizado teve que substituir seu proprietário João Luís da Silva, que havia sido designado para marchar para a Campanha e fazer parte do 3º Corpo do Exército que estava sendo criado na Província. João Luís era integrante da Guarda Nacional do corpo da Vila de Taquari, mas preferiu enviar Felisberto em seu lugar. No dia 29 de dezembro de 1866, o escravizado recebeu a liberdade em troca do serviço militar para o qual foi designado. Com isso, tem-se mais um exemplo envolvendo a guerra do Paraguai, mesmo que não esteja dito de forma clara no texto da alforria que o escravizado lutaria na guerra é possível relacionar com o que estava ocorrendo no ano de 1866.

Josefina da Roxa Barcelos registrou em 30 de novembro de 1878 a alforria de Manoel, cabra, com trinta e seis anos. A carta foi obtida mediante pagamento, pelo escravizado, de 300\$ (réis), porém, teria que prestar serviços durante sete anos, ficando livre somente depois disso. A respeito do pagamento Diório, (2007) coloca que quando a escolha era pelo autopagamento, tudo indicava que a economia guardada por um cativo, no decorrer de sua

vida, seria entregue a tão sonhada liberdade para um início de vida - nova condição social que não oferecia os recursos materiais necessários para sobreviver.

Diório (2007), em sua pesquisa sobre os libertos de Mariana, Minas Gerais, percebeu que os maiores índices de alforrias pagas deram-se nas regiões urbanas mineiras. Tal fator foi associado com a facilidade que o escravo tinha em juntar o pecúlio para a quitação de sua liberdade. O ambiente urbano, em comparação com o ambiente rural, era um facilitador na conquista da alforria, em função de oferecimento de atividades que propiciavam a acumulação de bens. Segundo a autora, os recursos usados eram basicamente a comercialização de alimentos e a realização de atividades extras. Estes escravizados eram chamados negros de ganho, considerados “autônomos”, pois trabalhavam por conta própria e, no final do dia, retornavam para a casa de seu senhor levando uma quantia pré-determinada. Além desses homens, também as mulheres trabalhavam vendendo produtos comestíveis a mando de suas senhoras, quando eram escravizadas, ou, se livres, vendiam por conta própria.

O caso do escravizado Justo, pardo, que pertencia a Duarte José da Silva, também envolveu o pagamento de alforria. Sua carta foi adquirida em 01 de dezembro de 1881 e, nela, estava a prestação de serviços por cinco anos por compra feita de seu antigo proprietário Inácio Joaquim Teixeira. Com isso, nota-se que foi feito um negócio entre os senhores Teixeira e Silva, sendo que o escravizado tinha servido até a data de 1881, o tempo de vinte e dois meses, e fez o pagamento de 200\$ (réis) para Silva, em função do resto do tempo que ele tinha ainda que trabalhar.

José de Azambuja Vilanova e sua mulher, Ana Maria Vilanova, em 07 de outubro de 1879, registraram carta de liberdade à escravizada Josefa, crioula, do Engenho (possível local de origem). Na descrição, consta o dever de Josefa acompanhar os Vilanova, enquanto fossem vivos. Estes acrescentaram que davam a liberdade pelos bons serviços, mas advertiam que perderia a carta se quisesse se retirar de suas companhias ou se procedesse mal com eles ou seus filhos. Ao mencionar o proprietário de escravos Azambuja Vilanova, logo, relaciona-se com a notícia do Taquaryense, que publicou a distribuição de uma alforria por parte de Vilanova. Conforme segue:

O Sr. Tenente-coronel José de Azambuja Villa Nova vai render um preito ao dia commemorativo de nossa independencia entregando carta de liberdade à sua escrava Belisaria, parda, de 40 annos de idade. O acto que vai praticar o Sr. Tenente-coronel Villa Nova é tão humanitario e por si recommenda-se tanto, que dispensa-nos de elogios (O TAQUARYENSE, 1887, p.01).

A notícia em destaque salienta o nome de outra escravizada do então tenente-coronel José de Azambuja Vilanova, ao contrário de Josefa, que em 1879 recebeu uma alforria condicionada, Belisaria, em 1887, obteve uma carta incondicional. Pode-se deduzir isso ao ver o posicionamento do periódico que elogia a atitude do proprietário, pois se sabe que o semanário era contra as cartas condicionais, além de ser o ano de 1887, momento que antecedia a abolição da escravidão.

Em Taquari, no ano de 1887, foi criada uma Comissão Abolicionista formada por cidadãos que possuíam cargos de certa relevância no município e que objetivavam a abolição imediata da escravidão. Como pode ser visto:

A comissão nomeada para proceder neste município à abolição imediata da escravidão, é composta dos seguintes nomes: Conego Manuel Joaquim Tostes, presidente da camara José Portirio da Costa, collector Leocadio Antonio Villa Nova, brigadeiro Albino José Pereira, Antonio Porfirio da Costa. Sociedade Emancipadora, Franklin dos Santos Praia, Geraldo Caetano Pereira e major Antonio José Vianna (O TAQUARYENSE, 1887, p.03).

O que se observa a partir do noticiado é um movimento abolicionista que surge por parte de lideranças locais em um período em que a campanha pelo fim da escravidão estava presente em todo o país. De acordo com Castilho e Cowling (2013), na década de 1880 a prática de “bancar a liberdade” foi central para o desenvolvimento do movimento abolicionista. Composto de numerosos grupos que cultivavam vínculos entre si, o movimento emergiu localmente em resposta a desdobramentos da política nacional. Os autores comentam ainda que as mudanças na política regional e nacional nos anos de 1880 produziram diferentes significados para o uso e a relevância dos fundos locais de emancipação.

Entre os assuntos que envolveram a escravidão, enfatizados pelo Taquaryense, esteve também notícias de outros jornais, como foi o caso do jornal de São Paulo, que em 1888 publicou uma reunião de escravizados no serviço de lavoura. Estes ouviam outro escravizado ler um discurso que provavelmente era de Manuel Pinto de Souza Dantas, político brasileiro que colaborou com o abolicionismo. Lê-se:

Diz a Imprensa [ilegível], jornal de S. Paulo, que tendo um fazendeiro do município de Itatiba ido à roça examinar o serviço de seus escravos, em vez de encontrá-los no eito, os achou todos reunidos e atentos ao redor de um outro que lia, na Província de S. Paulo, o resumo de um discurso do conselheiro Dantas (O TAQUARYENSE, 1888, p. 01).

Caetano José Lourenço é outro proprietário que alforriou duas escravizadas, entre elas, Tomásia, que obteve a carta condicional, em 18 de dezembro de 1881, e Sofia. Ambas seriam da Margem Direita do Rio Taquari, 2º Distrito de Santo Amaro. Levantou-se a informação de que seriam filhas de Júlia, outra escravizada de Caetano, tendo como condição servir Lourenço até sua morte. Partindo disso, é que se buscou saber quantas alforrias foram registradas para as mulheres e quantos para os homens em Taquari.

Ao realizar a quantificação das cartas de liberdade de Taquari, no período de 1857 a 1888, obteve-se cinquenta e uma alforrias designadas para os homens e trinta e sete para as mulheres. Este dado pode indicar, em um primeiro momento, que mais homens obtiveram a liberdade que as mulheres. Notou-se, nos levantamentos realizados em outros documentos, que houve a predominância dos homens de uma forma geral. Neste contexto, é importante levar em conta que nem todas as alforrias eram registradas em cartório. Perussatto (2010) em sua pesquisa comenta que muitas alforrias testamentárias, que se davam no decorrer do processo do inventário, ou indenizadas pelo fundo de emancipação, não foram registradas em nota.

Entre as publicações do Taquaryense, destaca-se a liberdade do escravizado Theodoro, do proprietário David Canabarro, como também Jeronymo Francisco de Vargas, que entregou cartas incondicionais para dois de seus escravizados. Além da informação dos nomes, o periódico expõe seu contentamento com as concessões das cartas por parte dos senhores. Segundo a notícia:

O sr. David Canabarro concedeu no dia 31 de Dezembro findo liberdade incondicional ao seu escravizado Theodoro, preto de 22 annos de idade mais ou menos e o ultimo que possuía. O sr. Jeronymo Francisco de Vargas, morador neste município, entregou também cartas de liberdade plena a dois de seus escravos. Actos destes registra-se sem commentarios, porque patenteal-os é nobilitar quem os pratica (O TAQUARYENSE, 1888, p.02).

A partir da publicação é possível também questionar o posicionamento do semanário em relação ao seu reconhecimento às atitudes dos proprietários que entregavam as alforrias, pois estes senhores poderiam pagar pelo anúncio da liberdade de seus escravizados, e, desta forma, o jornal fazia uma espécie de saudação à prática de libertação. Com isso, questiona-se até que ponto o Taquaryense defendia a causa abolicionista ou se baseava em situações de interesse econômico e de relações de amizade com os senhores citados? É preciso considerar

que estes eram possuidores de prestígio social e, segundo Christillino (2004), era uma elite militar da região do Vale do Taquari que se destacava no cenário da Província da época.

Além dessas notícias, voltadas para as liberdades de escravizados, obteve-se publicações que respaldaram, entre outras coisas, os contratos de locação de serviços trazendo casos julgados pelo juiz de direito da comarca em Taquari, publicações de outros jornais, como o jornal do Comércio, Mercantil, A Federação, relacionadas de alguma maneira com a escravidão. E nisso se destaca um trecho de parte do editorial do jornal A Federação, divulgado pelo Taquaryense. Tem-se que:

[...] O contracto, todo especial, não é mais do que o prolongamento da escravidão sob nome differente. De facto, o contractado não é livre. O direito primordial de todo o homem livre é o direito ao trabalho: delle justamente está privado o liberto condicionalmente, que continua a trabalhar para outrem. Rigorosamente fallando, o liberto com a condição de prestar serviços é um escravo, que recebeu a promessa da liberdade: não está no goso della e não é livre, senão uma vez cumprida a condição. Para dizer de uma vez a nossa opinião, com toda a franqueza: entendemos que caducaram todos os contractos e que os libertos com condição de serviços aproveitam o benefício da lei e entram também, da data della, na liberdade inteira [...] (O TAQUARYENSE, 1888, p.01).

É possível notar a crítica sobre os contratos de locação de serviços dos escravizados, que, de acordo com o periódico, era uma continuidade do sistema escravista. Classificou-se as notícias que também enfatizaram a abolição da escravidão e se observou que foram publicados telegramas expedidos de Taquari para o presidente da Província, além de comemorações, realização de missa em nome da abolição e discursos sobre a liberdade. Um dos discursos é a notícia da primeira página, intitulada “Echos e reflexos”, publicada 25 de abril de 1888, que salienta a carta de um escravagista que tinha reconhecido o erro de ter feito parte do sistema escravista. O jornal enfatiza ainda, que precisava se compreender que a liberdade condicional prolongava a escravidão.

Outra publicação destacada pelo Taquaryense se refere à promulgação da lei que extinguiu a escravidão no Brasil (Lei Áurea). Em tal notícia é possível ler a repercussão da notícia em Taquari, com muitos festejos, o que demonstra a satisfação local e do próprio semanário em publicar o fato. Algo que pode ser visualizado a seguir:

Já estava prompta a primeira página de nossa folha, quando o digno presidente da camara municipal, sr. José Porfirio da Costa, obsequiou-nos com o seguinte telegramna, que acabava de receber: Votada, publicada e sancionada a lei que extingue a escravidão no Brazil. Princeza Imperial victoriada pelo senado. Viva a pátria livre! O regosijo que essa notícia produziu, é indiscriptível, e vimos

unicamente esboçal-o com as pálidas cores que a nossa penna permite. Desde que foi recebida a notícia até à noite, de todos os pontos da villa subiram ao ar centenares de foguetes, e a alegria do povo era geral [...] (O TAQUARYENSE, 1888, p.03).

A partir disso, percebe-se o envolvimento do jornal com o contexto da época da abolição, e, na mesma edição da notícia sobre o fim da escravidão, publicou o caso do proprietário Luiz Lautert, que tinha concedido carta de liberdade plena a seu contratado Abel. Consta na alforria, também, que o escravizado entregou todo o dinheiro que trazia. Com isso, é possível pensar que Abel comprou a liberdade e ainda o jornal acrescenta a atitude do proprietário, que deveria servir de estímulo para os demais senhores que mantinham contratos de serviços com seus escravizados.

Durante o mês de maio de 1888, o periódico trouxe várias notícias relacionadas com a extinção da escravidão, como telegramas, artigos da Lei Áurea, atividades da Câmara Municipal em homenagem à abolição, realização de missa e discursos em festa escolar. Destaca-se, entre os assuntos publicados, a ênfase para as colônias agrícolas, em função disso é que se enfatiza o trecho abaixo:

[...] Considerando que o número de braços livres aumentou em mais de meio milhão pela libertação dos escravos. Considerando que é de transcendente vantagem à produção aproveitar os serviços de indivíduos nascidos no império, já habituados ao trabalho de campo, ou que para eles possuem a precisa aptidão. Considerando que sem desprezar o recurso da imigração estrangeira, será de suma e imediata utilidade o emprego de braços livres nacionais, com menor despesa relativa. Considerando que na distribuição dos benefícios decretados pelo Estado devem ser preferidos os nacionais sem ofensa dos princípios de humanidade e direitos de terceiro [...] (O TAQUARYENSE, 1888, p.02).

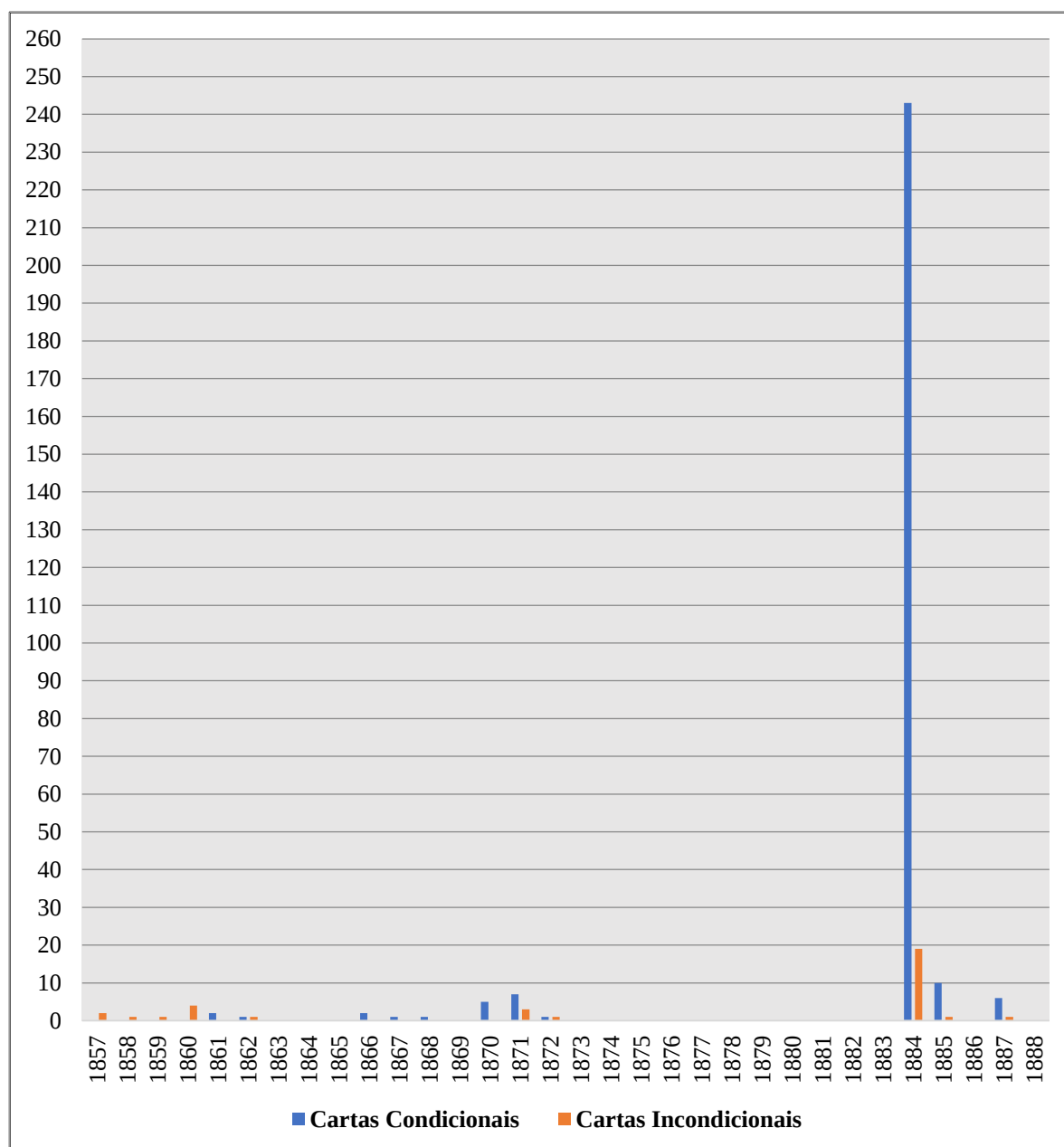
O que se analisa no comentário exposto é o momento de transição da escravidão para o trabalho livre e, devido a isso, a utilização destes trabalhadores libertos que estariam habituados com as tarefas no meio rural. Tal informação possibilita a discussão sobre a ocupação ou o destino dos ex-escravizados, conforme o noticiado, sendo que muitos poderiam ter permanecido nos mesmos lugares de trabalho. Em função, das condições fornecidas pelo Estado e também pelos antigos proprietários da mão de obra escravizada. Outro aspecto salientado foi a preferência pela mão de obra nacional em vez da estrangeira, o que teria sido decretado pela Assembleia Geral Legislativa. Esta havia elaborado artigos especificando que o governo fundaria colônias agrícolas nacionais com as mesmas vantagens e regime com que

eram fundadas as colônias estrangeiras, entre outros itens, que priorizavam os trabalhadores nacionais.

Ao dividir as cartas de liberdade em condicional e incondicional, identificou-se os motivos que foram descritos nas duas tipologias. Nas cartas condicionais, percebeu-se que as condições exigidas aos escravizados envolveram a substituição de serviço militar para os filhos dos senhores ou para eles próprios, a obrigação de servir até a morte dos proprietários, o tempo de prestação de serviços depois do recebimento da alforria variou de um a sete anos, segundo as cláusulas da Lei de 1871, como também o pagamento da carta de liberdade por parte do escravizado. Também se leu o registro de liberdade no batismo e em testamento, por obediência e por bons serviços prestados. Outro item notado nas alforrias foi de que muitos dos proprietários dos escravizados não sabiam ler e nem escrever e, com isso, necessitavam que outras pessoas assinassem para eles no cartório.

Na continuidade, analisou-se as cartas de liberdade de Santo Amaro no período entre 1857 a 1887, conforme o (GRÁFICO 2). O levantamento realizado resultou em um total de trezentos e treze cartas, as quais foram divididas em condicionais e incondicionais, em que se obteve duzentos e oitenta condicionais e trinta e três incondicionais. Logo, tem-se uma grande diferença entre as duas tipologias, com a predominância das alforrias que estipulavam condições ao trabalhador escravizado. Assim, ao visualizar a distribuição dos dados do Gráfico 2, nota-se claramente as variações que teve em cada ano, em um total de trinta anos de escravidão.

Observa-se que nos anos de 1857 a 1862 foram registradas quatro alforrias condicionais e oito incondicionais. Com isso, percebe-se que as cartas com liberdade plena sobressaíram aquelas com a continuidade de prestação de serviços. Neste contexto, faz-se necessário salientar que Santo Amaro no período indicado era uma freguesia que pertencia a Taquari e se tornou município somente em 1881. Entre as alforrias do ano de 1857, apresenta-se a de Rosa, uma africana do Congo com cinquenta anos que pertencia a Francisco Xavier Pacheco. A alforria foi obtida em 02 de abril de 1857, mediante o pagamento de 400\$ (réis) pela escravizada, o que demonstra que foi uma alforria sem prestação de serviços, sendo incluída como incondicional.

Gráfico 2 - Cartas de liberdade de Santo Amaro

Fonte: Elaborado pela autora, a partir de Scherer e Rocha (2006).

Em seguida, menciona-se a carta condicional recebida por Tomásia, com quarenta e quatro anos, que servia à Maria Jacinta da Conceição. A alforria foi concedida em 06 de julho de 1858, com a condição da escravizada servir por mais dois anos a Heleodóro Fernandes da Silva. Nota-se que a escravizada, depois do falecimento de sua senhora, trabalhou para Fernandes da Silva, que poderia ser um familiar de Maria Jacinta ou algo neste sentido. Sendo que a descrição da carta não explica quem era Fernandes da Silva, além disso, se percebeu a

ênfase à retribuição pelos bons serviços, pela fidelidade, obediência e por ser Tomásia, doente.

Entre os anos de 1863 a 1865 não ocorreram registros de cartas de liberdade, segundo o Gráfico 2, em Santo Amaro, somente nos três anos posteriores com quatro cartas condicionais. Nos anos de 1870 a 1872, tem-se treze condicionais e quatro incondicionais. Observa-se que a maioria das alforrias exigia algum tipo de atividade de continuidade por determinado tempo aos proprietários, na sequência, é possível analisar a condição imposta ao escravizado.

Antônio Luís era pardo e tinha vinte anos, prestava serviços para Constantino Antônio Dorneles, sendo obtida a alforria em 17 de dezembro de 1866. O conteúdo da carta remete para a condição de servir por Antônio Joaquim Dorneles Neto, filho de Constantino, na 1ª Linha, os anos que fosse obrigado, ficando por este modo Antônio Joaquim isento de todo e qualquer serviço militar, tanto de paz como de guerra. Ainda se o escravizado abandonasse as fileiras, sua carta de liberdade não seria mais válida e teria que retornar ao cativeiro. A descrição da carta pode remeter para a Guerra do Paraguai, pois teve início em 1864. Situação semelhante de envio de escravizados para atividades militares, já foi percebida em alforrias concedidas em Taquari.

No ano de 1871 foram registradas sete alforrias condicionais e três incondicionais, segundo o Gráfico 2. Entre tais cartas se destaca a de Joaquina, crioula, com vinte e cinco anos, pertencente a Júlio Luís Mestre, proprietário que lhe passou a alforria em 20 de julho de 1871. A carta foi justificada pelos bons serviços e fidelidade com que Joaquina tinha servido, e a condição era a de acompanhar até a hora da morte Luís Mestre. Mais um exemplo, que solicita o acompanhamento por parte do escravizado até o fim da vida do senhor. Entende-se isso, novamente, como um prolongamento da escravidão em que mesmo tendo a alforria permanecia servindo.

Segundo Zarth (2006), a Província de São Pedro no ano de 1874 possuía 21,3% de cativos, um índice inferior ao da província do Rio de Janeiro (39,7%) e ao do Espírito Santo (27,6%). E superior ao de São Paulo e Minas Gerais no que dizia respeito à população escravizada. A partir da colocação do autor, verifica-se que em Santo Amaro, no mesmo ano, não teve nenhuma alforria, o que pode representar o uso intenso da mão de obra escravizada.

Sendo possível observar que entre 1873 a 1883, ou seja, em um intervalo de dez anos, nenhum escravizado recebeu a liberdade em Santo Amaro.

O grande destaque das alforrias em Santo Amaro ocorreu no ano de 1884, com a quantidade de duzentas e quarenta e três cartas condicionais e dezenove cartas incondicionais. Estes dados estão de acordo com o que Krob (2015), comenta sobre o ano de 1884 no Rio Grande do Sul, pois este proclamava-se livre da escravidão tendo libertado, até tal data, praticamente todos os escravos da província. Fica evidente que na contagem de Santo Amaro se tem a continuidade da prestação de serviços, não sendo uma liberdade de fato, levando em conta que faltavam quatro anos para a promulgação da Lei Áurea.

Entre as alforrias com condição, tem-se a da escravizada Natália, de Geraldo Pinto Rangel, e sua mulher, Virgínia da Fontoura Cidade Rangel. A carta foi registrada em 27 de agosto de 1884 com a obrigação de servir Rangel e sua família pelo tempo de cinco anos. Neste caso, a continuidade dos serviços exigidos da escravizada ultrapassou o ano de 1888, evidenciando o não cumprimento da extinção da escravidão no país. Da mesma forma, aconteceu com Albino, outro escravizado do mesmo proprietário, que em sua carta teve um tempo a mais que Natália, o de sete anos.

Em uma notícia do jornal O Taquaryense, leu-se que no dia 04 de setembro de 1887, em Santo Amaro, José Pereira Pacheco libertou sua escravizada, satisfazendo assim a última vontade de sua esposa. No final, o periódico expressa a satisfação em publicar atitudes como a do proprietário Pacheco. Detalhe que pode remeter para o pagamento da publicação por parte do referido senhor ao jornal para divulgar o seu ato. Em outras edições, também se obteve notícias de liberdades seguidas com elogios do periódico.

Outra informação interessante retirada do Taquaryense se refere à formação de uma Comissão Abolicionista em Santo Amaro. Entre os nomes dos componentes se destaca o de Geraldo Pinto Rangel, proprietário de mão de obra escravizada, que foi citado anteriormente no texto, além de Jerônimo Gomes dos Santos, Antônio Soares de Azambuja, Luiz Fernandes da Silva e Antônio Joaquim de Sá Brito. Conforme se percebe:

A comissão abolicionista nomeada para em Santo Amaro tratar da liberdade dos escravos, é composta dos cavalheiros: Vigário Vicente Florio, presidente da camara Jeronymo Gomes dos Santos, collector Antonio Soares de Azambuja, Nicolau Panicchi, capitão Luiz Fernandes da Silva, Geraldo Pinto Rangel, Zozimo Feliciano Barreto e Antonio Joaquim de Sá Brito (O TAQUARYENSE, 1887, p.02).

O ano exposto na notícia se refere a 1887, um ano antes da abolição oficial, o que mostra que talvez havia uma preocupação em fazer uma movimentação para que acabasse logo a utilização do trabalho escravizado em Santo Amaro. Chama a atenção o fato de alguns dos integrantes da Comissão fazerem uso também de escravizados, aspecto que pode ser notado em cartas de alforria. Não se sabe ao certo quais eram as intenções destes senhores em se envolver e formar um grupo para defender o fim da escravidão no município de Santo Amaro e até mesmo o posicionamento do jornal.

O Taquaryense apresentou outro registro de liberdade, esta era sem o prolongamento dos serviços, algo que o jornal defendia, pois este não concordava com as liberdades condicionais. Eis que: “O sr. Jeronymo José Teixeira, residente no 1º districto de Santo Amaro, acaba de conceder liberdade plena a seus escravos Praxedes e Joanna, ambos menores de 20 anos. É um acto que muito honra ao cidadão que o praticou” (O TAQUARYENSE, 1888, p. 03). O proprietário que alforriou também foi identificado no documento cartas de alforria, registrando as mesmas liberdades à escravizada Joana e Praxedes. A alforria ainda acrescenta a liberdade para Antônia e Jacinto, no entanto, o ano das cartas foi 1884, e frisava o tempo de seis anos para Praxedes, e Joana, sete anos.

Em outra edição do jornal, percebeu-se uma situação que o próprio periódico intitulou de repugnante por tratar de uma fuga no município de Santo Amaro de uma escravizada. Entre os elementos enfatizados pela notícia, estão a crueldade do senhor que a resgatou e a prisão da escravizada, a crítica do jornal e a resistência ao sistema escravista por parte da escravizada. Lê-se:

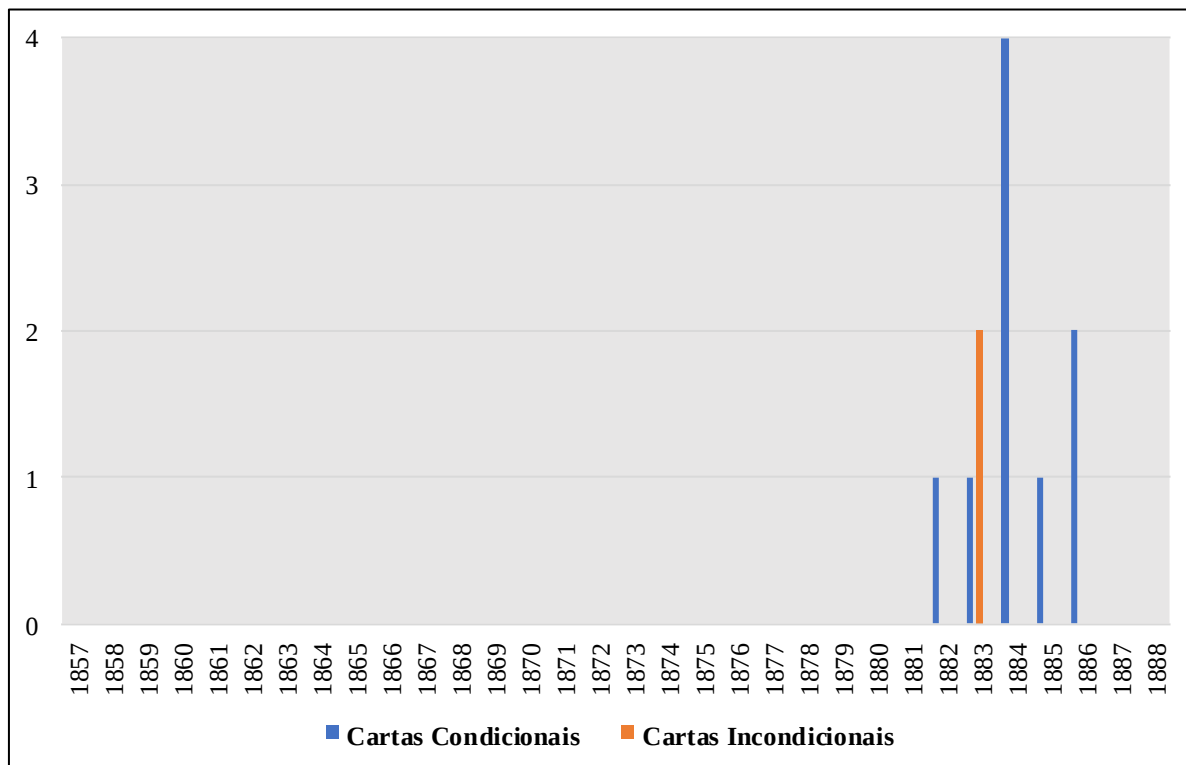
Um acto de repugnante selvageria e malvadez, de que foi theatro esta villa, foi-nos narrado assim: Fugiu do município de Santo Amaro uma infeliz escravizada e dirigiu-se a esta villa afim de procurar protecção nas leis. Chegada aquí, a mísera preta em lugar de dirigir-se para o centro, tomou a rua que communica com a estrada que vai para fora e ahi encontrou-se com seu senhor, que segurou-a, atou-a pelo pescoço com um maneador e montando a cavallo, arrastou-a até a casa do sr. Alferes Espindola. Esse acto sem classificação foi presenciado por muitas pessoas. A preta foi posta na cadea e no dia seguinte reclamada por seu senhor, que queria conduzi-la para o martyrio, tendo, ao que nos consta, o sr. Espindola recusado a entrega por não haver esse senhor apresentado documentos que provassem o seu direito de propriedade. De parte a prisão da pobre martyr, o sr. Alferes Espindola procedeu muito bem. O acto que acabamos de narrar dispensa de commentarios. Elle reflecte por si o fundo negro e asqueroso da alma de quem o praticou. Saciem-se os abutres, porque muito breve não terão carniça [...] (O TAQUARYENSE, 1888, p. 03).

O Gráfico 2 expõe que nos anos de 1885 e 1887 foram obtidas mais alforrias condicionais do que incondicionais. Com isso, novamente, tem-se dados de uma continuação da prestação de serviços, reparando-se que mesmo em um período de véspera de abolição da escravidão os senhores ainda prolongavam a exploração do escravizado. Destaca-se que Santo Amaro registrou duzentos e oitenta alforrias condicionais e apenas trinta e três plenas, entre 1857 e 1888. Observa-se uma grande diferença numérica entre as duas tipologias, em específico, as condicionais, demonstrando que a continuidade da exploração do trabalho.

Outro dado que se obteve a partir da quantificação das cartas de liberdade de Santo Amaro, no período de 1857 a 1887. Cento e setenta e um homens e cento e trinta e nove mulheres obtiveram a alforria. Novamente se percebe a maior quantidade de homens recebendo a liberdade, assim como se observou no município de Taquari. Um indicativo que pode ser interpretado como uma demanda pela mão de obra masculina, salientando que a diferença seria de trinta e duas alforrias entre os gêneros.

Visto isso, na continuidade, apresentam-se os dados do Gráfico 3 relacionados às cartas de alforria do município de Estrela. No levantamento realizado obteve-se nove alforrias condicionais e duas incondicionais, entre os anos de 1882 a 1886. Destacando-se o registro de apenas uma carta condicional em 1882, uma condicional e duas incondicionais em 1883, quatro condicionais em 1884, uma condicional em 1885 e duas condicionais em 1886. Então, percebe-se que houve a predominância das alforrias que delimitavam condições ao escravizado e não das liberdades plenas. Importante salientar que Estrela fazia parte do município de Taquari até o ano de 1876, quando ocorre sua emancipação política.

Entre as cartas estava a de Rufino, com quarenta anos, pertencente a Custódio Silvestre Ribeiro. Constava que seria da Vila de Santo Antônio de Estrela. O registro da alforria ocorreu em 25 de dezembro de 1882 e foi distribuída em razão do escravizado ter em tal data recebido do senhor Antônio Rodrigues Goulart a importância (dinheiro) para sua liberdade. No entanto, ficou com a obrigação de servir ao senhor Luiz Goulart pelo tempo de quatro anos. A partir disso, debate-se a prestação de serviços por mais um tempo estipulado, a compra da liberdade, que não significou ser imediatamente livre, e a realização de atividades para dois senhores diferentes por causa de negócios ou algo semelhante. O ano da alforria fazia parte de uma década que extinguiria o sistema escravista, mas mesmo assim, notam-se situações de permanência da exploração da mão de obra escravizada.

Gráfico 3 - Cartas de liberdade de Estrela

Fonte: Elaborado pela autora, a partir de Scherer e Rocha (2006).

No ano de 1883, repara-se duas únicas cartas incondicionais no Gráfico 3. Uma delas foi a de Maria, de Santa Cruz, que servia ao João Machado Fagundes, quem registrou a alforria em 23 de abril de 1883. A carta foi obtida mediante pagamento de 500\$ (réis) por intermédio do senhor Damásio José Espíndola, a quem a escravizada era obrigada a servir por sete anos. Em tal caso, a escravizada trabalharia mesmo depois da Lei Áurea, quando se soma o tempo de acréscimo, após o recebimento da carta. A segunda alforria incondicional foi a de Custódia, que tinha como proprietário, Alexandre Martins Jaques, que repassou a carta em 18 de setembro de 1883. A carta era de “plena liberdade”, enfatizando-se que a escravizada foi recebida de herança do falecido pai do Crispiniano José Martins.

Observa-se que o ano de 1884 proporcionou quatro liberdades condicionais. Tal ano, como já foi salientado anteriormente, é significativo no contexto da província de São Pedro que dizia ser livre do trabalho escravizado. No entanto, o dado em destaque mostra que não foi bem assim, pois as condições continuaram em Estrela, como também se notou em Taquari e, principalmente, em Santo Amaro, que entre os três lugares foi o que mais registrou alforrias

em 1884. Em seguida, enfatiza-se a descrição de tais liberdades, percebendo a delimitação do tempo de serviço.

João, tinha dezenove anos, era solteiro e pertencia a Maria Patrícia Ribeiro, que lhe alforriou em 29 de maio de 1884. A carta foi registrada, mas ficava o escravizado obrigado a trabalhar por mais sete anos. Mais um exemplo de carta que remete para uma situação de continuidade das relações de trabalho e que não respeita a extinção oficial da escravidão. As outras três alforrias referentes ao ano de 1884 também estipularam prazos, como para Pascoal de Pedro e Catarina Christ, que serviu quatro anos depois da carta. João, escravizado de Carolina Catarina Hoch, necessitou trabalhar à proprietária e seus sucessores por sete anos. E Clementina, pertencente ao casal Adam e Catarina Mallmann, permaneceu sete anos além do registro da alforria.

As alforrias correspondentes aos anos de 1885 e 1886 trazem a prestação de serviço no tempo de sete anos novamente, por parte do escravizado Joaquim ao senhor Solferino Martins Ribeiro. Maria, assim como Joaquim, seguiu o estipulado pela Lei de 28 de setembro de 1871, artigo 4º § 5¹⁴, na cláusula de prestação de serviço pelo espaço de sete anos. O escravizado Laurindo continuou trabalhando no prazo de sete anos ao senhor Guilherme Gomes da Silva Porto. A carta frisava que não seriam incluídas nesse tempo de serviços, possíveis fugas ou qualquer sentença por algum crime.

A respeito da campanha abolicionista que estava muito presente no ano de 1887, notou-se em uma das edições do jornal O Taquaryense a menção à liberdade por parte de um padre em uma celebração no município de Estrela. Conforme segue:

Domingo, 2 do corrente, celebrou-se na igreja matriz a festa de N.S do Rosario. Pregou ao Evangelho o Rvd. Padre Eugenio Steinhart, que n'uma bonita oração pediu a liberdade para os captivos. Satisfeitíssimos ficaram os numerosos ouvintes por verem os ministros da Religião levantarem o lábaro da redempção de uma parte da humanidade (O TAQUARYENSE, 1887, p. 02).

A notícia destacada, traz a fala de um religioso que utilizou de seu momento junto às pessoas da comunidade para salientar que a escravidão deveria terminar e, ao comentar isso, o

¹⁴ “§ 5º A alforria com a clausula de serviços durante certo tempo não ficará annullada pela falta de implemento da mesma clausula, mas o liberto será compellido a cumpril-a por meio de trabalho nos estabelecimentos publicos ou por contractos de serviços a particulares”. Disponível em: <https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/LIM/LIM2040.htm>. Acesso em: 22 set. 2016.

público apoiou o pedido. O mesmo padre também era um dos integrantes da Comissão Abolicionista, entre eles: “Vigário Eugenio Steinhardt, presidente da câmara Henrique Theodoro Rohenkol, collector Affonso Martins Ribeiro, Bento Rodrigues da Rosa, Luiz Paulino de Moraes, capitão Tristão Gomes da Rosa e Antônio Geraldo Pereira” (O TAQUARYENSE, 1887, p. 02). Os nomes dos componentes da Comissão não aparecem nas cartas de liberdade concedidas em Estrela, no período de 1882 a 1886, como se constatou na Comissão formada em Taquari.

Sousa (2011) ressalta que uma categoria de letrados bastante expressiva no Brasil Império foi criticada em relação à emancipação dos escravos, talvez contrária à abolição, que seriam os clérigos. No entanto, em uma pesquisa nos relatórios de diretores de Instrução Pública (1834-1889), a autora conheceu alguns sujeitos do clero que atuaram no movimento abolicionista da Bahia. Sendo que alguns destes diretores de instrução foram padres, e a leitura do material evidenciou uma defesa das ideias abolicionistas. No caso citado anteriormente, percebe-se uma atuação do padre Eugenio Steinhardt a favor da liberdade dos escravizados, tanto na celebração religiosa quanto na participação da Comissão Abolicionista.

No levantamento feito a partir das alforrias, obteve-se a concessão de cartas para sete homens e quatro para mulheres. O número de alforriados é bem mais reduzido em comparação com Santo Amaro e Taquari, pois o período de anos de Estrela, constituiu-se em seis anos, em função do pertencimento à Taquari, até 1876. Nota-se que também nos dois municípios analisados as cartas de liberdade foram obtidas pelos homens. Na sequência, apresenta-se um levantamento realizado com a compra e venda de escravizados em Taquari, em que se constata que mais homens foram negociados. Mais um dado que remete para o uso da mão de obra escravizada masculina.

3.3 Relações de trabalho

As relações de compra e venda de escravizados que ocorreram no município de Taquari foram contabilizadas, conforme se apresenta no (QUADRO 3). O levantamento correspondeu aos anos de 1857 a 1887, obtendo-se a quantidade de duzentas e vinte e duas mulheres e duzentos e cinquenta e dois homens que foram envolvidos em negociações, entre

proprietários de Taquari e também com possíveis moradores de outros municípios, e quem sabe até com outros estados do país. Sendo o total de quatrocentos e setenta e quatro indivíduos comercializados. Pela quantificação se percebeu que o número de homens foi superior ao de mulheres no recorte temporal mencionado, com idades e valores variados.

Quadro 3 - Compra e venda de escravizados em Taquari

Taquari				
Ano	Sexo	Idade	Valor	Total
1857	Masculino	13	1.200\$	3 M
	Masculino	14	454\$540	
	Masculino	30 (+/-)	1.200\$	
1858	Masculino	Sem idade	1.323\$600	3 M
	Feminino	30 (+/-)	1.200\$	2 F
	Feminino	41	800\$	
	Masculino	25	600\$	
	Masculino	56	800\$	
1859	Masculino	24 (+/-)	2.000\$	1 M
	Feminino	23 (+/-)	1.700\$	2 F
	Feminino	18	1.150\$	
1860	Masculino	14 (+/-)	1.300\$	2 M
	Masculino	30 (+/-)	1.300\$	
1861	Feminino	30 (+/-)	1.700\$	10 F
	Masculino	13	1.000\$	12 M
	Feminino	24 (+/-)	1.000\$	
	Masculino	52	500\$	
	Masculino	50 (+/-)	400\$	
	Feminino	13 (+/-)	1.500\$	
	Masculino	21 (+/-)	200\$	
	Masculino	12	1.400\$	
	Feminino	47 (+/-)	800\$	
	Masculino	30 (+/-)	1.460\$	
	Feminino	7 (+/-)	600\$	
	Masculino	2 (+/-)	200\$	
	Masculino	5 (+/-)	100\$	
	Feminino	30 (+/-)	1.800\$	
	Masculino	Sem idade	(Venda conjunta)	
	Masculino	40 (+/-)	25 onças de ouro	
	Masculino	11 (+/-)	1.000\$	
	Feminino	18 (+/-)	1.750\$	
	Feminino	41	500\$	
	Feminino	24	2.000\$	
	Feminino	11 (+/-)	1.000\$	
	Masculino	7	400\$	
1862	Feminino	8 (+/-)	1.200\$	9 F
	Masculino	48 (+/-)	700\$	12 M
	Feminino	40 (+/-)	1.100\$	
	Masculino	28 (+/-)	930\$881	
	Masculino	30 (+/-)	1.600\$	

	Masculino	50 (+/-)	1.200\$	
	Feminino	60	400\$	
	Masculino	20 (+/-)	1.500\$	
	Masculino	Sem idade	77\$	
	Feminino	15 (+/-)	1.500\$	
	Feminino	5 (+/-)	800\$	
	Masculino	14	1.400\$	
	Feminino	16 (+/-)	2.000\$	
	Masculino	3	600\$	
	Masculino	Sem idade	215\$	
	Feminino	Sem idade	230\$	
	Masculino	15 (+/-)	1.000\$	
	Feminino	9 (+/-)	1.200\$	
	Masculino	1 (+/-)	300\$	
	Masculino	3 (+/-)	700\$	
	Feminino	30 (+/-)	1.400\$	
1863	Masculino	31 (+/-)	1.200\$	12 M
	Feminino	5 (+/-)	625\$	15 F
	Feminino	21 (+/-)	200\$	
	Masculino	35	350\$	
	Feminino	41 (+/-)	450\$	
	Masculino	20 (+/-)	1.600\$	
	Masculino	5	400\$	
	Masculino	6	600\$	
	Masculino	4 meses	400\$	
	Feminino	11 (+/-)	1.300\$	
	Masculino	7 (+/-)	1.050\$	
	Masculino	7(+/-)	1.050\$	
	Feminino	17 (+/-)	1.400\$	
	Feminino	7 (+/-)	700\$	
	Feminino	18	1.300\$	
	Feminino	22 (+/-)	1.200\$	
	Feminino	50 (+/-)	300\$	
	Feminino	3	300\$	
	Feminino	40 (+/-)	550\$	
	Masculino	12	1.000\$	
	Feminino	8 (+/-)	900\$	
	Masculino	28 (+/-)	1.200\$	
	Masculino	12	800\$	
	Feminino	33	600\$	
	Feminino (filho)	23 (8 meses)	1.400\$	
	Feminino	15 (+/-)	1.400\$	
1864	Masculino	36	500\$	8 M
	Masculino	30 (+/-)	1.600\$	7 F
	Masculino	10 (+/-)	1.000\$	
	Feminino	19 (+/-)	1.250\$	
	Feminino	40 (+/-)	900\$	
	Masculino	30 (+/-)	1.000\$	
	Feminino	12 (+/-)	600\$	
	Masculino	35 (+/-)	1.100\$	
	Feminino	3 (+/-)	450\$	
	Feminino	7 (+/-)	800\$	
	Feminino	38 (+/-)	1.000\$	
	Masculino	7 (+/-)	500\$	
	Masculino	5 (+/-)	400\$	

	Feminino	11 (+/-)	1.300\$	
	Masculino	20 (+/-)	800\$	
1865	Feminino	12 (+/-)	1.400\$	12 F
	Feminino	19 (+/-)	1.400\$	5 M
	Masculino	3	300\$	
	Feminino	12	600\$ em dinheiro 300\$	
	Masculino	60 (+/-)	em terras	
	Feminino	30 (+/-)	350\$	
	Feminino	22	900\$	
	Feminino	26 (+/-)	800\$	
	Feminino (filho)	18 (+/-)	1.000\$	
	Feminino	4 (+/-)	1.300\$	
	Feminino	5 (+/-)	350\$	
	Feminino	36 (+/-)	400\$	
	Masculino	24	800\$	
	Feminino	17	1.200\$	
	Feminino	16 (+/-)	1080\$	
	Masculino	12	1.100\$	
			800\$	
1866	Feminino	50	480\$	9 F
	Feminino	12 (+/-)	700\$	12 M
	Feminino (filha)	20 (+/-)	1.300\$	
	Feminino	12	1.000\$	
	Feminino	25	500\$	
	Masculino	22 (+/-)	800\$	
	Masculino	7 (+/-)	600\$	
	Feminino (filhos)	(2 e 4 anos)	650\$	
	Masculino	19(+/-)	800\$	
	Masculino	60 (+/-)	300\$	
	Feminino	11(+/-)	700\$	
	Masculino	Sem idade	650\$	
	Masculino	4	288\$	
	Masculino	19 (+/-)	1.250\$	
	Masculino	Sem idade	1.000\$	
	Feminino	12 (+/-)	700\$	
	Masculino	18 (+/-)	1.000\$	
	Masculino	20 (+/-)	900\$	
1867	Feminino	14	1.000\$	9 F
	Masculino	8 (+/-)	550\$	12 M
	Masculino	Sem idade	1.000\$	
	Feminino	20 (+/-)	800\$	
	Masculino	20 (+/-)	1.200\$	
	Masculino	Sem idade	1.200\$	
	Feminino	8 (+/-)	400\$	
	Masculino	4 (+/-)	400\$	
	Feminino	24	900\$	
	Masculino	8 (+/-)	400\$	
	Feminino	40 (+/-)	500\$	
	Feminino (filho)	Sem idade	250\$	
	Feminino	8	550\$	
	Masculino	Menoridade	500\$	
	Masculino	Menoridade	600\$	
	Masculino	8 (+/-)	400\$	
	Feminino	23 (+/-)	1.000\$	
	Masculino	10	600\$	

	Feminino	15	1.100\$	
	Masculino	9 (+/-)	500\$	
1868	Masculino	18 (+/-)	1.000\$	12 M
	Masculino	56	500\$	8 F
	Masculino	39	684\$	
	Feminino	16	800\$	
	Masculino	Menoridade	544\$	
	Masculino	12	600\$	
	Masculino	18	1.400\$	
	Feminino	7 (+/-)	300\$	
	Masculino	30 (+/-)	1.200\$	
	Masculino	50 (+/-)	500\$	
	Feminino (filho)	Sem idade (1)	1.300\$	
	Masculino	35	600\$	
	Feminino (filhos)	Sem idade	3.400\$	
	Feminino	13 (+/-)	1.000\$	
	Feminino	10	450\$	
	Feminino	7 (+/-)	400\$	
	Masculino	35 (+/-)	1.200\$	
	Feminino	5 (+/-)	550\$	
	Masculino	30 (+/-)	1.400\$	
1869	Masculino	30 (+/-)	1.400\$	20 M
	Masculino	30 (+/-)	600\$	18 F
	Masculino	Sem idade	1.300\$	
	Masculino	Sem idade	1.400\$	
	Feminino	9 (+/-)	700\$	
	Feminino	30 (+/-)	800\$	
	Masculino	50 (+/-)	300\$	
	Masculino	2	400\$	
	Feminino	Sem idade	1.200\$	
	Masculino	34 (+/-)	1.000\$	
	Masculino	45	270\$	
	Masculino	Sem idade	1.259\$	
	Masculino	Sem idade	800\$	
	Feminino	15 (+/-)	1.000\$	
	Feminino	20	1.000\$	
	Masculino	36	1.600\$	
	Masculino	36 (+/-)	1.200\$	
	Feminino	50 (+/-)	400\$	
	Masculino	35 (+/-)	1.400\$	
	Feminino	28	1.200\$	
	Feminino	35 (+/-)	700\$	
	Masculino	Sem idade	1.400\$	
	Masculino	26 (+/-)	1.400\$	
	Feminino	5 (+/-)	450\$	
	Feminino (filho)	Sem idade	240\$030	
	Feminino	42 (+/-)	600\$	
	Feminino	16	1.000\$	
	Feminino	28	1.200\$	
	Masculino	22	1.200\$	
	Feminino	46 (+/-)	350\$	
	Feminino	3 (+/-)	280\$	
	Feminino	6 (+/-)	380\$	
	Masculino	14 (+/-)	1.200\$	
	Feminino	9 (+/-)	500\$	

	Masculino	Sem idade	1.100\$	
	Masculino	24 (+/-)	1.950\$	
	Feminino	3 (+/-)	200\$	
1870	Feminino	9 (+/-)	550\$	19 F
	Feminino	50 (+/-)	500\$	12 M
	Masculino	15 (+/-)	1.200\$	
	Masculino	5 (+/-)	500\$	
	Feminino (filho)	22 (+/-)	1.400\$	
	Feminino	15 (+/-)	1.100\$	
	Feminino	22 (+/-)	1.000\$	
	Feminino	6 (+/-)	400\$	
	Masculino	30 (+/-)	1.000\$	
	Masculino	20 (+/-)	1.000\$	
	Feminino	4 (+/-)	300\$	
	Feminino (2 irmãs)	6 e 4	1.000\$	
	Masculino	24	1.400\$	
	Feminino	3 (+/-)	250\$	
	Feminino	20 (+/-)	1.350\$	
	Feminino (filhos)	Sem idade	2.400\$	
	Feminino	30	1.200\$	
	Masculino	19 (+/-)	1.300\$	
	Feminino	14	1.250\$	
	Feminino	14	900\$	
	Feminino	8 (+/-)	700\$	
	Masculino	40 (+/-)	600\$	
	Feminino	11	600\$	
	Masculino	26 (+/-)	1.300\$	
	Feminino	7 (+/-)	850\$	
	Masculino	20	1.100\$	
	Masculino	11 (+/-)	800\$	
	Masculino	20 (+/-)	1.250\$	
1871	Masculino	16 (+/-)	1.100\$	16 M
	Feminino	7 (+/-)	800\$	9 F
	Masculino	Sem idade	550\$	
	Masculino	Sem idade	767\$	
	Feminino	12 (+/-)	600\$	
	Feminino	18 (+/-)	1.200\$	
	Masculino	10 (+/-)	900\$	
	Masculino	7 (+/-)	600\$	
	Feminino (filha)	18	1.000\$	
	Masculino	16(+/-)	1.300\$	
	Masculino	20	1.300\$	
	Masculino	33 (+/-)	1.100\$	
	Masculino	27 (+/-)	1.600\$	
	Masculino	45 (+/-)	1.100\$	
	Masculino	45 (+/-)	1.180\$	
	Masculino	30 (+/-)	700\$	
	Feminino (filha)	22 (+/-)	1.400\$	
	Masculino	15 (+/-)	1.000\$	
	Masculino	40	1.400\$	
	Masculino	50 (+/-)	1.300\$	
	Masculino	13	423\$	
	Feminino (filha)	16 (8 meses)	1.400\$	
1872	Feminino (filho)	20 (+/-)	800\$	7 F
	Masculino (irmão)	22 (9)	2.200\$	6 M

	Feminino	19	1.300\$	
	Masculino	32	200\$	
	Feminino (filha)	30 (1)	1.000\$	
	Feminino	13 (+/-)	600\$	
	Feminino	24	800\$	
	Masculino	24	1.000\$	
	Feminino (filho)	20 (+/-)	1.000\$	
1873	Masculino	20(+/-)	1.300\$	14 M
	Masculino	50	500\$	12 F
	Feminino (filhos)	Sem idade	1.600\$	
	Masculino	28	1.000\$	
	Masculino	45 (+/-)	640\$	
	Masculino	12	1.000\$	
	Feminino	15	600\$	
	Masculino	44 (+/-)	1.300\$	
	Masculino	30 (+/-)	1.000\$	
	Feminino	25 (+/-)	832\$	
	Feminino	40	850\$	
	Masculino	45	500\$	
	Feminino (filho)	24	300\$	
	Masculino	15	1.200\$	
	Feminino	18	400\$	
	Feminino	20	800\$	
	Masculino	12	450\$	
	Feminino	17	940\$	
	Masculino	20	1.000\$	
	Feminino	12	300\$	
	Feminino (filha)	17	1.000\$	
	Feminino	28	600\$	
	Masculino	30	600\$	
	Masculino	22	500\$	
1874	Feminino	16	800\$	7 F
	Masculino	25	1.100\$	9 M
	Feminino	22	600\$	
	Masculino	10	450\$	
	Feminino	44	700\$	
	Feminino	11	300\$	
	Masculino	32	1.000\$	
	Masculino	45	1.130\$	
	Masculino	18	1.000\$	
	Masculino	24	1.000\$	
	Feminino (filhos)	42 (2 e 4)	1.300\$	
	Feminino (filho)	18	350\$	
	Masculino	18	1.200\$	
	Feminino	14	550\$	
	Masculino	29	1.180\$	
1875	Masculino	32	1.000\$	15 M
	Masculino (irmãos)	12 e 10	1.400\$	8 F
	Feminino	56 (+/-)	350\$	
	Masculino	16	900\$	
	Feminino	48	600\$	
	Masculino	40	1.000\$	
	Masculino	36	240\$	
	Feminino	25	500\$	
	Masculino	32	900\$	

	Feminino (filho)	Sem idade	250\$	
	Masculino	18 (+/-)	1.300\$	
	Feminino	15	1.000\$	
	Feminino	6 (+/-)	450\$	
	Feminino	28	500\$	
	Masculino	24	700\$	
	Masculino	26	900\$	
	Feminino	51	600\$	
	Masculino	25	1.200\$	
	Masculino	17	800\$	
	Masculino	17 (+/-)	1.000\$	
	Masculino	18	1.000\$	
1876	Masculino	27	1.200\$	5 M
	Masculino	15 (+/-)	1.050\$	11 F
	Feminino	45	600\$	
	Feminino	21	700\$	
	Feminino	40 (+/-)	400\$	
	Feminino (filho)	20	1.000\$	
	Feminino (filhas)	23	1.000\$	
	Masculino	63	300\$	
	Feminino	16	900\$	
	Feminino	13	700\$	
	Masculino	60	900\$	
	Feminino	49	400\$	
	Feminino	26	800\$	
	Feminino	20	500\$	
	Feminino	31 (+/-)	800\$	
1877	Masculino	13 (+/-)	750\$	9 M
	Feminino	13 (+/-)	500\$	7 F
	Feminino	Sem idade	500\$	
	Masculino	12	1.200\$	
	Feminino	19	1.000\$	
	Masculino	14 (+/-)	1.000\$	
	Masculino	19	1.000\$	
	Masculino	7	300\$	
	Feminino	33	900\$	
	Masculino	64 (+/-)	300\$	
	Masculino	34	800\$	
	Feminino	15	600\$	
	Masculino	45	500\$	
	Feminino	7 (+/-)	500\$	
	Feminino	2 (+/-)	425\$	
	Masculino	16	1.000\$	
1878	Masculino	24	1.000\$	8 M
	Feminino	7	450\$	7 F
	Feminino	14	600\$	
	Feminino	18	800\$	
	Masculino	40	600\$	
	Masculino	23	1.200\$	
	Masculino	14	1.200\$	
	Feminino	26	600\$	
	Masculino	49	600\$	
	Masculino	22	1.250\$	
	Feminino	8	750\$	
	Feminino	38	1.000\$	

	Masculino	28 (+/-)	1.000\$	
	Masculino	61	300\$	
	Feminino	12	600\$	
1879	Feminino (filhos)	32 (11 e 8)	1.100\$	12 F
	Feminino	16	600\$	13 M
	Masculino	36	500\$	
	Feminino	18 (+/-)	800\$	
	Feminino	17	700\$	
	Masculino	33	1.350\$	
	Masculino	20	1.000\$	
	Masculino	31	800\$	
	Feminino	25	600\$	
	Masculino	15	500\$	
	Feminino	12	300\$	
	Feminino	18	800\$	
	Feminino	26 (+/-)	1.000\$	
	Feminino	23	600\$	
	Feminino	18	600\$	
	Feminino	24	1.400\$	
	Masculino (2)	38 e 22	10.000\$	
	Masc.(3)+Fem. (1)	35,30,19 e 9	1.200\$	
	Masculino	53	200\$	
1880	Masculino	68 (+/-)	200\$	8 M
	Feminino	26 (+/-)	600\$	7 F
	Masculino	24	1.500\$	
	Masculino	40	500\$	
	Masculino	21	1.000\$	
	Masculino	20	1.000\$	
	Feminino	47	800\$	
	Feminino	24	800\$	
	Masculino	17 (+/-)	1.300\$	
	Masculino	26	1.000\$	
	Feminino	27	600\$	
	Feminino	23	600\$	
	Feminino	24	600\$	
	Masculino	23 (+/-)	1.100\$	
	Feminino	35 (+/-)	900\$	
1881	Masc. e Fem.	43 e 28	1.000\$	8 M
	Masculino	28	1.000\$	9 F
	Masculino	32	1.000\$	
	Feminino	12	800\$	
	Masculino	21	1.000\$	
	Masculino	55	450\$	
	Feminino	17	600\$	
	Feminino	28	600\$	
	Masculino	21	1.100\$	
	Feminino	32 (+/-)	600\$	
	Feminino	15	600\$	
	Feminino	35	700\$	
	Feminino	24	500\$	
	Feminino	48	800\$ sem rezes de criar	
	Masculino	13	1.000\$	
	Masculino	23	1.000\$	
1882	Masculino	23	1.000\$	4 M
	Feminino	26	475\$	3 F

	Masculino	23	1.000\$	
	Feminino	28	500\$	
	Feminino	24	600\$	
	Masculino	27	1.000\$	
	Masculino	41	300\$	
1883	Feminino	29 (+/-)	360\$	2 F
	Masculino	46 (+/-)	350\$	7 M
	Masculino	18	900\$	
	Masculino	21	400\$	
	Masculino	24	600\$	
	Masculino	37	600\$	
	Masculino	37	700\$	
	Feminino	20	500\$	
	Masculino	60 (+/-)	250\$	
1884	Masculino	28	300\$	2 M
	Masculino	Sem idade	240\$	
1885	Masculino	28	400\$	1 M
1886	Masculino	18	300\$	1 M
1887	Feminino	29	675\$	1 F
		Mulheres: 222	Homens: 252	

Fonte: Elaborado pela autora, a partir de Scherer e Rocha (2010).

Primeiramente, o recorte temporal evidenciado no Quadro 3 se encontra em um período após o encerramento do tráfico africano (1850) até a promulgação da Lei Áurea (1888) e traz aspectos importantes para se analisar os dados. No ano de 1857 foram vendidos três homens com idades entre treze e trinta anos. Em 1858, três homens e duas mulheres com idades, entre vinte e cinco e cinquenta e seis anos. No ano de 1859, um homem e duas mulheres, com idades entre dezoito a vinte e quatro anos. Percebe-se que, entre 1857 a 1860, a quantidade de compra e venda foi menor do que nos anos seguintes, como também a predominância de homens e escravizados adultos.

Ao debater sobre o comércio de escravizados, faz-se necessário salientar os tratados que queriam o fim do tráfico africano. Berute (2009) explica que a partir de 1810 a Coroa Portuguesa assinou uma série de tratados com a Grã-Bretanha, sendo que em 23 de novembro de 1826 foi assinado o tratado que estipulava um prazo de três anos para o Império do Brasil decretar a extinção do tráfico atlântico. Esta resolução foi adotada a partir de 13 de março de 1830 e, por meio da Lei de 7 de novembro de 1831, foram declarados livres todos os escravos que entrassem no território e portos do Brasil. Porém, ela não teve nenhuma efetividade no combate à importação de escravos africanos, e o tráfico negreiro permaneceu ativo e foi definitivamente encerrado apenas em 1850, com a Lei Eusébio de Queiroz.

Zubaran (2006) salienta o uso da Lei de 1831 pelo escravizado para conquistar direitos. A autora defende a ideia de que os escravizados utilizaram a lei contra seus senhores gaúchos, desafiando o “direito” de propriedade destes, minimizando os aspectos coercitivos e desafiando as relações de dominação escravistas. Desta forma, os escravizados, com a ajuda de seus curadores, apropriaram-se do instrumento jurídico e o ressignificaram em defesa das suas liberdades, revertendo a seu favor estratégias dominantes.

Scheffer (2012) escreve sobre o declínio da escravidão no sul do Brasil na segunda metade do século XIX, envolvendo a decadência da economia pecuário-charqueadora. A valorização dos escravos no sudeste teria provocado a venda de milhares de trabalhadores escravizados por parte de proprietários com dificuldades econômicas. As vendas serão destinadas para os cafeicultores do sudeste brasileiro. Em meio a isso, o autor chama a atenção para uma suposta venda de milhares de escravizados por meio do comércio entre as Províncias. Isso explicaria a queda no número de trabalhadores em diversas localidades.

A partir de 1861, tem-se uma movimentação maior de compra e venda de escravizados. Em tal ano, dez mulheres e doze homens com idades entre dois a cinquenta anos foram vendidos. Com isso, observa-se que nove escravizados eram crianças com menos de treze anos. Em 1862, nove mulheres e doze homens, as idades irão variar entre um e sessenta anos, sendo sete com menos de catorze anos. Neste contexto, é necessário salientar que as vendas das crianças poderiam ocorrer juntamente com as respectivas mães, pois ao se analisar os documentos originais, verificou-se que na compra e venda apareciam mães e filhos em venda conjunta.

Ao analisar a comercialização de escravizados em Alegrete, destaca Scheffer (2012) que até a década de 1860 os cativos eram negociados pelos mais altos preços, mas a partir de 1865 houve uma queda. O autor explica que provavelmente foi resultado dos efeitos da Guerra do Paraguai na região, enfatizando também que os preços dos homens ainda tiveram certa recuperação, porém, o preço das mulheres não voltou a ser o mesmo. Sendo este abalado pela Lei do Ventre Livre, pois as mulheres perdiam valor de mercado ao deixarem de proporcionar o nascimento de novos escravos aos seus senhores.

Na continuidade, notou-se que em 1863 foram comercializados doze homens e quinze mulheres, com as idades oscilando entre quatro meses e cinquenta anos. Neste ano, houve uma venda conjunta, em que uma mulher de vinte e três anos foi vendida com o seu filho de

oito meses. Em 1864, oito homens e sete mulheres, com idades variando de três a quarenta anos. Em 1865, doze mulheres e cinco homens, entre três e sessenta anos. Destacando-se que, neste ano, seis indivíduos apareceram com menos de catorze anos. Em 1866, nove mulheres e doze homens, entre dois a cinquenta anos. Em 1867, nove mulheres e doze homens, com idades entre quatro a quarenta. Em 1868, doze homens e oito mulheres, com idades de cinco a cinquenta e seis. Em 1869, notou-se que foram comercializados vinte homens e dezoito mulheres, com as idades entre dois e cinquenta.

Em 1870, dezenove mulheres e doze homens, com idades de treze a cinquenta. No ano de 1871, dezesseis homens e nove mulheres, com idades de oito meses a cinquenta anos. Importante destacar que neste ano ocorre a promulgação da Lei do Ventre Livre no país e a partir desta data as crianças nascidas de mães escravizadas estariam livres. Em 1872, sete mulheres e seis homens, com idades de treze a trinta e dois anos. Em 1873, catorze homens e doze mulheres, com idades de doze a cinquenta anos. No ano de 1874, sete mulheres e nove homens, de dois a quarenta e quatro anos. No ano de 1875, quinze homens e oito mulheres, com idade mínima de seis e máxima de cinquenta e seis. No ano de 1876, cinco homens e onze mulheres, com idades entre treze a sessenta e três anos. Em 1877, nove homens e sete mulheres, entre dois a sessenta e quatro anos. No ano de 1878, oito homens e sete mulheres, com idades de sete a sessenta e um. Em 1879, doze mulheres e treze homens, de onze a cinquenta e três anos.

Vargas (2012) comenta sobre o declínio da população escravizada na Província de São Pedro, frisando que a diminuição ocorreu depois de 1873. Nos anos de 1874 e 1884 a mão de obra escravizada diminuiu em uma quantidade de 15.302 escravos, pois neste período se intensificou a saída de cativos para o sudeste cafeeiro. Ao observar os dados de compra e venda em Taquari nos anos comentados, viu-se que a quantidade de escravizados comercializados diminuiu a partir do ano de 1877 até 1887, levando em conta também o processo abolicionista que estava ocorrendo no momento em que se fala.

Em relação à saída de escravizados do sul para outras regiões do país, destaca-se a importância de Campinas neste cenário. Segundo Scheffer (2009), entre os escravos com origem no sul do Brasil negociados em Campinas, a grande maioria era jovens ou adultos em idade plenamente produtiva. A maior parte dos cativos comprados (34%) tinha idade entre dezesseis e vinte anos. O segundo maior grupo estava concentrado entre onze e quinze anos de idade, representando 24% dos escravos sulistas vendidos naquele município paulista.

Outros grupos com grande representação eram aqueles entre vinte e um a vinte e cinco anos, contabilizando 21% dos cativos, e de vinte e seis a trinta anos, somando 9% dos escravizados.

Analisando o Quadro 3 referente a Taquari, considerando-se a faixa etária de dezesseis a vinte anos, que Scheffer (2009) aponta como sendo a mais buscada por Campinas, notou-se que entre os quatrocentos e setenta e quatro escravizados que foram comercializados em Taquari, apenas setenta e quatro tinham a idade salientada. Destaca-se o comércio de escravizados menores de catorze anos, ou seja, foram o total de cento e vinte e quatro, uma quantia bem mais expressiva que a citada anteriormente, demonstrando que a demanda por crianças era bem significativa. E, no caso de Campinas, percebe-se a demanda pelas idades entre onze e quinze anos.

Scheffer (2009) analisou também a compra e venda de escravizados em Porto Alegre e constatou que a maior parte dos negociados estava na faixa dos quinze a vinte e nove anos, a qual somou 45% dos transferidos. No entanto, os escravizados mais experientes de trinta e cinco a quarenta e quatro anos tinham uma grande procura, resultando em 23,8% das negociações. Já aqueles que tinham até catorze anos somaram 19,9%. No caso citado de Campinas, a procura era por idades diferentes, entre dezesseis a vinte anos. Nota-se, com isso, as diferentes procuras de cada região pela mão de obra escravizada, atendendo às necessidades específicas de cada local.

Sobre os preços pagos pelos escravizados em Porto Alegre, Scheffer (2009) comenta que aqueles que estavam entre quinze e vinte e nove anos eram mais valiosos, tendo um preço médio para a segunda metade do século XIX que era de 930 mil réis. Este preço era um pouco superior ao pago para a faixa entre trinta e quarenta e quatro anos, ou seja, 922 mil réis, mas bem diferente do conseguido por jovens de até catorze anos, com um valor de 692 mil réis. As maiores médias de valores na análise de Scheffer foram encontradas na década de 1860, sendo o auge da valorização da mão de obra escravizada.

Baseando-se nas informações da pesquisa de Scheffer (2009), buscou-se a década de 1860 no Quadro 3 de Taquari e a faixa de quinze a vinte e nove anos, então, se verificou que os escravizados entre tais idades tinham um valor elevado perante as demais. Viu-se, também, que os valores eram altos para a idade de quatro anos 1.300\$ (réis), sete anos 1.050\$ (réis), oito anos 1.200\$ (réis), doze anos 1.400\$ (réis), treze anos 1.500\$ (réis). Notou-se os valores

elevados na década de 1860, bem como em alguns anos da década de 1870, modificando-se significativa na chegada da década de 1880, como pode ser visto na sequência.

Em 1880, verificou-se a venda de oito homens e sete mulheres, com idades entre dezessete a sessenta e oito. No ano de 1881, foram oito homens e nove mulheres, de treze a cinquenta e cinco anos. Em 1882, quatro homens e três mulheres, de vinte e três a quarenta e um. Em 1883, sete homens e duas mulheres, com idades entre dezoito a sessenta. Em 1884, duas mulheres, uma de vinte oito e uma sem idade. No ano de 1885, nota-se um homem de vinte e oito anos, em 1886, um homem de dezoito anos, em 1887, uma mulher de vinte nove anos. Ao acompanhar de 1880 a 1887, percebe-se nitidamente a redução da comercialização escrava quando mais se aproximava da data da abolição.

Segundo Berute (2012), o Rio de Janeiro foi o maior porto importador de cativos africanos nas Américas, desta forma, era o principal distribuidor de cativos da colônia. Os mercados do centro-sul, entre eles Rio de Janeiro, Minas Gerais, São Paulo, Paraná, Santa Catarina e Rio Grande do Sul, eram abastecidos com a mão de obra escravizada pelo porto carioca por via terrestre (tropas) ou marítima. O mesmo autor acrescenta que o porto do Rio de Janeiro era o principal parceiro comercial da capitania rio-grandense, assim, a origem da grande maioria dos escravizados desembarcados nos portos de Rio Grande e Porto Alegre era do Rio de Janeiro.

Em relação ao tráfico marítimo dos escravizados, este era feito em conjunto com o restante do comércio. Sendo que em uma mesma embarcação poderiam ser transportados os escravizados despachados por diferentes traficantes juntamente com gêneros alimentícios, tecidos, manufaturados, entre outras mercadorias. Destaca-se que predominavam os pequenos envios, com até dois escravizados, no entanto, nas três fases do tráfico (1788-1802), (1809-1824), (1826-1831), o autor menciona que os envios eram de médio porte com uma média de onze a cinquenta escravizados. Ressalta que nos envios de médio porte para os portos de Rio Grande e Porto Alegre as porcentagens correspondiam ao máximo de 21,3% (BERUTE, 2012).

Utilizando os despachos e passaportes de escravos emitidos pela Polícia da Corte do Rio de Janeiro, Berute (2009) constatou que entre os anos de 1826 e 1831 foram remetidos do Rio de Janeiro 5.096 cativos, distribuídos em 1.012 envios, para os portos de Rio Grande e Porto Alegre. Mas antes deste período, mais precisamente de 1809 a 1824, foram

desembarcados na província 6.984 cativos e, considerando os anos entre 1788 e 1824, o total chega a 10.278 indivíduos (2.161 despachos). O autor destaca o aumento evidente no volume de mão de obra desembarcada e na quantidade de transações realizadas na região às vésperas da entrada em vigor da Lei de 1831.

Berute (2009) evidencia também, em sua investigação, a vinculação do tráfico da província rio-grandense com o tráfico atlântico, mesmo que os portos de Porto Alegre e Rio Grande não recebessem navios negreiros vindos diretamente da África. Frisa que aproximadamente 76% dos escravos importados pelo Rio Grande eram africanos novos, ou seja, foram desembarcados através da etapa interna do tráfico atlântico. Tal etapa era entendida como uma rota interna do tráfico (interprovincial), sendo que os africanos novos recém desembarcados eram imediatamente redistribuídos.

A respeito do comércio escravista e do transporte marítimo na província de São Pedro, Oliveira (2009) salienta a função do porto da cidade de Rio Grande. Este articulava um universo amplo de localidades da província por meio de redes de transporte hidroviário que incluía vários rios e lagoas, aproximando-o de localidades como as charqueadas de Pelotas, a cidade comercial Jaguarão e a capital Porto Alegre, as quais, por sua vez, estabeleciam conexões com outras redes hidroviárias (Rio Sinos, Rio Jacuí, Rio Taquari, Lagoa Mirim/Uruguai, entre outros). Com isso, a comercialização dos escravizados dos municípios de Taquari, Estrela e Santo Amaro deve ter passado por Rio Grande e, como se percebe, o rio Taquari fazia parte das conexões hidroviárias.

Após a análise do Quadro 3, referente ao município de Taquari, conclui-se que houve variações entre os anos em relação ao comércio dos escravizados, os valores correspondentes às idades, o aumento e o declínio da comercialização por motivo de leis criadas no contexto nacional e internacional. Então, no total, foram quatrocentos e setenta e quatro escravizados, sendo que noventa e nove tinham mais de trinta anos, setenta e quatro estavam entre dezesseis e vinte anos, cento e vinte e quatro eram menores de catorze anos. Os valores mais altos foram de cinco escravizados do sexo masculino e um do feminino, e, além do uso do dinheiro, dois casos apontaram o complemento da quantia em terras e reses. Com a idade acima de sessenta anos foram comercializados nove, e os valores variaram entre 300\$ (réis) e 900\$ (réis), preços menores comparados com outras faixas etárias.

Na sequência, apresenta-se o Quadro 4 referente a Santo Amaro, com o período de comercialização de escravizados de 1861 a 1885. Conseguiu-se realizar a contagem de oitenta e cinco indivíduos, sendo trinta e duas mulheres e cinquenta e três homens. Na medida do possível, especificou-se as idades, o sexo e os valores a partir das informações fornecidas pelo documento de compra e venda elaborado pelo APERS. Sabe-se que as quantias levantadas representam uma parcela do comércio, pois se acredita que mais comércio de mão de obra africana ocorreu e pode não ter sido registradas.

Quadro 4 - Compra e venda de escravizados em Santo Amaro

Santo Amaro				
Ano	Sexo	Idade	Valor	Total
1861	Feminino	7	600\$	2 F
	Feminino	50 (+/-)	900\$	1 M
	Masculino	20 (+/-)	1.150\$	
1862	Feminino	2 (+/-)	400\$	2 F
	Feminino	30 (+/-)	800\$	1 M
	Masculino	27 (+/-)	900\$	
1863	Masculino	6	700\$	5 M
	Masculino	21 (+/-)	1.300\$	
	Masculino	7	1.300\$	
	Masculino	30	1.300\$	
	Masculino	64	300\$	
1864	Masculino	35	1.000\$	2 M
	Masculino	8	1.000\$	1 F
	Feminino	13	1.300\$	
1865	Feminino	22	600\$	2 F
	Masculino	18	1.400\$	5 M
	Feminino	26	218\$	
	Masculino	30	1.000\$	
	Masculino	24	500\$	
	Masculino	9	700\$	
	Masculino	18	800\$	
1866	Feminino	Sem idade	373\$167	3 F
	Feminino	3	320\$	4 M
	Masculino	16	800\$	
	Feminino	13	700\$	
	Masculino	18 (+/-)	1.000\$	
	Masculino	25 (+/-)	1.000\$	
	Masculino	8	600\$	
1867	Masculino	9	400\$	4 M
	Feminino	10	550\$	1 F
	Masculino	8 (+/-)	400\$	
	Masculino	44	500\$	
	Masculino	18 (+/-)	1.100\$	
1868	Feminino	42 (+/-)	400\$	2 F
	Masculino	18 (+/-)	800\$	2 M
	Feminino	40 (+/-)	500\$	

	Masculino	10 (+/-)	750\$	
1869	Masculino	Sem idade	700\$	2 M
	Masculino	Sem idade	600\$	1 F
	Feminino	40	320\$	
1870	Masculino	46	500\$	9 M
	Masculino	20 (+/-)	1.000\$	6 F
	Masculino	20	1.300\$	
	Masculino	21	1.200\$	
	Masculino	9	400\$	
	Feminino	Sem idade	450\$	
	Feminino	44	1.050\$	
	Feminino	20	1.300\$	
	Masculino	36	2.000\$	
	Masculino	4	300\$	
	Masculino	6	200\$	
	Feminino	22	1.000\$	
	Feminino	18	300\$	
	Feminino	18 (+/-)	1.000\$	
	Masculino	38	1.000\$	
1871	Masculino	16 (+/-)	800\$	1 M
	Feminino	14	900\$	1 F
1872	Feminino	5	300\$	1F
	Masculino	30 (+/-)	3.000\$	1 M
1873	Masculino	8	467\$	2 M
	Masculino	8 (+/-)	400\$	
1874	Masculino	80	580\$	5 M
	Masculino	30 (+/-)	1.600\$	3 F
	Masculino	18 (+/-)	1.000\$	
	Masculino	8 (+/-)	600\$	
	Masculino	22 (+/-)	800\$	
	Feminino	10 (+/-)	500\$	
	Feminino	10 (+/-)	211\$500	
	Feminino	5 (+/-)	300\$	
1875	Feminino	6 (+/-)	200\$	2 F
	Feminino (filhos)	35 (11 e 6)	1.000\$	2 M
1876	Masculino	9 (+/-)	500\$	1 M
	Feminino	15	900\$	1 F
1877	Feminino (filhos)	27 (sem idade)	2.100\$	2 F
	Masculino	idade)	800\$	3 M
	Feminino (filho)	30 (+/-)	1.200\$	
	Masculino	21(7)	1.100\$	
	Masculino	21	384\$	
		20		
1878	Masculino	12 (+/-)	1.000\$	1 M
1880	Masculino	51	400\$	1 M
	Feminino	Sem idade	600\$	2 F
	Feminino	33	800\$	
1882	Masculino	14	600\$	1 M
	Feminino	19	400\$	1 F
1884	Feminino	20	400\$	1 F
	Masculino	29	500\$	3 M
	Masculino	19	500\$	
	Masculino	39	400\$	
1885	Feminino	48 (+/-)	600\$	1 F

Mulheres: 32	Homens: 53
---------------------	-------------------

Fonte: Elaborado pela autora, a partir de Scherer e Rocha (2010).

Os dados referentes à década de 1860 mostram a venda de catorze escravizadas e vinte e seis escravizados e se nota a prevalência masculina diante da feminina. Contou-se dez escravizados com menos de catorze anos e seus valores oscilaram entre 320 e 1.300\$ (réis). Os valores menores corresponderam às idades de três, oito e nove anos. O valor mais baixo visto foi de 281\$ (réis) de uma escravizada com vinte e seis anos, no ano de 1865. Apenas um apareceu com mais de sessenta anos, com o valor de 300\$ (réis) e do sexo masculino. Reparou-se que os anos em que mais teve comércio foram os anos de 1865 e 1866, com sete vendas cada um.

Scheffer (2012), em sua pesquisa no município de Cruz Alta, identificou que os preços mais elevados se deram até meados da década de 1860, em especial, na primeira metade. Os mais valorizados tinham entre quinze e vinte e nove anos, com uma elevação dos preços no fim da década de 1850, atingindo a média de 1.230 mil réis. No entanto, tal média teve um longo período de queda no início da década de 1860, com o valor de 1.043 mil réis. Buscando no Quadro 4 de Santo Amaro pela faixa etária dos quinze e vinte e nove anos, tem-se três escravizados no valor elevado e nas idades na década de 1860.

Percebeu-se que as vendas de escravizados no ano de 1870, em Santo Amaro, foi maior do que nos outros anos, com destaque para as faixas de dezoito, vinte e trinta anos com valores altos. Já nos anos de 1871, 1872 e 1873, diminui o comércio, pois não se tem a mesma quantia do que no ano anterior. Eleva-se um pouco nos anos de 1874 e 1877, antes do final da década de 1870. Em 1878, ocorreu o comércio de apenas um escravizado. Neste contexto, é possível analisar a lei do Ventre Livre (1871) em relação às idades, então, se verificou que nenhuma idade das crianças remeteu para o nascimento em 1871, caso houvesse, não estaria cumprindo a lei estabelecida.

Ao se enfatizar a compra e venda de escravizados, torna-se relevante mencionar alguns aspectos do maior mercado de escravos do país, o Valongo, no Rio de Janeiro. Neste sentido, Karasch (2000) explica que a venda dos escravizados chegados da África acontecia no mercado Valongo, onde se determinava a quem serviriam e qual seria o trabalho. Quase um milhão de africanos é provável que tenha passado pelo mercado de escravos do Rio de Janeiro. A autora salienta que havia duas divisões principais dos escravos: os que eram de

importação recente, e, em função disso, não tinham habilidades e treinamento; e aqueles que eram escravos africanos assimilados (ladinos) e capacitados. Menciona também que os novos africanos oferecidos no Valongo formavam um grupo mais homogêneo do que os vendidos em outros lugares, geralmente do sexo masculino e com dez a vinte e quatro anos.

Ribeiro (2007) sugere que não foi somente o porto carioca o principal distribuidor da mão de obra escrava, mas coube também à praça mercantil de Salvador o papel complementar ao do Rio de Janeiro. Existiam conexões comerciais envolvendo agentes baianos e aqueles que estavam ao sul da América lusa com indivíduos que faziam ligações com diversas partes do Império português. Assim, o fluxo de cativos da Bahia para a extremidade sul da América portuguesa pode ser entendido como sendo constituinte da terceira perna do tráfico atlântico baiano (a primeira seria do interior africano aos portos de embarque e a segunda a travessia atlântica até o porto de Salvador).

Karasch (2000) expõe que a identidade de um escravo influenciava muito a maneira pela qual era vendido no mercado, que, por sua vez, oferecia diferentes mecanismos para a venda de escravos novos ou “usados”. Os meninos africanos passavam por leilões públicos, no entanto, mulheres brasileiras mais velhas podiam ser vendidas de forma privada para um amigo ou parente de um senhor. Com isso, nota-se as diferenças na comercialização da mão de obra escravizada, podendo ser legais, informais e ilegais.

Ao analisar a década de 1880 no Quadro 4, vê-se a diminuição da compra e venda de escravizados em Santo Amaro, inclusive, com os valores menores em comparação com os anos anteriores. Têm-se os dados até o ano de 1885, mas, mesmo assim, nota-se que a proximidade com a abolição da escravidão no país influenciou o comércio do município. De forma geral, os dados levantados e expostos na tabela mostram um determinado recorte temporal, mas outros sujeitos podem ter sido comprados e vendidos em outros anos. Mas, partindo do que se teve acesso, fica claro o fluxo de escravizados e as semelhanças em questões de idades, sexo e valores com outros municípios e em específico com Taquari.

Na continuidade, explora-se o Quadro 5 com os dados do município de Estrela. Logo se observa que se conseguiu informações de apenas dois anos, pois estes eram os únicos que estavam catalogados no arquivo do APERS. Verifica-se que os valores eram menores em comparação com a idade dos escravizados, sendo que em outros períodos valeriam muito mais e se sabe, também, da campanha abolicionista às vésperas da Lei Áurea. Entre os dois

anos, então 1883 e 1884, foram comercializados uma mulher e três homens. Novamente, como nos dois outros municípios, Taquari e Santo Amaro, tem-se o predomínio da comercialização do sexo masculino.

Quadro 5 - Compra e venda de escravizados em Estrela

Estrela				
Ano	Sexo	Idade	Valor	Total
1883	Masculino	25	400\$	3 M
	Masculino	28	600\$	
	Masculino	30	490\$	
1884	Feminino	28	300\$	1 F
Mulheres: 1		Homens: 3		

Fonte: Elaborado pela autora, a partir de Scherer e Rocha (2010).

No Quadro 6 se enfatizou as atividades dos escravizados de Taquari a partir da busca nos documentos que aqui são fontes, ou seja, cartas de liberdade, inventários, compra e venda e processos-crime. Destaca-se que os processos-crime foi o documento que mais citou as atividades dos escravizados, nos demais, obteve-se apenas algumas das ocupações. Foram identificadas quinze atividades, distribuídas em quantidades distintas - algumas com maior quantidade, outras nem tanto. Aquelas que mais se destacaram no município de Taquari foram a de lavrador, marinho e campeiro. A primeira indica o desenvolvimento da atividade no espaço rural, no preparo da terra para o cultivo. A segunda aponta para um trabalhador que estava no espaço urbano, considerando que desempenhava tarefas no porto de Taquari. E o campeiro pode ser entendido como aquele que estava inserido no espaço rural, podendo cuidar da criação de gado e de outras tarefas nas estâncias. O levantamento realizado nos documentos apontou que tais atividades eram cumpridas apenas pelos homens.

Quadro 6 - Atividades dos escravizados de Taquari

Campeiro	6
Falquejador	1
Serviço Doméstico	5
Pedreiro	2
Carpinteiro	4
Ferreiro	2
Sapateiro	1

Serrador	1
Cavaleiro	1
Jornaleiro	3
Lavrador	8
Agricultor	5
Marinheiro	8
Roceiro	4
Cozinheira	2

Fonte: Elaborado pela autora, a partir de Pessi e Silva e Souza (2010).

Oliveira (2009) traz alguns aspectos relacionados com a função do escravizado que era marinheiro. No contexto escravista em que se tinha uma proximidade grande com as águas, os negros desempenharam um papel fundamental em atividades diretamente ligadas ao ramo náutico. Baseando-se em documentos, o autor apresenta que os trabalhadores envolvidos com as atividades fluviais de uma navegação de longo curso e cabotagem entravam em contato com variadas situações de circulação cultural. Escravos do interior da província, ao efetuarem uma viagem ao porto de Rio Grande como membros de tripulações, certamente entravam em contato com negros livres e escravos oriundos de embarcações do Rio de Janeiro ou Pernambuco, ou mesmo da África.

Monsma (2011) menciona as características do escravizado campeiro que tinha, entre os trabalhos da estância, tarefas necessárias para a criação do gado. O autor chama a atenção para a dificuldade de um adulto aprender bem as habilidades de equitação, arrebanhamento, manejo do laço, marcação e castração, ao passo que aqueles que começavam jovens seriam bons campeiros. Por isso, houve forte demanda entre estancieiros por escravizados meninos e adolescentes. A natureza do trabalho também exigia que os campeiros andassem a cavalo e armados com facas e laços, o que significava que esses escravos valiosos também eram perigosos e podiam fugir com certa facilidade.

O Quadro 6 informa duas atividades com cinco escravizados cada uma, ou seja, o serviço doméstico e o agricultor, como também duas com quatro trabalhadores, entre elas, carpinteiro e roceiro. Destaca-se no serviço doméstico a quantia de dois homens e três mulheres, sendo juntamente com a de cozinheira as únicas atividades que mostram a presença das mulheres. As restantes foram desempenhadas pelos homens. Acredita-se que os escravizados que eram destinados para o serviço doméstico estavam no meio urbano e rural, assim como o carpinteiro. Já as outras duas, agricultor e roceiro, remetem para o espaço rural.

Em menor quantidade é possível notar as atividades de jornaleiro, com três; depois, com a quantia de dois escravizados, ferreiro, pedreiro e cozinheira; e com um trabalhador, as tarefas de cavaleiro, serrador, sapateiro, ferreiro e falquejador. A partir disso, tem-se a possibilidade de atividades realizadas em espaços diferentes, algumas que podem remeter tanto para o espaço rural quanto para o urbano, que é o caso do pedreiro, ferreiro e cozinheira. As demais, cavaleiro, serrador e falquejador, acredita-se que faziam parte do cenário mais rural, e o de sapateiro, em específico, da cidade.

A partir dos dados destacados no Quadro 6, Araújo (2011) com base na DGE (1875) traz um levantamento a respeito da residência dos escravos da província de São Pedro, segundo as listas de matrícula dos municípios de 1872 e 1873. Entre os municípios salientados por ele está Taquari, que nos anos indicados tinha 213 escravos urbanos (8%) e 2.449 escravos rurais (92%). A quantificação apontada pelo autor deixa claro que a maioria dos escravizados de Taquari foi utilizada no meio rural e, relacionado com o levantamento feito, nota-se também a vinculação com atividades voltadas para o espaço rural.

Ao total, foram identificados cinquenta e três escravizados nas fontes documentais desenvolvendo as atividades destacadas no Quadro 6. No entanto, sabe-se que não foi somente tal quantia de trabalhadores, conforme se percebe na descrição de Araújo (2011). Mas já deu para se ter uma noção de quais eram as atividades desempenhadas em Taquari considerando os anos de 1857 a 1888. Conseguiu-se os dados relativos ao trabalho apenas de Taquari. Não foram localizadas nas fontes as atividades de Santo Amaro e Estrela. Até 1881 Santo Amaro era território de Taquari, assim como Estrela, até 1876.

Na sequência, enfatiza-se outro aspecto que está relacionado aos trabalhadores escravizados, mais precisamente, no que diz respeito às denominações pardo, preto, crioulo, africano e mulato, que se referem à cor, segundo o (QUADRO 7). E aquelas relacionadas à origem, como Cabra, Moçambique, Benguela, Costa e Nação, de acordo com o (QUADRO 8). É possível visualizar nos Quadros o levantamento que foi elaborado a partir das informações dos documentos de compra e venda, inventário e processos-crime. Destaca-se que trezentos e doze indivíduos não tiveram designação da cor, outros dez indivíduos apareceram como “preto/crioulo”, dois como “preto/pardo”, três aparecem como “pardo/crioulo”, um como “preto/nação”, três como “crioulo/doador”, quatro como “preto/africano” e um “preto/Costa”. Tal quantificação não foi incluída no quadro, pois em muitos casos constavam duas designações para o mesmo escravizado.

Quadro 7 - Designações de cor em Taquari

Taquari (1863 – 1887)	
Pardo	122
Preto	126
Africano	11
Mulato	3
Crioulo	182

Fonte: Elaborado pela autora, a partir de Scherer e Rocha (2010).

Quadro 8 - Designações de origem em Taquari

Taquari (1863 – 1887)	
Cabra	2
Moçambique	1
Benguela	2
Costa	2
Nação	11

Fonte: Elaborado pela autora, a partir de Scherer e Rocha (2010).

Schantz (2009), em sua pesquisa sobre os libertos de Porto Alegre e Viamão, explica as denominações envolvendo preto forro, que corresponderia aos africanos libertos, ou seja, aqueles que ganharam ou compraram a alforria, o crioulo forro, os filhos de africanos, portanto, já nascidos no Brasil, e que provavelmente tinham tez escura e adquiriram a liberdade posteriormente. O pardo forro eram os filhos de africanos nascidos com uma pele mais clara, geralmente, por serem fruto de uma relação entre uma pessoa de origem africana e uma pessoa de cor branca ou aos seus filhos, e que adquiriram suas alforrias posteriormente. O mulato forro, por outro lado, seria aquele nascido no Brasil e também proveniente de uma relação entre um indivíduo de origem africana e outro de cor branca.

Para Lara (2012) os registros setecentistas salientam em geral uma multidão de “negros” e “mulatos”. Tais palavras aparecem misturadas a outras, como “preto”, “pardo”, “cabra”, todas utilizadas para designar, em momentos diferentes, a condição social e a cor da pele das pessoas. A autora argumenta que na sociedade portuguesa e, em especial na área colonial, a cor da pele foi incorporada à linguagem que traduzia visualmente as hierarquias

sociais. Desta forma, a cor branca poderia representar a distinção e liberdade, mesmo que não se pudesse afirmar que todos os negros e mulatos fossem ou tivessem sido escravos.

Segundo o *Vocabulário português e latino* de Raphael Bluteau, citado por Lara (2012), a palavra “preto” era associada à condição escrava, e o termo “negro” remetia ao “homem da terra dos negros ou filho de pais negros”, enquanto um “negrinho” era simplesmente “um rapaz negro”. Em relação à designação “parda”, tem-se que, antes de mais nada, é uma cor, a “cor entre branco e preto”, que é “própria do pardal, donde parece lhe veio o nome”. Já as definições “mulata e mulato” seria filha e filho de branca e negra ou de negro e de mulher branca. Este nome veio do mulo, animal gerado de dois outros de diferente espécie. A definição de “mestiço” seria o nascido de pais de diferentes nações, por exemplo, filho de português e de índia, algo que remete para a mestiçagem no Brasil. Salienta-se que a designação “mulato” podia ser uma forma de xingamento, ligado ao “baixo nascimento” e não precisava ter ligação com a escravidão. Ao contrário de “pardo”, que reivindicava privilégios e tratamentos específicos.

Entre os termos de cor ressalta-se “cabra” que, para Karasch (2000), é o mais difícil de interpretar, pois parece ter sido uma denominação pejorativa para escravos de raça mista, ao contrário de crioulo ou pardo, que representavam um orgulho na identidade. “Cabra” era algo negativo e, de forma oficial, poderá ter definido os escravos brasileiros menos considerados da cidade, os de ancestralidade e mistura racial indeterminada. Outros termos também foram incluídos, como os “cafuzos” ou “caribocos”, bem como os índios de origem não mista.

Na sociedade colonial, escreve Lara (2012), os brancos eram certamente livres e os pretos eram em sua maioria escravos, em específico, quando traziam as marcas corporais que evidenciavam sua procedência africana. Pessoas que não eram brancas e eram livres, eram vistas como uma categoria problemática, pois uma pele escura podia indicar um passado escravo recente ou um nascimento ilegítimo. Neste caso, as liberdades teriam que ser mais enfatizadas e também se encontravam em constante suspeita. A autora complementa dizendo que ser “pardo” ou “mulato”, “cafuzo” ou “cabra”, “preto” ou “negro” podia significar muito para quem queria expor distinção e o afastamento do cativo, como também garantir privilégios.

A partir das explicações dos pesquisadores referenciados e analisando as designações de cor de Taquari, nota-se que os cento e vinte e seis pretos, trabalhadores escravizados

africanos, cento e vinte e dois pardos (cor), cento e oitenta e dois crioulos que nasceram no Brasil e que tinham sua denominação relacionada com a cor. Além disso, aparece a denominação cabra, também uma classificação feita pela cor. Percebe-se, nos outros vinte e seis escravizados, uma origem de locais da África, como Nação, Africano, Benguela, Moçambique e Costa, lugares que faziam parte do comércio de mão de obra. E três mulatos remetendo para a descendência branca com negra.

Além de Taquari, buscou-se nos documentos as designações sobre cor e origem dos trabalhadores escravizados em Santo Amaro, conforme os (QUADROS 9 e 10). Verificou-se, então, duzentos e vinte escravizados sem nacionalidade e dois declarados “pardos/crioulos”, em uma faixa temporal de 1857 a 1885. Sabe-se que os dados obtidos não correspondem a uma totalidade de escravizados que passaram por Santo Amaro em tal período, mas é possível conhecer parte de tais designações de cor de pele e local de nascimento. Logo, têm-se vinte e um crioulos, que possivelmente nasceram em Santo Amaro ou chegaram por meio da comercialização com outros locais, vinte pretos que indica origem africana e vinte pardos, que seriam escravizados miscigenados e nascidos no Brasil. Três apontam para a origem de regiões da África, como Nação e Congo.

Quadro 9 - Designações de cor em Santo Amaro

Santo Amaro (1857 – 1885)	
Pardo	20
Preto	20
Crioulo	21

Fonte: Elaborado pela autora, a partir de Scherer e Rocha (2010).

Quadro 10 - Designações de origem em Santo Amaro

Santo Amaro (1857 – 1885)	
Nação	2
Congo	1

Fonte: Elaborado pela autora, a partir de Scherer e Rocha (2010).

Karasch (2000) salienta que os senhores dividiam os escravos que nasciam no Brasil por cor, e os africanos pelo local de origem, sendo que da perspectiva dos proprietários todos os escravos africanos eram “negros”. A autora explica que no Rio de Janeiro do século XIX,

as principais “nações brasileiras” eram a crioula, a parda e a cabra. Entre os termos designativos de cor para brasileiros o mais comum era “crioulo”, que se utilizava ao negro nascido no Brasil (e ocasionalmente para africanos nascidos em colônias portuguesas da África). Mesmo que, em algumas se fizesse uso das denominações “negro” e “preto” para os negros brasileiros, estas se vinculavam mais com os africanos. Além disso, os negros brasileiros tinham preferência em serem chamados de “crioulos”, pois significava nascimento no Brasil.

Outras designações de cor foram detectadas em Estrela referente apenas ao ano de 1880. De acordo com o Quadro 11, observa-se treze pretos, que seriam os escravizados africanos e sete pardos, que muito provavelmente tenham nascido no Brasil. A quantificação foi o que se encontrou registrado nas fontes documentais, mas outras denominações podem ter existido, em outros anos. Sobre o termo “pardo”, Karasch (2000) comenta que os senhores usavam-no para definir um mulato, uma pessoa de pais africanos e europeus, e, além disso, os próprios pardos utilizavam para se diferenciar dos crioulos e outros grupos racialmente mistos da cidade.

Quadro 11 - Designações de cor em Estrela

Estrela (1880)	
Preto	13
Pardo	7

Fonte: Elaborado pela autora, a partir de Scherer e Rocha (2010).

Visto isso, parte-se para a discussão das faixas de tamanho de posse, uma denominação utilizada para falar da quantidade de trabalhadores escravizados pertencentes aos senhores de Taquari, Estrela e Santo Amaro, no período de 1857 a 1888. Para isso, elaborou-se uma divisão do número de escravizados e os proprietários que tiveram tais quantias, bem como a separação por gênero dos escravizados, como pode ser visualizado no (QUADRO 12). A partir dos nomes de alguns senhores de mão de obra escravizada e também de fazendas, elaborou-se mapas na tentativa de se visualizar as possíveis localizações destes vestígios arquitetônicos.

Destaca-se que a maioria dos senhores teve de um a cinco escravizados ao se analisar o levantamento do Quadro 12, com ênfase para os trabalhadores do sexo masculino. Muitos

também se destacaram na posse de seis a dez escravizados, novamente com o uso predominante de homens. Apenas um senhor obteve mais de cinquenta escravizados e também foi o único que fez uso maior da mão de obra feminina. Enfatizou-se a história deste proprietário devido à disponibilidade de informações escritas, o que possibilitou conhecer a maneira pela qual adquiriu suas propriedades e a quantidade elevada de escravizados para a região do que é hoje o Vale do Taquari.

Quadro 12 - Faixas de Tamanho de Posse

Taquari, Estrela e Santo Amaro (1857 – 1888)			
FTP	Proprietários	Escravizados	Escravizadas
1 - 5	790	747	570
6 - 10	57	217	201
11- 20	18	135	122
21 - 50	08	103	95
51 - ou mais	01	50	62
Total	874	1252	1050

Fonte: Elaborado pela autora, a partir de Scherer e Rocha (2010; 2006), Pessi e Silva e Souza (2010).

Entre os proprietários que possuíam o tamanho de posse de escravizados entre vinte e vinte e cinco, destacaram-se Antônio José de Oliveira, com vinte e um escravizados; Joaquim Fernandes da Silva, com vinte e cinco escravizados, Manuel Caetano de Souza, com vinte e um; Antônio Joaquim Cidade, com vinte e dois; Jerônimo José de Souza e sua esposa Teodora Rosa de Jesus, com vinte e quatro; e Eufrásia Maria da Conceição, com vinte e quatro escravizados. No momento, não se obteve informações a respeito da vida destes senhores, em função da falta de bibliografia que mencionasse algo sobre tais proprietários.

Em relação ao proprietário Pedro Michel, foi possível identificar alguns dados, como que tal senhor possuía trinta e quatro escravizados. Segundo Christillino (2004), existiam muitos comercializadores de terras na região que hoje se denomina Vale do Taquari, como era o caso de Pedro Michel, que comercializava lotes comprados de terras, porém, não se baseava

em título algum. Schierholt (2002) escreve que Pedro Michel tinha dezesseis filhos, entre eles, Leopoldina Michel, esposa de um escrivão e comerciante de Teutônia. Além disso, havia sido presidente da Câmara de Vereadores de Taquari e delegado de polícia, de acordo com uma notícia do jornal O Taquaryense, de 20 de fevereiro de 1889.

Cardoso (2014), por sua vez, expõe a história de Antônio José de Moraes, o único proprietário do Quadro 12, com mais de cinquenta e um escravizados. O autor descreve que Moraes foi um médico português que chegou à província de São Pedro, sendo natural da cidade do Porto, em Portugal. Fazendo uso de fontes documentais o pesquisador atrela à história de Moraes a de Manoel Alves dos Reis Louzada (Barão de Guaíba), que nasceu no Rio de Janeiro, em 1785. Este com cinco anos foi morar em Portugal, retornando treze anos mais tarde, permanecendo um ano no Rio de Janeiro e em seguida transferindo negócios e residência para Província de São Pedro. Louzada pertencia a uma família de negociantes portugueses e, com o passar dos anos, acabou adquirindo terras em Taquari, momento em que adquiriu seus primeiros escravizados. Diante de sua idade avançada e sem herdeiros e tendo uma esposa e sobrinha em estado de demência, Louzada resolveu deixar em testamento todos os seus bens a seu compadre, Antônio José de Moraes.

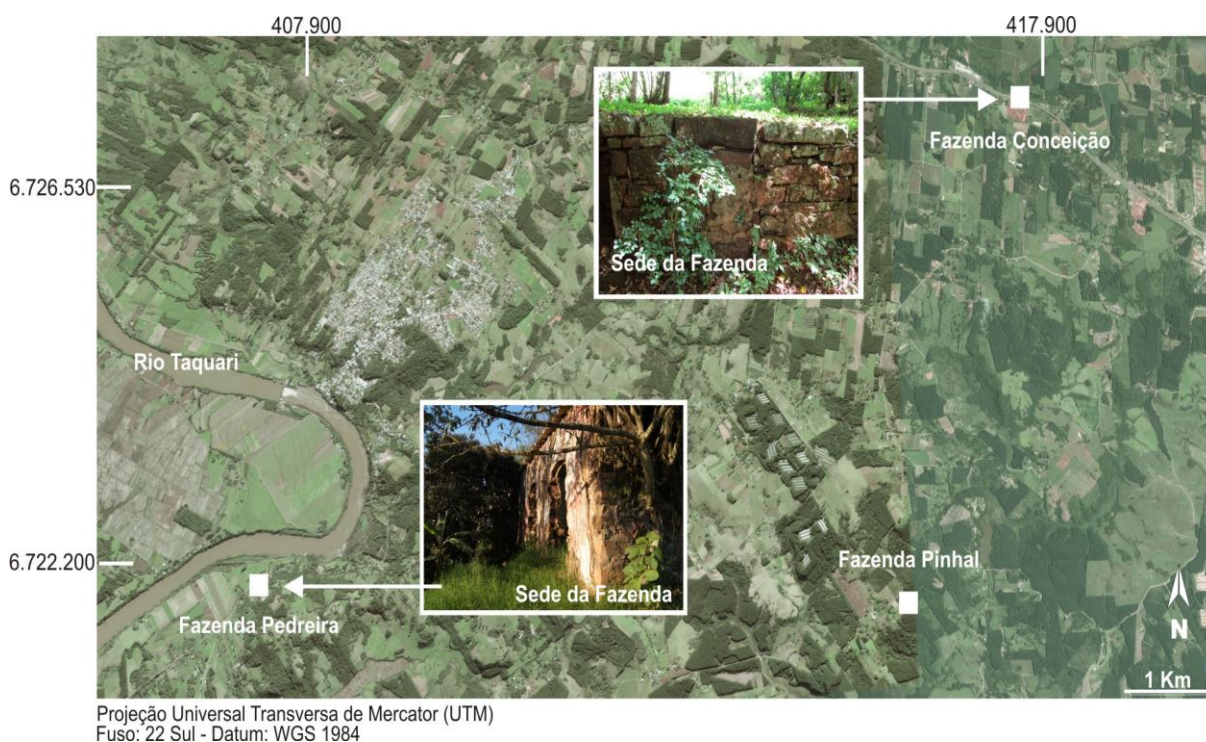
Farias (2012) explica que Manoel dos Reis Louzada era dono das Fazendas da Conceição, Pedreira, Boa Vista e Pinhal. Acrescenta que teve mais de cem escravizados, dois engenhos de serra, um moinho, uma frota de botes, canoas e lanchões movidos a remo e a vela para se dirigir a Porto Alegre. De acordo com Christillino (2004), Louzada era um rico fazendeiro da área de campo do Baixo Taquari e havia sido deputado várias vezes, como também presidente da Assembleia dos Representantes, em 1837.

Ao analisar o levantamento feito a partir do inventário de Antônio José de Moraes, notou-se que Moraes possuiu um total de cento e doze escravizados, deixados como herança no ano de 1876, o que confere com o dado apresentado por Farias (2012), que também diz que tais escravizados foram deixados com herança pelo Barão de Guaíba. O mesmo autor menciona que Moraes faleceu em Porto Alegre, em 1875, onde trabalhava como médico. Possivelmente, estes trabalhadores escravizados haviam servido também ao Louzada, considerando que seu falecimento ocorreu em 1862, e o de Moraes treze anos depois.

Antônio José de Moraes, de acordo com Cardoso (2014), era natural da cidade do Porto, filho de Custódio José de Andrade. Provavelmente nasceu entre 1791 e 1793 e teria

chegado ao Brasil, mais precisamente ao Rio de Janeiro, em 1815, com vinte e dois ou vinte e quatro anos. Moraes chegou ao Brasil duplamente qualificado, pois tinha sido aprovado em Cirurgia e Medicina. Além dos escravizados recebidos em testamento, Moraes ficou também com as Fazendas Conceição, Pinhal e Pedreira. A possível localização das três fazendas pode ser visualizada na (FIGURA 10).

Figura 10 - Fazendas de Antônio José de Moraes



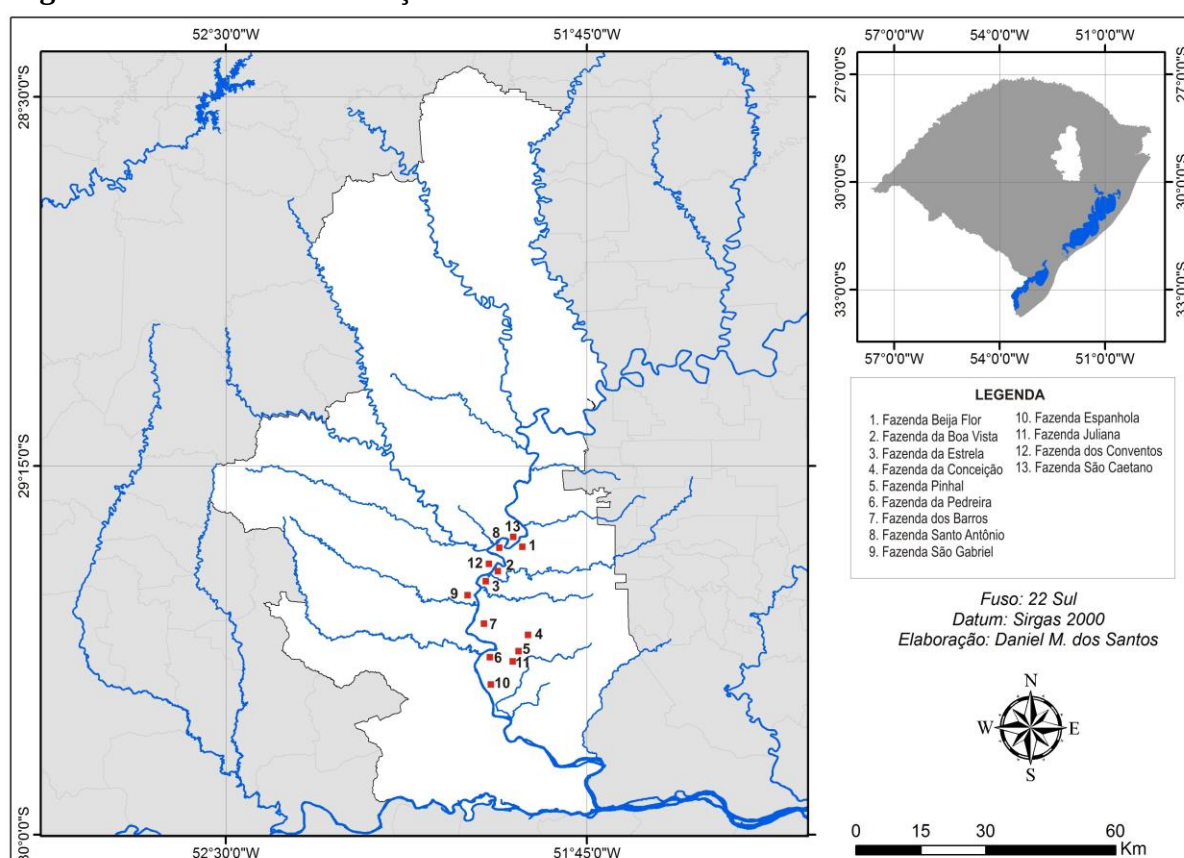
Fonte: Elaborado pela autora a partir do Setor de Arqueologia e Google Earth (2016).

A partir da Figura 10, percebem-se os vestígios (ruínas) do que restou das sedes de duas das três fazendas que recebeu Antônio José de Moraes. Sabe-se da localização da Fazenda Pedreira, no atual município de Bom Retiro do Sul, e da Fazenda Conceição, no município de Fazenda Vilanova. A Fazenda Pinhal, possivelmente, localizava-se também em Bom Retiro do Sul, mas é algo que está sendo pesquisado pelo Setor de Arqueologia da UNIVATES, assim como, a busca por demais fazendas que existiram na região. Pode-se observar na Figura 11 possíveis localizações de algumas das fazendas.

Outro proprietário que faz parte da posse de escravizados do Quadro 12 foi o casal Coronel Antônio Israel Ribeiro e Anna Martins Ribeiro, que possuíam vinte e sete

escravizados. Antônio Israel Ribeiro era filho de João da Silva Ribeiro Lima e casado com Ana Martins Ribeiro. Segundo Hessel (1983), Ribeiro tinha terras em torno da Fazenda da Estrela, acrescenta Farias (2012) que no ano de 1884, Ribeiro esteve como prisioneiro dos Farroupilhas e havia recusado vários convites para integrar a força republicana da época. Era proprietário de uma residência na Fazenda dos Barros e pai de Antônio Frederico Ribeiro, industrialista que em razão da doença do pai assumiu os negócios da Fazenda dos Barros.

Figura 11 - Possíveis localizações de fazendas



Fonte: Elaborado por Kreutz a partir do Google Earth (2016).

Christillino (2004) escreve que Antônio Israel Ribeiro era dono de várias áreas de terras no Vale do Taquari. Este entrou com um pedido de legitimação em 1858 de uma área de 2.000 hectares concedida a ele próprio no ano de 1816, nos fundos da Fazenda Estrela (isto ocorreria ainda na sua infância, o que era uma prática difundida pelos grandes concessionários de pedirem concessões de terras em nome de seus filhos menores quando já haviam sido beneficiados e não podiam mais receber terras).

O levantamento realizado a partir das fontes documentais possibilitou a quantificação de oitocentos e setenta e quatro senhores que utilizaram o trabalho escravizado em Taquari, Estrela e Santo Amaro, no período de 1857 a 1888. Não foi possível falar de cada um neste trabalho, em função do grande número, então, priorizou-se aqueles que tiveram a maior posse e que se obteve algumas informações sobre sua história de vida. Em relação aos escravizados, nota-se no Quadro 12 a quantia total de 2.302 para a faixa temporal antes mencionada, no entanto, esta quantidade foi obtida nos registros dos tabelionatos, mas possivelmente se utilizou bem mais escravizados do que o mostrado nos documentos nos três municípios.

4 O PÓS-EMANCIPAÇÃO E AS IMPLICAÇÕES NA PAISAGEM RURAL E URBANA DE TAQUARI, ESTRELA E SANTO AMARO

No capítulo anterior se analisou os dados obtidos nas fontes documentais a respeito do uso da mão de obra escravizada em Taquari, Estrela e Santo Amaro, durante os anos de 1857 a 1888, portanto, um período de funcionamento do sistema escravista até a promulgação da Lei Áurea que extinguiu tal processo. Neste capítulo, trata-se dos anos de 1889 a 1890, o momento do pós-emancipação em que se apresenta e discute as notícias do jornal O Taquaryense, buscando analisar as publicações relativas à situação dos ex-escravizados, juntamente com embasamento teórico relativo à situação dos libertos atrelada à ideia de paisagem social.

4.1 Publicações do Taquaryense de 1889 a 1890

Ao ler as páginas das edições do jornal referentes aos anos de 1889 a 1890, notou-se, de uma forma geral, notícias relacionadas ao contexto de transição do governo imperial para o republicano, acontecimentos envolvendo política e economia, informações referentes às decisões da Câmara Municipal de Taquari e Estrela, informes aos assinantes, anúncios, divulgação de implantações de leis nacionais, piadas, festas religiosas, comunicados, editais, folhetim, correio e requerimentos de moradores sobre providências locais.

A pesquisa nas notícias do jornal deu conta apenas de alguns meses do ano de 1888, em específico, depois do 13 de maio com a assinatura da Lei Áurea, do ano de 1889 e 1890, os dois anos imediatos pós-abolição. Desta maneira, não se conseguiu visualizar a amplitude das consequências que viriam em função da mobilidade social e de outros aspectos da vida

dos ex-escravizados. Neste sentido, apresenta-se o Quadro 13 com dezesseis notícias extraídas da leitura das edições e posteriormente uma classificação para a análise dos assuntos que representaram de alguma maneira a situação dos libertos.

Quadro 13 - Notícias do Taquaryense de 1889

Assuntos	Número de notícias	Locais	Datas
Negros	1	Taquari	05/02/1889
Libertos	2	Taquari, Rio de Janeiro	05/02/1889 - 10/05/1889
Crioulas	1	Taquari	25/03/1889
Treze de maio	4	Taquari	05/05/1889 - 10/05/1889 15/05/1889 - 30/05/1889
Perdão das penas infligidas a escravos	1	Taquari	20/05/1889
Trabalho agrícola	1	Taquari	25/07/1889
Sepulto de criança negra	2	Taquari	25/08/1889 - 19/09/1889
Escrava (o)	2	Ouro Preto, Taquari	15/09/1889 - 28/12/1889
Libertos	1	Leopoldina/Minas Gerais	15/11/1889
Total: 16 notícias			

Fonte: Elaborado pela autora (2016).

A primeira notícia analisada, foi de 05 de fevereiro de 1889, intitulada “Os pretos da Serra”, que trouxe uma situação envolvendo o recrutamento militar de indivíduos negros que poderiam ser ex-escravizados que buscavam refúgio na mata. Percebe-se que o jornal utiliza a denominação cidadãos de cor preta, o que pode demonstrar a maneira como eram vistos estes recém-libertos pela comunidade, levando em conta que se tratava de um período de menos de um ano, após a extinção oficial da escravidão. Lê-se:

Diz-nos pessoa chegada da serra deste município, que os cidadãos de côr preta dali estão escondidos no matto, com medo do recrutamento. Alguns, a quem os azares da vida deixaram-lhe de menos uma perna, também estão como b-o bó, a tirar sipó. Dizem eles que sió dilegado os quer pegar para mandar cural-os (da falta da perna, talvez!) e pôl-os na tropa da linha (O TAQUARYENSE, 1889, p.2).

Para Silva (2009), a migração interna dos libertos era uma ação comum no Brasil. A mobilidade dos homens livres pobres ocorria mais no campo, onde os deslocamentos podiam

ter um caráter sazonal, obedecendo ao período das colheitas ou poderiam ser permanentes, se as condições climáticas ruins não melhorassem. Esta migração também era uma forma de escapar dos alistamentos forçados e da truculência dos recrutadores que usavam momentos de lazer como festas para realizar o engajamento forçado. Pode-se relacionar esta explicação com o conteúdo da notícia que enfatiza o medo do recrutamento que tinham os indivíduos em liberdade em Taquari.

Outro aspecto a ser debatido na publicação do jornal é a referência ao local em que estavam os cidadãos de cor, ou seja, na serra do município de Taquari. Relembrando Faria (1981), que diz que Taquari, em sua maior parte, era constituído de imensas Coxilhas e nos seus limites com os municípios de Estrela e Montenegro ficava a Serra Geral com montes cobertos de bosques. Desta maneira, acredita-se que alguns dos libertos tenham se deslocado para a Serra Geral para se instalar depois da abolição ou já estavam neste espaço, antes mesmo de 1888. Talvez tenha sido um espaço de atração ou opção para ex-escravizados que não tinham meios de sobrevivência no espaço urbano de Taquari.

Christillino (2004) salienta a insegurança das áreas serranas e da inviabilidade econômica de sua exploração via agropecuária, com isso, estas foram “abandonadas” e constituíram uma fronteira agrária aberta para as posses de alguns e numa boa fonte de lucros para outros que quisessem fazer sua comercialização. Isso poderia acontecer por meio do apossamento ou da compra de seus antigos donos. Além disso, comenta que na Serra Geral havia os ervais e que era para estes locais que se deslocavam uma grande massa de lavradores expropriados ou expulsos pela pressão demográfica fundiária, refugiados da Revolução Farroupilha e da justiça, como demais marginalizados sociais. Desta forma, os ervais passaram a chamar a atenção especial das autoridades públicas, pois além de constituir uma válvula de escape às pressões daquela sociedade, eles também passaram a assegurar a sobrevivência dos infratores da Lei.

Os fazendeiros em sua maioria possuíam terras florestais, sendo que grande parte dos territórios dos municípios localizados na região serrana e no Planalto era coberta por matas. Segundo Christillino (2010), foram a agricultura e a extração da erva-mate que movimentaram as economias municipais. No município de Taquari, essas atividades eram mais importantes do que a pecuária, sendo a erva-mate o produto que mais contribuiu para os impostos no período de 1850 a 1876.

Christillino (2010) ainda expõe que a estrutura fundiária de Taquari na década de 1850 passava por profundas transformações em função da expansão das colônias de imigrantes europeus na região serrana do Rio Grande do Sul. Explica que este município possuía uma estrutura de acesso à terra saturada na década de 1850, porém, apresentava uma fronteira de ocupação aberta nas terras florestais da Serra Geral. Tais áreas foram rapidamente ocupadas entre 1850 e 1880, principalmente por colonizadores particulares interessados na comercialização de lotes aos imigrantes. Tal situação provocou muitas disputas.

Na mesma edição do jornal citada anteriormente, identificou-se outra publicação mencionando ex-escravizados, agora, evidenciando tal condição, e, com isso, o periódico faz um juízo de valor destes sujeitos, no momento em que utiliza a denominação “vagabundos”. O fato de estarem libertos permitiria a escolha de não quererem trabalhar, segundo a visão do periódico a liberdade poderia se tornar um problema. Além disso, recomenda a intervenção da polícia para colocá-los no caminho correto e assim “salvar” estes pobres “coitados”. Conforme pode ser visto abaixo:

Os pretinhos serranos fornecem-nos hoje matéria para duas notícias. E valha-nos ao menos isso no meio da grande pasmaceira que atravessa a nossa pacata villa, que não quer fornecer ao nosso repórter novidades que satisfaçam a curiosidade do leitor exigente. Eis o caso: Os ex escravizados dali, julgando-se com ampla liberdade de fazer o que quizerem, pois que agora governam os seus narizes, recusam-se a trabalhar, rejeitando propostas vantajosas que lhes são feitas. Levam vida vagabunda, mettidos em pandegas, armados e altaneiros para com os brancos. Ao sr. delegado de polícia recomendamos esses alegres rapazes, pois a vagabundagem deles pode trazer como consequência sérios distúrbios. A ignorância completa dessa pobre gente, mais do que a maos instinctos, deve-se atribuir a serie de desatinos que tem commettido, e a intervenção, prudente, do sr.delegado, addiccionada de bons conselhos, operará sem dúvida optimos resultados (O TAQUARYENSE, 1889, p.2).

Em outras notícias lidas, em especial as dos anos de 1887 e 1888, tem-se uma posição favorável do semanário à abolição, com palavras de elogios aos senhores que concediam alforrias e reprodução de trechos de discursos que defendiam a liberdade dos escravizados. Mas, nota-se, na publicação anterior, que o negro, então liberto, se tornava um problema social o que leva à dúvida sobre o discurso abolicionista do jornal. Sendo que o mesmo poderia estar vinculado às relações de amizade, favores, algo assim, com os proprietários da mão de obra escravizada em Taquari.

Um outro aspecto presente na notícia é a intervenção do delegado para resolver a “vagabundagem” dos libertos. Neste sentido, Neder (1997) salienta a modernização das cidades, as reformas urbanísticas, em especial no Rio de Janeiro, mas para além disso, deixa

claro a estratégia de controle social a ser projetada para a massa de ex-escravizados. Havia o *medo branco*, manifestado diante das possibilidades de expansão do espaço (político e geográfico) da população afro-brasileira. Perante isso, optou-se por um controle social para impedir que os ex-escravizados reivindicassem direitos e espaços. Pode-se relacionar tal ideia com a frase da notícia que diz que os “pretinhos serranos” andavam armados e arrogantes para com os brancos o que poderia gerar sérios problemas.

É possível observar na notícia, além dos aspectos já mencionados, a definição dos ex-escravizados como totalmente ignorantes, algo que seria motivo das práticas consideradas “perigosas” aos olhos do jornal e quem sabe da comunidade de Taquari. E quem ajudaria a dar bons conselhos seria o delegado do município que evitaria os problemas dos brancos. Percebe-se a preocupação com o espaço que este liberto ocuparia na sociedade branca e, de acordo com o exposto, seria de forma negativa e ruim. Desta maneira, era necessário fazer algo para que se garantisse a ordem social e a tranquilidade.

Segundo Costa (2015), com o fim da escravidão e a liberdade oficial dos negros teve início um período de muitas dificuldades e alguns atritos por causa das diferentes concepções de liberdade. Por um lado, as classes dominantes queriam que os ex-escravizados seguissem determinados padrões de vida e de trabalho, mas por outro lado, enquanto indivíduos, os negros traziam de suas experiências anteriores um aprendizado social de liberdade próprio e almejavam colocá-lo em prática.

De acordo com Mattos (1998), no mundo rural do sudeste os “vadios” se confundiam com os libertos e sua movimentação. Com isso, a repressão à vadiagem facilmente se transformava em coerção à liberdade dos ex-escravizados. Nos últimos meses do Império e na primeira década republicana, as ambiguidades e conflitos de ideias entre poder público e privado marcariam a experiência de ex-senhores e libertos. Nota-se que as explicações da autora se aproximam da concepção que se formava em torno dos libertos em Taquari quando se lê algumas notícias do Taquaryense.

Para Gomes e Domingues (2011), iniciou-se um debate entre monarquistas e republicanos no Rio de Janeiro sobre o liberto. Mais, precisamente sobre a participação política dos ex-escravizados, sendo que, em determinados momentos essa discussão se transformava em conflitos armados entre libertos e republicanos. Alguns segmentos sociais da época defendiam seus discursos a respeito da participação dos libertos na política, como os

abolicionistas, monarquistas e políticos republicanos. Estes evidenciavam seus interesses de um projeto que fosse disciplinador de trabalho e higiene para uma grande população de cor livre, constituída em boa parte por ex-escravizados. Mas, por outro lado, existia uma população negra que buscava constantemente redefinir os mecanismos de controle e da dominação sobre ela exercida.

Na publicação do dia 25 de março de 1889, o jornal informa: “Foram presas correccionalmente, por queixa articulada contra ellas, as crioulas Rita e Thereza, e a corneta da secção, por desobedecer a autoridade policial. Já foram soltos os melros” (O TAQUARYENSE, 1889, p.2). Neste caso, nota-se novamente a interferência policial para com as possíveis ex-escravizadas. Não é possível afirmar de fato se estavam livres, sabe-se que foram concedidas inúmeras cartas condicionais em Taquari com tempo de prestação de serviço variado. Também se desconhece os reais motivos que levaram à prisão das crioulas, além da desobediência ao policial evidenciada no conteúdo da notícia.

Na edição do mês de maio de 1889, O Taquaryense noticiou uma celebração religiosa que ocorreu em Taquari em comemoração à abolição da escravatura de 13 de maio de 1888. Com isso, repara-se a importância da data para o município, mas por outro lado, viu-se em outras notícias aqui citadas, que os libertos não eram vistos com bons olhos, nem pela comunidade e nem pelo jornal. Eis que:

Segunda-feira, 13 do corrente, terá lugar na igreja Matriz desta villa uma missa solemne, em comemoração ao primeiro aniversário da lei de 13 de Maio. Rogo a todos os cidadãos que com ella receberam a liberdade, e a todas as pessoas que quizerem contribuir para tão justo acto, o obsequio de mandarem suas esportulas, até o dia 1, ao abaixo assignado, que passará recibo (O TAQUARYENSE, 1889, p.2).

Foram publicadas mais notícias em alusão ao 13 de maio, mas a que mais o semanário deu destaque foi a de 15 de maio de 1889, em que se tem a grandiosidade dos festejos em Taquari, o envolvimento dos libertos na comemoração, a saudação à princesa Isabel e aos abolicionistas. Algo que pode ser notado na sequência:

[...] Reunidos à noite, em crescido número, os homens de côr e muitas pessoas gradas, fizeram um passeio cívico pelas ruas da villa, acompanhados da banda de música, ao estrugir de foguetes e à luz de fogos de Bengala. No trajecto foram levantados pelos libertos repetidos vivas à princeza d. Izabel e ao conselheiro João Alfredo. Em um dos extremos da rua Sete de Setembro usou da palavra por alguns momentos um dos cidadãos de côr, que concluiu a sua oração com aclamações à “nossa bela princeza”, como ele disse. A reunião foi dissolvida no Club Musical, onde tomaram a palavra os srs: João Alvim, para aconselhar os libertos a trilharem

sempre o caminho da honra, e terminou saudando a princesa imperial, conselheiro João Alfredo e a todos os abolicionistas, e Aprigio Baptista, que discorrendo criteriosamente sobre o mesmo assumpto, concitou os libertos a serem homens de bem, e terminou saudando o gabinete João Alfredo, como o vencedor da esplendorosa batalha [...] (O TAQUARYENSE, 1889, p.2).

Entre os aspectos que podem ser analisados na publicação do jornal, um em específico merece atenção, que foi o aconselhamento repassado aos libertos para que estes trilhassem o caminho do bem, o que em outras palavras, significa uma prevenção para que não perturbassem a tranquilidade branca. Desta maneira, a liberdade dos escravizados se apresentava como ameaça aos brancos, que estavam acostumados a manter estes indivíduos sob o cativeiro e com certo controle. Na continuidade, o caso de libertos no Rio de Janeiro que se revoltaram em grande número, algo parecido com a notícia abaixo e que os senhores de Taquari temiam. Expõe-se:

Do interior da província do Rio de Janeiro enviaram o seguinte telegrama para a Gazeta de Notícias, da corte: Cerca de 800 libertos, armados de cacetes, facas e garuchas, invadiram a villa de Padua, ameaçando os republicanos e antigos senhores, sem distinção de partido. Foram à estação esperar o dr. Laurindo Pitta, para massacrá-lo e continuam a ameaçar a todos os homens brancos. A população está armada. Tudo indica que começa a guerra por efeito do ódio de raça. Deram-se alguns ferimentos (O TAQUARYENSE, 1889, p.3).

A situação mencionada na notícia representa o que Silva (2009) escreve sobre a repressão à vadiagem que se fazia presente no Brasil com o advento da República. O autor comenta que os grupos populares entre os quais, as populações de negros migrantes da cidade do Rio de Janeiro demonstravam o tempo todo não aceitar o seu enquadramento em esquemas disciplinares e agiam com um entendimento muito próprio dos seus interesses. Observa-se que o contexto da República gerou momentos de vigia para com os negros libertos.

Gomes e Domingues (2011) mencionam que no caso do Rio de Janeiro, homens e mulheres negros, com base em sua tradição de luta e experiências da escravidão, procuravam depois da abolição, forjar novas experiências de liberdade. Os ex-escravizados queriam espaços de autonomia e liberdade em um mundo sem possuídos e possuidores. Os primeiros anos da República demonstraram que os políticos não pouparam esforços para submeter a população negra e pobre da corte em seu projeto.

Segundo Fausto (2000), a passagem do Império para a República se deu quase como um passeio, porém, os anos posteriores ao 15 de novembro de 1889 foram marcados por

incertezas. Existiam vários grupos que disputavam o poder com interesses distintos e opiniões divergentes em relação à organização da República. Os representantes políticos da classe dominante das principais províncias defendiam a ideia da República Federativa que poderia assegurar certa autonomia para as unidades regionais. Uma das regiões mais instáveis nos primeiros anos da República era o Rio Grande do Sul, com várias trocas no governo, sendo que dezessete governos se sucederam até a eleição de Júlio de Castilhos, em novembro de 1893.

Outra notícia veiculada pelo Taquaryense foi sobre as festas que ocorreram em Taquari para comemorar a abolição. No entanto, o conteúdo desta publicação se difere um pouco das outras que já foram citadas, em função de os libertos oferecerem um jantar para o cônego do município, à sociedade Lyra Taquaryense e para a redação do jornal O Taquaryense. O motivo seria um agradecimento pelas comemorações ao 13 de maio e o apoio à causa abolicionista. Segue:

A convite de uma comissão composta dos srs. Brocardo José dos Santos, Amaro Louredo, Agostinho Rosa e Manuel Ivo da Rosa, assistimos domingo, em casa do primeiro, a um jantar oferecido pelos homens de cor ao ver. Sr. cônego Tostes, à sociedade Lyra Taquaryense e à redação desta folha, como uma prova de gratidão ao desinteresse que tiveram os primeiros prestando-se gratuitamente à celebração das festas de 13 do corrente, e a nós pelo insignificantiíssimo auxílio que às mesmas prestamos. Não podendo comparecer o sr. conego Tostes, representou-o o sr. tenente Venancio G. de Oliveira. Encetando a série de brindes, o sr. Aprigio Baptista, como interprete da comissão promotora do jantar, manifestou que os homens de cor, gratos aos obsequiados pela parte que tomaram nos festejos do dia 13, e na carência absoluta de outro meio com que pudessem patentear essa gratidão, offerenciam-lhes por aquella forma um testemunho de quanto se achavam penhorados. Apontando os serviços prestados pelos obsequiados em prol da abolição, especialmente os do conego Tostes, cuja solicitude foi infatigável, o orador terminou erguendo saudações ao sr. conego Tostes, à Lyra e ao Taquaryense [...] (O TAQUARYENSE, 1889, p.2).

A partir do exposto acima, pode-se analisar que os chamados “homens de cor” que são evidenciados nesta notícia se diferem daqueles mencionados na notícia do dia 05 de fevereiro de 1889, em que foram considerados “vagabundos” e que poderiam causar desordens. Provavelmente estes negros libertos, que conseguiram promover um jantar aos defensores da abolição, possuíam condições financeiras que não condiziam com a de outros libertos, destes que ocupavam, por exemplo, as matas da Serra Geral. Novamente, ressalta-se a quantidade de publicações relacionadas ao 13 de maio e às diferentes ênfases dadas pelo periódico à questão dos alforriados.

As mudanças no trabalho agrícola também foram evidenciadas pelo jornal, que mencionou a transição do uso do trabalho escravizado para o trabalho livre, desencadeada pela Lei Áurea de 1888. Com isso, fez menção às escolas profissionais que ajudariam no ensino de novas técnicas para os cultivos que então passariam a ser colocados em prática. Conforme:

Depois do sublime acontecimento sociológico reflectido do decreto de 13 de Maio de 1888, operou-se no Brazil a transformação do trabalho agrícola, o qual passou das mãos do inconsciente escravo às do operário livre, e, em grande parte, colono que procura este paiz visando um futuro próspero e risonho. Esta mudança, tão rápida quão proveitosa vem levantar a agricultura nacional, que poderá emancipar-se e escapar das velhas e absurdas rotinas, desde que se lhe dê uma direção conveniente e sábia. Tornam-se por isso urgentes as escolas profissionais para exemplo das práticas úteis e rendosas, que devem ser realizadas nesta rápida evolução do trabalho [...] (O TAQUARYENSE, 1889, p.01).

Para Mertz, Grando e Targa (2007), três sistemas agrários no período de 1889 a 1930 se destacaram na economia agrária do Rio Grande do Sul. O primeiro e mais antigo era o da pecuária extensiva, baseada no latifúndio; o segundo se desenvolveu a partir da imigração e teve como base a agricultura familiar policultora e a pequena propriedade; já o terceiro sistema se baseava na agricultura comercial do arroz, bem como no arrendamento da terra aos pecuaristas. Os autores também salientam que o sistema produtivo das estâncias não sofreu grandes mudanças, houve melhoramento nos campos e as propriedades familiares, com os colonos europeus ocupando vastas florestas.

Pelas notícias lidas, observou-se uma em que o jornal fez referência a sua imparcialidade nos textos publicados, afirmando que era isento até da simples suspeita de partidarismo. Reforçando que havia recebido propostas vantajosas, mas que resolveu não aceitar ou somente em parte, entende-se que somente para publicação das atas, convites e avisos. Além disso, o periódico citou outros jornais que seriam também neutros, como Diário de Notícias e do Comércio. Pode-se ler o seguinte:

Nesse sentido nos entendemos com alguns cavalheiros e fizemos-lhes ver que, se aceitássemos a proposta, esse facto não importava em o Taquaryense tornar-se político, porque a sua direção continuaria a ser a mesma, isenta de parcialidade. Apontamos como exemplo o Paiz, Diário de Notícias, Gazeta de Notícias e Diário do Comércio, jornais neutros do Rio, cada um dos quais tem uma secção republicana, que o partido lhes paga e cuja responsabilidade assume, é uma fonte de receita que facilita muito a vida do jornalismo, ao mesmo tempo que é um meio barato de propaganda. Objectaram os cavalheiros que consultamos, que nem todos comprehenderiam isso e que ao lerem qualquer artigo de propaganda não procurariam saber se ele foi pago ou não, nem a sua procedência. Nestas condições,

e como queremos conservar este periódico isento até da simples suspeita de partidarismo, resolvemos não aceitar a proposta vantajosa que nos feita ou aceita-la em parte, só quanto à publicação das atas, convites, avisos, etc. Essa resolução já comunicamos à comissão por intermédio de um de seus membros (O TAQUARYENSE, 1889, p.1).

Sabe-se que o Partido Republicano lançou jornais no Rio Grande do Sul, com destaque para a Federação. Mas de acordo com o exposto acima, O Taquaryense não se considerava partidário, apesar de em outros momentos o periódico mencionar fatos publicados por jornais, como a Federação. Além de se ler muitos nomes de pessoas que estavam ligadas à política de Taquari em algumas publicações, pois alguns também eram proprietários de mão de obra escravizada. Na continuidade, apresenta-se uma notícia com um título que chama a atenção e que representa a exclusão social. Eis que:

Das informações colhidas pelo activo delegado de polícia, sr. Torquato Rebello, averiguou-se que o facto que noticiamos sob a epigraphe acima, foi oriundo do desleixo do coveiro, não envolvendo mysterio algum. A criança que serviu de pasto ao cão foi effectivamente o filho da crioula Benta. Convém que o coveiro seja repreendido para cumprir melhor os seus deveres, afim de evitar-se uma reprodução do facto tão repugnante quanto deshumano que noticiamos (O TAQUARYENSE, 1889, p.2).

A publicação revela o descuido e mais do que isso a discriminação social, sendo que a criança era filha de uma possível ex-escravizada de Taquari, desta forma, não era preciso ter cuidado no momento de enterrar. Em outra notícia que havia anunciado o fato, viu-se que a recém-nascida tinha sido sepultada do lado de fora do cemitério, em uma cova com um palmo de profundidade. Isso demonstra a pouca vontade do coveiro, mas acima de tudo a maneira como eram vistas as pessoas libertas e seus descendentes em um momento de imediato pós-abolição.

No dia 15 de novembro de 1889, o jornal traz a notícia que um grupo de libertos em uma cidade de Minas Gerais havia entrado na câmara municipal para dar fim às matrículas de trabalhadores e livros de registro civil. Diante desta atitude, foram repelidos pelo povo o que resultou em alguns ferimentos. Nesta data, tem-se a proclamação da República no Brasil, talvez tenha sido uma coincidência tal fato ou foi algo articulado pelos ex-escravizados. E, ao mencionar a República, o jornal também publicou a transição da forma de governo do país em suas páginas, como pode ser analisado abaixo:

Não transmitimos aos leitores uma novidade noticiando a súbita transformação por que acaba de passar o nosso paiz. Notícias como essa, de tanta magnitude para o povo, divulgam-se rapidamente, e sem nem uma folha diária pode ter a glória de a transmitir em primeiro lugar, menos o pode fazer um periódico. Todos sabem, portanto, que acaba de operar-se uma mudança radical no sistema de governo do Brazil: o advento, inesperado, da República. As circunstâncias que precederam a esse notável acontecimento, ou por outra, a causa que o apressou é por enquanto desconhecido entre nós [...] (O TAQUARYENSE, 1889, p.01).

Nessa edição, o jornal demonstra uma espécie de surpresa com a instauração do sistema republicano e em outra edição divulga como a Câmara de Vereadores de Taquari reagiu à mudança. Esta prestou o seu apoio com envio de telegramas aos líderes republicanos, e ao final da sessão os vereadores do município colocaram uma bandeira da República em frente ao prédio da Câmara. O Taquaryense:

Em sessão extraordinária, realizada ante-hontem perante um grande concurso de povo, a câmara municipal resolveu aderir e prestar todo o seu apoio ao governo da República. Foram expedido telegramas nesse sentido ao general Deodoro, Quintino Bocayuva, visconde de Pelotas, Ramiro Barcellos, Júlio de Castilhos e a outros agitadores da ideia republicana. Compareceram à reunião os srs. vereadores José Porfírio, presidente, João Bernardino, vice-presidente, S. Garcia, Fialho, Jacob Arnt e Capellão. Finda a sessão foi arvorada no edifício municipal a bandeira da república, ao som da Marselleza, vivas e foguetes de dynamite [...] (O TAQUARYENSE, 1889, p.02).

Na continuidade, o jornal entrevista um ex-escravizado chamado Manuel Victorino da Rosa, enfatizando aspectos de sua vida e de sua chegada até Taquari. Pela primeira vez se observa nas edições analisadas do Taquaryense, ou seja, de 1887 a 1890, a concessão de um espaço nas páginas do semanário para a divulgação da história de um indivíduo que tinha sofrido com a escravidão. Nota-se, pela notícia, que Manuel tinha uma idade bem avançada e isso pode ter chamado a atenção do periódico e também a sua situação social, quem sabe um pouco diferenciada dos demais ex-escravizados. Bem provável que o sobrenome Rosa tenha sido herdado de seu antigo proprietário. Eis que:

Existe neste município um preto, natural de Benguella, que diz ter cento e onze anos de idade. Chama-se Manuel Victorino da Rosa. Disse-nos que quando veio de Benguella, contando, então 14 annos, o navio q' o trazia encontrou-se com o que conduzia d. Diogo para Moçambique. Foi por muitos anos escravo de um tenente Manuel Carlos, da 1ª companhia do batalhão de caçadores, andando por Pernambuco, Rio de Janeiro, Santa Catharina e repúblicas do Prata. Quando veio para o Rio Grande do Sul, Porto Alegre era um lugarejo despovoado, que primava pela grande quantidade de unhas de gato que se espreguiçavam indolentes pelas hoje ruas da nossa bela capital. Teve em Porto Alegre um senhor que lhe maltratava muito. Obrigava-o a pôr a mão sobre um cepo para dar-lhe bolos, e estes não eram de boa farinha de milho, porque tem as mãos rebentadas. Desse seu ex-senhor, o

nosso macróbio conserva na testa, como inolvidável recordação, uma excrescência muito semelhante a lobinho, e que diz ele ser um osso quebrado. Esteve doente uma só vez em toda a sua longa existência, conserva-se forte e não parece disposto a abandonar cedo este mundo (O TAQUARYENSE, 1889, p.01 e 02).

Até o momento, o jornal apresentou notícias a respeito do negro liberto com diferentes enfoques, reparou-se que tratou de libertos “escondidos” na parte serrana de Taquari, criticou aqueles que estavam na “vagabundagem”, noticiou a prisão de “crioulas”, salientou o discurso religioso de apoio à abolição, a situação de libertos revoltados em outra cidade, o jantar oferecido por ex-escravizados, os festejos no município em função da assinatura da Lei Áurea, a história de vida de um liberto. Então, tem-se no ano de 1889 distintas publicações que abordaram a pós-emancipação e as suas influências no cotidiano de libertos que o periódico mencionou.

A respeito do ano de 1890, identificou-se três notícias que evidenciaram algo sobre a questão dos libertos, conforme pode ser notado no (QUADRO 14). Foram poucas publicações comparando-se com o ano de 1889, em que se localizou dezesseis notícias. Nas edições, notou-se que foi publicado em relação ao município de Taquari assuntos voltados para a estrada de ferro entre o município e Estrela, venda de terras, visita de Rodrigo Villanova (presidente da Província), telegramas da Câmara de Vereadores, composição da guarda nacional e venda de uma fazenda.

Quadro 14 - Publicações do jornal O Taquaryense de 1890

Assuntos	Número de notícias	Locais	Datas
Cor	2	São Paulo	05/03/1890 20/06/1890
Criada	1		25/03/1890
	Total: 3 notícias		

Fonte: Elaborado pela autora (2016).

A publicação do dia 05 de março de 1890 foi escolhida por apresentar um fato noticiado pelo Taquaryense, mas narrado pela folha de Campinas, que menciona um caso de um morador e sua encomenda de um menino Jesus para um fabricante italiano. No entanto, o

que o periódico quis evidenciar foi o fato de a encomenda vir na cor negra e, perante isso, a pessoa que tinha feito o pedido não gostou e devolveu o santo. O que se pode ler a partir de tal notícia é a repulsa à cor negra, em um período de pós-abolição. Lê-se:

Não é uma novidade dizer-se que na Europa fazendo nós uma ideia bem desagradável. Um facto recente vem confirmar isso, segundo noticia uma folha de Campinas. Eis o caso: Um morador do interior do estado de S. Paulo encomendou para a Itália um menino Jesus. O fabricante italiano, ao que parece, tem certas e determinadas noções históricas deste paiz e a seu ver isto não passa de uma nação em sua maioria pertencente à raça negra. Assim pensando, entendeu que para haver semelhança entre o proprietário e o santo, devia também este ser preto, e enviou um menino Jesus negro retinto! Ao receber o santo, o dono furioso e enviou-o para aquella cidade, afim de o encarnarem (O TAQUARYENSE, 1890, p.02).

A situação exposta pelo jornal faz com que se relacione às palavras de Lara (2012), quando menciona que na sociedade portuguesa e, sobretudo, na área colonial, a cor da pele foi incorporada à linguagem que traduzia visualmente as hierarquias sociais. Sendo a cor branca um sinal de distinção de liberdade, enquanto a pele mais escura uma associação direta ou indireta com a escravidão. Entende-se que a reação da pessoa que encomendou o santo esteja relacionada com o pensamento e a sociedade do final do século XIX. Na sequência, tem-se outra publicação que salienta uma situação vivenciada por uma senhora e sua “criada”. De acordo com o jornal:

Uma senhora que vivia sosinha com uma criada estava arranjando algumas joias, tendo um espelho defronte de si, quando de súbito viu no espelho a imagem de um homem que estava escondido debaixo de uma meza, oculto a todas as vistas, e cuja presença só pudera ser denunciada pelo espelho. A senhora empalideceu de terror, mas não soltou um grito. Viu, porém, que uma das mãos do homem tinha dois dedos de menos, e por esse signal conheceu que era um dos facinoras mais terríveis de que havia notícia. Não fez, porém, nem um gesto de terror. Chamou a criada, e disse-lhe severamente. – Vae ao meu joalheiro e dize-lhe que me mande os diamantes que lá tem, e são os meus diamantes mais ricos. Elle ficara de lhes mudar o engaste, mas realmente não me agrada tê-los muito tempo fora de casa. Que m’ os mande já por ti, estejam como estiverem. Olha! Espera, eu escrevo isso em um bilhete. Escreveu, é claro, não ao joalheiro, mas a um visinho pedindo-lhe por amor de Deus que viesse com a polícia [...] (O TAQUARYENSE, 1890, p.02).

O caso publicado representa, entre outros elementos, a posse pela senhora de uma criada, mas a notícia era de 25 de março de 1890, o que remete para quase dois anos depois da Abolição. Porém, o jornal publicava situações envolvendo o uso do trabalho escravizado em um momento que não deveria condizer mais com isso. Em outra notícia, apareceu novamente a folha de Campinas, periódico que antes já havia sido citado contando a encomenda do santo

negro. A situação agora é diferente, pois expõe o caso de um homem de cor preta que queria modificar a sua nacionalidade. Segue o caso:

Comunicaram a uma folha de Campinas: ‘José Pompeu, homem de cor preta, trabalhador na fazenda do cidadão Luciano Nogueira de Camargo, casou-se, diz ele, há tempo, com uma colona italiana e, como soubesse que os patrícios de sua mulher vinham à cidade recusar a nacionalidade brasileira, entendeu-se que o podia fazer também. Hontem (26 do passado) apresentou-se na secretaria da intendência municipal e ali declarou com o ar mais sério do mundo: - Eu quero declarar que sou italiano, porque entrei na família. Explicando-lhe o secretário que só recebia declarações de estrangeiros que recusarem a nacionalidade brasileira, em vista da lei, o novo italiano desistiu, a muito custo, de seu intento (O TAQUARYENSE, 1890, p.02).

O que se pode analisar da notícia acima é o casamento de um possível trabalhador liberto com uma mulher italiana, deixando evidente o contato que ocorreu em função da imigração de italianos em São Paulo, nas plantações de café, na segunda metade do século XIX. José Pompeu queria modificar a sua nacionalidade para a italiana, algo que lhe foi negado. Este caso apresenta uma situação diferenciada das outras que o Taquaryense publicou entre 1889 a 1890, sendo a única que trouxe o contato de um ex-escravizado com colonos europeus. Conhece-se o processo de mudança da mão de obra africana na economia cafeeira para o uso da mão de obra assalariada no período mencionado.

4.2 Os libertos e a paisagem social

Promulgada a Lei Áurea os escravizados então se tornaram livres, mas uma questão logo surge: estes libertos permaneceram nos mesmos espaços de trabalho e moradia ou buscaram outros para construírem suas vidas? Alguns pesquisadores apontam respostas para esta pergunta levando em conta as diferentes regiões em que o trabalho escravizado foi utilizado. Na medida do possível, buscou-se fazer algumas relações com a situação dos sujeitos libertos de Taquari, Estrela e Santo Amaro. Considerando-se os dados que se obteve nas fontes documentais que embasam toda a análise desta pesquisa.

Para Forman (2009), a mudança da lavoura escravista para um sistema de *plantation* sem escravos, entre 1888 e 1889, ocorreu com pouca ou sem alguma alteração nas relações estruturais no campo brasileiro, indicando que a transição do trabalho escravo para o trabalho livre já estava ocorrendo antes da Abolição. Os padrões de trabalho permaneceram quase

sempre os mesmos, só que agora os negros livres estavam ligados à terra por um sistema de débito e crédito (com recursos limitados e sem ter para onde ir). O que se percebeu em relação aos municípios de Taquari, Estrela e Santo Amaro foi a concessão de alforrias bem antes de 1888 e com a prestação de serviços para os mesmos senhores, algo que poderia levar à fixação destes escravizados nestes locais de trabalho até mesmo depois da extinção oficial da escravidão.

Segundo Weimer (2013), os ex-cativos no pós-emancipação se recusaram, em geral, a cumprir as cláusulas de prestação de serviço e dívidas de lealdade com os antigos senhores. Enfatizando que era comum no Brasil as reclamações para com a ingratidão dos libertos, sendo que muitos proprietários consideravam que prestavam uma espécie de favor aos escravizados. Com isso, tem-se uma outra visão dos contratos de serviços a partir do que o autor coloca, sendo necessário pensar, também, que as prestações de serviços em Taquari, Estrela e Santo Amaro podem não ter sido cumpridas como se exigia no momento do registro das cartas.

Em termos concretos, a liberdade alcançada com o fim legal da escravidão teve significados diferentes para ex-escravos urbanos e rurais, com habilitações profissionais ou “de roça”, assim como para homens e mulheres. Rios e Mattos (2004) enfatizam que foi diferente para ex-escravos que, como na Jamaica, eram majoritariamente africanos ou filhos destes, em relação àqueles que, como nos EUA, eram há várias gerações nascidos em terras americanas, ou ainda em Cuba e no Brasil, nas quais as várias situações se misturavam. Como também, para populações que mantinham laços de vizinhança, compadrio, amizade ou casamento.

Ao analisar as cartas de liberdade concedidas nos municípios pesquisados, no período de 1857 a 1888, constatou-se que a maioria das alforrias foi condicional e muitas avançaram em tempo de trabalho o 13 de maio de 1888. Então, no imediato pós-emancipação, é possível pensar que um grupo de escravizados permaneceu realizando suas atividades, como na produção de tábuas e erva-mate, que segundo Christillino (2004) era algo produzido em Taquari. Além disso, os Censos do RS apontam para os anos de 1862 e 1863 o plantio de trigo, arroz e batatas, entre outros, voltados para o meio rural.

Mallmann (2011) faz referência à produção de trigo e charque, bem como à agropecuária e tabaco em Santo Amaro. Christillino (2004) destaca o cultivo da erva-mate.

Desta maneira, os escravizados poderiam ter desenvolvido tarefas relacionadas com os cultivos citados, que, como pode ser visto, eram voltados para o meio rural. Relembrando que no ano de 1884, no município, foram concedidas duzentas e quarenta e três alforrias condicionais, um número significativo e que remonta para a continuidade do trabalho, além da abolição. No levantamento feito na documentação do APERS não se identificou os registros das atividades desempenhadas pelos escravizados de Santo Amaro.

Em relação ao município de Estrela, tem-se indicações de Gregory (2015), que salienta a extração de madeira de lei na Fazenda da Estrella e que, em 1876, a economia local se baseava no plantio do arroz, batata, feijão, entre outros alimentos. Tais informações remetem para o uso do trabalho escravizado no espaço rural, ressaltando-se que os documentos analisados por esta pesquisa não apresentaram dados a respeito das atividades dos escravizados de Estrela. O que se destaca no levantamento das alforrias concedidas no município foram um total de nove cartas condicionais e, como nos outros dois casos anteriores, supõe-se que houve a permanência por determinado período das tarefas desempenhadas aos ex-senhores.

Em outro momento deste texto já se frisou que Araújo (2011), em sua investigação, constatou que Taquari, entre 1872 e 1873, tinha 213 escravos urbanos (8%) e 2.449 escravos rurais (92%). Tentando fazer um paralelo com o que se conseguiu apurar nos documentos, viu-se que a maioria das atividades que os escravizados desenvolveram no município esteve atrelada ao meio rural, como a atividade de lavrador, campeiro, agricultor, roceiro e até mesmo a de serviço doméstico. Acredita-se que a única que se aproxima mais do espaço urbano, além também do serviço doméstico, tenha sido a atividade de marinho, tarefa realizada no porto do município.

Embora a vida dos ex-escravizados no pós-abolição se desenrolasse sem os incentivos governamentais para apoiá-los na liberdade, como aqueles dados a imigrantes e se perpetuassem os estereótipos negativos remanescentes da escravidão, algumas estratégias de sobrevivência vão sendo aos poucos descortinadas. Mudar o nome, mudar de fazenda, ir para centros urbanos e mesmo ficar onde se estava antes da Abolição (SILVA, 2009). Tais aspectos são interessantes e podem ter ocorrido com os libertos dos municípios em análise.

Cruz (2012) aborda o caso dos ex-escravizados do sul da Bahia e menciona que não houve uma considerável migração para outras regiões. A abolição estimulou o surgimento de

pequenos roceiros, muitos dos quais eram ex-escravizados que possuíam experiência no trato com a plantação por terem trabalhado no cultivo de cacauais durante a escravidão. Nesse sentido, o 13 de maio possibilitou aos libertos o cultivo de sua própria terra, e, por essa razão, os cronistas locais argumentariam que a abolição arruinou os fazendeiros.

As mudanças ocorridas a partir de um processo histórico, que foi o caso da escravidão no Brasil, em que se considera as movimentações dos libertos entre o meio rural e urbano, em específico, após a sua extinção, é que se busca uma relação com o conceito de paisagem. A paisagem pode ser definida como um cenário físico tal e como é conhecido pelos que habitam, vivem e se movem nela. Em outras palavras, é a percepção cultural, antrópica do meio natural. As paisagens são, portanto, um agregado de traços naturais, seminaturais e artificiais que dão caráter e diversidade na superfície terrestre e formam parte do suporte físico para o desenvolvimento das sociedades humanas. Os seres humanos não apenas habitam o meio como também criam seu próprio meio e, por consequência, constroem sua própria paisagem sociocultural (FRANCH, 1998).

As paisagens são reconhecidas como espaços físicos, onde os seres humanos interagem entre si. Essas podem apresentar elementos naturais e artificiais, modificados pelo homem. Não existe paisagem sem a presença deste, sendo, portanto, um produto cultural resultado da ação humana sobre o meio ambiente (SCHIER, 2003). Fazendo uma aproximação com o uso do trabalho escravizado, nota-se que este influenciou as paisagens, tanto rurais quanta urbanas. Pensando também que os libertos, a partir da transição entre estas duas paisagens ou a permanência em uma delas, construíram seus aspectos sociais e culturais.

Costa (2015), menciona, em dados de sua pesquisa sobre o município de São Carlos, em São Paulo, que a mudança do ambiente rural para o urbano esteve geralmente associada ao emprego das meninas e mulheres da família, pois, se nas fazendas suas ocupações se baseavam nos serviços domésticos ou em plantações, a cidade se apresentava com uma grande variedade de empregos, em casas de famílias ou nas fábricas, podendo ser também lavadeiras ou cozinheiras. A mesma autora enfatiza que a adaptação dos negros nesse novo ambiente foi marcada por diferentes tipos de preconceitos.

A respeito dos negros libertos no meio urbano, Costa (2015) salienta que exerceram diferentes ofícios, tais como o de pedreiro, carregador, cozinheira, lavadeira, entre outros. Além disso, os escravizados que habitavam a cidade e moravam com os seus senhores e que

eram responsáveis pelos serviços domésticos, também circulavam pelo centro urbano abastecendo a casa com água dos chafarizes, levando e trazendo roupas ou objetos de seus donos, carregando cestas de mantimentos próximos aos mercados. Ainda existiam os escravizados de ganho que exerciam diversas atividades na cidade, com serviços autônomos ou encomendados. E que, embora a maior parte trabalhasse nas lavouras, muitos circulavam nos centros urbanos.

Entre as várias discussões em torno do termo paisagem, Corrêa (2012) salienta que predomina entre os historiadores ambientais o enfoque da paisagem como um fenômeno visual e a tensão entre a sua objetividade e subjetividade. No entanto, existem inúmeras abordagens, e quase totalidade trata paisagem como um fenômeno visual, dentre eles, há aqueles que a reduzem à percepção. Tem aqueles que a definem como a percepção e a materialidade e outros a concebem como a materialidade. Existe quem a enfoca como uma relação subjetiva com o real, em que as mediações são diferentes, como o indivíduo, a cultura, o gênero, a classe.

Corrêa (2012) escreve sobre a análise de testemunhos que descrevem paisagens contempladas a distância ou que interagem com elas. As representações que se transformam no tempo e espaço, porém, o historiador latino-americano só consegue investigar a percepção do espaço de uma pequena parte da população, aquela que deixou documentos escritos e que, no máximo, consegue ter uma ideia de forma indireta, a partir de processos inquisitoriais ou policiais, indícios de outros modos de ver e quem sabe de sentir o mundo material, dos índios, dos africanos e da população pobre e iletrada.

Marquese (2008) comenta que o fim da escravidão propiciou a reconfiguração das relações de trabalho e uma profunda alteração na paisagem agrícola, pois o café, um arbusto africano que era trabalhado pelos escravizados e seus descendentes, havia feito do Vale do Paraíba uma região histórica. Na última década do século XIX, à medida que fazendeiros e ex-escravizados estabeleciam novos acordos nos sistemas de colonato e parceria, ganhava força um terceiro vetor de africanização da paisagem do Vale, que era o capim-gordura que provinha justamente do continente africano. De acordo com a explicação do autor, tem-se uma discussão de paisagem relacionada com o físico, algo que ficava evidente, diferentemente das outras concepções de paisagem voltadas para a subjetividade.

Para Mattos (1998), os libertos foram entregues à própria sorte, algo que seria extremamente complicado para idosos e órfãos. No contexto da época, salvo a remota possibilidade de uma distribuição de terras, que causou grande pânico entre os proprietários, a legislação especial que se esperava tinha como base a ideia de tutela do liberto pelo Estado, impondo a continuidade na *plantation* em condições que deveriam ser definidas pelos ex-senhores. Entre os jornais que criticaram isso, estava o Correio de Cantagalo, que dizia que depois da Abolição se tentava manter os “negros libertos” numa condição civil diferenciada dos demais homens livres.

Em relação às movimentações dos ex-escravizados depois da abolição nos municípios aqui analisados, Taquari, Estrela e Santo Amaro, mais precisamente os locais que alguns destes libertos poderiam ter se fixado, obteve-se algumas informações retiradas da bibliografia regional. Conforme pode ser visualizado na Figura 12, uma possível Comunidade Quilombola em Santo Amaro pode ser identificada, segundo os escritos de Mallmann (2011), no entanto, é algo que ainda necessita ser pesquisado.

Figura 12 - Provável Comunidade Quilombola em Santo Amaro



Fonte: Elaborado pela autora a partir do Google Earth (2016).

É importante ressaltar que existe uma Comunidade Quilombola reconhecida pela Fundação Cultural Palmares, desde 2003, no Vale do Taquari. Com a denominação de

comunidade São Roque, esta se localiza, como pode ser visto na Figura 13, no interior do município de Arroio do Meio/RS. De acordo com Kreutz et al. (2011), a comunidade de São Roque foi criada por um ex-escravizado conhecido como Vovô Theobaldo. As informações orais obtidas da senhora Araci da Silva, filha de Alcides Geraldo da Silva, Theobaldo teria feito parte de um quilombo chamado Moçambique. Após deixar este quilombo, teria se fixado por um período em Estrela, depois disso, teria partido para a localidade de São Roque, zona rural de Arroio do Meio, onde permaneceu até a sua morte, aos cento e doze anos.

A partir do exposto sobre a Comunidade São Roque, é possível pensar se o escravizado mencionado não tem relação com aqueles levantados nas fontes documentais. Não se sabe mais a respeito da origem do ex-escravizado Theobaldo, mas provavelmente possuía alguma ligação com os indivíduos nomeados em Taquari, Estrela e Santo Amaro. O que demonstra o quanto é necessário investigar o uso do trabalho escravizado na região, pois as informações que existem são poucas e quase inexistentes, fazendo com que a história deste grupo social seja desconhecida.

Figura 13 - Comunidade Quilombola São Roque em Arroio do Meio



Fonte: Elaborado pela autora a partir do Google Earth (2016).

Em ambas as figuras, percebe-se que tais comunidades se localizam em lugares afastados dos centros urbanos, no caso de Santo Amaro, possivelmente se aproxima de uma área de mata e lavoura. A comunidade São Roque, como pode ser visto, encontra-se em uma

zona rural e montanhosa, ficando afastada também do espaço urbano de Arroio do Meio. Salienta-se que a expressão “remanescentes”, segundo Carvalho e Costa Lima (2013), remete àquilo que fica, que resta ou subsiste, em outras palavras, seriam aquelas comunidades que ficaram, subsistiram, ou ainda, sobreviveram dos antigos quilombos.

Além da comunidade quilombola, já reconhecida de Arroio do Meio, e a possível comunidade de Santo Amaro, existem também outras três que podem ser núcleos remanescentes de escravizados, nos municípios de Lajeado, Estrela e Cruzeiro do Sul, como pode ser observado na (FIGURA 14). Tais locais necessitam ser investigados, o que se apresenta são possibilidades de formação destes núcleos, sabe-se de informações vagas sobre estes grupos, no entanto, de forma hipotética se acredita na ligação destas comunidades com os sujeitos identificados na documentação analisada nesta pesquisa. Provavelmente os ex-escravizados ou seus descendentes permaneceram em Taquari, Estrela e Santo Amaro e formaram as comunidades ou se deslocaram para outras localidades, que hoje são municípios do Vale do Taquari.

Figura 14 - Possíveis Comunidades Quilombolas no Vale do Taquari

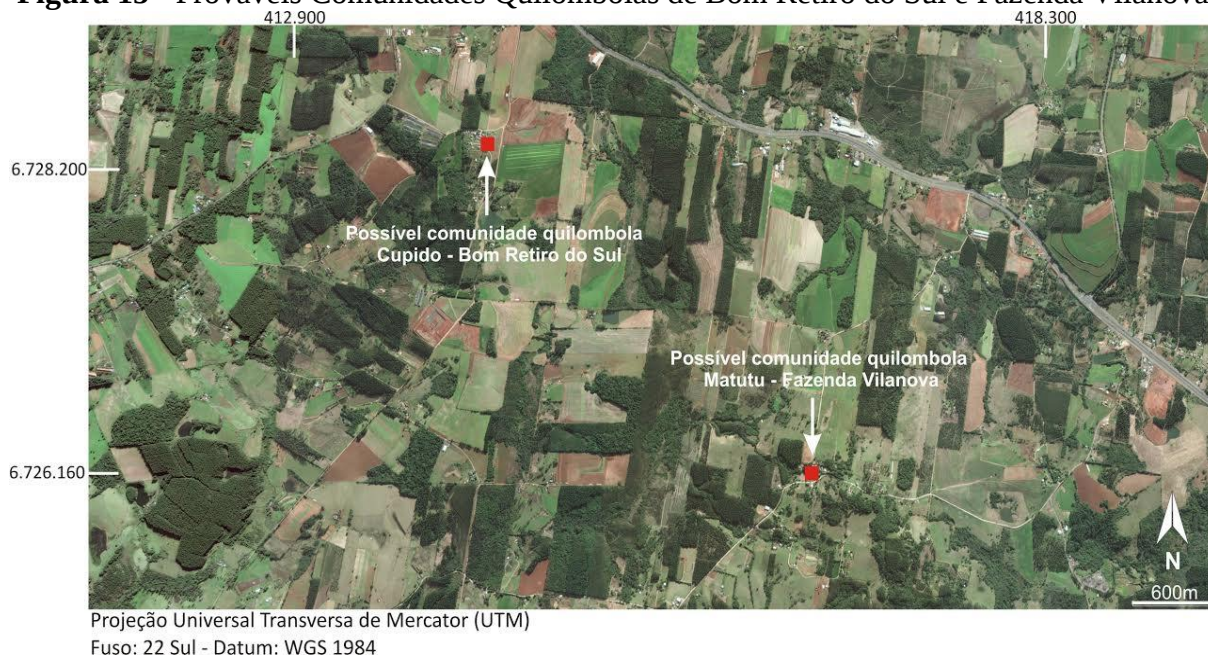


Na região do atual Vale do Taquari podem existir outras comunidades quilombolas do que aquelas mencionadas anteriormente, como por exemplo, a denominada Cupido ou Nova

Real, que se localiza no município de Bom Retiro do Sul, e a comunidade Matutu¹⁵ (“ouro preto” ou “tutu”), em Fazenda Vilanova (RUBERT, 2008; FARIAS, 2012). As possíveis localizações podem ser observadas nas Figuras 15 e 16, algo que necessita ser verificado de forma mais aprofundada. Neste momento, estão sendo salientadas como prováveis locais de remanescentes de escravizados.

É possível visualizar que os locais das supostas comunidades da Figura 15 estão em um espaço rural, próximas das matas, o que pode indicar a escolha por parte dos escravizados por lugares mais afastados e que eram considerados mais seguros. Tais aspectos da paisagem destas comunidades quilombolas possuem algumas semelhanças em relação ao afastamento do que hoje seriam os centros urbanos das sedes dos municípios destacados.

Figura 15 - Prováveis Comunidades Quilombolas de Bom Retiro do Sul e Fazenda Vilanova



Fonte: Elaborado pela autora a partir do Google Earth (2016).

¹⁵ Segundo, Farias (2012, p.114): “Considerando a reminiscência dos sobrenomes dos habitantes negros da localidade, antigamente, quando muitos dos seus ascendentes eram considerados objetos ou propriedades de seus senhores, também recebiam uma designação coligada à pessoa que era proprietária e a sua propriedade. Como por exemplo, assim como muitos outros de outras regiões do Brasil, há aqui os negros descendentes dos “Rosa”, que receberam o “Rosa” do sobrenome de Tristão Gomes da Rosa”.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Esta pesquisa teve como objetivo geral analisar o processo abolicionista e o pós-emancipacionista a fim de compreender as relações do trabalho escravizado, a ocupação e o manejo de novos espaços pelo negro liberto nos municípios de Taquari, Estrela e Santo Amaro. Elaborou-se a hipótese de que durante o processo abolicionista o escravizado esteve presente em maior contingente no meio rural, em função de dados oferecidos nas fontes documentais e bibliográficas. No pós-emancipação, acredita-se na continuidade das relações do trabalho entre o liberto e seu ex-senhor, considerando-se a duração dos contratos de serviços, do acesso a lavouras próprias e de possíveis movimentações entre o espaço rural e o urbano.

Nos capítulos três e quatro, apresentou-se os dados obtidos nos documentos da escravidão, entre eles, cartas de liberdade, compra e venda de escravizados, inventários, processos-crime e notícias do jornal O Taquaryense relativos ao processo abolicionista e pós-emancipacionista. Em ambos os capítulos, buscou-se a comprovação da hipótese por meio da análise e discussão dos dados coletados. O primeiro município a ser visto é Taquari. Para este se obteve um total de oitenta e nove alforrias no período de 1863 a 1887, em que quarenta e cinco cartas foram condicionais e quarenta e quatro incondicionais, ou seja, a maioria das alforrias impôs condições de prestações de serviços aos escravizados que continuaram a trabalhar para os seus senhores. Este resultado possibilita inferir que tais escravizados permaneceram em suas atividades por uma faixa de tempo baseada nas cláusulas da Lei de 1871, em torno de dois a sete anos. No entanto, alguns acompanharam seus proprietários até os seus falecimentos, aspecto que evidencia a continuidade da escravidão mesmo depois da promulgação da Lei Áurea.

A prática dos contratos de locação de serviços dos escravizados que prolongava a escravidão foi criticada pelo jornal *O Taquaryense*. Observou-se que as notícias que mencionavam as cartas condicionais não eram elogiadas pelo periódico, que defendia a liberdade plena. Nas publicações, percebeu-se o envolvimento do jornal com o contexto da Abolição, em especial, no ano de 1888, sendo que nos meses que antecederam o 13 de maio variadas foram as notícias veiculadas. Por outro lado, questionou-se o posicionamento favorável do semanário em relação ao abolicionismo por meio da divulgação da concessão de alforrias por parte de proprietários de Taquari, Estrela e Santo Amaro. Estes faziam parte de um grupo social que poderia pagar pelos anúncios das liberdades de seus escravizados e também tinha influências no cenário político e econômico da região. E, como se notou, o jornal fazia uma espécie de saudação para estes senhores que eram tidos como exemplos para o semanário.

Com a identificação de algumas atividades desempenhadas pelos escravizados de Taquari foi possível propor relações com o meio rural, a partir de tarefas como a de campeiro, lavrador, agricultor, roceiro, falquejador, carpinteiro, ferreiro, serrador, cavaleiro e jornaleiro. Acredita-se que a tarefa de ferreiro podia ser desenvolvida também no meio urbano, assim como a de jornaleiro (trabalho por jornada) e carpinteiro. Para o meio urbano, separou-se o serviço doméstico, de pedreiro, ferreiro, sapateiro e cozinheira. Estes resultados são uma pequena amostragem, pois não se conseguiu identificar as atividades dos escravizados de Estrela e Santo Amaro. Neste sentido, baseou-se também no levantamento de Araújo (2011) referente aos de 1872 e 1873, que traz para Taquari 213 escravos urbanos (8%) e 2.449 escravos rurais (92%). Atrelou-se a isso, a informação de que a principal atividade econômica do município em meados da década de 1850, segundo Christillino (2004), era a produção de tábuas de pinho, e a segunda mais importante era a extração da erva-mate.

Para Santo Amaro, obteve-se a quantidade de duzentos e quarenta e três cartas condicionais e dezenove cartas incondicionais, para o ano de 1884. Estes resultados se aproximaram com o que Krob (2015) comentou sobre o ano de 1884, no Rio Grande do Sul. Este se proclamava livre da escravidão tendo libertado, até tal data, praticamente todos os escravos da Província. O tempo de serviço delimitado nas alforrias, muitas vezes, ultrapassou o ano de 1888, o que comprova a continuidade do escravizado em seus lugares de trabalho. Em relação ao município de Estrela, o levantamento resultou em uma maior quantidade de alforrias condicionais, em um total de nove cartas, para o período de 1882 a 1886. Comparado

com Taquari e Santo Amaro, Estrela teve poucas liberdades, mesmo assim, foram significativas para a percepção da continuidade das atividades dos escravizados.

Os resultados obtidos com a análise do comércio da mão de obra escravizada contribuíram para o conhecimento da faixa etária, dos valores, do sexo e da demanda por trabalhadores, nos anos de 1857 a 1887. Viu-se que foram comercializadas duzentas e vinte e duas mulheres e duzentos e cinquenta e dois homens em Taquari, totalizando quatrocentos e setenta e quatro indivíduos. Com destaque para os cento e vinte e quatro menores de catorze anos que foram vendidos. Desta maneira, sabe-se em quais anos foram comprados e vendidos escravizados e as quantidades. Levou-se em conta que os dados fornecidos pelos documentos podem não representar a totalidade dos escravizados negociados. Salienta-se que não foi possível uma análise mais detalhada dos valores, porém, reparou-se que as idades estavam extremamente interligadas com os preços. Chama a atenção que Santo Amaro comercializou menos que Taquari, sendo oitenta e cinco escravizados, entre os anos de 1861 a 1885, além de trinta e duas mulheres e cinquenta e três homens. Estrela, por sua vez, apresentou dados de apenas dois anos (1883 e 1884) em que foram comercializados uma mulher e três homens.

A abordagem das designações da cor contribuiu para se debater as possíveis origens dos escravizados. Os resultados adquiridos na documentação apontaram para Taquari a quantia de cento e vinte seis pretos (africanos), cento e vinte e dois pardos (cor), cento e oitenta e dois crioulos (nascidos no Brasil), cabra (cor), três mulatos (cor). Em relação à origem, obteve-se vinte e seis referentes à Nação, Benguela, Moçambique e Costa. O que se destacou foi a designação crioulo, e com isso se tem uma parcela da origem dos escravizados de Taquari. Igualmente, procedeu-se para Santo Amaro e Estrela, no entanto, a quantia foi menor, com vinte e um crioulos, que possivelmente nasceram em Santo Amaro ou chegaram por intermédio da comercialização, além de vinte pretos e vinte pardos. Contou-se três relacionados à Nação e Congo. Em Estrela, as informações se referiram para o ano de 1880, com treze pretos (africanos) e sete pardos.

Outra análise realizada pela pesquisa, foi a faixa do tamanho de posse da mão de obra escravizada por parte de senhores dos três municípios, aqui evidenciados. Procurou-se contabilizar quantos escravizados cada senhor teve, assim, percebeu-se que a grande maioria possuía de um a cinco, ou seja, um total de setecentos e noventa proprietários. Os demais tiveram de seis a dez escravizados, totalizando cinquenta e sete senhores. Destacando-se que somente um proprietário possuiu mais que cinquenta escravizados. Então, no período entre

1857 a 1888, contabilizou-se oitocentos e setenta e quatro senhores e 2.302 escravizados, com a predominância do trabalho masculino. Conclui-se que existiu uma posse bem significativa de trabalhadores escravizados em Taquari, Estrela e Santo Amaro.

Em relação aos anos de 1857 a 1888, momento em que o sistema escravista estava em vigência e que se teve a aprovação de leis abolicionistas que culminaram com a Lei Áurea, obteve-se resultados extremamente significativos para Taquari, Estrela e Santo Amaro, pois desconhecia-se a quantidade de escravizados inseridos nestes três municípios no transcorrer do século XIX. A possibilidade do contato com os dados das cartas de alforrias, assim como o levantamento do número de senhores, o comércio e uma noção das atividades desempenhadas pelos escravizados, poderão contribuir para novas interpretações e discussões sobre a presença da escravidão no Vale do Taquari.

Destaca-se também o uso do trabalho escravizado por imigrantes alemães, algo visto e relacionado com os sobrenomes de alguns senhores. Como pode ser observado em alforrias do município de Estrela, quando, no ano de 1884, Pedro e Catarina Christ registraram a carta de liberdade de Pascoal, sendo que este precisou servi-los por mais quatro anos. Outro exemplo foi de João, que pertencia à Carolina Catarina Hoch. O escravizado necessitou trabalhar à senhora e seus sucessores por sete anos. E, Clementina, pertencente ao casal Adam e Catarina Mallmann, que permaneceu sete anos além do registro oficial de sua alforria. Estes dados contribuem para dizer que os imigrantes alemães também utilizaram o trabalho escravizado.

No que diz respeito ao pós-emancipação, em que parte da hipótese lançada menciona a continuidade das relações do trabalho entre o liberto e seu ex-senhor, adquiriu-se dados para comprovar parte de tal ideia, nas notícias do Taquaryense e em fontes bibliográficas. As publicações do periódico selecionadas corresponderam aos anos de 1889 a 1890. Nestas se levantou aspectos que remeteram para a situação do escravizado depois da promulgação da abolição oficial. Percebeu-se que nas publicações, em específico do ano de 1889, o jornal publicou a situação de libertos refugiados na mata, local este que seria a Serra Geral. Complementa-se com Faria (1981), cuja ideia é a de que Taquari em sua maior parte era constituído de imensas coxilhas, e nos seus limites com os municípios de Estrela e Montenegro se localizava a Serra Geral, com montes cobertos de bosques. Christillino (2004), por sua vez, comenta que na Serra Geral havia os ervais e que era para estes locais que se deslocava uma grande massa de lavradores expropriados ou expulsos pela pressão

demográfica fundiária, refugiados da Revolução Farroupilha e da justiça, como demais marginalizados sociais. Pode-se inferir que os libertos que buscavam refúgio na Serra Geral praticavam a extração da erva-mate. Além disso, viu-se a relação dos ex-escravizados com a ideia de vagabundagem, feita pelo Taquaryense, em que a liberdade poderia se tornar um problema social e que deveria ser combatido pelas autoridades policiais. Estes precisavam aconselhar os libertos, considerados ignorantes e colocá-los nos padrões da sociedade branca.

Leu-se notícias em comemorações ao 13 de maio de 1888, com libertos oferecendo jantar em agradecimento à campanha abolicionista do jornal e de outros indivíduos de Taquari, bem como a ênfase à história de vida de um ex-escravizado. Para o ano de 1889 o jornal apresentou, na maioria de suas publicações, a situação do negro liberto que ameaçava a ordem social estabelecida e que precisava ser conduzido para o caminho “certo”. A respeito do ano de 1890, observou-se notícias que não enfatizaram os libertos de Taquari, Estrela e Santo Amaro. Identificou-se, apenas três publicações, uma do caso de um escravizado de Campinas, em São Paulo; outra envolvendo a cor negra; e a última sobre o serviço doméstico praticado por uma escravizada.

No tocante às mudanças para outros espaços ou a permanência nestes pelos ex-escravizados, buscou-se embasamento em autores como Forman (2009), para quem a mudança da lavoura escravista para um sistema de *plantation* sem escravos, entre 1888 e 1889, ocorreu com pouca ou sem nenhuma alteração, nas relações estruturais no campo brasileiro, indicando que a transição do trabalho escravo para o trabalho livre estava ocorrendo antes da Abolição. Para analisar a realidade de Taquari, Estrela e Santo Amaro, salientou-se as informações de Mallmann (2011), que faz referência à produção de trigo e charque, bem como à agropecuária e tabaco para Santo Amaro. Desta forma, alguns libertos provavelmente permaneceram trabalhando em tais produções, sendo que ficou evidente em muitas alforrias a permanência dos libertos com seus senhores, algo, que ultrapassou o ano de 1888. Em todas as cartas de liberdade analisadas referentes aos três municípios se verificou condições de trabalho que não respeitaram a extinção da escravidão.

As possíveis movimentações e estabelecimento dos ex-escravizados em locais para o reinício da vida ou o seu começo foram aspectos detectados na bibliografia regional. Ressalta-se que são possibilidades de formação de comunidades com descendência escrava, a exemplo das comunidades quilombolas localizadas em Santo Amaro, Estrela, Lajeado, Cruzeiro do Sul, Bom Retiro do Sul e Fazenda Vilanova. Todos estes municípios surgiram a partir do

desmembramento de Taquari. Desta maneira, os ex-escravizados podem ter se deslocado e circulado em busca de possibilidades de lugares para viver ou permanecido nos mesmos locais que ocupavam antes do fim da escravidão, em 1888.

Com os resultados alcançados a partir dos dados obtidos na vasta documentação sobre o trabalho escravizado em Taquari, Estrela e Santo Amaro, conseguiu-se demonstrar algo fundamental, ou seja, a existência da escravidão nestes três municípios, bem como a identificação dos sujeitos que possuíram a mão de obra escravizada e aqueles que foram escravizados, além do envolvimento de um jornal local, no caso, O Taquaryense, com a causa abolicionista. Com isso foi possível realizar a análise do contexto dos anos de 1887 a 1890, tanto em Taquari como em outras regiões. A mistura dos dados das fontes documentais com o aporte teórico fez com que se debatesse e analisasse o uso do trabalho escravizado.

Por fim, é preciso falar da importância deste estudo que buscou por aqueles que serviram à casa grande, que cozinham para os senhores e se alimentaram de suas sobras, que dormiram no aperto de uma senzala, que cuidaram das plantações e dos filhos de quem lhes castigava brutalmente, que perderam ou nasceram sem a liberdade, mas que em algum momento resistiram ao domínio e conseguiram amenizar um pouco do sofrimento de ter que obedecer às vontades de um dono. Com estas palavras, é que se pensa na escravidão que é silenciada em muitos lugares, em específico, nos municípios estudados, porém, amplia-se para a região do Vale do Taquari, região esta que sempre evidenciou as contribuições da imigração europeia para o seu desenvolvimento econômico, deixando de lado a presença negra.

A possibilidade de trazer à tona os indivíduos escravizados, possibilitou conhecer os Justinos, Antônio, Beneditos, Evas, Inácias, Marias, pardas, crioulas, africanos, pretas e pretos. Aqueles com mais de sessenta anos ou com alguns meses de vida, carpinteiros, ferreiros e lavradores. São estes que precisavam ser vistos e ainda há tanto para desvendar, o que demonstra que este foi o começo de uma pesquisa que possibilita muitas outras. Desta forma, conclui-se que este trabalho também é relevante para os debates propostos pelas ciências ambientais, no que diz respeito às problemáticas sociais e a luta pela cidadania.

REFERÊNCIAS

A LEI E OS CONTRACTOS. **O Taquaryense**, Taquari, p.01, 20 mai.1888.

ADHESÃO-REGOSIJO. **O Taquaryense**, Taquari, p.01, 20 nov.1889.

AHLERT, Lucildo; GEDOZ, Sirlei T. Povoamento e desenvolvimento econômico na região do Vale do Taquari, RS – 1822 a 1930. **Estudo & Debate**, Lajeado, ano 8, n. 1, 2001.

AINDA OS “PRETINHOS”. **O Taquaryense**, Taquari, p.02, 05 fev.1889.

ÁLBUM do cinquentenário de Estrela. **Histórico**, Estrela. Disponível em: <<http://www.opaladino.com.br/cinquentenario.html>>. Acesso em: 23 set. 2016.

ALMEIDA, Kátia L. N. **Alforrias em Rio de Contas** – Bahia Século XIX. 2006. 174 f. Dissertação (Mestrado em História) – Universidade Federal da Bahia, Salvador, 2006. Disponível em: <<https://repositorio.ufba.br/ri/bitstream/ri/11263/.../Dissertacao%20Katia%20Lorenaseg.p>>. Acesso em: 06 out. 2016.

AO PÚBLICO. **O Taquaryense**, Taquari, p.01, 15 jul.1889.

ARAÚJO, Thiago L. **Escravidão, fronteira e liberdade**: políticas de domínio, trabalho e luta em um contexto produtivo agropecuário (vila da Cruz Alta, província do Rio Grande de São Pedro, 1834-1884). 2008. 333 f. Dissertação (Mestrado em História) – Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2008.

_____. Economia, população e escravidão: tráfico interprovincial no contexto de uma vila rio-grandense na segunda metade do século XIX. In: ENCONTRO ESCRAVIDÃO E LIBERDADE NO BRASIL MERIDIONAL, 4, 2009, Curitiba. **Anais...** Curitiba, UFPR, 2009. Disponível em: <www.escravidaoeliberdade.com.br/site/images/Textos4/thiagoleitaoaraujo.pdf>. Acesso em: 10 set. 2016.

_____. Novos dados sobre a escravidão na província de São Pedro. In: ENCONTRO ESCRAVIDÃO E LIBERDADE NO BRASIL MERIDIONAL, 5, 2011, Porto Alegre. **Anais...** Porto Alegre, UFRGS, 2011. Disponível em: <<http://www.escravidaoeliberdade.com.br/site/images/Textos5/araujo%20thiago%20leito%20de.pdf>>. Acesso em: 29 set. 2016.

ARIZA, Marília B. A. **O ofício da liberdade: contratos de locação de serviços e trabalhadores libertandos em São Paulo e Campinas (1830-1888)**. 2012. 221 f. Dissertação (Mestrado em História) – Universidade de São Paulo, São Paulo, 2012.

ARQUIVO Histórico de Lajeado. **Vó Brazelina Alves e seu neto Miro da Silva**. Lajeado, 1945.

ASSUMPÇÃO, Jorge E. Idade, sexo, ocupação e nacionalidade dos escravos charqueadores (1780-1888). **Revista Estudos Ibero-Americanos**, Porto Alegre, p. 29-46, jul./dez. 1990.

ASTÚCIA. **O Taquaryense**, Taquari, p.02, 25 mar.1890.

AVÉ-LALLEMANT, Robert. **Viagem pela província do Rio Grande do Sul**. São Paulo: Editora da USP, 1980.

BAKOS, Margaret M. Sobre a mulher escrava no Rio Grande do Sul. **Revista Estudos Ibero-Americanos**, Porto Alegre, p. 29-46, jul./dez. 1990.

BARBOSA, Marialva. **História cultural da imprensa: Brasil, 1900-2000**. Rio de Janeiro: Mauad X, 2007.

BARDIN, Laurence. **Análise de conteúdo**. São Paulo: Edições 70, 2011.

BERUTE, Gabriel S. O tráfico negreiro na Província de São Pedro do Rio Grande do Sul e a perspectiva da proibição do tráfico atlântico de escravos, 1826-1831. In: ENCONTRO ESCRAVIDÃO E LIBERDADE NO BRASIL MERIDIONAL, 4, 2009, Curitiba. **Anais...** Curitiba, UFPR, 2009. Disponível em: <<http://www.escravidaoliberdade.com.br/site/images/Textos4/gabrielberute.pdf>>. Acesso em: 23 out. 2016.

_____. Rio Grande de São Pedro do Sul, c. 1790 – c.1830: tráfico negreiro e conjunturas atlânticas. In: XAVIER, Regina C.L. (Org.). **Escravidão e liberdade: temas, problemas e perspectivas de análise**. São Paulo: Alameda, 2012.

BOURDIEU, Pierre. A influência do jornalismo. In: BOURDIEU, Pierre (Org.). **Sobre a televisão**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1997.

BRASIL. Decreto nº 5.135, de 13 de novembro de 1872. Aprova o regulamento geral para a execução da lei nº 2.040 de 28 de setembro de 1871. **Coleção de Leis do Império do Brasil**. Disponível em: <<http://www2.camara.leg.br/legin/fed/decret/1824-1899/decreto-5135-13-novembro-1872-551577-publicacaooriginal-68112-pe.html>>. Acesso em: 11 de out. 2016.

BRASIL. Lei nº 2.040, de 28 de setembro de 1871. Declara a condição de livre os filhos de mulher escrava que nascerem desde a data desta lei... **Coleção de Leis do Império do Brasil**. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/LIM/LIM2040.htm>. Acesso em: 11 de out. 2016.

BUBLITZ, Juliana. Desmatamento civilizador: a História Ambiental da colonização europeia no Rio Grande do Sul (1824-1924). In: ENCONTRO DA ANPPAS, 3, 2006, Brasília. **Anais...** Brasília, 2006. Disponível em:

<www.anppas.org.br/encontro_anual/encontro3/.../TA604-01032006-134852.PDF>. Acesso em: 25 set. 2016.

CARDOSO, Raul R. S. Antônio José de Moraes: notas sobre a trajetória de um cirurgião português no Brasil meridional no século XIX. In: ENCONTRO PESQUISAS HISTÓRICAS – PUCRS, 1, 2014, Porto Alegre. **Anais...** Porto Alegre, PUCRS, 2014. Disponível em: <revistaseletronicas.pucrs.br/ojs/index.php/oficinadohistoriador/article/.../12089>. Acesso em: 11 set. 2016.

CARATTI, Jônatas M. **O solo da liberdade**: as trajetórias da preta Faustina e do pardo Anacleto pela fronteira rio-grandense em tempos do processo abolicionista uruguaio (1842-1862). São Leopoldo: Oikos, 2013.

CARTEIRA. **O Taquaryense**, Taquari, p.02, 25 jan. 1889.

CARVALHO, Roberta M. A.; COSTA LIMA, Gustavo F. Comunidades quilombolas, territorialidade e a legislação no Brasil: uma análise histórica. **Revista de Ciências Sociais**. Paraíba, n. 39, p. 329-346, 2013. Disponível em: <<http://periodicos.ufpb.br/index.php/politicaetrabalho/article/viewFile/12745/9962>>. Acesso em: 27 out. 2016.

CASTILHO, Celso; COWLING, Camillia. Bancando a liberdade, popularizando a política: abolicionismo e fundos locais de emancipação na década de 1880 no Brasil. **Revista Afro-Ásia**, Bahia, n. 47, p. 161-197, 2013.

CASTRO Alves. Biografia de Castro Alves. **Ebiografia**. Disponível em: <https://www.ebiografia.com/castro_alves/>. Acesso em: 23 set. 2016.

CASTRO, Hebe M. M. **Das cores do silêncio**. Os significados da liberdade no sudeste escravista. Brasil século XIX. Rio de Janeiro: Arquivo Nacional, 1993.

CHRISTILLINO, Cristiano L. **Estranhos em seu próprio chão**: o processo de apropriações e expropriações de terras na província de São Pedro do Rio Grande do Sul (O Vale do Taquari no período de 1840-1889). 2004. 374 f. Dissertação (Mestrado em História) – Universidade do Vale do Rio dos Sinos, São Leopoldo, 2004.

_____. A Lei de Terras e a transição ao capitalismo no Brasil no XIX: uma análise micro dos efeitos da Lei sobre a afirmação da propriedade. In: ENCONTRO REGIONAL DE HISTÓRIA, 12, 2006, Rio de Janeiro. **Anais...** Rio de Janeiro, UFF, 2006. Disponível em: <http://www.rj.anpuh.org/conteudo/view?ID_CONTEUDO=303>. Acesso em: 17 mai. 2016.

_____. A tensão nos ervaais: a resistência dos homens livres e pobres frente ao avanço da imigração no Rio Grande do Sul. **Saeculum – Revista de História**, João Pessoa, n. 18, p. 143-159, jan./jun. 2008.

_____. O mato rebelde: a resistência do homem livre e pobre frente ao avanço da colonização no Rio Grande do Sul. **Coletâneas do Nosso Tempo**, Rondonópolis, ano 7, n. 8, p. 87-111, 2008.

_____. **Litígios ao sul do Império:** a Lei de Terras e a consolidação da Coroa no Rio Grande do Sul (1850-1880). 2010. 353 f. Tese (Doutorado em História) - Universidade Federal Fluminense, Niterói, 2010.

COLÔNIAS AGRÍCOLAS. **O Taquaryense**, Taquari, p.02, 10 jun. 1888.

COMISSÃO ABOLICIONISTA. **O Taquaryense**, Taquari, p.02, 25 nov. 1887.

COMISSÃO ABOLICIONISTA. **O Taquaryense**, Taquari, p.03, 25 out. 1887.

CORRÊA, Dora S. História Ambiental e a paisagem. **HALAC**, Belo Horizonte, n.1, v.2 p. 47-69, set./fev. 2012. Disponível em: <revistas.unicentro.br/index.php/halac/article/download/3405/2453>. Acesso em: 19 out. 2016.

CORREA, Sílvia M. S.; BUBLITZ, Juliana. **Terra de promessa:** uma introdução à eco-história da colonização do Rio Grande do Sul. Passo Fundo: UPF Editora/ Santa Cruz: EDUNISC, 2006.

COSTA E SILVA, Riograndino. **São José de Taquari:** A história de minha terra. Porto Alegre: Edições Flama, 1972.

COSTA, Natalia A. **Espaços negros na cidade do pós-Abolição.** São Carlos, um estudo de caso. 2015. 159 f. Dissertação (Mestrado em Arquitetura e Urbanismo) – Universidade de São Paulo, São Paulo, 2015.

CRUZ, Ronaldo L. **Conflitos e tensões:** conquistas de escravizados e libertos no sul da Bahia, 1880-1900. 2012. 120 f. Dissertação (Mestrado em História) – Universidade Estadual Paulista, São Paulo, 2012.

DEVORADA POR UM CÃO! **O Taquaryense**, Taquari, p.01, 25 ago. 1889.

DIAS, Guilherme; SOARES, André L. R. Educação Patrimonial na vila de Santo Amaro do Sul, RS; Resgate do Patrimônio Imaterial e levantamento do Patrimônio Histórico. In: ENCONTRO SOBRE PATRIMÔNIO CULTURAL, 10, 2007, Itajaí. **Anais...** Itajaí, 2007. Disponível em: <jararaca.ufsm.br/websites/nep/download/TExtos/snt.%20amaro3.pdf>. Acesso em: 10 set. 2016.

DIÓRIO, Renata R. **As marcas da liberdade:** trajetórias sociais dos libertos em Mariana na segunda metade do século XVIII. 2007. 198 f. Dissertação (Mestrado em História) – Universidade de São Paulo, São Paulo, 2007.

DISCURSO. **O Taquaryense**, Taquari, p.01, 15 out. 1887.

DOCUMENTOS HISTÓRICOS. **Estatística e Sociedade**, Porto Alegre, n.1, 2011. Disponível em: <http://seer.ufrgs.br/estatisticaesociedade>. Acesso em: 04 de out.2016.

DUPONT, Nair T. J. **Paverama:** ontem e hoje. Porto Alegre: Evangraf, 2012.

ECHOS E REFLEXOS. **O Taquaryense**, Taquari, p.01, 20 abr.1888.

ECKERT, José P. **O povo dos herveiros – entre o extrativismo e a colonização (Santa Cruz, 1850 – 1900)**. 2011. 187f. Dissertação (Mestrado em História) – Universidade do Vale do Rio dos Sinos, São Leopoldo, 2011.

EIFLER, Ellen W. **Bom Retiro do Sul: sua história... sua vida**. Porto Alegre: FEPLAM, 1992.

ELMIR, Cláudio P. As armadilhas do jornal: algumas considerações metodológicas de seu uso para a pesquisa histórica. **Cadernos do PPG em História da UFRGS**, Porto Alegre, n.13, p.19-29, 1995.

ESTRELLA. **O Taquaryense**, Taquari, p.02, 15 out. 1887.

FARIA, Octávio A. **Monografia do município de Taquari**. Instituto Estadual do Livro, 1981.

FARIAS, Jovani. **Fazenda Vilanova sua história**. Lajeado: Editora da Univates, 2012.

FAUSTO, Boris. **História do Brasil**. 8.ed. São Paulo: EDUSP, 2000.

FERRI, Gino. **História do Rio Taquari – Antas**. Encantado: Grafen Gráfica, 1991.

FLORENTINO, Manolo. **Em costas negras: uma história do tráfico de escravos entre a África e o Rio de Janeiro (séculos XVIII e XIX)**. São Paulo: Companhia das Letras, 1997.

FORMAN, Shepard. Além da casa-grande e da senzala: um campesinato no Brasil. In: FORMAN, Shepard (Org.). **Camponeses: sua participação no Brasil**. Rio de Janeiro, 2009. p. 32-51. Book. Disponível em: <<https://books.google.com.br/books>>. Acesso em: 13 out. 2016.

FRANCH, José A. **Diccionario de Arqueología**. Madrid: Alianza Editorial, 1998.

FRANZ, Eloisa. **O Negro Taquariense: do escravismo ao abolicionismo**. 2009. 91f. Monografia (Graduação) - Centro Universitário UNIVATES, Lajeado, 2009.

FREITAS, Décio. **O escravismo brasileiro**. Porto Alegre: Mercado Aberto, 1982.

FUNDAÇÃO DE ECONOMIA E ESTATÍSTICA. **De Província de São Pedro a Estado do Rio Grande do Sul - Censos do RS 1803-1950**. Porto Alegre, 1981. Disponível em: <<http://www.fee.rs.gov.br/wp-content/uploads/2014/03/20140325de-provincia-ide-sao-pedro-a-estado-do-rs-vol-2-1984.pdf>>. Acesso em: 08 out. 2016.

FURTADO, Júnia F. A morte como testemunho da vida. In: PINSKY, Carla Bassanezi; LUCA, Tania R. (Orgs.). **O historiador e suas fontes**. São Paulo: Contexto, 2015.

GERHARDT, Marcos. **História ambiental da colônia Ijuhy**. Ijuí: Editora Unijuí, 2009. _____. História ambiental, colonização e genealogia. **Revista História: Debates e Tendências**, Passo Fundo, v. 14, n. 1, p. 124-140, 2014. Disponível em: <eer.upf.br/index.php/rhdt/article/download/4170/2695>. Acesso em: 23 set. 2016.

GOOGLE Earth. Disponível em: <<http://www.google.com/earth/>>. Acesso em: 24 ago. 2016.

GOMES, Flávio; DOMINGUES, Petrônio. **Experiências da emancipação**: biografias, instituições e movimentos sociais no pós-abolição (1890-1980). São Paulo: Selo Negro, 2011.

GRAEBIN, Cleusa M.G. Vida cotidiana dos açorianos pelas freguesias e caminhos. In: BOEIRA, Nelson; GOLIN, Tau (Orgs.). **História Rio Grande do Sul** – Colônia. Passo Fundo: Méritos, 2006.

GREGORY, Josemir J. **Fazenda da Estrella**: Um estudo de caso envolvendo posse territorial e negociações no sul do Brasil durante o século XIX. 2015. 54 f. Monografia (Graduação) – Curso de História, Centro Universitário UNIVATES, Lajeado, 2015.

GRINBERG, Keila. A História nos porões dos arquivos judiciais. In: PINSKY, Carla Bassanezi; LUCA, Tania R. (Org.). **O historiador e suas fontes**. São Paulo: Contexto, 2015.

HEINEN, Joana P. Dei-lhes as bênçãos segundo o rito da igreja: casamentos em Santo Amaro do Sul - 1775 a 1800. In: ROSA, Angelita; MARTINS, Gabriella B.; BARROSO, Véra L. M. (Orgs.). **Arquitetando Santo Amaro a partir de suas raízes**. Venâncio Aires: Traço, 2008.

HESSEL, Lothar F. **O município de Estrela**: história e crônica. Porto Alegre: Editora UFRGS, 1983.

INTERESSANTE. **O Taquaryense**, Taquari, p.01, 05 jan.1888.

JANTAR. **O Taquaryense**, Taquari, p.02, 30 mai. 1889.

KARASCH, Mary C. **A vida dos escravos no Rio de Janeiro (1808-1850)**. São Paulo: Companhia das Letras, 2000.

KARNAL, Leandro; TATSCH, Flavia G. A memória evanescente. In: PINSKY, Carla Bassanezi; LUCA, Tania R. (Org.). **O historiador e suas fontes**. São Paulo: Contexto, 2015.

KREUTZ, Marcos R.et al. **Arroio do Meio**: entre rios e povos. Lajeado: Editora da Univates, 2011.

KROB, Bruna E. Com a condição de servir gratuitamente a mim ou a meus herdeiros: alforrias, contratos e experiências de trabalho dos libertos em Porto Alegre entre 1884 e 1888. In: ENCONTRO ESCRAVIDÃO E LIBERDADE NO BRASIL MERIDIONAL, 7, 2015, Curitiba. **Anais...** Curitiba, UFPR, 2015. Disponível em: <www.escravidaoeliberdade.com.br/congresso/index.php/E-L/7/paper/view/122/54>. Acesso em: 29 set. 2016.

KÜHN, Fábio. **Breve história do Rio Grande do Sul**. 4.ed. Porto Alegre: Leitura XXI, 2011.

LAMOUNIER, Maria L. O trabalho sob contrato: a Lei de 1879. **Revista Brasileira de História**, São Paulo, v. 6, n.12, p.101-124, 1986. Disponível em: <www.anpuh.org/arquivo/download?ID_ARQUIVO=3630>. Acesso em: 12 mai.2016.

LARA, Sílvia H. No jogo das cores: liberdade e racialização das relações sociais na América portuguesa setecentista. In: XAVIER, Regina C. L. (Org.). **Escravidão e Liberdade: temas, problemas e perspectivas de análise**. São Paulo: Alameda, 2012.

LIBERDADE plena. **O Taquaryense**, Taquari, p.02, 05 jan. 1888.

LIBERDADE plena. **O Taquaryense**, Taquari, p.03, 20 mar. 1888.

LIBERDADE. **O Taquaryense**, Taquari, p. 01, 05 set. 1887.

LIBERDADE. **O Taquaryense**, Taquari, p.02, 15 set. 1887.

LIBERTAÇÕES. **O Taquaryense**, Taquari, p.02, 15 jan. 1888.

LOPEZ, Luiz R. **História do Brasil imperial**. Porto Alegre: Mercado Aberto, 1982.

MACHADO, Maria H. **O plano e o pânico**. Os movimentos sociais na década da abolição. Rio de Janeiro: EDUSP, 1994.

MACROBIO. **O Taquaryense**, Taquari, p.01 e 02, 28 dez.1889.

MAESTRI FILHO, Mario. **O escravo no Rio Grande do Sul: a charqueada e a gênese do escravismo gaúcho**. Caxias do Sul: EDUCS, 1984.

MAESTRI, Mário. Considerações sobre o cativeiro do “Negro da Terra” no Brasil quinhentista. **Revista Estudos Ibero-Americanos**, Porto Alegre, p. 29-46, jul./dez. 1990.

MALLMANN, Marcelo A. Fé e integração social: a participação dos negros livres nos festejos religiosos de Santo Amaro do Sul. In: ROSA, Angelita; MALLMANN, Marcelo A. (Orgs.). **O patrimônio da fé: Santo Amaro do Sul**. Venâncio Aires: Traço, 2011.

_____. Santo Amaro do Sul: da importância estratégica do período colonial ao abandono econômico e político da atualidade. In: ROSA, Angelita; MALLMANN, Marcelo A. (Orgs.). **O patrimônio da fé: Santo Amaro do Sul**. Venâncio Aires: Traço, 2011.

MARQUESE, Rafael B. Diáspora africana, escravidão e a paisagem da cafeicultura no Vale do Paraíba oitocentista. **Almanack Braziliense**, São Paulo, n.7, p.138-152, mai. 2008. Disponível em: <<http://www.revistas.usp.br/alb/article/view/11686/13457>>. Acesso em: 27 out. 2016.

MATTOS, Hebe M. **Das cores do silêncio: os significados da liberdade no Sudeste escravista, Brasil Século XIX**. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1998.

_____. “Remanescentes das comunidades dos quilombos”: memória do cativeiro e políticas de reparação no Brasil. **Revista USP**, São Paulo, n.68, p.104-111, dez./fev. 2005/2006. Disponível em: <<http://www.usp.br/revistausp/68/09-hebe-mattos.pdf>>. Acesso em: 10 out. 2015.

MATTOSO, Kátia M. Q. **Ser escravo no Brasil**. São Paulo: Brasiliense, 1982.

MENDONÇA, Joseli M. N. Livres e obrigados: experiências de trabalho no centro-sul do Brasil. In: XAVIER, Regina C. L. (Orgs.). **Escravidão e liberdade: temas, problemas e perspectivas de análise**. São Paulo: Alameda, 2012.

MENEZES, Lucas. A Corte Portuguesa e o urbanismo colonial no Brasil. In: JORNADAS INTERESCUELAS DE HISTÓRIA, 14, 2013, Mendoza. **Anais...** Mendoza, Universidad Nacional de Cuyo, 2013. Disponível em: <<http://cdsa.aacademica.org/000-010/105.pdf>>. Acesso em: 17 set.2016.

MENINO JESUS...PRETO. **O Taquaryense**, Taquari, p.02, 05 mar. 1890.

MERTZ, Marli; GRANDO, Marinês Z.; TARGA, Luiz R. P. A agricultura: a organização dos sistemas agrários. In: BOEIRA, Nelson; GOLIN, Tau (Orgs.). **República Velha (1889-1930)**. Passo Fundo: Méritos, 2007.

MONSMA, Karl. Escravidão nas estâncias do Rio Grande do Sul: estratégias de dominação e de resistência. In: ENCONTRO ESCRAVIDÃO E LIBERDADE NO BRASIL MERIDIONAL, 5, 2011, Porto Alegre. **Anais...** Porto Alegre, UFRGS, 2011. Disponível em: <www.escravidaoeliberdade.com.br/site/images/Textos5/monsma%20karl.pdf>. Acesso em: 26 set. 2016.

MONTEIRO, Patrícia F. C. Discussão acerca da eficácia da Lei Áurea. **Revista Meritum**, Belo Horizonte, v.7, n.1, p. 355-387, jan./jun. 2012. Disponível em: <<http://www.fumec.br/revistas/index.php/meritum/article/view/1208/829>>. Acesso em: 26 nov. 2014.

MORAES, Vera M.S. A aldeia dos negros e as memórias do seu cotidiano. In: ROSA, Angelita; BRITO DE MARTINS, Gabriella; BARROSO, Véra L. M. (Orgs.). **Arquitetando Santo Amaro a partir de suas raízes**. Venâncio Aires: Traço, 2008.

MOREIRA, Paulo R. S. Justificando o cativo: a cultura de resistência escrava. In: BOEIRA, Nelson; GOLIN, Tau (Orgs.). **História Rio Grande do Sul – Império**. Passo Fundo: Méritos, 2006.

MOREIRA, Paulo R. S.; CARDOSO, Raul R. O cotidiano insubmisso: insurreição escrava, políticas senhoriais e comunidades negras em cativo (Taquari – RS – Século XIX). In: SIMPÓSIO NACIONAL DE HISTÓRIA CULTURAL, 6, 2012. Teresina. **Anais...** Teresina: UFPI, 2012. Disponível em: <<http://gthistoriacultural.com.br/VIsimposio/anais/Paulo%20Roberto%20Staudt%20Moreira%20&%20Raul%20Rois%20Schefer%20Cardoso%20Cardoso.pdf>> Acesso em: 15 set. 2015.

_____. “Auto de reconhecimento da cabeça de um preto apresentada pelo Capitão de Mato”: crime, honra e negociação na formação de uma comunidade de senzala (Porto Alegre/Taquari, século XIX). **Revista Latino-Americana de História**, São Leopoldo, v. 2, n.7, p. 503-521, 2013. Disponível em: <projeto.unisinos.br/rla/index.php/rla/article/download/359/259>. Acesso em: 15 set. 2015.

NAVARRO, José G.M. **Discurso sobre o melhoramento da economia rústica no Brasil**. Lisboa, 1799.

NEDER, Gizlene. Cidade, identidade e exclusão social. **Tempo**, Rio de Janeiro, v.2, n.3, p.106-134, 1997. Disponível em: <www.historia.uff.br/tempo/artigosdossie/artg3-5.pdf>. Acesso em: 28 out. 2016.

O ADVENTO. **O Taquaryense**, Taquari, p.01, 20 nov.1889.

ÓDIO DE RAÇA. **O Taquaryense**, Taquari, p.03, 10 mai.1889.

OLIVEIRA, Vinicius P. Escravos, marinheiros, embarcações e pescadores negros no mundo atlântico de Rio Grande/RS (século XIX). In: ENCONTRO ESCRAVIDÃO E LIBERDADE NO BRASIL MERIDIONAL, 4, 2009, Curitiba. **Anais...** Curitiba, UFPR, 2009. Disponível em: <<http://www.escravidaoeliberdade.com.br/site/images/Textos4/viniciuspereiradeoliveira.pdf>>. Acesso em: 12 set. 2016.

OS PRETOS DA SERRA. **O Taquaryense**, Taquari, p.02, 05 fev. 1889.

OSÓRIO, Helen. Estrutura agrária e ocupacional. In: BOEIRA, Nelson; GOLIN, Tau (Orgs.). **História Rio Grande do Sul** – Colônia. Passo Fundo: Méritos, 2006.

PÁDUA, José A. **Um sopro de destruição: pensamento político e crítica ambiental no Brasil escravista (1786-1888)**. 2.ed. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2004.

PEREIRA, Josenildo J. **As representações da escravidão na imprensa jornalística do Maranhão na década de 1880**. 2006. 203 f. Tese (Doutorado em História) – Universidade de São Paulo, São Paulo, 2006.

PERUSSATTO, Melina K. Para o bem do seu direito: pecúlio, trabalho e liberdade nos últimos anos da escravidão – Rio Pardo/RS. In: ENCONTRO ESCRAVIDÃO E LIBERDADE NO BRASIL MERIDIONAL, 4, 2009, Curitiba. **Anais...** Curitiba, UFPR, 2009. Disponível em: <<http://www.escravidaoeliberdade.com.br/site/images/Textos4/melinaperussatto.pdf>>. Acesso em: 26 set. 2016.

_____. Liberdade, trabalho e direitos nos anos finais da escravidão, Rio Pardo/RS. In: SIMPÓSIO NACIONAL DE HISTÓRIA, 25, 2009, Fortaleza. **Anais...** Fortaleza, UFC, 2009. Disponível em: <<http://anais.anpuh.org/wp-content/uploads/mp/pdf/ANPUH.S25.1260.pdf>>. Acesso em: 26 set. 2016.

_____. **Como se de ventre livre nascesse: experiências de cativo, parentesco, emancipação e liberdade nos derradeiros anos da escravidão – Rio Pardo/RS, c.1860 – c.1888**. 2010. 307 f. Dissertação (Mestrado em História) – Universidade do Vale do Rio dos Sinos, São Leopoldo, 2010.

PESAVENTO, Sandra J. **História do Rio Grande do Sul**. Porto Alegre: Mercado Aberto, 1982.

PESSI, Bruno S. **Documentos da escravidão: inventários: o escravo deixado como herança**. Porto Alegre: CORAG, 2010.

PESSI, Bruno S.; SILVA e SOUZA, Graziela. **Documentos da escravidão**: processos-crime, o escravo como vítima ou réu. Porto Alegre: CORAG, 2010.

PINTO, Genivaldo G. A província na guerra do Paraguai. In: BOEIRA, Nelson; GOLIN, Tau. (Orgs.). **História Rio Grande do Sul** – Império. Passo Fundo: Méritos, 2006.

PRECHT, Anna L. Uma história construída tipo a tipo. **PRAÇA, Laboratório de Jornalismo Cultural da FABICO**. Porto Alegre, UFRGS, 2011. Disponível em: <http://jornalismoculturalufrgs.blogspot.com.br/2011/12/uma-historia-construida-tipo-tipo_06.html>. Acesso em: 16 jun. 2015.

PRECHT, Anna, L; ANTUNES, Gabriela. O Taquaryense com seus 122 anos. **Revista Eletrônica de Jornalismo Investigativo**, Porto Alegre, ano 6, n.10, 2011. Disponível em: <<http://www.ufrgs.br/ensinodareportagem>>. Acesso em: 08 abr. 2015.

PRISÕES. **O Taquaryense**, Taquari, p.02, 25 mar. 1889.

PROGRAMMA. **O Taquaryense**, Taquari, p.01, jan. 1887.

RECOSIJOS POPULARES. **O Taquaryense**, Taquari, p.03, 15 mai. 1888.

REGO, André A. Corte de madeiras e o confinamento de populações indígenas: o caso da Bahia do século XIX. **Revista Crítica Histórica**, Alagoas, ano 2, n. 4, p. 77-100, 2011. Disponível em: <<http://www.revista.ufal.br/criticahistorica/attachments/article/110/Corte%20de%20madeiras%20e%20o%20confinamento%20de%20popula%C3%A7%C3%B5es%20ind%C3%ADgenas.pdf>>. Acesso em: 24 set. 2016.

REIS, João J. “Nos achamos em campo a tratar da liberdade”: a resistência negra no Brasil oitocentista. In: MOTA, Carlos G. (Org.). **Viagem incompleta**: a experiência brasileira (1500-2000). Formação: histórias. São Paulo: SENAC, 2000.

RELLY, Eduardo; MACHADO, Neli T. G.; SCHNEIDER, Patrícia. **Do Taiaçuapé a Colinas**. Lajeado: Editora da Univates, 2008.

REPUGNANTE. **O Taquaryense**, Taquari, p.03, 25 mar. 1888.

RHODEN, Luiz F. Os traçados urbanos. In: BOEIRA, Nelson; GOLIN, Tau (Orgs.). **História Rio Grande do Sul** – Colônia. Passo Fundo: Méritos, 2006.

RIBEIRO, Alexandre V. Padrão e perfil do comércio de escravos da Bahia para o Rio Grande do Sul e Colônia do Sacramento, 1760-70/1811-20. In: ENCONTRO ESCRAVIDÃO E LIBERDADE NO BRASIL MERIDIONAL, 2007, Florianópolis. **Anais...** Florianópolis, UFSC, 2007. Disponível em: <<http://www.escravidaoliberdade.com.br/site/images/Textos3/alexandre%20vieira%20ribeiro.pdf>>. Acesso em: 12 set. 2016.

RIOS, Ana M.; MATTOS, Hebe M. O pós-abolição como problema histórico: balanços e perspectivas. **Revista Topoi**, Rio de Janeiro, v.5, n.8, p. 170-198, jan./jun. 2004. Disponível

em: <http://www.revistatopoi.org/numeros_anteriores/Topoi08/topoi8a5.pdf>. Acesso em: 24 jun.2015.

ROCCA, Luisa D. **Açorianos no Rio Grande do Sul**: antecedentes e formação do espaço urbano do século XVIII. 2009. 675 f. Tese (Doutorado em Planejamento Urbano e Rural) – Universidade Federal do Rio Grande do Sul. Porto Alegre, 2009.

ROSA, Angelita. Entre permanências e mudanças: uma visão histórica da festa de Santo Amaro do Sul. In: ROSA, Angelita; MALLMANN, Marcelo A. (Orgs.). **O patrimônio da fé: Santo Amaro do Sul**. Venâncio Aires: Traço, 2011.

RUBERT, Rosane A. Comunidades negras no RS: o redesenho do mapa estadual. In: SILVA, Gilberto F.; SANTOS, José A.; CARNEIRO, Luiz C. C. (Orgs.). **RS negro**: cartografias sobre a produção do conhecimento. Porto Alegre: EDIPUCRS, 2008.

RUDIGER, Francisco. **Tendências do jornalismo**. 3.ed. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2003.

SAMPIERI, Roberto H.et al. **Metodologia de pesquisa**. 5.ed. Porto Alegre: Penso, 2013.

SANTOS, Daniel M. **Elaboração de mapas temáticos dos municípios de Taquari, Estrela e Santo Amaro/RS**. Lajeado, 2016.

SANTOS, Milton; ELIAS, Denise. **Metamorfoses do espaço habitado**. 5. ed. São Paulo: Hucitec, 1997.

SCHANTZ, Ana P. D. **Libertos no Rio Grande de São Pedro**: Porto Alegre e Viamão no final do século XVIII e início do XIX. 2009. 107 f. Dissertação (Mestrado em História) – Universidade Federal da Bahia, Salvador, 2009.

SCHEFFER, Rafael C. Escravos do Sul vendidos em Campinas: cativos, negociantes e o comércio interno de escravos entre as províncias do Sul do Brasil e um município paulista (década de 1870). In: ENCONTRO ESCRAVIDÃO E LIBERDADE NO BRASIL MERIDIONAL, 4, 2009, Curitiba. **Anais...** Curitiba, UFPR, 2009. Disponível em: <<http://www.escravidaoliberdade.com.br/site/images/Textos4/rafaeldacunhascheffer.pdf>>. Acesso em: 13 set. 2016.

_____. Comércio de escravos no Rio Grande do Sul (1850-1888): transferências intra e interprovinciais e perfis de cativos negociados em cinco municípios gaúchos. In: XAVIER, Regina C. L. (Org.). **Escravidão e liberdade**: temas, problemas e perspectivas de análise. São Paulo: Alameda, 2012.

SCHERER, Jovani S. **Experiências de busca da liberdade**: alforria e comunidade africana em Rio Grande, Séc. XIX. 2008. 194 f. Dissertação (Mestrado em História) –Universidade do Vale do Rio dos Sinos, São Leopoldo, 2008.

SCHERER, Jovani S.; ROCHA, Márcia M. **Documentos da escravidão catálogo seletivo de cartas de liberdade**: acervo dos tabelionatos do Rio Grande do Sul. Porto Alegre: CORAG, 2006.

_____. **Documentos da escravidão:** compra e venda de escravos, acervo dos tabelionatos do Rio Grande do Sul. Porto Alegre: CORAG, 2010.

SCHIER, Raul A. Trajetórias do conceito de paisagem na Geografia. **R.R.A'E GA**, Curitiba, n. 7, p. 80-85, 2003.

SCHIERHOLT, José A. **Lajeado I**. Lajeado: Prefeitura Municipal, 1992.

_____. **Estrela:** Ontem e Hoje. Estrela: Multimídia, 2002.

_____. **Cruzeiro do Sul e sua história**. Porto Alegre: Evangraf, 2010.

SCHWARCZ, Lilia M. **Retrato em branco e negro:** jornais, escravos e cidadãos em São Paulo no final do século XIX. São Paulo: Companhia das Letras, 1987.

SCHWARTZ, Stuart. **Segredos internos:** engenhos e escravos na Sociedade Colonial 1550-1835. São Paulo: Companhia das Letras, 2011.

SEM TÍTULO. **O Taquaryense**, Taquari, p.02, 28 nov.1889.

SETOR de Arqueologia. Acervo Fotográfico. **Imagens do espaço Vale do Taquari**. Lajeado, Centro Universitário UNIVATES, 2015.

SILVA, Francisco C. T. História das paisagens. In: CARDOSO, Ciro F.; VAINFAS, Ronaldo. (Orgs.). **Domínios da história:** ensaios de teoria e metodologia Rio de Janeiro: Elsevier, 1997.

SILVA, Lúcia H. O. Emergindo do silêncio: libertos e afro-descendentes no pós-abolição (1888/1930). In: ENCONTRO ESCRAVIDÃO E LIBERDADE NO BRASIL MERIDIONAL, 4, 2009, Curitiba. **Anais...** Curitiba, UFPR, 2009. Disponível em: <www.escravidaoeliberdade.com.br/site/images/Textos4/luciahelenaooliveira.pdf>. Acesso em: 28 set. 2016

SILVA, Riograndino C. **São José de Taquari:** a história de minha terra. Porto Alegre: Flama, 1972.

SOUSA, Ione C. J. Padres educadores, abolicionismo e instrução pública na Bahia, 1878 a 1886. In: SIMPÓSIO NACIONAL DE HISTÓRIA, 26, 2011, São Paulo. **Anais...** São Paulo, USP, 2011. Disponível em: <www.snh2011.anpuh.org/.../1308084583_ARQUIVO_PADRESEDUCADORESeaIN>. Acesso em: 22 out. 2016.

TEM GRAÇA. **O Taquaryense**, Taquari, p.02, jun.1890.

TRABALHO AGRÍCOLA. **O Taquaryense**, Taquari, p.1, 25 jul.1889.

TREZE DE MAIO. **O Taquaryense**, Taquari, p.2, 15 mai.1889.

VARGAS, Jonas M. Das charqueadas para os cafezais? O tráfico inter-provincial de escravos envolvendo as charqueadas de Pelotas (RS) entre as décadas de 1850 e 1880. In: XAVIER,

Regina C. L. (Org.). **Escravidão e liberdade**: temas, problemas e perspectivas de análise. São Paulo: Alameda, 2012.

VON MÜHLEN, Leonel R. A irmandade leiga na comunidade de Santo Amaro do Sul. In: ROSA, Angelita; MALLMANN, Marcelo A. (Orgs.). **O patrimônio da fé**: Santo Amaro do Sul. Venâncio Aires: Traço, 2011.

WEIMER, Rodrigo A. **Os nomes da liberdade**. Experiências de autonomia e práticas de nomeação em um município da serra rio-grandense nas duas últimas décadas do século XIX. 2007. 338 f. Dissertação (Mestrado em História) – Universidade do Vale do Rio dos Sinos, São Leopoldo, 2007.

_____. **A gente da Felisberta**. Consciência histórica, história e memória de uma família negra no litoral rio-grandense no pós-emancipação (c. 1847 – tempo presente). 2013. 475 f. Tese (Doutorado em História) – Universidade Federal Fluminense, Rio de Janeiro, 2013.

WORSTER, Donald. Para fazer história ambiental. **Estudos Históricos**, Rio de Janeiro, v. 4, n.8, p.198-215, 1991. Disponível em: <<http://www.nuredam.com.br/files/divulgacao/artigos/Para%20fazer%20hist%F3ria%20ambiental.pdf>>. Acesso em: 23 set. 2016.

_____. Transformações da terra: para uma perspectiva agroecológica na história. **Ambiente & Sociedade**, São Paulo, v. 6, n.1, p. 23-49, 2003. Disponível em: <www.scielo.br/pdf/asoc/v5n2/a03v5n2.pdf>. Acesso em: 14 set. 2015.

ZARTH, Paulo A. A estrutura agrária. In: BOEIRA, Nelson; GOLIN, Tau (Orgs.). **História do Rio Grande do Sul** – Império. Passo Fundo: Méritos, 2006.

ZICMAN, Renée B. História através da imprensa: algumas considerações metodológicas. **Revista do Programa de Estudos Pós-Graduados em História**. São Paulo, n.4, p.89-102, 1985.

ZUBARAN, Maria A. Escravidão e liberdade nas fronteiras do Rio Grande do Sul (1860-1880): o caso da Lei de 1831. **Revista Estudos Ibero-Americanos**, Porto Alegre, v.32, n.2, p. 119-132, 2006. Disponível em: <revistaseletronicas.pucrs.br/ojs/index.php/iberoamericana/article/download/.../1064>. Acesso em: 23 out. 2016.